



REVISTA TERCEIRO INCLUÍDO

Transdisciplinaridade e Temas Contemporâneos

V. 10 - 2020
ISSN 2237-079X

Lag|CriArte



Laboratório de
Geografia, Imaginário,
Criatividade e Arte



10 anos de TERI

Foto da Capa
Título: Arte urbana , Paris - França
Autora: Givaldo Ferreira Corcinio Junior, 2016

CONTATOS

Universidade Federal de Goiás (UFG): <https://www.ufg.br/>
Instituto de Estudos Socioambientais (IESA): <http://www.iesa.ufg.br>
Laboratório de Geografia, Imaginário, Criatividade e Arte (LagecrIArt):
<http://www.iesa.ufg.br/lagecriart/>
Campus Samambaia (Campus II), Conjunto Itatiaia, Goiânia, Goiás, Brasil, Caixa Postal 131.
Fone: (62) 3521-1184 Ramal: 217.
e-mail: terceiroincluido@gmail.com

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons
A abrangência dessa licença estão disponíveis em
<http://www.revistas.ufg.br>.

Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade
exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na
concordância da Equipe Editorial.

Essa revista foi produzida utilizando Software Livre
Scribus - Editoração

Revista Terceiro Incluído
Goiânia, Goiás: UFG, 2020
ISSN: 2237-079X

SUMÁRIO

ARTIGOS

Impactos Ambientais Na Saúde Humana Oriundos Da Poluição Sonora Nas Unidades De Saúde Em Catolé Do Rocha.....	9
A Educação Permanente em Saúde e os desafios das Comissões de Integração em ensino Serviço.....	21
Políticas Habitacionais Em Goiás.....	55
Uso De Adubação Orgânica E Química No Crescimento Do Pinhão Manso Nas Condições Edafoclimáticas Do Semiárido Paraibano.....	107
O Cenário Político Brasileiro E A Polarização Dos Últimos Tempos.....	159
Perfil Dos Usuários De Um Serviço De Atendimento Especializado Em Hiv/Aids.....	175
Transdisciplinaridade: Epistemologia E Ótica Do Corpo Docente Do Curso De Naturologia Da Unisul.....	209

DOSSIÊ GEOGRAFIA DA SAÚDE

Quais Os Reflexos Da Pandemia De Covid-19 Sobre Os Hábitos De Limpeza E Higienização?.....	119
Geografia Da Saúde: Leitos Hospitalares E O Avanço Da Covid-19 No Norte Pioneiro Do Estado Do Paraná.....	143
Geografia Da Saúde E Saneamento Básico Na Baixada Fluminense: O Contexto De São João De Meriti.....	189
As Margens Das Margens Das Margens: Saúde Do Trabalhador Em Tempos De Pandemia Da Covid-19.....	227

DOSSIÊ COMPLEXIDADE E IMAGINÁRIO

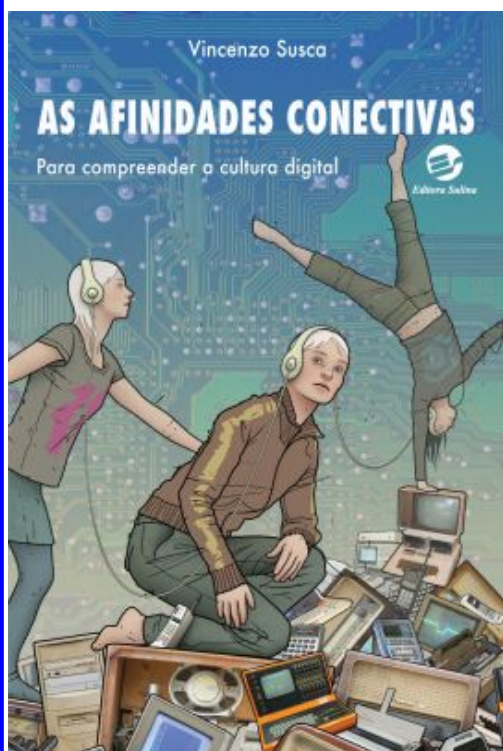
Complexidade, Imaginário, Educação – Uma Carta De Navegação	35
Dos Sentidos De Poética/O. O Estado Poético.....	75
Imaginários da cibercultura a partir do pensamento complexo.....	93

RESENHA

As afinidades conectivas – Para compreender a cultura digital.....	5
--	---

RESENHA

AS AFINIDADES CONECTIVAS – PARA COMPREENDER A CULTURA DIGITAL



SUSCA, Vincenzo. Porto Alegre: Sulina, 2019, p. 238.

Apoio: Universidade Paul-Valéry Montpellier 3 e do Laboratório IRSA-CRI do Departamento de Sociologia. Trad. Simone Ceré.

*Prof. Dr. Eduardo Portanova Barros¹
Prof. MS Antônio César Santos Fonseca²*

Autor de outros livros já traduzidos para o português, entre eles “Nos limites do imaginário” (2006), também pela Sulina, Vincenzo Susca, que é professor de Sociologia na universidade francesa de Montpellier, apresenta, agora, um panorama da cultura digital sob um enfoque – aparentemente – opaco. E essa opacidade não tem nada de positiva. Mas a opacidade - uma qualidade negativa de qualquer método de análise - é só uma aparência. Por que, neste caso, é dito “aparentemente”? Porque este enfoque de Susca é mais do que aparenta ser. Aparenta opacidade. Mas não. Isso pelo fato de que o autor opta por um tema, como esse da mídia digital ou cultura, até melhor, diga-se de passagem, que, por ser tão presente e tão usual, parece desgastado antes do tempo. Valemo-nos tanto da internet, e de tudo o que advém daí, que temos a impressão de conhecê-la tão bem quanto nosso próprio umbigo. Mas não é bem assim, e esse, parece-nos, é o principal mérito desta obra.

A opacidade se dá, em muitos casos, e sem a percebermos, como vemos em várias ações do ponto de vista do ensino-aprendizagem, decorrente de uma maneira diretiva³ de análise. Diretiva porque não estimula a construção, o improviso, a dúvida, o difuso e a imaginação. Não nos estenderemos sobre métodos. O que nos interessa em avaliar no livro é o foco dele direcionado para aquilo que Edgar Morin, em seus estudos sobre a complexidade, entende por palavra-problema, e não palavra-solução. Palavra-solução é a palavra fácil, traduzida, simplificada, para usar os termos do próprio Morin. Mas o “compreender” do subtítulo é complexo, e complexo no sentido de Morin, o de palavra-problema. E é, precisamente, isso que devemos ressaltar neste livro. A complexidade de um assunto, por si só complexo, complexidade multifacetada (o que já é uma redundância nos próprios termos, pois qual complexidade não o é?) dos meios digitais que se apresentam – do jeito que são - a

¹ Professor-pesquisador PNPd/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE-PR. ORCID: 000-001-5832-5711

² Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS-RS

³ Refiro-me, aqui, antes à questão da “não-diretividade” no ensino, proposta pedagógica do professor e psicólogo norte-americano Carl R. Rogers, segundo o qual não poderia haver por parte do professor a pretensão de dirigir os alunos, mas, no máximo, facilitar-lhes a aprendizagem. Mais detalhes podem ser consultados na dissertação de mestrado, ainda inédita, da professora Glacira Amaral Barros, apresentada ao PPG em Educação da PUCRS, em 1975, sob a orientação da professora Lady Lina Traldi, e que se intitula “A não-diretividade no ensino”, a respeito do modelo rogeriano.

nós hoje, no tempo presente.

Esse presenteísmo dos meios digitais, presenteísmo que Susca busca na obra de seu mestre, Michel Maffesoli, é a chave para “Compreender a cultura digital”, como aponta o subtítulo deste livro. Logo no primeiro capítulo, Susca utiliza o termo “Tecnomagia” para se referir à vida, amplamente falando, eletrônica. “Tecnomagia”, para Susca, é “neototêmica” (p. 22). Totem por remeter a um espírito tribal de primordialidade ou ancestralidade. Logo, a cultura digital, segundo o autor, não se trata apenas de um aparato técnico desvinculado da natureza humana, e aqui é o achado de Susca, mas, como ele próprio argumenta, de um “nomadismo iniciático” (SUSCA, 2019, p. 28). As fontes de Susca são, novamente, Morin e Maffesoli. Morin porque, em “O cinema ou o homem imaginário”, obra publicada, originalmente, na França em 1956, quando nem se falava em imaginário, ainda, pelo menos não do ponto de vista acadêmico, ele afirma que fotogenia (de onde deriva o termo “tecnomagia”, de Susca) é a imagem mental de uma imagem material, ou seja, a qualidade de duplo. O duplo da imagem, em suma.

E não é isso que se vê tanto na imagem fotográfica quanto cinematográfica (hoje mais compreendida como imagem audiovisual do que cinema, mesmo quando se fala de um filme) ou digital? O que Morin quer dizer é a re-afirmação do meio natural do homem por meio da técnica e a transformação dessa imagem técnica em espetáculo. Ora, a *cultura* digital, portanto, é hoje o espetáculo destas gerações de jovens que nascem em meio a ela e com qual tem a mesmo domínio que as gerações antigas tinham, por exemplo, da máquina de escrever. Quando Morin, apenas para finalizar este aspecto levantado há pouco, refere-se à fotogenia, também salienta três de suas características principais (características essas que, no nosso entender, ajudam a compreender a *cultura* digital): 1) aspecto poético, 2) potencial emocionante e 3) qualidade moral. Esses três fatores, uma vez estimulados por professores por meio de novas tecnologias como o *smartphone*, por exemplo, vão “ao” encontro do que Susca denominou refundação de vínculos com “[...] mitos mobilizadores” (p. 80).

O *smartphone*, querendo-se ou não, é um desses mitos que mobilizam, hoje, milhares de habitantes em todo o planeta. Em meio a esse momento que vivemos agora, o da pandemia do coronavírus, aulas são ministradas por meio da Internet, em contato virtual, antes só imaginável no campo da ficção científica. Outro exemplo: em salas de aula, professores, inclusive das redes estaduais de ensino, que, em muitos estados, é bastante precária, são incentivados por professores a usar *smartphones* em consultas temáticas. Nesse exemplo concreto a que nos referimos, em Alvorada, município gaúcho próximo a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi opção didática. Através do *smartphone*, pesquisou-se, rapidamente, a Revolução Francesa. Logo depois, essa pesquisa alavancara o interesse por um documentário sobre aquele mesmo episódio histórico. O importante a ressaltar aqui é que se conjugou o gosto, hoje geral, pelo *smartphone*, logo depois descartado, para despertar interesse na aula. É assunto longo.

É disso que se trata aqui e que o livro de Susca evidencia, mas de *forma* complexa, como dizíamos, porque *forma* – e de toda *forma* resultam os termos “formação”, “formadora”, “formante”, “formatação” –, *forma* essa, como dizíamos, de teor complexo, *forma*-problema, parafraseando Morin, e não *forma*-reduzora ou *forma*-solução. Talvez pudéssemos, dentro desse espírito do complexo neste

livro, qualificá-lo de otimista, pois não faz nenhuma crítica aos meios digitais, e o sabemos que são muitas e, em grande parte, justas. Porém, não vamos tratar disso aqui, por não ser nosso foco, e nem o é do próprio Susca. Aliás, foi justamente o fato de não tratar de criticá-los que destacamos como um dos méritos deste livro. E como percebê-lo? Melhor dizendo: o que (nos) evidencia o potencial complexo e não judicativo da obra? São duas palavras: “afinidades” e “compreender”. “Afinidades conectivas” é uma paráfrase do título de um romance de Goethe, “As afinidades eletivas”, no qual o poeta alemão fala sobre o amor. E amor é sacralidade, sentimento, partilha e, portanto, afinidade.

Hoje, e o percebemos pela relação amorosa dos usuários, principalmente das novas gerações, como crianças e adolescentes que cresceram com um celular ou smartphone na mão, e que, para Teixeira Coelho, é o nosso segundo cérebro, a *cultura* digital é o equivalente ao que a televisão o fora entre os anos 50 e 70. É uma relação, também, com o sagrado, aquilo de que nos é caro. Quanto ao termo “compreender”, trata-se de uma ideia derivada da sociologia weberiana que Maffesoli (2007) resgata e recupera no pós-moderno. Isso porque a postura dita compreensiva não julga. Se o faz o não, se o consegue se colocar acima do bem e do mal ou não, é outra questão. Pelo menos, assim o pretende. Só um adendo: um exemplo desse método compreensivo, na nossa avaliação, é a tese do “ideal tipo”, em Weber. Ora, para a análise de um grupo social, o autor alemão se utiliza de uma utopia, a do “ideal tipo”, que não tem similar no real. Tira-a da experiência do real, sim, mas como abstração. Por isso utopia: o não-lugar.

Nem sempre a construção do indivíduo nesse cotidiano plural é autônoma, porque se estrutura (e uma estrutura é sempre, de início, utópica) de forma a se vincular a uma sensibilidade e a um gosto. É isso o que Susca quer dizer com “afinidades eletivas”. Várias sensibilidades e vários gostos, melhor dizendo. Sendo assim, é possível que se modifiquem, diferentemente das balizas culturais do chamado Projeto da Modernidade (Ordem, Razão e Progresso), que procurava a transparência, mas que, diante do contraditório e das incertezas, mostrava-se, para dizer o mínimo, frágil. Em contraposição à ideia de fortaleza da Verdade e do Espírito, ajustamo-nos por aquelas afinidades eletivas, e esse é um traço, claramente, pós-moderno, segundo Teixeira Coelho (1995). Para Susca, a comunicação em rede “atualiza” e “favorece” um imaginário conectivo (2019, p. 214). Em outra linha de raciocínio, mas que dialoga com Susca, Teixeira Coelho fala de um “sujeito computacional” (2019).

Logo, o ecletismo cultural intensificado pelas redes sociais não se daria, portanto, *não* como novidade, este de paradigma ainda moderno, pelo fato de ainda significar uma superação, mas sim como “ethos” cultural e estético pós-moderno? É nisso que Susca se debruça, sem procurar uma resposta formal e definitiva. E é esse seu princípio dialético maior: o que há de vivo na cultura. Ou o aporte em uma cultura viva, a de uma *cultura* digital. O que nela vive, em outros termos? Será, referimo-nos à cultura viva, nessa mesma dialética entre as coerções (naturais) do meio e nossa subjetividade – o que, para Kant era o “imperativo hipotético” – que se daria a relação própria de um “trajeto antropológico” (termo de Gilbert Durand, 1997). Esse “trajeto” talvez seja, também, uma trajetória, porque o sujeito que vive o tempo no presente, em ato, é, de um lado, o fenomênico, o que está aí para se ver ou o que se dá a ver, e, de outro, o mesmo homínideo-máquina autor de sua própria história.

REFERÊNCIAS

- BARROS, G. A. **A não-diretividade no ensino**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre. p. 120. 1975.
- COELHO, T. **Com o cérebro na mão: No século que gosta de si mesmo**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2015.
- COELHO, T. **eCultura, a utopia final: Inteligência artificial e humanidades**. São Paulo: Iluminuras : Itaú Cultural, 2019.
- COELHO, T. **Modernopósmoderno: Modos & Versões**. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KANT, I. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Ícone, 2005.
- MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum**. Introdução à Sociologia Compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MORIN, E. **O homem ou o cinema imaginário**. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.
- SUSCA, V. **Nos limites do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- SUSCA, V. **As afinidades conectivas: Para compreender a cultura digital**. Porto Alegre: Sulina, 2019.

IMPACTOS AMBIENTAIS NA SAÚDE HUMANA ORIUNDOS, DA POLUIÇÃO SONORA NAS UNIDADES DE SAÚDE EM CATOLÉ DO ROCHA

ENVIRONMENTAL IMPACTS ON HUMAN HEALTH ARISING FROM THE NOISE OF HEALTH UNITS IN CATOLÉ DO ROCHA

IMPACTOS AMBIENTALES EN LA SALUD HUMANA DERIVADOS DE LA CONTAMINACIÓN SONORA EN LAS UNIDADES DE SALUD EN CATOLÉ DO ROCHA

*Cledson Morais DANTAS¹
Emanoel Lima MARTINS²
Salomão de Sousa MEDEIROS³
Francisco de Oliveira MESQUITA⁴
Fabiana Xavier COSTA⁵*

Resumo : Objetivou-se com este trabalho avaliar os impactos ambientais negativos na saúde da população, oriundos da poluição sonora das unidades de saúde do município de Catolé do Rocha-PB. O presente trabalho foi realizado em todas as unidades de saúde públicas e algumas particulares, no município de Catolé do Rocha – PB, sendo eles - Hospital Regional Americo Maia, PSF Batalhão, Clínica Dr. Iran Campos, Hospital Infantil Erminia Evangelista, USF (Unidade de Saúde da Família), PSF Várzea, PSF CAIC, Laboratório de análise clínica Dr. João Veras Diniz, Odonto-Center, Centro de Saúde. De acordo com os parâmetros ambientais, todos os setores das unidades de saúde de Catolé do Rocha – PB, houve excesso de ruído, ou seja, teve um valor de decibéis (db) que ultrapassa o teor recomendado pela audição humana. Todos os setores de unidades de saúde trabalhados emitiram poluição sonora acima de 65 db, isso mostra que, esses setores estão funcionando fora da lei, quando diz que o ouvido humano deve suportar até 65 db.

Palavras-chave: clínicas; ruídos; decibelímetro

Abstract: The objective of this study was to evaluate the negative environmental impacts on the health of the population, from the noise of the health units of the municipality of Catolé do Rocha - PB. This work was carried out in all public health units and some individuals in the municipality of Catolé do Rocha - PB, namely: Americo Maia Regional Hospital, FHP Battalion, Iran Clinic Dr. Fields, Children's Hospital Erminia Evangelista, USF (Unit Family Health), Lowland PSE, PSF CAIC, clinical laboratory analysis João Diniz Veras, Dental-Center, Center for health according to the environmental parameters, all sectors of the health units of the Catolé do Rocha - PB there was excessive noise, ie had a value of decibels (db) that exceeds the level supported by the human ear. All sectors of health units worked emitted noise above 65 db, it shows that these sectors are operating outside the law, when he says that the human ear should support up to 65 db.

Key words: clinics; noise; noise meter

Resumen: El objetivo de este estudio fue evaluar los impactos ambientales negativos en la salud de la población, derivados de la contaminación acústica de las unidades de salud en el municipio de Catolé do Rocha-PB. El presente trabajo se llevó a cabo en todas las unidades de salud pública y algunas privadas, en el municipio de Catolé do Rocha - PB, a saber: Hospital Regional Americo Maia, PSF Batalhão, Clínica Dr. Irán Campos, Hospital Infantil Erminia Evangelista, USF (Unidad Salud de la familia), PSF Várzea, PSF CAIC, Laboratorio de Análisis Clínicos Dr. João Veras Diniz, Odonto-Center, Centro de Salud. Según los parámetros ambientales, todos los sectores de las unidades de salud en Catolé do Rocha - PB , hubo un exceso de ruido, es decir, tenía un valor de decibelios (db) que excede el nivel recomendado por el oído humano. Todos los sectores de las unidades de salud trabajaron con contaminación acústica emitida por encima de 65 db, esto muestra que, estos sectores están trabajando fuera de la ley, cuando dice que el oído humano debe soportar hasta 65 db.

Palabra clave: clínicas; ruído; decibelímetro

1 Universidade Estadual da Paraíba. Graduado em Ciências Agrárias fabiana.xavier@insa.gov.br

2 Universidade federal da Paraíba. D.Sc em Ciência do Solo emanoel.martins@insa.gov.br

3 Universidade Federal de Viçosa. D.Sc em Recursos Hídricos e Ambientais salomao.medeiros@insa.gov.br

4 Universidade Federal Rural do Semiárido. D.Sc. em Manejo de Solo e Água. francisco.mesquita@insa.gov.br

5 Universidade Federal de Campina Grande. Doutora em Recursos Naturais (orientadora) fabyxavierster@gmail.com

INTRODUÇÃO

O meio ambiente tem sido foco de discussão nos últimos 20 anos. Sua ênfase inicial foi abordada por biólogos e defensores do meio ambiente sobre os assuntos relacionados a destruição da camada de ozônio, o esgotamento acelerado dos recursos naturais etc. Todos estes problemas levam à busca de um novo modelo de crescimento econômico que considera mais a preservação do meio ambiente (UNIVERSO AMBIENTAL, 2019).

Meio ambiente é uma daquelas expressões que, embora bastante conhecidas, não costumam ser definidas com clareza. Neste caso a clareza não é mero preciosismo. Em se tratando de um assunto que vem conquistando cada vez mais espaço e prestígio no mundo moderno, é urgente que todos possamos perceber a ordem de grandeza em que se situa hoje a questão ambiental e, talvez surpreendidos, nos darmos conta de como isso nos alcança de forma profunda (TRIGUEIRO, 2015).

Alterações ambientais físicas e biológicas ao longo do tempo modificam a paisagem e comprometem ecossistemas. As alterações ambientais ocorrem por inumeráveis causas, muitas denominadas naturais e outras oriundas de intervenções antropológicas, consideradas não naturais. É fato que o desenvolvimento tecnológico contemporâneo e as culturas das comunidades têm contribuído para que essas alterações no e do ambiente e intensifiquem, especialmente no ambiente urbano (FERNANDEZ 2018).

Impacto ambiental é, portanto, o processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações (uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo) no ambiente. Diz respeito ainda à evolução conjunta das condições sociais e ecológicas estimulada pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial e ecológica, histórica ou socialmente determinada. É a relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente. Os impactos ambientais são escritos no tempo e incidem diferencialmente, alterando as estruturas das classes sociais e reestruturando o espaço” (COELHO, 2016, p. 24-25).

Segundo Hammes (2017), o desenvolvimento sustentável prevê a educação ambiental como instrumento de melhoria de vida, por meio da formação de cidadãos conscientes de sua participação local no contexto da conservação ambiental global.

Deste modo, o desenvolvimento sustentável tem sido apontado como a melhor solução para salvar o meio ambiente, que vem sendo constantemente destruído pela ação do homem, compatibilizando o crescimento socioeconômico com a conservação ambiental (SANTIAGO 2001).

Ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agro ecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade, ou seja, "a equidade é a propriedade dos agro ecossistemas que indica quão equânime é a distribuição da produção [e também dos custos] entre os beneficiários humanos.

De uma forma mais ampla, implica uma menor desigualdade na distribuição de ativos, capacidades e oportunidades dos mais desfavorecidos". Sob o ponto de vista temporal, esta noção de equidade ainda se relaciona com a perspectiva intrageracional (disponibilidade de sustento mais

seguro para a presente geração) e com a perspectiva intergeracional (não se pode comprometer hoje o sustento seguro das gerações futuras) (FERNÁNDEZ, 2018).

Nossos líderes não só deixam de reconhecer como diferentes problemas estão inter-relacionados; eles também se recusam a reconhecer como as suas, assim chamadas soluções afetam as gerações futuras. A partir do ponto de vista sistêmico, as únicas soluções viáveis são as soluções “sustentáveis”.

O conceito de sustentabilidade adquiriu importância-chave no movimento ecológico e é realmente fundamental. Lester Brown, do Worldwatch Institute, deu definição simples, clara e bela: “Uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras (CAPRA 1996).

Com o crescimento desordenado das cidades e o surgimento das grandes indústrias, as pessoas passaram a conviver com a poluição de lagos, rios e das próprias metrópoles. Nesse cenário, um outro tipo de poluição que não pode ser visto e com o qual as pessoas de certa forma se acostumaram pode ser considerado um dos maiores problemas da vida moderna: a poluição sonora.

A poluição sonora, diferentemente dos outros tipos de poluição, não deixa traços visíveis de sua influência no ambiente. Segundo a World Health Organization (WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO, 2019).

Este tipo de poluição é produzido por ruídos aos quais o aparelho auditivo fica sujeito, e a velocidade que estes ruídos podem causar danos ao homem depende, além dos níveis de intensidade destes ruídos, de fatores como: tempo de exposição, condições gerais de saúde, idade, acústica do ambiente etc. Quando combinados e ao longo do tempo de exposição aos ruídos, estes fatores podem produzir no homem efeitos como surdez, desequilíbrios psíquicos (como insônia ou até mesmo perda de capacidade intelectual) e muitas vezes complicações físicas no organismo (como o trauma acústico) (SOUZA, 2020).

Visto que, existe uma escassez de trabalhos envolvendo poluição sonora em unidades de saúde, foi realizado este levantamento, envolvendo os impactos ambientais negativos causados na saúde humana nas unidades de saúde do município de Catolé do Rocha – PB, para analisar as conseqüências do barulho na saúde humana.

Neste contexto, objetivou-se com este trabalho avaliar os impactos ambientais negativos na saúde da população, oriundos da poluição sonora nas unidades de saúde do município de Catolé do Rocha-PB.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado em todas as unidades de saúde pública e algumas particulares, no município de Catolé do Rocha - PB, situado a 272 m de altitude, 6°20'38”S Latitude e 37°44'48”O Longitude (Figura 1).

Figura 1- Mapa do município de Catolé do Rocha – PB.



Momentos da pesquisa

A pesquisa foi realizada em três etapas e três momentos.

- Primeira etapa (primeiro momento)

Observou-se e fez-se um levantamento nas unidades de saúde existentes em Catolé do Rocha – PB, conforme (Figura 2).

Figura 2- Centro de saúde de Catolé do Rocha – PB.



Segunda etapa (segundo momento)

Foi realizado um trabalho de educação ambiental com panfletagem com a comunidade da área de saúde, conforme (Figuras 3 e 4)

Figura 3 – Frente e verso do panfleto distribuído no trabalho de educação ambiental, UEPB, Catolé do Rocha – PB.

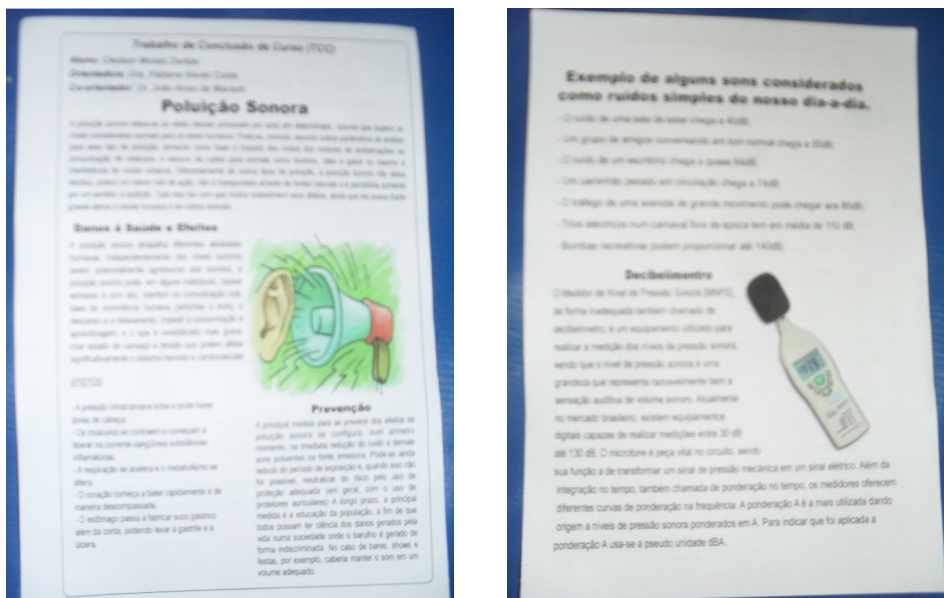


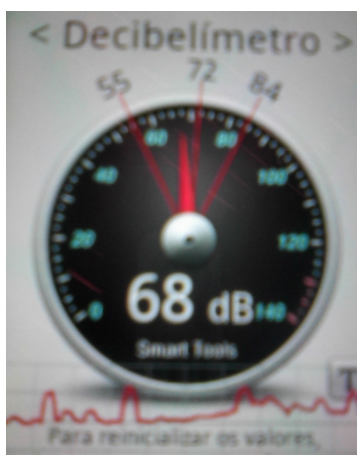
Figura 4 - Distribuição dos panfletos com pacientes e funcionários no ato da educação ambiental, UEPB, Catolé do Rocha – PB.



Terceira etapa (terceiro momento)

Foi feita a medição por setor da poluição sonora gerada em todos os setores trabalhados, com o aparelho medidor de poluição sonora - decibelímetro (Figura 5).

Figura 5- Decibelímetro utilizado para fazer a medição da poluição sonora, UEPB, Catolé do Rocha – PB.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os parâmetros ambientais, todos os setores das unidades de saúde de Catolé do Rocha – PB, houve excesso de ruído, ou seja teve um valor de decibéis (db) que ultrapassa o teor recomendado pela audição humana, levando em consideração que, nas unidades de saúde trabalhadas algumas tiveram resultados bons, mas poucas tiveram em seus setores o nível de decibéis normal, sabendo que o menor nível de decibéis suportado pela audição é de 65 (dB), e teve setores que atingiu até 88 db (Tabela 1).

Tabela 1 – Poluição sonora gerado no centro de saúde em Catolé do Rocha - PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

CENTRO DE SAÚDE	
LOCAL	db
Recepção	75
Pré Natal Alto Risco	66
Laboratório de Citologia	66
Corredor 1	79
Laboratório de Análises Clínica	77
Centro de especialidades Odontológicas	77
Sala de informática	81
Pátio fora do centro	78
Farmácia	81
Copa	72
Corredor 2	87
WC publico	73
Sala de procedimentos básicos	73
Teste do pezinho	75
Copa 2	88
Marcação de Exames	67
Coordenação dos PSFs	68
Sala de fisioterapia	75

Como se observa nenhum setor trabalhado no centro de saúde teve um nível de decibéis normal, sendo a menor medição 66 dB, já ultrapassando um dos decibéis suportados pela saúde humana, demonstra-se que neste local pode ocasionar muitos problemas na saúde humana devido a poluição sonora gerada nesta unidade de saúde, que de acordo com o folder - Programa de controle de emissão de ruídos da Sudema (2019) pode causar problemas graves como: zumbido, que cerca de 30% de todos os casos de zumbido, são causados pelo excesso de barulho.

O cérebro fica confuso e a pessoa tem a impressão de ouvir ruídos. Ainda não se sabe bem como isso acontece e não tem cura. O estresse oriundo do ruído causa tensão muscular, bem como os vasos sanguíneos contraem-se e envelhecem mais rápido, aumentando o perigo de arteriosclerose, quanto aos músculos do coração, o ritmo dos batimentos cardíacos aumentam e diminuem com maior frequência.

A exposição prolongada ao barulho endurece os tecidos conjuntivos do coração, sendo, maior o risco de infarto e de outros problemas circulatórios. Estômago e intestino, reduzem a

atividade quando a pessoa se expõe ao barulho. Pode acontecer uma evacuação do suco gástrico, aumentando o risco de úlcera no estômago.

Quanto as glândulas supra-renais o barulho entra nos ouvidos e vai direto para o cérebro, então as glândulas supra-renais liberam os hormônios do estresse, sendo eles: adrenalina, noradrenalina e cortisol, entre outros. Todos estes problemas podem ser ocasionados pela poluição sonora, e neste setor visitado que foi o centro de saúde não teve nenhum local que obteve um nível tolerado pela audição.

Já no Laboratório de Análises Clínicas Dr. João Veras Diniz, houve sim poluição sonora, os níveis de decibéis foram altos, porém não é por causa do movimento interno, e sim pelo local onde o mesmo encontra-se localizado, pois é na Avenida principal da cidade, onde o dia inteiro ocorre poluição sonora devido ao trânsito de veículos como carros alto motores, caminhões e carretas que são muito barulhentos e causa o aumento do nível de som no local (Tabela 2).

Tabela 2 – Poluição sonora gerado no Laboratório de análises clínicas Dr. João Veras em Catolé do Rocha - PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS Dr. JOÃO VERAS DINIZ	
LOCAL	db
Recepção	75
Sala de coleta	70
Água e café	68
Laboratório	74
Wc	57

Na Clínica Dr. Iram Campos mesmo sendo na avenida principal, houve poluição sonora apenas em um setor das suas instalações, por ser mais distante do centro da cidade, houve barulho excessivo apenas na recepção. Por ser uma clínica muito movimentada, o barulho gerado é devido aos pacientes que lá se encontravam (Tabela 3).

Tabela 3 – Poluição sonora gerado na clínica Dr. Iram Campos em Catolé do Rocha - PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

CLINICA Dr. IRAN CAMPOS	
LOCAL	db
Recepção	75
Ultrassonografia	58
Mamografia	60
Eletrocefalografia	60
Sala de Laudo	62

Outro local que houve excesso de ruído apenas por suas instalações serem situadas no centro, foi a USF (Unidade de Saúde da Família); Que por sua vez foi uma das piores, por ser a unidade de saúde que tem seu trabalho voltado mais para mulheres gestantes, o menor resultado alcançado foi de 73 db, com isso a poluição sonora gerada na USF pode causar sérios transtornos na gestação das pacientes (Tabela 4).

Tabela 4 – Poluição sonora gerado na USF, unidade de saúde da família em Catolé do Rocha - PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

USF - UNIDADE D SAÚDE DA FAMILIA	
LOCAL	db
Recepção	83
Farmácia básica	75
Corredor	73
Consultório e enfermagem	75
Sala de Reunião	80
Consultório médico	74

Os demais locais visitados obteve uma semelhança em seus resultados, por ser locais afastados do centro da cidade a poluição sonora gerada foi devida apenas aos pacientes que nesses locais se encontravam. (Tabelas 5, 6, 7, 8, 9 e 10).

Tabela 5 – Poluição sonora gerado no PSF do bairro Batalhão em Catolé do Rocha - PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

PSF - BATALÃO	
LOCAL	db
Recepção	80
Imunização	62
Sala de atendimento básico	67
Consultório Médico	64
Banheiros	58
Copa	61
Farmácia	58
Consultório de enfermagem	56
Consultório odontológico	56

Tabela 6 – Poluição sonora gerado no PSF do CAIC em Catolé do Rocha - PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

PSF CAIC	
LOCAL	db
Recepção	70
Imunização	68
Farmácia básica	65
Sanitários	60
Consultório médico	58
Consultório de Enfermagem	67
Saúde Bucal	66

Tabela 7 – Poluição sonora gerado no PSF do bairro Várzea em Catolé do Rocha - PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

PSF VÁRZEA	
LOCAL	db
Recepção	74
Imunização	66
Consultório de Enfermagem	62
Consultório Medico	64
Odontologia	68

Tabela 8 – Poluição sonora gerado no Odonto Center em Catolé do Rocha - PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

ODONTO CENTER – CENTRO DE ODONTOLOGIA, Dr. EMANUEL JADER	
LOCAL	db
Recepção	75
Radiologia	72
Wc	65
Consultório	63

Tabela 9 – Poluição sonora gerado no hospital Erminia Evangelista em Catolé do Rocha - PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

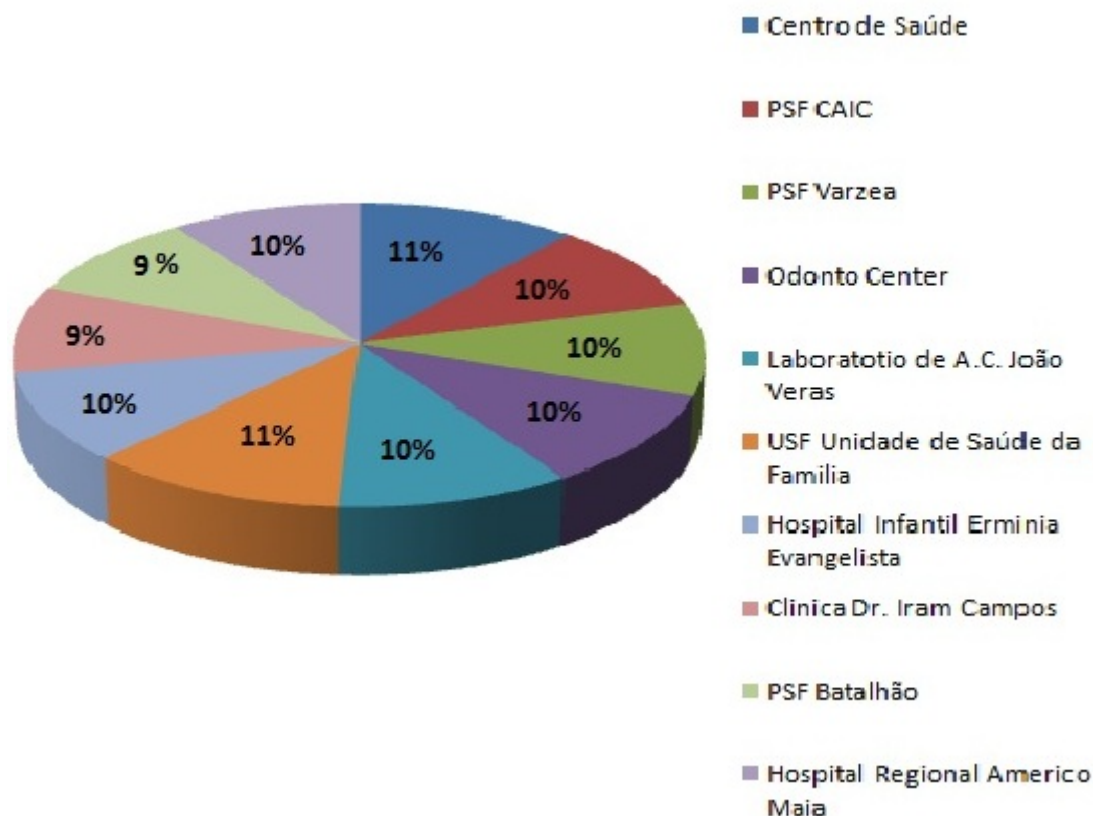
HOSPITAL MUNICIPAL ERMÍNIA EVANGELISTA	
LOCAL	db
Recepção	80
Atendimento básico	60
Consultório médico	65
Corredor	72
Enfermaria do amor	55
Enfermaria do sorriso	61
Brinquedoteca	75
Enfermaria da paz	63
Enfermaria da coragem	62
Enfermaria da felicidade	60
Repouso de Enfermagem	71
Farmácia	71
Pátio	60

Tabela 10 – Poluição sonora gerado no Hospital regional Dr. Américo Maia em Catolé do Rocha – PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

HOPITAL REGIONAL Dr. AMÉRICO MAIA	
LOCAL	db
Recepção	87
Clinica médica	75
Corredores	65
Urgência/Emergências	68
Bloco Cirúrgico	55
Clinica Obstétrica	62
Necrotério	56
Esterilização	66
Farmácia	80
Clinica cirúrgica	56
Banheiros	60
Rouparia	57
Apartamento	60
Pátio	62

Sendo diferentes os fatores que ocasionaram a poluição sonora, todos os locais visitados teve resultados estatísticos parecidos, sendo o Centro de Saúde e USF os de maior intensidade, e a Clínica Dr. Iran Campos e o PSF do Batalhão os de menor intensidade (Figura 6).

Figura 6- Poluição sonora gerada em todas as unidades de saúde trabalhadas no município de Catolé do Rocha – PB. UEPB, Catolé do Rocha – PB.



CONCLUSÕES

- Todos os setores de unidades de saúde trabalhados emitiram poluição sonora acima de 65 db, isso mostra que, esses setores estão funcionando fora da lei, quando diz que o ouvido humano deve suportar até 65 db.

- Todos estes ruídos ocasionados nessas unidades de saúde trazem consequências na saúde humana, que muitas vezes são irreversíveis, como, por exemplo, a impotência sexual e pressão alta.

- Apesar de já existir leis que proíbam a poluição sonora em ambientes de trabalhos, sobretudo unidades de saúde, centros urbanos, zonas rurais, entre outros, no momento só existem no papel, pois os ruídos gerados nesses locais ultrapassam os limites permitidos por lei.

- Nas unidades de saúde do município de Catolé do Rocha – PB, os decibéis encontrados ultrapassaram o que o ouvido humano deve suportar, ou seja 65 db.

Agradecimentos

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para realização deste.

REFERÊNCIAS

CAPRA, FRITJOF. **A TEIA DA VIDA – UMA NOVA COMPREENSÃO CIENTÍFICA DOS SISTEMAS VIVOS**. CULTRIX, SÃO PAULO - SP, 1996.

COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016, p. 19-45.

FERNANDEZ, F. A. dos S. **O poema imperfeito: crônicas de Biologia, conservação da natureza, e seus heróis**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2018.

FOLDER - **PROGRAMA DE CONTROLE DE EMISSÃO RUIDOS** – SUDEMA, 2019.

HAMMES, Valéria Sucena. Desenvolvimento Sustentável. In: **Construção da proposta pedagógica**. Vol 1. Embrapa – Editora Técnica. São Paulo: Globo, 2017.

SANTIAGO, Fabiana Xavier Costa. **Levantamento qualitativo e quantitativo dos resíduos sólidos gerados no Campus I da UEPB**. MONOGRAFIA, UEPB, Campina Grande – PB, 2001.

SIMÓN FERNÁNDEZ, X.; DOMINGUEZ GARCIA, D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n.2, p.17-26, abr./jun. 2018.

SOUZA, F. P. **A poluição sonora ataca traiçoeiramente o corpo**. Disponível em: <<http://www.icb.ufmg.br/lpf/2-14.html>>. Acesso em: 14 fevereiro 2020.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21:21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

UNIVERSO AMBIENTAL. **Responsabilidade social** disponível em <http://www.universoambiental.com.br/novo/canais>, acessado em 20 de novembro de 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Résumé D'orientation Des Directives De L'oms Relatives Au Bruit Dans L'environnemental [documentos on line]** 2003. Disponível em: <<http://www.who.int/homepage/primers>>. Acesso em: 19 setembro 2019.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E OS DESAFIOS DAS COMISSÕES DE INTEGRAÇÃO EM ENSINO SERVIÇO

PERMANENT EDUCATION IN HEALTH SERVICES AND THE CHALLENGES OF INTEGRATION COMMISSIONS FOR TEACHING

LA EDUCACIÓN PERMANENTE EN SALUD Y LOS DESAFÍOS DE LAS COMISIONES DE INTEGRACIÓN EN ENSEÑANZA

Cristiane LEMOS¹

Mary Anne de Souza Alves FRANÇA²

Edsaura Maria PEREIRA³

Fernando Marcello Nunes PEREIRA⁴

José Antônio Oliveira ALVES⁵

Resumo:

Em 2004 o Ministério da Saúde cria a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que tem como conceito pedagógico a Educação Permanente em Saúde (EPS). A Portaria GM/MS nº1996, de 2007, alinhou a PNEPS à proposta de fortalecimento da regionalização, sendo estruturadas as Comissões de Integração Ensino e Serviços (CIES). Esta pesquisa analisa o contexto da estruturação da PNEPS no estado de Goiás no período de 2009 a 2018. Estudo qualitativo realizado mediante a análise de documentos e de entrevistas com os sujeitos envolvidos neste universo. Observou-se que, apesar das CIES terem sido estruturadas nesse período, a descentralização da EPS pouco avançou, evidenciando pontos dificultadores, como: a baixa execução de ações pelas CIES, a descontinuidade dos processos formativos, ações educativas desvinculadas da PNEPS e pouca transparência no direcionamento do financiamento das ações de EPS.

Palavras chave: Política de Saúde; Educação Continuada, Sistema Único de Saúde

Abstract:

In 2004 the Ministry of Health created the National Policy on Permanent Education in Health (PNEPS), which has as a pedagogical concept the Permanent Education in Health (EPS). The GM/MS Administrative Rule No. 1996, of 2007, aligned PNEPS with the intention regarding regionalization strengthening, structuring the Services and Education Integration Commissions (CIES). This research analyzes the context of the PNEPS structure in the state of Goiás, through the implementation of the CIES, from 2009 to 2018. It's a qualitative study, performed through the analysis of documents and interviews with PNEPS managers in this universe. Although the CIES structured in this period, was observed that, the decentralization of the EPS barely advanced, evidencing difficulty points such as: the low execution of actions by the CIES, the discontinuity of the formative processes, educational actions disconnected from PNEPS and poor transparency in regards to the use of the financing of EPS's actions.

Key words: Health policy; Education Continuing. Unified Health System

1 Possui graduação em Faculdade de Odontologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1995), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2003) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2010). Atualmente é professora associada da no Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás

2 Cirurgiã dentista graduada pela Faculdade de Odontologia UFG (1989), com especialização em Endodontia, Vigilância Sanitária e epidemiológica, Odontologia em Saúde Coletiva e especialização Multiprofissional em Saúde da Família e Educação Permanente em Saúde, Mestre em Saúde Coletiva pela UFG. Doutoranda em Clínica Odontológica, do Programa de Pós-graduação em Odontologia da Universidade Federal de Goiás. Participo como acadêmica do grupo de pesquisa Saúde Bucal Coletiva no CNPq. Tutora da Rede Amamenta Brasil.

3 Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás (1981), Especialista em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2002), Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (2007) e Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Ciências da Saúde da UNB (2010). É Professora adjunta do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, IPTSP/UFG. É coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFG e Subcoordenadora do Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Saúde Coletiva, NESC/ PRPG/ UFG. É Vice Diretora do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, IPTSP/UFG

4 Bacharel em Nutrição pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialização em Micropolítica da Gestão e do Trabalho em Saúde pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) na Universidade Federal de Goiás

5 Bacharel e Licenciado em Enfermagem pela Universidade Federal de Goiás, cursando Mestrado pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino na Saúde, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás, com linha de pesquisa em Processos Educativos no Trabalho em Saúde.

Resumen:

En 2004, el Ministerio de Salud creó la Política Nacional de Educación Permanente en Salud (PNEPS), que tiene como concepto pedagógico la Educación Permanente en Salud (EPS). La Ordenanza GM / MS 1996, 2007, alineó a PNEPS con la propuesta para fortalecer la regionalización, estructurando las Comisiones de Integración, Enseñanza y Servicios (CIES). Esta investigación analiza el contexto de la estructuración de PNEPS en el estado de Goiás, a través de la implementación de CIES, de 2009 a 2018. Estudio cualitativo realizado a través del análisis de documentos y entrevistas con los sujetos involucrados en este universo. Aunque CIES se estructuraron durante este período, la descentralización de EPS avanzó poco, destacando puntos difíciles, como: como la baja ejecución de acciones por parte del CIES, la discontinuidad de los procesos educativos, las acciones educativas desconectadas del PNEPS y la falta de transparencia en la dirección. financiación de acciones EPS.

Palabras clave: Política de salud; Educación Continua, Sistema Único de Salud

A formação do profissional em saúde foi contemplada na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.080/90, as quais incluem no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde, além do incremento do desenvolvimento científico e tecnológico.(BRASIL, 1988), (BRASIL, 1990) A gestão da formação de recursos humanos pelo Ministério da Saúde (MS) relacionou-se à perspectiva de orientar perfis profissionais condizentes com o novo modelo sanitário, pois segundo Lima e Braga (2006) os trabalhadores do novo sistema deveriam ser educados. não apenas para atuarem individualmente como membros da equipe de saúde, mas para participar, intervir e organização do sistema e atuar no seu controle.

Dessa forma, o desenvolvimento de recursos humanos passa a ser uma responsabilidade do MS, articulada com o Ministério da Educação tendo como premissa a relevância da "formação e ampliação da consciência sanitária dos trabalhadores e dos futuros profissionais de saúde sobre os princípios da reforma e do projeto societário que ela enseja." (LIMA, 2007,p. 11).

Em 2003, o Ministério da Saúde cria a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, com o objetivo de promover a integração dos setores de saúde e educação no sentido de propor mudanças e fortalecer as instituições formadoras de profissionais atuantes na área na formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área de saúde.No ano de 2004 é publicada a Portaria nº 198/GM/MS, que institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e adota como conceito pedagógico central a Educação Permanente em Saúde (EPS) (BRASIL, 2004).

Na visão ministerial, a EPS se associa com a ideia de novas formas de gerir os problemas do SUS, consubstanciando-se ao mesmo tempo com a educação para a gestão e resolutividade. Considera que o processo de capacitação do pessoal da saúde deve ser estruturado a partir da aprendizagem significativa e da problematização do seu cotidiano de trabalho e que tenham como objetivos a "transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho" BRASIL, (2004, p. 8).

A partir deste novo referencial pedagógico foram criados os Polos de Educação Permanente em Saúde (PEPS) que eram espaços descentralizados de decisões para os setores envolvidos com a saúde desenvolverem o planejamento para educação e gestão do SUS (BRASIL, 2004). No ano de 2006 haviam 96 PEPS instalados em todas as regiões do País (BRAVIN, 2008).

Em 2007 a PNEPS passa a se alinhar com o Pacto pela Saúde (BRASIL, 2006) no sentido de fortalecer a regionalização do SUS com a publicação da Portaria nº1.996/GM/MS. Os PEPS são extintos e a EPS passa a ser conduzida pelos Colegiados de Gestão Regional (CGR) com apoio das Comissões de

Integração Ensino-Serviços (CIES)(BRASIL, 2007), . Em 2011, com o Decreto 7.508 as CIES passam a articular com as Comissões Intergestores Regional (CIR) que substituíram os CGR (BRASIL, 2011).

A CIES é reconhecida como instância de negociação e pactuação da PNEPS que favorece a participação no processo decisório de representantes das esferas de governo, segmentos da sociedade e demais atores indiretamente implicados com a execução dos processos formativos (FRANÇA, 2016).

Pesquisas de Castro(2009), Silva(2011), Laranja(2012), Vasconcelos, Cavalcante, Teófilo (2013), Schott(2013), Ferraz et al (2013), Daniel, Sandri, Grillo (2014), Gouvêa, Figueiredo, Santos(2015), França(2016), Rio de Janeiro(2018/2019), demonstram que a implementação da CIES não tem sido um processo fácil destacando questões como: dificuldade de elaboração dos planejamentos com o referencial da EPS, problemas de recursos humanos e de financiamento, reduzida implantação das CIES regionais, participação incipiente dos gestores, indefinição de parâmetros para construção de projetos, ausência de avaliação acerca de projetos desenvolvidos e de descentralização do planejamento do processo educacional. Estas problemáticas têm sido preocupação do Departamento de Gestão em Educação em Saúde (DEGES) que em 2017 organizou a oficina “PNEPS: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?” que buscou refletir sobre os rumos da EPS no país . Os resultados preliminares deste trabalho apontam para a complexidade da gestão na implementação da PNEPS, destacando a falta de compreensão e priorização da maioria dos gestores no processo de planejamento e programação, o que está conectado com o grau de desenvolvimento das CIES (BRASIL, 2018).

Diante deste contexto considerou-se importante pesquisar sobre o processo de construção da Política de EPS no Estado de Goiás, desde a criação dos Polos de EPS em 2004. Este artigo traz o recorte temporal de 2007 a 2018, tendo como objetivo analisar especificamente a implementação das CIES em Goiás.

METODOLOGIA

O estudo realizado é de natureza qualitativa, utilizando como ferramentas de pesquisas: a análise documental e a coleta de depoimentos. Ao considerar os diferentes olhares dos participantes, os estudos qualitativos permitem compreender o dinamismo interno dos processos, geralmente inacessível ao observador externo (LUDKE, ANDRÉ (1986).

Os documentos consistem de qualquer elemento textual que contenha informações de relevância para o estudo, provenientes de diversificadas fontes e nos mais variados formatos (GIL,2010). Foram selecionados os documentos relacionados com os temas: CIES e EPS relacionados ao Estado de Goiás, no período de 2007 a 2018, de acesso público e ou disponibilizados por órgãos oficiais.

Nove pessoas participaram deste estudo como informantes chave. Estas foram identificadas a partir do contato com membros ativos ou que estiveram envolvidos no processo de gestão da PNEPS em Goiás, incluindo coordenadores e participantes da CIES, gestores e técnicos da Escola de Saúde Pública (ESAP) Cândido Santiago. As entrevistas cessaram quando as informações compartilhadas com o pesquisador se tornaram repetitivas e encontrou-se o denominado “ponto de saturação” (FONTANELLA, RICAS, TURATO , 2008).

A interpretação dos dados foi realizada mediante análise de conteúdo temática. O

conteúdo dos áudios das entrevistas foi transcrito e os dados foram submetidos a análise criteriosa em busca dos núcleos de sentido (MINAYO, 2014).

O presente projeto recebeu aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da Centro Universitário UniEvangélica, protocolo nº 012/2012.

RESULTADOS

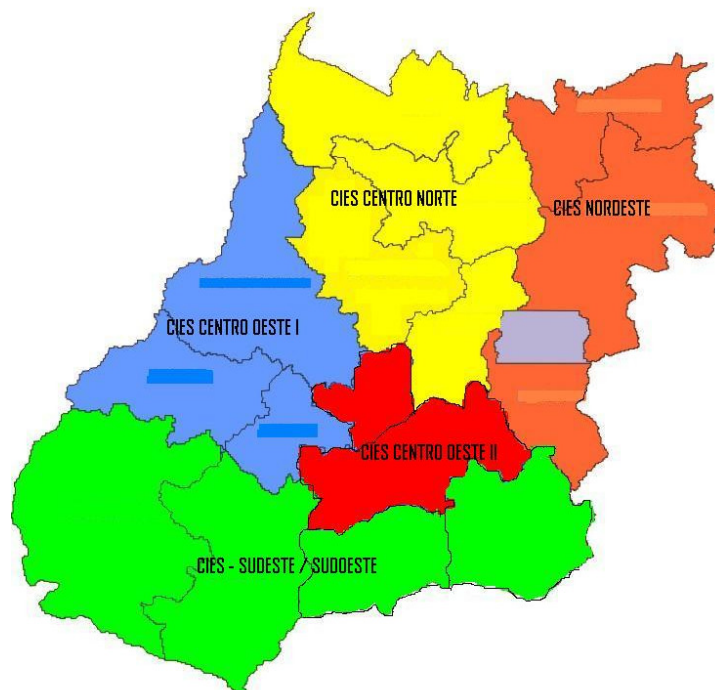
A partir da análise dos dados foi possível levantar duas categorias centrais: processo de Implementação das CIES e financiamento da Política de EPS

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS CIES

A partir do segundo semestre de 2009, a Secretaria Estadual de Saúde (SES), via Escola de Saúde Pública (ESAP) assume o planejamento e a estruturação dos processos de EPS. França(2016) afirma que a Portaria nº 1.996/2007 trouxe à SES um papel de maior centralidade na condução regional da PNEPS em todo país, diferente da época dos Polos de EPS que havia uma relação direta do com as instituições de ensino (CONASS, 2006).

Com elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente do Estado de Goiás em 2009 foram constituídas cinco CIES (Figura 1) com base nas cinco macrorregiões estaduais, à época: Central/Centro Sul, Nordeste, Centro Norte, Centro Oeste e Sudeste/ Sudoeste e coube à Secretaria Estadual de Saúde por meio da ESAP gerenciar o processo. (GOIÁS, 2009).

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS CIES NO ESTADO DE GOIÁS



Esta proposta de regionalização por macrorregiões pode ser considerada um avanço na descentralização da gestão da EPS, pois os estudos CASTRO (2009), GOUVÊA, FIGUEIREDO, SANTOS (2015), SENNA, ARANTES (2015) demonstraram que alguns Estados, tais como Tocantins, Rio de Janeiro e Minas Gerais, tiveram dificuldade em superar a tradição de verticalização das ações de formação em saúde.

Estudo de França (2016) demonstrou que os estados pesquisados, incluindo Goiás, possuem

composição ampla na CIES, com representação de diversas instituições. Isto é confirmado por um dos depoentes:

A CIES é fundamental para poder continuar o processo de EPS, porque é na CIES que ela se formaliza. É na CIES que a discussão acontece e que se reúne esse quadrilátero mensalmente". (D3)

É importante destacar que o denominado “quadrilátero da formação” amplia o âmbito da EPS da parceria ensino/serviço já previsto na concepção de EPS da OPAS, para outros segmentos, como os: trabalhadores, gestores, usuários (controle social), professores/acadêmicos, os quais, possibilitam a construção de estratégias com maior potencial de serem utilizadas na prática (CECCIM, FEUWERWERKER, 2004). No entanto, uma das depoentes relata que nem sempre é possível esta representação diversificada:

Há dificuldade dos recursos humanos... Até às vezes têm pessoas boas, mas tem dificuldade de liberação, porque tem que participar de reuniões e muitos deles trabalham. Além disso, na universidade tem que ter uma pessoa que faça parte da CIES. Agora nos Conselhos de Saúde que é difícil achar pessoas que possam fazer parte. (D4)

Para constituição e estruturação das CIES foi organizado pela ESAP no ano de 2009 o Curso “Fortalecimento do SUS e de Qualificação da EPS” que foi realizado nas cinco macrorregiões de saúde. Com estas oficinas constatou-se que os membros da CIES necessitavam de maior fundamentação teórica sobre EPS e deste modo foi elaborado a partir de 2010 o “Curso de EPS e Saúde e Problematização”, na modalidade semipresencial tendo como público alvo participantes de todas CIES goianas. Este curso objetivou oferecer um embasamento teórico sobre a PNEPS, e previu como produto final a elaboração do Plano Regional de EPS (PAREPS) para cada CIES. Sobre o Curso há os seguintes relatos:

Cada CIES construiu o seu PAREPS e identificou em cada nível regional todas as necessidades de qualificação de aperfeiçoamento, de cursos de graduação, de pós-graduação, que se diz respeito a educação no quadro do SUS [...]. (D3)

Acho que avançou a questão de parar para pensar sobre o assunto, porque antes nem era discutido. [...] Antes cada um fazia o que queria e pensava cada um por si. O planejamento coletivo foi o grande avanço com o PAREPS”. (D1)

Houve diferenças entre as CIES na capacidade de elaboração do PAREPS. Questões como o conhecimento prévio sobre EPS, envolvimento dos membros da CIES no planejamento, distância entre os municípios e dificuldades de transporte/ deslocamento influenciaram neste processo. Veja o depoimento deste entrevistado:

Então, a compreensão da EPS eu vejo, ela não está difundida de forma homogênea no estado. Há compreensões diferentes para cada CIES, algumas conseguiram aprender melhor conceitualmente EPS e outras menos. Muitos profissionais não sabem conceituar e consequentemente não sabem da sua importância. (D3)

A baixa apropriação dos conceitos e de capacidade de formulação de políticas de EPS já aconteciam desde a implantação dos PEPS (BRASIL, 2004). Esta dificuldade também foi relatada na pesquisa de Mendonça, Nunes (2011) no Estado do Paraná e nas oficinas de avaliação da PNEPS realizadas pelo Ministério da Saúde no ano de 2017 (BRASIL, 2018).

Com a Portaria nº 1.996 de 2007 o Conselho de Gestores Regionais (CGR) se torna responsável por instituir processo de planejamento regional da EPS e as CIES tem como prerrogativa “apoiar e cooperar tecnicamente com os CGR para a construção dos PAREPS da sua área de abrangência” (BRASIL, 2007). No entanto, o que se verificou em Goiás, foi um maior protagonismo da CIEs e pouca participação dos CGR. No depoimento abaixo esta questão é evidenciada.

O principal desafio, do meu ponto de vista é a abertura da gestão para compreenderem o que é EPS. Porque na medida em que os gestores entendem, eles te ajudam com recursos financeiros, recursos humanos, entre outros. Mas quando você não tem o apoio da gestão para a EPS fica tudo muito difícil. (D1)

Estudo de Schott (2013) realizado no estado de São Paulo detectou que os CGR também não foram condutores da implementação da Política de EPS, pois ao contrário de assumir este papel, encaminhavam representantes para as atividades relativas à EPS. Outra pesquisa (LEMOS, 2010) reflete que em geral os gestores estão distantes, não tem conhecimento na área educacional e estão sempre muito atarefados com as diversas demandas solicitadas em seus serviços.

Mudanças no cenário político também afetaram o processo de construção da Política de EPS em Goiás. A reeleição do governador Marconi Perillo no ano de 2010 e a renovação nos quadros gerenciais na ESAP trazem mudanças no cenário das CIEs:

A gente teve um descompasso no final de 2010 (...), ela (a CIEs) sofreu uma desorganização. Com a mudança de gestores mudou e paralisou tudo (...) No PAREPS havia metas a médio e longo prazo, que não foram feitas, porque como eu te falei, com essa mudança na coordenação da gestão estadual tudo parou. Este processo de implantação, foi muito bom, acho que ia dar bem certo, só que de repente parou. (D1)

A dissertação de mestrado de Lucas (2019) sobre análise da EPS no Estado de Goiás confirma esta problemática. O novo Superintendente paralisou “Curso de EPS e Saúde e Problematização” que estava em andamento, pois na sua perspectiva havia irregularidades no pagamento de horas aulas de docentes. O Curso:

chegou a ser suspenso e reiniciado, por mais de uma vez, desmotivando alunos e docentes, causando evasão de 50% dos alunos inscritos e a maioria dos egressos não seguiram os objetivos propostos pelo curso, para instalar e conduzir as CIEs Regionais. (LUCAS, 2019, p. 62)

O que se percebe neste processo é que a mudança de gestão traz um cenário de instabilidade. A descontinuidade político-administrativa apresenta-se como um fenômeno do sistema político brasileiro, notadamente em âmbito municipal. O processo de implementação das políticas de saúde é afetado pela descontinuidade, causando prejuízos, entre os quais, atrasos e interrupções nos programas de educação não formal que são importantes para a promoção do empoderamento (MACHADO, COTTA, 2015).

Segundo um depoente

Com toda troca de gestão sempre há mudanças de percurso. No caso da CIEs, na minha opinião, não houve prioridade. Sei que algumas CIEs continuaram se reunindo, mas as ações passaram a não ser mais realizadas. E o mais importante é que há um montante de recursos parado, porque não estão conseguindo implementar a PNEPS(D2).

A partir de então há diminuição no ritmo da construção da EPS no Estado, com desarticulação das CIEs. Os PAREPS são retomados só no fim do primeiro semestre de 2015, com a

proposta de planejamento para o quadriênio de 2016-2019³².

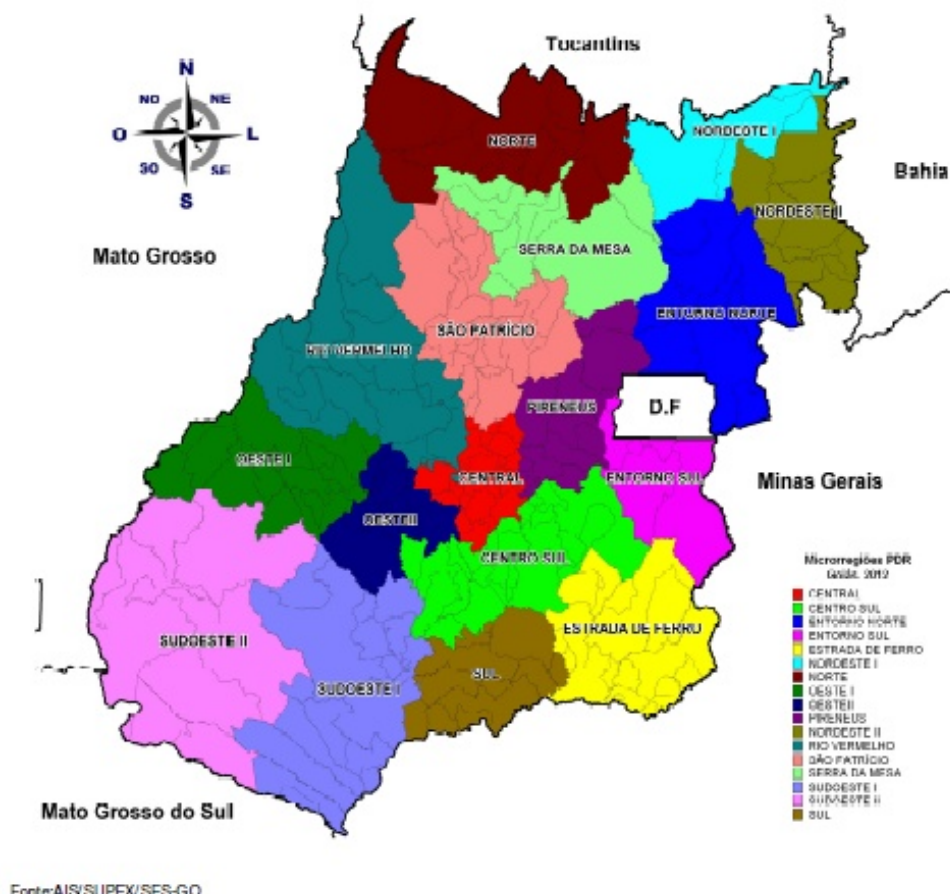
A descontinuidade sempre acontece em função de um viés político, que despreza considerações sobre possíveis qualidades ou méritos que tenham as ações, engavetando planos futuros tendo como consequência “o desperdício de recursos públicos, a perda de memória e saber institucional, o desânimo das equipes envolvidas e um aumento da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores que vêm e vão ao sabor das eleições” (NOGUEIRA, 2006, p. 13)

Esse descompasso, no que diz respeito ao papel da gestão municipal na estruturação das CIES, enquanto instâncias de apoio à gestão e a relação com a descontinuidade político-administrativa, é abordada em um ensaio de Machado, Cotta (2015) que trata sobre a descontinuidade político-administrativa nos municípios e seus possíveis efeitos sobre as políticas de saúde, em particular sobre a execução de programas de educação não formal. Os autores destacam o aspecto da gestão enquanto exercício da ação coletiva, permeada pela qualificação das pessoas envolvidas com a gestão, no que denominam de empoderamento, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, conhecimentos e atitudes. Se referem ainda à virtude cívica, como *atributo de indivíduos que se ocupam com questões coletivas*, sendo essa virtude fundamental para que ocorra a participação social na gestão da saúde pública (Machado, Cotta, 2015).

Em 2011, o Decreto 7.508 também altera o cenário da gestão e da Política de EPS. Este Decreto determina como instrumento de gestão o Contrato Organizativo da Ação Pública (COAP) da Saúde que corresponde o acordo firmado de colaboração entre os entes federativos para a organização da rede interfederativa de atenção à saúde. Também cria Comissão Intergestores Regional (CIR), no âmbito regional, vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para efeitos administrativos e operacionais, devendo observar as diretrizes da CIB (BRASIL, 2011).

Neste ano também foi criada a Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS (SEST-SUS), incorporando a ESAP e o Centro de Educação Profissional de Saúde (CEP-SAÚDE). É criada a Secretaria Executiva da CIES Estadual, sendo indicadas duas profissionais da ESAP para atuar nas questões administrativas envolvidas na gestão da PNEPS, no âmbito estadual e regional. Uma das suas primeiras ações foi realizar uma análise conjuntural sobre a implementação da EPS no Estado e diagnosticar o esvaziamento das reuniões mensais das CIES³³.

Em 2012 é elaborado novo Plano Diretor de Regionalização (PDR) do Estado de Goiás que foi dividido em cinco Macrorregiões Centro- Sudeste, Sudoeste, Centro-Oeste, Centro Norte, Nordeste e 17 Regiões de Saúde com 17 sedes Administrativas Regionais (GOIÁS, 2012(a)). Neste ano foi instituída a CIES-Estadual e 17 CIES Regionais no Estado de Goiás, e fica estabelecido que o Estado deve promover e apoiar a gestão da EPS e processos relativos à mesma no âmbito estadual (GOIÁS, 2012(b), (GOIÁS, 2012(c)). Atualmente, o estado está dividido em 18 Regiões de Saúde e 17 CIR's e 17 CIEs .



Neste mesmo ano é realizado o II Seminário de EPS no Estado de Goiás, com o objetivo de divulgar a PNEPS para as Regionais de Saúde, fortalecer a criação das CIES Regionais e empossar os membros da CIES Estadual. A partir deste período, cerca de catorze Regiões de Saúde cumpriram com a responsabilidade de organizar e elaborar os PAREPS para o quadriênio 2016-2019, ficando três sem realizarem o planejamento³³. Segundo o Plano Estadual de EPS implantado em 2018, atualmente há catorze CIES instituídas, mas apenas seis são atuantes(GOIÁS, 2018).

O estudo de Lucas (2019) evidencia que as dificuldades para implementação das CIES neste segundo período relacionam-se principalmente: ao baixo envolvimento dos gestores, a não priorização da EPS nas pautas da CIR, ao pequeno envolvimento de membros do quadrilátero, ausência da cultura de valorização das potencialidades locais, no processo de implantação e estruturação das CIES Regionais, na interferência político partidária, na composição da equipe técnica das regionais de saúde e na carência de recursos humanos com perfil adequado.

O que se percebe que desde 2009 houve várias movimentações para consolidação das CIEs e desenvolvimento dos PAREPS. Questões políticas, culturais e institucionais dificultaram o processo de implementação da EPS neste período. Depois de mais de uma década de lançamento da Portaria nº 1996/2007/GM/MS, apesar do esforço de alguns envolvidos nestes processos pode-se considerar que em relação a descentralização e execução dos projetos PAREPS pouco se avançou e as questões de financiamento que iremos discutir no próximo se destacaram como uma dificuldade.

FINANCIAMENTO E POLÍTICA DE EPS

Questões relacionadas a financiamento foram pontos de destaque entre os depoentes no processo de constituição das CIES. É importante mencionar que no período dos Polos de EPS (2004-2006) o financiamento era previsto a partir da aprovação dos projetos que eram enviados para o DEGES. Com a Portaria nº 1996, estabelece-se a descentralização dos recursos com transferência regular e automática os respectivos Fundos Estaduais ou Municipais de Saúde. (BRASIL, 2007).

Um dos depoentes reconhece que a “partir do momento que se criou a Política e destinou o recurso, houve um ganho notável para EPS (D3)”. No entanto, a questão da transparência do financiamento e sua descentralização foi uma questão crítica neste processo. As CIES que inicialmente tiveram papel ativo na produção dos PAREPS não tinham conhecimento de quais seriam os repasses financeiros para execução dos projetos. Segundo os depoentes:

Esse recurso eu sei que existe, mas não sei ao certo os valores, mas sei que tem um montante que está parado” (D7)

Que eu sei é que recursos em execução são de Portarias antigas, de 2008, 2009, se não me engano os recursos de 2011 e 2012 não tem execução ainda. (D3)

O que se constata é que muitos projetos que foram realizados no Estado com o financiamento da PNEPS não foram previstos no PAREPS. E os projetos previstos no PAREPS, não foram realizados por não haver repasse do financiamento. Nesta perspectiva houve descumprimento à lógica estabelecida pela Portaria 1996(BRASIL, 2007). Veja o depoimento seguinte sobre esta problemática:

cada CIES ficou um pouco por conta de si mesma, porém o recurso é em nível estadual, nível central, então cada CIES tem seu PAREPS, porém não tem como executar através de projetos, porque o recurso é centralizado, não é repassado a cada CIES. (D3)

Estes descompassos sobre a descentralização financeira para execução dos projetos em cada CIES foram bastante prejudiciais, deixando transparecer por parte da gestão da SES, uma incompreensão sobre o papel dessas instâncias na formulação e execução da EPS, no Estado. Em 2012, o MS interrompeu o repasse automático de recursos para EPS, que era anual e tinha como pré-requisito a apresentação do Plano Estadual de EPS¹⁰. Este depoimento confirma esta situação:

o dinheiro está lá, nunca foi utilizado. No final de 2012 foi devolvido 30 milhões para o Ministério da Saúde, de recurso que vieram tanto para as Políticas de EPS quanto para investimento na educação do trabalhador. E outros recursos estão aí nos cofres do Estado e não tem investimento, não existe, então não tem como (D5)

O estudo de Silva et al sobre as CIES de Santa Catarina evidenciou estas problemáticas relacionadas à gestão de recursos destinados à política, destacando: a burocratização, a indefinição de formas de execução financeira e a morosidade permeando estruturas regionais responsáveis pela gestão dos recursos.

A pesquisa de França(2016) de âmbito nacional apontou de forma geral os seguintes problemas financeiros: dificuldade de execução pela natureza administrativa e de conteúdo jurídico legal, além da insuficiência para atender as demandas. Também foi lembrada a baixa capacidade de gastos por parte dos estados; seja porque há recursos carimbados com pouca flexibilidade de utilização ou pelos limites impostos pela Lei nº 8.666/1993 que privilegiadamente destinava valores

para a compra de produtos, além de questionamentos à descentralização do financiamento dos recursos do Tribunal de Contas; entre outras (BRASIL, 1993)

França (2016) discute que a concretização da PNEPS, enfrenta dificuldades agravadas pelo fato de que as diferentes instâncias do SUS produziram mecanismos ágeis para o financiamento e contratação de ações e serviços de saúde, mas não para ações e serviços educacionais. Assim, toda a máquina pública, que opera bem em âmbito das ações de saúde, “emperra” quando se trata de ações de educação.

Outra pesquisa de Ouverney, Ribeiro e Moreira (2017) considerou que de forma geral os processos de gestão descentralizada no Brasil são marcados por diferenças expressivas de capacidade de oferta, recursos financeiros, níveis de conflito político, capacidade institucional e de gestão, podendo produzir respostas muito diversificadas às políticas propostas pela esfera federal para a organização de redes de atenção à saúde.

Após um período estático em relação aos processos de EPS, são instituídos em 2015 os Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), tendo como um dos princípios a integração das ações de formação aos processos de EPS na rede de saúde (BRASIL, 2015). Em novembro de 2017 é lançado o Programa para o Fortalecimento das Práticas de EPS no SUS (PROEPS-SUS) que busca viabilizar as ações na realidade dos serviços de saúde, do fortalecimento da Atenção Básica e integração com os demais níveis de atenção para a qualificação dos profissionais e obtenção de respostas mais efetivas na melhoria do cuidado em saúde (BRASIL, 2017). No seu artigo 5º institui “incentivo financeiro de custeio para a elaboração de Plano Estadual de Saúde” que se torna uma real possibilidade de fortalecimento da EPS. Partindo destas premissas em 2018 é aprovado novo Plano Estadual de EPS de Goiás (2019-2022)(GOIÁS, 2018).

O estudo de Lucas(2019) aponta que a CIES-Estadual de Goiás ainda não conseguiu se efetivar como instância interinstitucional e regional para a co-gestão do PNEPS, contudo há avanços no final do ano de 2017, com a construção coletiva e as pactuações em fluxo com as instancias gestoras no estado de Goiás. Assim se abre novas perspectivas na institucionalização da Política de EPS no Estado, que deverão ser objeto de estudo para novas pesquisas. .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse deste estudo foi analisar o processo de implementação da Política de EPS no estado de Goiás, buscando compreender qualitativamente os seus processos de institucionalização.

O que se constata é que com a implantação da Portaria 1996 a partir de 2007 há um movimento de construção da Política de EPS com o protagonismo da SES via ESAP. AS CIES são instituídas e são organizados cursos e oficinas para formação dos sujeitos e elaboração dos PAREPS.

Não foi objeto deste estudo analisar as questões pedagógicas relativas aos processos da Política de EPS. O olhar foi mais para a compreensão do movimento de institucionalização das instâncias legais e neste sentido reconhece-se que no período analisado houve empenho para organização das CIES e dos PAREPS, mas que este processo ainda não está efetivado.

A partir da análise de depoimentos e documentos foi possível compreender os vários desafios no estabelecimento da Política de EPS no estado, tais como: dificuldades de apropriação do

referencial teórico, falta de protagonismo dos gestores, problemas de financiamento e de descontinuidade político-administrativa, dificuldades de descentralização da gestão da Política de EPS. Percebe que estas problemáticas não são exclusivas de Goiás e foram relatados em diversos estudos citados neste artigo.

O PROEPS-SUS com sua nova perspectiva de incentivos financeiros traz novas perspectivas de regionalização e descentralização dos processos de EPS, devendo ser analisado em outros estudos.

As diretrizes nacionais da PNEPS postas constituem um processo, sem dúvida, inovador, mas sua implementação nas estruturas estaduais e municipais de saúde, ainda tem um longo caminho. São questões pedagógicas que precisam ser refletidas e que se se entrelaçam em desafios estruturais, institucionais e culturais tornando este campo de estudo bastante complexo.

O que não se pode deixar de destacar é que o fortalecimento do SUS está necessariamente vinculado a processos educacionais/formativos que colaborem para formação de trabalhadores/gestores/acadêmicos com consciência crítica e comprometimento para atuarem/lutarem para sua consolidação. É neste sentido que consideramos fundamental investigar os rumos que a Política de EPS tem tomado no país, colaborando para compreensão de seus processos e estimulando o desenvolvimento de novos estudos.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

_____. Ministério da Saúde. Lei n. 8080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1990.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contrato da administração pública e dá outras providências.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. 2004(a).

_____. Ministério da Saúde. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: polos de educação permanente em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004(b).

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União. 22 Ago 2007.

_____. Ministério da Saúde. Pacto pela saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde - 1. ed. rev. - Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 73 p.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Interministerial nº 1.127, de 04 de agosto de 2015. Institui as diretrizes para celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública ensino-saúde (COAPES), para o fornecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2015

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.194, de 2017. Dispõe sobre o Programa

- para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS. 2017.
- BRAVIN, F.P. Política e ação pública: análise da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. [dissertação]. Brasília (DF): Programa de Pós-graduação em Política Social, UNB; 2008.
- CASTRO, C.H.A. Análise da implantação da Política Nacional de Educação Permanente em saúde no estado do Tocantins. [dissertação]. Itajaí (SC): Universidade do Vale do Itajaí; 2009.
- CECCIM, R.B.; FEUERWERKER L.C.M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis: revista de saúde coletiva*. Rio de Janeiro; v.14, n.1, p.41-65, 2004.
- CONASS. Avaliação dos polos de educação permanente em saúde. nota técnica 028/2006. Brasília, 2006.
- DANIEL, H.B., SANDRI, J.V.A., GRILLO, L.P.. Implantação de Política de Educação Permanente em Saúde no Rio Grande do Sul. *Trab. Educ. Saúde.*; v.12, n.3, p.541-562, 2014.
- FERRAZ, F., BACKERS, V.M.S., MARTINEZ, F.J.M., FEUERWERKER, L.C.M., LINO, M.M. Gestão de recursos financeiros da Educação Permanente em Saúde: desafio das Comissões de Integração Ensino-Serviço. *Cien. Saúde Colet.* v.18, n.6, p.1683-1693, 2013.
- FRANÇA, T. Análise da Política de Educação Permanente do SUS (PES) implementada pelas Secretarias Estaduais de Saúde. Relatório final (volume II). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de medicina Social, 2016.
- GIL, A C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas; 2010.
- FONTANELLA, B.J.B.; RICAS, J., TURATO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, v.24, n.1, p. 17-27, 2008
- GOIÁS. Secretaria de Estado da Saúde. Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás. Resolução nº 28/CIB, que Aprova Desenho Final do Plano Diretor de Regionalização do Estado de Goiás, 2012(a)
- _____. Secretaria de Estado da Saúde. Resolução nº 075/CIB que Aprova a Constituição da Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço do Estado de Goiás /CIES ESTADUAL. 2012 (b).
- _____. Secretaria de Estado da Saúde. A Resolução nº 4/2012. Estabelece que Estado deve promover e apoiar a gestão da EPS e processos relativos à mesma no âmbito estadual. 2012 (c).
- _____. Secretaria de Estado da Saúde. Resolução CIB nº 137, de 19 de novembro de 2009. Estabelece a criação de CIES em cinco macrorregionais de saúde, o fórum estadual de educação permanente em saúde, o plano estadual de educação permanente em saúde, 2009
- _____. Comissão Intergestores Bipartite do Estado De Goiás. Resolução nº 247/2018, Aprova o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde. 2018.
- GOUVÊA, M.V., FIGUEIREDO, E.B.L., SANTOS, C.M.L.. Educação Permanente em Saúde no estado do Rio de Janeiro. Anais do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva; UFG. Goiânia; 2015.
- LARANJA, M.R.A. Implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Município de São Paulo, 2012, 39f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Pública), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.
- LEMOS, C.L.S. A concepção de Educação Permanente em Saúde da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. 2010. 171f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2010.
- LIMA, J.C.F; BRAGA, I.F. Projeto Memória da Educação Profissional em saúde. Anos 1980-1990. Relatório final. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
- LIMA, JCF. Neoliberalismo e Formação Profissional em Saúde. *Trabalho Necessário*. v.5, n.5, p.1-16, 2007.
- LUCAS, T.V. Análise de educação permanente na educação profissional em saúde no estado de Goiás. 2019. 34f. Dissertação (Mestrado em educação profissional em saúde). Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz; Rio de Janeiro (RJ), 2019.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MACHADO, J.C., COTTA, R.M. Reflexões sobre os processos de municipalização das políticas de saúde: a questão da descontinuidade da política administrativa. *Interface: comunicação, saúde, educação*. São Paulo; v.19, n.52, p.1591-70, 2015.
- MENDONÇA, F.F., NUNES E.F.P.A. Necessidades e dificuldades de tutores e facilitadores para implementar a política de educação permanente em saúde em um município de grande porte no estado do Paraná. *Interface Botucatu*; v.15, n.38, p.871-882, 2011
- MINAYO, MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição. São Paulo (SP). Hucitec, 2014.
- NOGUEIRA, F.A. Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que

sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Empresas).Escola de Administração de Empresas de São Paulo; São Paulo, 2006.

OUVERNEY, A.M.; RIBEIRO, J.M.; MOREIRA, M.R.. O COAP e a Regionalização do SUS: os diversos padrões de implementação nos estados brasileiros. Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro; v.22, n. 4, p.1193-1207, 2017

RIO DE JANEIRO . Superintendência de Educação em Saúde. Bases para diálogo e reflexões em Educação Permanente em Saúde. Rio de Janeiro, 2018/2019.

SCHOTT, M. Educação Permanente em Saúde: Implementação da Política no Estado de São Paulo 2013, 302p, Tese (Doutorado em educação). Universidade Estadual de Campinas; Campinas, 2013.

SENNA, M.C.M., ARANTES,R.F.. Participação Social na CIES: a experiência de Minas Gerais. Anais do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva; UFG. Goiânia; 2015.

SILVA, L.A.A.; FRANCO, G.P.; LEITE, M.T., PINNO C., LIMA, V.M.L., SARAIVA, N. Concepções educativas que permeiam os Planos Regionais de Educação Permanente em Saúde. Texto e contexto Enferm. ; v.20, n.2, p.340 -348, 2011.

VASCONCELO,S M.I.O.; COSTA, A.A., CAVALCANTE,A.S.P., TEÓFILO, F.K.S. Implantação de política de educação permanente no estado do Ceará: um estudo de avaliabilidade. R. Eletr. de Com. Inf. Inov.Saúde, v.7, n.4, p.1-13, 2013.

COMPLEXIDADE, IMAGINÁRIO, EDUCAÇÃO – UMA CARTA DE NAVEGAÇÃO

COMPLEXITY, IMAGINARY, EDUCATION - A NAVIGATION CHART

COMPLEJIDAD, IMAGINARIO, EDUCACIÓN-UNA TABLA DE NAVEGACION

Iduina Chaves¹

Márcio Mori²

Resumo:

O objetivo deste artigo é o de compreender as relações existentes entre complexidade, imaginário e educação e de como aplicar esses conhecimentos para repensar a organização escolar e a prática docente, nas quais se realizam as práticas simbólicas organizadoras do real social, no intuito de acolher e de conhecer a cultura individual ou de um grupo, para efetivar uma prática condizente com o atual cenário em que vivemos. Trata-se de um estudo qualitativo, ancorado no paradigma da complexidade, de Edgar Morin, e nas “Estruturas Antropológicas do Imaginário”, de Gilbert Durand, e fortalecido por estudos de renomados pesquisadores. Para a realização do estudo, foram elaboradas duas heurísticas: uma descrição da trajetividade acadêmica do discente e uma modesta apresentação do Teste Arquetípico de Nove Elementos, o AT-9. Acreditamos que por meio de uma emoção estética é que se descobre até um pouco mais de si mesmo, é que se aprende a conhecer o mundo e a natureza do outro, o mundo das subjetividades, o mundo da humanidade exterior; o mundo das outras mentalidades e culturas, como nos ensina Morin.

Palavras chave: Complexidade; Imaginário; Narrativa; Educação.

Abstract:

The aim of this article is to understand the relationships between complexity, imaginary and education and how to apply this knowledge to rethink school organization and teaching practice, in which the symbolic practices organizing the real social are carried out, in order to welcome and know the individual culture or a group, in order to effect a practice consistent with the current scenario in which we live. This is a qualitative study, anchored in the paradigm of complexity, by Edgar Morin, and in the "Anthropological Structures of the Imaginary", by Gilbert Durand, and strengthened by studies of renowned researchers. For the study, two heuristics were elaborated: a description of the student's academic attire and a modest presentation of the Archetipal Test of Nine Elements, the AT-9. We believe that through an aesthetic emotion is that one discovers even a little more of himself, is that one learns to know the world and the nature of the other, the world of subjectivities, the world of outer humanity, the world of other mentalities and cultures, as Morin teaches us.

Keywords: Complexity; Imaginary; Narrative; Education.

Resumen:

El propósito de este artículo es comprender las relaciones existentes entre complejidad, imaginario y educación y cómo aplicar estos conocimientos para repensar la organización escolar y la práctica docente, en la que se realizan las prácticas simbólicas que organizan lo social real, con el fin de acoger y conocer la cultura individual o grupal, realizar una práctica acorde con el escenario actual en el que vivimos. Se trata de un estudio cualitativo, anclado en el paradigma de la complejidad, de Edgar Morin, y en “Estructuras antropológicas del imaginario”, de Gilbert Durand, y fortalecido por estudios de reconocidos investigadores. Para la realización del estudio se elaboraron dos heurísticas: una descripción de la trayectoria académica del alumno y una modesta presentación del Test Arquetípico de los Nueve Elementos, el AT-9. Creemos que a través de una emoción estética es posible descubrir incluso un poco más de uno mismo, es que se aprende a conocer el mundo y la naturaleza del otro, el mundo de las subjetividades, el mundo de la humanidad exterior; el mundo de las otras mentalidades. y culturas, como nos enseña Morin.

Palabras clave: Complejidad; Imaginario; Narrativa; Educación.

1 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará(1975) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo(1998). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem. Atuando principalmente nos seguintes temas:Cultura Organização Imaginário sócio-antropologia.

2 Professor de Comunicação e Expressão, Oficina de Leitura, Interpretação e Redação Cinematográfica na UNICARIOCA. Professor-Tutor de Português Instrumental à Distância do CEDERJ-UNIRIO. Doutor em Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador Colaborador do Grupo de Pesquisa Cultura, Imaginário, Memória, Narrativa e Educação (CIMNE/UFF/CNPq. E-mail: portuguesinstrumental@gmail.com.

INTRODUÇÃO

“Estar no mundo é, pois, ser aprendiz. Não de conteúdos objetivos, mas das imagens que do mundo emanam. Aprendiz é o intérprete, que penetra em criptas para nelas, em tensa exaltação, (de)cifrar as (in)(de)cifráveis mensagens do existente.” (ESTRELLA BOAHADANA, 1992, p. 67)³

Habitamos um mundo de incertezas. Vivemo-las ano a ano e observamos, nos mínimos afazeres e nas experiências cotidianas da prática docente, a presença marcante do incerto, do que foge à lógica racional. Estamos preparados para esse enfrentamento?

Estamos nos preparando para (de)cifrar essas (in)(de)cifráveis mensagens do existente? Em que nos apoiamos como intérpretes, como aprendizes? Estamos nos preparando para navegar rumo a uma prática pedagógica que privilegie o aleatório, o acaso?

Somos navegadores. Aprendizes. Intérpretes. E em que base estamos a apoiar as nossas embarcações nas tempestades ocasionais? Com que cartas de navegação singramos os mares do pensamento? Estas são provoc(ações) para trazer à luz pensamentos que têm privilegiado questões que nos fazem ficar diante desse incerto e que nos auxiliam na travessia para uma outra margem. Assim, buscamos na literatura, que sempre se faz presente, subsídios para elucidar o pensamento e evocamos as palavras de Guimarães Rosa (1994, p. 85)⁴: “[...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

Para dar início a este breve estudo, no tentame de apaziguar as provocações – ou quem sabe desassossegá-las – e para realizar a travessia, cremos que o paradigma moriniano, os estudos de G. Durand e os de outros renomados pesquisadores podem auxiliar o pensar nesta trajetória.

Assim, temos como objetivo o fato de compreender as relações existentes entre complexidade, imaginário e educação e de como aplicar esses conhecimentos para repensar a organização escolar e a prática docente, na qual se realizam práticas simbólicas organizadoras do real social, no intuito de acolher e de conhecer a cultura individual ou de um grupo, para efetivar uma prática condizente com o atual cenário em que vivemos.

No que tange à metodologia, no pensar moriniano, a teoria abre alas para que o método adentre; assim, “a teoria não é nada sem o método, a teoria quase se confunde com o método ou, melhor, teoria e método são os dois componentes indispensáveis do conhecimento complexo” (MORIN, 1998, p. 337). Importante destacar que esse autor (idem, p. 339), ao se referir à definição de *método* feita por Descartes – “*é a arte de guiar a razão nas ciências*” –, complementa-a com a seguinte afirmação “*é a arte de guiar a ciência na razão*”.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ancorada no paradigma da complexidade, de Edgar Morin, nas ‘Estruturas Antropológicas do Imaginário’, de Gilbert Durand, nos estudos de Gaston Bachelard, de Yves Durand, entre outros.

Para a concretização da investigação, no intuito de captar uma síntese das experiências vívidas e vividas do sujeito investigado, foram elaboradas duas heurísticas: uma descrição da trajetividade acadêmica do discente e uma modesta apresentação do Teste Arquetípico de Nove

3 BOHADANA, ESTRELLA. Sobre deuses e poetas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

4 ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

Elementos, o AT-9.

Neste artigo, apresentamos uma introdução e um breve estudo sobre a complexidade, o imaginário na perspectiva durandiana e o AT-9, a apresentação da trajetividade acadêmica da discente e o AT-9, além de algumas considerações sobre a importância da construção de um ambiente educacional que favoreça o imaginário.

COMPLEXIDADE – A TRAVESSIA

Segundo Morin (1998, p. 38), para se compreender o problema da complexidade é preciso saber que há um paradigma da simplicidade, que põe ordem no Universo e expulsa dele a desordem, reduzindo tudo a uma só lei ou princípio, não observando que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. A aceitação da complexidade é a aceitação de uma contradição – ressalta (idem). Salienta (ibidem) a necessidade de pensarmos sobre a *complexidade* da realidade física, biológica e humana, visto que os conceitos de ordem, desordem e organização estão presentes no Universo e na sua formação; na vida, em sua evolução biológica; na história humana, em todas as suas vertentes.

Segundo esse autor (ibidem, p. 38), "o sujeito é o ser computante que se situa, para ele, no centro do Universo, que ele ocupa de forma exclusiva: eu, só posso dizer *eu* para mim". E acrescenta (ibidem) que o *ser-sujeito* nasceu num universo físico que ignora a subjetividade que o fez brotar, que abriga e, ao mesmo tempo, ameaça. Enfim, ser sujeito é ser autônomo, sendo ao mesmo tempo dependente (ibidem). A noção de autonomia é dependente das condições culturais e sociais, portanto, alimenta-se da dependência (ibidem).

O paradigma da complexidade – complementa – “não produz nem determina a inteligibilidade. Pode somente incitar a estratégia/inteligência do sujeito pesquisador a considerar a complexidade da questão estudada” (MORIN, 1998, p. 39). Na complexidade, reconhece-se que não há ciência pura, pois há em suspensão cultura, história, política, ética, embora não se possa reduzir a ciência a essas noções – acrescenta (idem).

Morin (2000, p. 99) aponta que aí que se instala um impasse, pois “não se pode reformar a instituição sem uma prévia reforma das mentes”. Acrescenta (idem) que a imensa máquina da educação é rígida, inflexível, fechada, burocratizada e revela um importante questionamento: ‘quem educará os educadores’?

Nesse cenário, afirma (idem, p. 101) que “o ensino deve voltar-se a ser apenas não uma função, uma especialização, uma profissão, mas também uma tarefa de saúde pública: uma missão. Uma missão de transmissão”.

E permeando essa transmissão, depara-se com o Eros, já explanado por Platão (1976, p.108) no diálogo entre Sócrates e uma personagem fantasiosa, Diotima. Nos diálogos, por meio de inquirições, discute-se a condição desse Eros, no que tange à origem e finalidade⁵. Esse autor (idem,

5 Colocando-o “entre” o mortal e o imortal, o possuir e o não possuir, o conhecer e o não conhecer, o belo e o feio, ou seja, considerando-o como meio termo, revela-se a origem do mito. Eros é filho de Poros, a riqueza e a abundância, e de Pênia, a pobreza e a penúria. Cabe ressaltar que Poros não é figura da mitologia tradicional, mas pura invenção de Platão. Esse discurso – para os colegas de “Symposium” – é o próprio discurso de Sócrates, que utiliza Diotima como um disfarce, a fim de ensinar a modéstia a seus companheiros. Portanto, esse Eros é meio termo, um “entre”. Esse Eros, além de ser – a um só tempo – desejo, prazer e amor, “vive” entre o excesso e a falta, segundo Platão. Podemos, assim, dizer que talvez uma das grandes dificuldades de “educar” seja o fato de o professor não poder conhecer tudo ou

p.102) ressalta que o Eros permite dominar a fruição ligada ao poder, em benefício da fruição ligada à doação.

Nessa missão de transmissão, são as experiências que vão nos apontar caminhos. Caminhos incertos, muitas vezes, mas que – entre erros e acertos ou entre o atravessar a ponte ou ficar estático diante dela por um tempo – vão nos prover de experiência. É obvio que todo experimento é circunvalado de expectativas frutíferas, mas que nem sempre fornecem o resultado esperado. Questão do contexto, do local, da criatividade e da cultura se impõem e clamam por estratégias. A estratégia está ligada à criação, à inovação, a não repetição.

Nesses novos tempos em que vivemos, repensar estratégias para o agir docente constitui-se numa necessidade democrática fundamental, que é a de formar cidadãos. Impõe-se, então, uma atualização nas práticas docentes. Uma atualização em que o docente participe do processo educativo, ao invés de recolher-se numa zona de conforto.

Há de se pensar que o professor é o elaborador de estratégias. E, com estratégias, capacita-se para o acolhimento, para uma prática em que a emoção e a razão estejam presentes, unidas.

O IMAGINÁRIO NA PERSPECTIVA DURANDIANA – UMA PONTE PARA A TRAVESSIA

A abordagem hermenêutica e fenomenológica dos símbolos e o estudo das estruturas antropológicas do imaginário, de Gilbert Durand, levam em conta os saberes diversos, que incluem pressupostos da Sociologia, da Antropologia, da Psicanálise, da Filosofia, da Literatura, da Linguística, entre outras, para a construção de uma teoria geral do imaginário e de uma metodologia que estabelece uma metafísica da imaginação.

Para a abordagem do *Imaginário*, Durand (2002, p. 18) envereda pela Antropologia, como “conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens*”. Assim, esse autor (idem, p. 41) situa sua motivação *simbólica* no que denomina ‘*Trajetos Antropológicos*’, entendido como “a incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (ibidem). Essa noção permite realizar a sutura epistemológica entre *Natureza e Cultura* por meio da noção de símbolo e construir o que esse autor denomina ‘aparelho simbólico’. Acrescenta (ibidem), ainda, “que há gênese recíproca que oscila do gesto pulsional ao meio material e social e vice-versa”, instalando-se, neste intervalo, a investigação antropológica.

Gilbert Durand elaborou a sua ‘Teoria Geral do Imaginário’ com a crítica que fez à desvalorização da imagem e do imaginário no pensamento Ocidental, que considera a imaginação como ‘mestra do erro e da fatalidade’. É uma forma de excluir tudo o que não segue os ditames do modelo totalitário, científico, tudo o que não se pautar pelos princípios epistemológicos e por regras metodológicas bem-demarcadas. É uma lógica que evidencia o paradoxo da modernidade, que recusa a imagem em proveito da razão, mas que é constantemente assediado por ela.

nada conhecer, não poder oferecer tudo ou nada oferecer, não poder possuir tudo ou nada possuir, não poder informar tudo ou nada informar.

Em outras palavras, o imaginário e o simbólico vêm ocupando um espaço de destaque na trama social, haja vista os estudos e os encontros que proliferam no meio acadêmico, que ressaltam o importante papel do imaginário para a ressignificação do social.

É a instauração, aliada ao Novo Espírito Científico, do Novo Espírito Pedagógico que entende o desenvolvimento simultâneo da racionalidade e do psiquismo imaginante, o que significa abrir espaço à dimensão simbólica, integrando a razão à imaginação, propiciando a formação/mudança de sensibilidades, de visão de mundo, de mentalidade.

Isso significa a adoção, mesmo, de uma Cultura nova que valoriza o incerto, a álea, o prazer, a poesia, a literatura, o amor, a vida. Há caminhos para tal desejo de (re)encantamento do mundo – no nível pedagógico – pela educação, por meio das ações na escola. É uma outra forma de olhar a realidade.

Oliveira (2009, p. 679)⁶, abordando a imaginário educacional, afirma:

O imaginário educacional é devedor da concepção romântica de educação que privilegia a formação da interioridade do sujeito – daquilo que Jung denomina *das Selbst*: o si-mesmo – por meio de uma viagem iniciática, marcadamente espiritual, pela qual cada um, por intermédio das suas experiências realizadas no mundo da vida (*lebenswelt*) acede à sua ipseidade substancial num misto de real e ideal, de razão e de imaginação, de revolta e de submissão.

Essa viagem iniciática, ressalta (*idem*), vem sob a forma de “romance de formação”, por isso, a necessidade “de se estudar, mediante uma hermenêutica adequada, aquilo que constitui a substância do imaginário educacional (alegorias, metáforas, símbolos, ideogramas e mitos), ainda que apareça de um modo degradado sob a forma daquilo que designamos de ideogramas”.

O ideograma, assim, é definido por esse autor (*ibidem*, p. 691),

como um complexo significante que articula e mobiliza, ao nível actancial (eu social da ‘tópica’), o sentido figurado (semantismo simbólico e afetivo emocional) com ideias-força veiculadas pelas ideologias (orientações mais conceitualizadas, mais abstratas, mais rarefeitas) e presentes em dado contexto sociocultural.

No que tange às ideias-força, podemos ressaltar que são formadas por um grupo de palavras ou somente por uma palavra que, em consonância com o sentido total do discurso, (des)venda o que é e está subjacente, (des)coabrindo o que é pregnante e fazendo emergir o que está oculto, o que está esmagado nas entrelinhas. Evidentemente, podemos afirmar que, para desvelar o que está submerso, para imergir no imaginário, que é uma linguagem essencialmente metafórica, poética, hermética, codificada, não se pode ter pressa, tampouco compreender essa linguagem somente com o pensamento racional (DUCHASTEL, 2010, p. 54).

E a instauração desse novo paradigma vai exigir instrumentos metodológicos para apreensão do simbólico, levando em conta sua lógica própria, sua dinâmica, sua polissemia.

Importante destacar que, para compreender os símbolos, é preciso compreender o problema das “representações”, ou seja, o que um símbolo “simboliza” e representa algo. Segundo Durand (1988, p. 77), duas seriam as maneiras que a consciência emprega para representar o mundo: a maneira direta, quando o objeto é perceptível ou sensível, e a maneira indireta, quando o objeto se

6 OLIVEIRA, Alberto Filipe. Quando o imaginário se diz educacional. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.1, n. 229, p. 679-705, set./dez.2010.

encontra ausente (na consciência) ou pela impossibilidade de reproduzi-lo fielmente, podendo o objeto tornar-se presente por meio de imagens. A imaginação, como função simbólica, se revela para esse pesquisador (*idem*) como *fator de equilíbrio psicossocial*, ou seja, a constante reequilíbrio ao nível do biológico, do psicossocial, do axiológico, resultante da incidência desestruturadora dos fenômenos portadores da “angústia original” (angústia diante do tempo e da morte) sobre as já elaboradas produções simbólicas e imaginárias.

Nessa trilha de representações, está constituída a imaginação simbólica, cujo signo (ou símbolo) refere-se não a um significado, mas a um sentido. Trata-se de um signo concreto que evoca algo ausente ou impossível de ser percebido, pois seu significado é inacessível, transcendente. O símbolo é uma “representação que faz aparecer um sentido secreto, ele é uma epifania de um mistério” (*ibidem*). A esse respeito Godet, citado por Durand (1988, p. 77), afirma que, sendo a propriedade do símbolo⁷ manifestar um sentido do qual é portador, pode ter numerosos sentidos e, assim, a imaginação simbólica marca o simbólico especificamente, constituindo a sua flexibilidade. Acrescenta (*ibidem*), ainda, que a função simbólica é o lugar de “passagem”, de reunião de contrários – e explica também seu caráter “unificador de pares opostos”, com a etimologia da palavra símbolo: em alemão (*SinnBild*), donde *Sinn* (sentido) refere-se ao engendramento, à generatividade sistemática da significação, e, assim, do domínio idiográfico-figural; *Bild*, (forma) refere-se às constantes, às formas estruturantes, ao domínio arquetipológico da etologia humana. Assim, o símbolo funciona como “ponte” entre o biopsíquico e o sociocultural (*ibidem*, p. 12)

Em “*As Estruturas Antropológicas do Imaginário*”, Durand (2002) pensa as estruturas do imaginário em termos de conteúdos *dinâmicos*, como meio fundamental para a compreensão das bases míticas do pensamento humano. Leva em conta a homologia do psíquico, do cósmico, do social e do biológico, organizados numa significação integrada e segundo uma lógica constelacional. Esse autor (*idem*), levando em conta as convergências da reflexologia, da tecnologia e da sociologia, agrupa as representações correspondentes às “dominantes reflexas” em três estruturas: a heroica, a mística e a sintética. Para esse autor (*ibidem*), há dois regimes de imagens: o Regime Diurno e o Regime Noturno. O Regime Diurno fortalece-se de forma polêmica e se exprime na figura da antítese; já os valores do Regime Noturno representam os gestos de descida e de aconchego na intimidade. A atitude noturna sonha, na quietude, com o bem-estar, antes de sonhar com as conquistas (*ibidem*).

Em resumo, o que se repete é o sentido do símbolo ou o sentido do gesto (da dominante), que é sempre redutível às três possibilidades relacionadas anteriormente, cada uma delas pressupondo uma postura, um comportamento, arquétipos, assim como um corolário de símbolos e imagens que possibilitam o conhecimento da relação existente entre as matrizes psíquicas das ações

7 Segundo Durand (1982, p.55-57) entre as hermenêuticas redutoras (a Psicanálise e a Etnologia – para as quais o símbolo é regional e lhe é negado o efeito de ‘transcendência’, o que equivale à redução do símbolo em signo), e as hermenêuticas instauradoras (a Psicologia Analítica e a Fenomenologia de Bachelard) existe a obra de Cassirer, que, no início do século XX, teve o mérito de levar a pesquisa sociológica e psicológica para o interesse do símbolo, fazendo um contraponto à doutrina do supraconsciente simbólico de Jung, à fenomenologia da linguagem poética de Bachelard, ao humanismo de Merleau-Ponty. Cassirer amplia, aperfeiçoa o inventário da consciência constitutiva do universo do conhecimento e da ação; e, na esteira de seus estudos sobre o mito, a magia, a religião e a linguagem entende que na constituição da realidade, o mais relevante não é o fundamento e a interpretação do símbolo ou do mito, mas a sua imanência – fenômeno que desloca o símbolo da análise objetiva em favor da apreensão do seu sentido, ao que Cassirer denomina ‘pregnância simbólica’ (*idem*).

humanas (as ‘dominantes’) e o meio ambiente sociocultural (ibidem). Assim, a estrutura heroica apresenta a temática do combate e da luta; a estrutura mística traz, pela instauração da ordem mística, a marca da busca da vida apaziguada, das necessidades de subsistência, das necessidades psíquicas (tranquilidade, paz), cujo contexto simbólico envolve proteção e segurança; na estrutura sintética, as estruturas heroica e mística estão em relação de compensação, e os símbolos sintéticos constituem uma constelação que gravitam em torno do domínio do tempo (ibidem). Em síntese, o universo heroico põe em ação imagens e temas de luta (do herói contra o monstro, do bem contra o mal); o Universo Místico destaca as imagens assimiladoras e confusionais; e o Universo Sintético inclui imagens divergentes, integrando-as numa ação (ibidem).

Estas estruturas do imaginário, propostas por Durand (2002), são a manifestação de uma fantasmática transcendental que assegura uma função de eufemização inerente ao fenômeno humano, com a análise das imagens provenientes de diversas culturas num nível teórico, expressas nas narrações míticas, na literatura e nas diversas formas de expressão artística. Essas imagens, como mencionado, não se caracterizam em conjunto de imagens que se aglutinam sem uma lógica que as explique. Pelo contrário, elas fazem uma rede com uma certa estruturação, cuja configuração mítica está na dependência de como arrumamos nossas fantasias no nosso imaginário, denominador fundamental de todas as criações do pensamento humano (DURAND, 1997 apud TEIXEIRA, 1990).

Chaves (2000, p. 43) ressalta que a validação da teoria das estruturas do imaginário durandianas, “a modelização dos microuniversos míticos”, idealizada por Yves Durand, ocorreu com a criação de ‘um modelo normativo’, denominado Teste Arquetípico de Nove Elementos, o AT-9.

De acordo com essa autora (idem, p. 43), o AT-9 é a formulação experimental do imaginário que, com a ‘arquetipologia geral de Gilbert Durand’, se configura como a elaboração de universos míticos, respostas à angústia original oriunda das vivências do Tempo e da Morte, que são modos de se dizer a existência do inconsciente.

Ainda de acordo com Chaves (2000, p. 43), imbuída do pensar durandiano,

Representar por meio de figuras, de símbolos, os rostos do tempo e da morte, procurando, dessa maneira, dominá-los, é o princípio constitutivo da imaginação, é uma forma de expressar o desejo de diminuir a angústia da sensação de sentir o tempo passar – a imaginação funcionando como criadora de imagens de teor funesto (morte e tempo mortal) e de imagens de vida, triunfante sobre a morte.

O AT-9, informa-nos (idem, p. 43-44), é composto por um desenho, uma narrativa e um questionário; o desenho é feito com nove arquétipos (estímulos), a saber: uma queda, um monstro devorador, uma espada, um refúgio, algo cíclico, uma personagem, água, um animal e fogo. Feito o desenho, o participante constrói uma narrativa sobre o que imaginou ao elaborar esse desenho, responde às questões propostas no questionário sobre o que foi desenhado, o que traz esclarecimentos para compreendê-lo, e, assim, surgem novos elementos para a análise.

Salienta (ibidem) que esse questionário é composto pelas seguintes perguntas: 1) Em torno de qual ideia central você construiu o seu texto?; 2) Você ficou indeciso(a) entre duas ou mais soluções para a construção do seu texto? quais?; 3) Você foi, por acaso, inspirado por um filme ou por uma leitura para construir o texto?; 4) Quais foram os elementos essenciais em torno dos quais você construiu o seu desenho?; 5) Que elementos você gostaria de eliminar no seu desenho? Por quê?; 6)

Como termina a cena que você imaginou?; 7) Se você tivesse que participar dessa cena, onde você estaria? O que faria?

Nesse cenário, cremos que a questão de uma educação da imaginação é assunto de primordial importância, pois adentra o sistema educativo, revelando as suas tendências, os seus modos de funcionamento, os seus axiomas e as suas rejeições. Provoca o repensar, tanto das orientações fundamentais como das tendências orientadoras do saber. Evidencia tipos de proximidade, de articulação e de subordinação. Põe em relevo os valores e as formas de gestão vigente. Desvela a cultura dos sujeitos/grupos/instituições. E dessa forma, promove a possibilidade de reorganizações constantes, pois, entendemos que as imagens servem para reproduzir o mundo que nos rodeia e, dessa compreensão, nasce a possibilidade, o nosso poder de melhorá-lo com metodologias/estratégias/ações mais significativas para o mundo, para o grupo, para o discente.

NO MEIO DA TRAVESSIA – O AT-9

Inicialmente, apresentamos uma exposição dos nove elementos selecionados por Yves Durand, expostos por Loureiro (2004, p. 23-24)⁸, a seguir:

Quadro 2 – O AT-9 – quadro explicativo

Queda	É um schème – atualizado chega ao arquétipo vertigem. Representa o fim, a morte, a perda do equilíbrio, o ir ao fundo do poço.
Monstro devorador	Representa a noite inquietante, o tempo angustiante, a morte.
Espada	Representa, no regime diurno, os símbolos ascensionais (verticalidade, elevação, potência), espetaculares (ascensão à luz) e diaréticos ⁹ (da divisão, confronto com os contrários)
Refúgio	Simboliza a proteção e o aconchego, o íntimo, pertencentes ao Regime Noturno, remete às estruturas místicas.
Cíclico	É representado por algo que gira, que progride e pode estar tanto no Regime Noturno como no Diurno. Pode se localizar num microuniverso heroico, místico ou sintético.
Água	Elemento complementar. Pode ser símbolo nictomorfo – água dormente, parada, perigosa, hostil, viagem sem retorno; símbolo esquizomorfo – água límpida, sugere a estrutura heroica, como gotas que lembram a pureza, a purificação do mundo; água mítica – que remete à estrutura antifrásica – é a simbolizada pelo líquido amniótico – água protetora; água que identifica a estrutura sintética é a da chuva, do ciclo das águas.
Animal	Pode remeter a uma estrutura heroica (pássaros, aves de rapina, águia), ou a uma estrutura mística (peixes, pomba), ou uma estrutura sintética (serpente desenhada – ciclo temporal, mudança de pele)
Fogo	Purificador – simbolismo heroico; calor – nutrição (estrutura mística – calor doce, fogo significando calor sexual, rituais iniciáticos ou passagem da vida para a morte); epifânico – remetendo à estrutura sintética (renascimento, símbolo de Deus, mediador entre natureza e cultura. Pode contribuir ou acentuar seu semantismo angustiante, de fim [...])
Personagem	Pode ser masculino ou feminino, é o agente da trama realizada no microuniverso expresso no desenho. A postura da personagem no desenho (em pé, sentado, deitado, curvado) e a sua localização (próximo, distante) serão indicadores para a identificação da estrutura do universo mítico construído.

⁸ Introdução da obra: O velho e o aprendiz: o imaginário em experiências com o AT-9. In: LOUREIRO, Altair Macedo Lahud (Org.). O velho e o aprendiz: o imaginário em experiências com o AT-9. São Paulo: Zouk, 2004. Quadro com pequenas adaptações.

⁹ “A arma de que o herói se encontra munido é, assim, ao mesmo tempo, símbolo de potência e de pureza (DURAND, 2002, p. 161).

Antes de apresentar os dados coletados no AT-9, apresentamos a participante, denominada Ceos. Como afirma Kerényi (2015, p.122):

Se chamamos a Odisseia de epopeia de viagem, temos de visualizar aqui uma realidade frequentemente vivida, a 'viagem', como algo totalmente determinado, diferente, por exemplo, do 'caminhar', do 'vagar'. Odisseu não é um caminhante. Ele é, antes, um viajante (ainda que um viajante *malgré lui*¹⁰) não só porque circula, mas em virtude de sua situação existencial. Apesar de se locomover, o caminhante se prende ao chão, embora não estreitamente delimitado. Com um passo, ele se apossa de outro pedaço de terra. Por certo, essa tomada de posse é apenas psíquica.

Ela se descreveu como: artista, negra, tímida, resistente. Relatou-nos que, se pudesse viajar no tempo, voltaria para o passado

Foi traçado um interessante perfil nesta escolha e, assim, recorremos a Stein para delinear o que essas palavras, no conjunto, (re)velavam, dando destaque a algumas delas.

Foi colocada em cena a palavra artista, o que nos remete à *persona*. Stein (2006, p. 101) salienta que a *persona* é “a pessoa que passamos a ser em resultado dos processos de aculturação, educação e adaptação aos nossos meios físico e social”. Ressalta (idem, p. 109) que “tanto os introvertidos quanto os extrovertidos desenvolvem uma *persona*”, que é “o rosto que usamos para o encontro com o mundo social que nos cerca” (ibidem, p. 98). Então, no que se refere à palavra artista, que utiliza a *persona*, a máscara, esse autor informa que muitos artistas são introvertidos e que podem, na vida caseira, doméstica, serem tímidos; entretanto, é somente lhes dar um papel público que eles se revelam e podem passar por pessoas amplamente extrovertidas. A *persona*, ainda no pensar desse autor (ibidem) funciona tanto para expressar algo quanto para esconder esse algo. Tímida e resistente, Ceos deseja fazer um retorno ao passado. Ir ao passado é retornar. Retorno é palavra que contém o prefixo RE, que comporta simultaneamente, segundo Morin (2011, p. 373), a ideia de repetição, recomeço, renovação, reforço, conexão entre aquilo que de outro modo estaria separado (religar, reunir). No pensar de Ceos, provavelmente, viajar através do tempo pode reorganizar algo. Ainda segundo Morin (idem, p. 375), o RE repara, restaura, entre outras, e nos interessa esse “RE” de ‘reparar’, ‘restaurar’, ‘consertar’. Isso nos leva a crer que poderíamos inquirir se esse retorno ao passado seria para consertar, reparar algo no passado.

Em atividades informais antes de elaborar o AT-9, contou-nos, por escrito, a sua trajetória acadêmica de maneira poética, pois, assim, solicitamos.

Dessa forma, ela inicia a sua narração: “*Aqui no Rio de Janeiro, o sol pela manhã tinha um brilho diferente. Emitia seus raios luminosos e deixava tudo dourado e contente. As flores que caíam no chão da escola em todas as estações do ano eram grandes e amareladas. Pareciam feitas de tecido delicado.*”

A descrição do cenário levou-nos a pensar em uma narrativa heroica, carregada de tons emocionais: sol, luminosidade e dourado. Isso nos remeteu ao Regime Diurno da imagem por conter esses símbolos. Para Durand (2002, p. 158), a “ascensão é imaginada contra a queda, e a luz, contra as trevas”. A luz – a luminosidade – tem a tendência para se tornar raio ou gládio – complementa (idem) – e indica um sentimento de potência. Entretanto, logo a seguir, aparecem as folhas amareladas que

10 Malgré lui – tradução; apesar dele. Disponível em: <https://fabriciomuller.com.br/wp/?p=3285>. Acessado em 30.9.18

caem durante todo o ano, parecendo desobedecer às estações. Adentra-se, então, num momento que, aparentemente, revela o que está por vir: a luta.

No que se refere à simbologia das folhas, Chevalier e Gheerbrant (2012, p. 444) afirmam que elas participam do reino vegetal e podem ser um símbolo de felicidade ou também designar “o conjunto de uma coletividade unida numa ação coletiva e num pensamento comum”. Entretanto, mortas, amarelecidas, as folhas anunciam o que está por vir: um inverno com ventos fortes e constantes.

E profere: “*Aos sete anos, eu começava a primeira série do ensino fundamental. É perfeita a lembrança do meu primeiro dia de aula. A professora gritou comigo desnecessariamente por eu ter me esquecido de levar um bloco de papel A4 para ela. Quanta crueldade*”.

Logo na entrada, no primeiro dia, a decepção: gritos – ventos uivantes anunciavam o quase trágico, uma marca profunda. A professora – por ter algum motivo, o que é ignorado na narrativa da aluna – chamou-lhe a atenção com um grito. A professora pode ter falado em voz alta, em meio a tantas crianças, mas o fato foi sentido de outra maneira, talvez. Entretanto, para a aluna, tratava-se de crueldade. Para Rosset (2002, p. 39), o prazer de prejudicar o outro procede talvez da idolatria da certeza, do sentimento que o outro sentirá desprazer, possivelmente. Mais adiante, proferiu o seguinte: “*Eu sempre fui uma criança recatada, muito tímida e, naquele momento, tive um sentimento terrível, mas o guardei dentro de mim e tive vontade de chorar; porém, não chorei*”.

Percebe-se que ficaram resquícios de um sentimento de desprazer, tanto que o sentimento é denominado ‘terrível’. E, mais um detalhe, a criança da época se apresenta como “recatada e tímida”. Uma escola centrada na certeza, na técnica, pouco verifica isso, haja vista que o sentir é desprivilegiado, uma escola em que ainda vigora o “penso, logo existo”, ao invés de o “sinto, logo sou”, e, ademais, “o mundo só se dá sob a forma do sensível” (LE BRETTON, 2016, p.13-24). Esse autor (idem, p. 24) considera que não há nada no espírito humano que não tenha passado, primeiramente, pelos sentidos. E os sentidos, comumente, não eram trabalhados nessa escola, principalmente, no que tange à expressão corporal. Assim, nada era feito para que essa timidez fosse afastada ou minimizada.

Começa aí a trajetividade da heroína: a descida, a falta de força anímica.

Vale destacar algumas palavras para descrever o início escolar: “*Nas primeiras aulas, eu somente copiava o que estava no quadro, coisas, signos e símbolos que eu não entendia o que significavam, eu apenas copiava. E, nos meus cadernos, aqueles traços tornavam-se garranchos indecifráveis. Com o passar do tempo, comecei a copiar palavras e a decodificá-las. Inconsciente ou consciente, comecei a ler; não me recordo se entendia o que lia, mas eu sabia ler*”.

No que se refere ao aprender a ler e escrever, observa-se a prevalência do ensino prescritivo, um ensino que objetiva, segundo Halliday, McIntosh e Strevens (1974), levar o aluno a substituir seus próprios padrões de atividade linguística, considerados inaceitáveis, por outros, considerados corretos. Portanto, objetiva levar o aluno a dominar a língua culta ou padrão, em detrimento da existência de outros falares, regionais, possíveis. Em outras palavras, um ensino que não auxilia o discente a atravessar a ponte entre a linguagem informal e a formal e perceber que é preciso dominar esse falar culto, mas não em detrimento da própria linguagem adquirida. Trata-se de um ensino que não permite que o aluno seja bilíngue dentro de sua própria língua, que não apresenta

objetivos para aprender outro modo de falar, o que concretiza a supremacia da racionalização. Outra prova disso é o fato de decodificar sílabas, mas não compreendê-las, não lhes dar significado.

E a narração sobre o ato de ler continua no seguinte trecho, confirmando o tipo de ensino: *“Já no segundo ano, comecei a ler poemas e textos nada complexos, pequenos textos, e a responder a questões, tais como o título do texto ou do poema, as personagens, o número de versos, o número de parágrafos”*.

Esse trecho sobre o ato de ler apenas apresenta como dissecar um texto objetivamente, o que não pode promover a travessia do discente para um mundo do sentir, haja vista que trata somente do lado objetivo, racional. E a razão é importante, mas deve vir mesclada com a emoção – que se faz sempre ausente, nesse caso. O que se pode sentir ao ler um texto? Quantos mundos dentro de um mundo? O que se pode criar ou recriar a partir de uma leitura?

Isso nos pôs a pensar no que viria adiante, uma vez que já havia a previsão na narração do cenário: folhas amarelecidas, mortas. Assim, relata: *“Meu pesadelo começou na terceira série: eu tinha pavor da professora. Eu não gostava de ir para a escola, tampouco de ver a professora. Como se não bastasse, depois dessa fase difícil, minha situação na escola começou a piorar. Era só o início de meus apuros”*.

Difícil pensar nas marcas deixadas na aluna, quando afirma que o pesadelo havia começado e que sentia um pavor: pavor em relação à professora. E também pelo fato de não gostar mais de ir à escola. Triste fato. Dissecar as duas palavras, pavor e pesadelo, se faz necessário. Pavor nos remete à palavra terror, algo que assusta; pesadelo nos remete aos bastidores do sonho: sonho ruim, desagradável.

Esse acontecimento nos mostra a importância da relação professor-aluno, pois a ausência de uma relação pode ser trágica e marcante. Acreditamos que um professor pode fazer muito para que um aluno adentre o mundo do saber, da experiência, quando mescla inteligência e afeto. Byngton (2003, p. 20) sugere que se deve “transformar a transmissão do saber num processo dramático e tão emocionante como a própria vida, quando ela é vivida corajosa, despojada e criativamente”.

E, na construção do saber, cremos ser necessária a introdução desse diálogo amoroso. Assim, acreditamos, cessa-se a sensação de pavor.

Quanto aos valores nesse caminhar, na próxima série, a aluna nos revelou que, no último ano do ensino fundamental, teve *“o azar de ter uma ‘turma do capeta’. Lembro-me de que, naquele ano, foram mais de três professores que passaram pela turma. Nenhum conseguiu ficar, e o que influenciou foi o comportamento da turma. Não havia respeito nem vontade de aprender. Certa vez, colaram um papel nas costas da professora com uns dizeres horrorosos. Acho que ela chorou e nunca mais voltou. Quando definitivamente ficávamos sem professor, éramos obrigados a ir para o pátio e permanecer presos na escola. Aí vinha a coordenadora e passava qualquer tarefa para nós fazermos – poucos faziam”*.

É fato que não houve um ensino para a compreensão, para o respeito ao outro. O excesso de racionalização pode levar a isso, pois é centrado em programas. E, nos programas, nas políticas públicas que orientam o ato educativo, não há menção a uma abertura em relação ao outro, tampouco uma interiorização da tolerância, o que reforça o egocentrismo; assim, é preciso inserir nesses

programas que “compreender é também aprender a reaprender incessantemente” (MORIN, 2000, p. 102).

Mas o pavor antes citado reapareceu e foi acentuado no ano seguinte, já no ensino médio: ventos sombrios de um ‘cárcere’. Assim, ela afirma: “*O ensino médio foi o meu cárcere. As paredes da escola eram altíssimas. A iluminação era fraca a ponto de parecer mesmo um cárcere. O cenário era cinza, as paredes eram bem semelhantes às de cadeia, tijolinhos laranja pichados, nas escadarias não havia corrimão, as carteiras eram riscadas, os ventiladores de teto eram assustadores, pois a sensação de que um cairia sobre nós era constante. Ficava sempre quieta, sentada num canto*”.

Nesse ponto, indagamos: o que leva alguém a pensar a escola como um cárcere? A escola vista como cárcere é uma escola desalmada, fruto de um paradigma da simplificação, fruto de uma pedagogia da certeza, que navega na busca de porto seguro. Mas em um mundo em constante movimento, um mundo de incertezas, não há porto seguro. Certamente, era uma escola sem ternura, uma escola na qual havia promoção somente do racional em detrimento do sentir, uma escola em que o amar e brincar estavam ausentes. E mais: o sentar-se num canto passa a ideia de solidão. Segundo Bachelard (1993, p. 146), o canto é a marca de um negativismo, o local seguro, o local próximo da imobilidade, é um refúgio. E, de um refúgio, é possível assistir a todas as cenas da vida e delas não participar. Escolas desalmadas promovem a imobilidade, pois são cantos do mundo.

No final, o último ano: uma comemoração. A trajetividade da heroína começa a se redesenhar. É nesse momento que outros ventos sopram, e ela relata: “*No último ano, cheguei a comemorar, pois ficaria livre da prisão*”.

Hillman (1998, p. 39) afirma que “o *puer* não suporta a falta de direção com tempo e paciência. Não sabe quase nada das estações e da espera”. Enfim, o *puer* não compreende a “complexidade labiríntica do mundo horizontal”(idem).

Mundo horizontal que, segundo esse autor (ibidem, p. 38), é o contínuo do tempo/espço, denominado ‘realidade’; o mundo do *puer* é vertical, do voo e da queda. Entretanto, mesclado a esse esquema vertical, outro se apresentava: o intimista, o regime pleno do eufemismo. Teixeira e Araújo (2011, p. 51), estudiosos da obra durandiana, salientam que o regime noturno da imagem, oposto ao diurno, é “idêntico em força e coesão”, promove “um suave retorno ao centro”, por não combater o destino, mas assimilá-lo. Para Durand (2002, p. 200) “a fantasia do *Regime Noturno* conservará da técnica polêmica a preocupação da couraça, a precaução da defesa e da ostentação”.

Importante destacar, nessa afirmação, a simbologia da palavra prisão. Martin (2012, p. 634) afirma que poucas coisas provocam tanto medo nos sujeitos como o pensamento da prisão, pois “os seres vivos, desde a saída da semente, do ovo ou do útero, lutam inatamente pela liberdade”. Será que nós, docentes, tantas vezes quixotescos, paramos para pensar nisso? Será que consideramos a escola somente como agente de libertação dos grilhões da ignorância?

Finalmente, após a queda, a ascensão – como em todo trajeto em que se manifesta a heroicidade. A aluna destaca uma frase esperançosa, que contém reflexão sobre o que se passou, entrevedo a sua situação escolar e os planos que seriam traçados, e o recebimento de um elogio: “*Ótimos professores eu tive. Em paralelo, comecei a estudar para o ENEM. Fraca em Matemática, comecei a pensar em fazer Publicidade e Propaganda. Gosto de lembrar que, certa vez, uma professora*

escreveu a seguinte frase no final de meu texto: – ‘vale a pena cuidar do seu texto.’ Apesar dos meus erros, ela escreveu isso”.

Nesse ponto, ancoramo-nos no pensamento moriniano, pois esse autor afirma que essas experiências podem nos tornar incapazes para a vida ou que, contrariamente, podem nos reforçar (MORIN, 1998, p. 198).

Nesse caso, percebemos um reforço, pois na trajetória, no caminhar, ela se deslocou entre os ventos, ora fortes, ora calmos, com uma intenção de superar as agruras – ventos de borrascas que sobre ela abateram.

(Re)velada a participante, apresentamos o AT-9. Convém ressaltar que, neste estudo, realizamos no AT-9 algumas adaptações. Dessa forma, não privilegiamos as análises morfológica, elemental, funcional ou actancial; entretanto, delas fazemos modestos usos. A seguir, ei-las.

CEOS: A GUERREIRA E O ANJO CAÍDO

a) PROTOCOLO Nº 9

Idade: 19

Gênero: Feminino

Instrução: cursando o primeiro período do Ensino Superior

Estrutura: microuniverso mítico heroico

Primeiramente, apresentamos o desenho elaborado por Ceos (Fig. 1). A seguir, o relato sobre o desenho e um esquema para mostrar a sequência narrativa da história. Posteriormente, a apresentação de um questionário em que a participante responde a questões sobre a ideia central do relato, se ficou indecisa com relação ao desfecho da história, se foi inspirada por um filme ou livro, os elementos essenciais em torno dos quais construiu o desenho, os elementos que não deveriam aparecer no relato e, se tivesse de participar da história/cena, em que local estaria e o que faria.

Postas nos quadros, a seguir, assim ficaram os relatos de Ceos, e o intento é o de elaborar uma análise simbólica e cultural dos dados coletados com o AT-9.

Figura 1: a guerreira e o anjo caído



b) O relato do desenho: Uma jovem guerreira luta contra os poderes malignos de um anjo caído (mal). De seu trono, o anjo caído ataca, colocando fogo em todo o vilarejo da jovem pelo simples prazer de destruição.

A jovem e seu povo vivem nas montanhas. Durante uma luta, ela lembra a perda do seu cãozinho, que foi morto pelo mal, e relembra as dificuldades e a ausência de prazeres que o mal a impediu de viver. A jovem, com sua espada de bronze, está decidida a dar sua vida para a destruição daquele anjo caído. Há muita chuva, choro, mágoa e esperança envolvida. O futuro do seu povo está em suas mãos, e o seu fracasso resultará em mais mortes inocentes. Mas ela vence a luta.

c) Final da história: o futuro está nas mãos da heroína.

d) Ideia central do discurso: a luta da jovem guerreira para preservar um espaço.

e) As sequências narrativas

Ideia central do discurso: a luta da jovem guerreira para preservar um espaço

1. Uma jovem guerreira luta contra os poderes malignos de um anjo caído (mal).

2. O anjo caído ataca do seu trono, colocando fogo em todo o vilarejo da jovem pelo simples prazer de destruição.

3. A jovem e seu povo vivem nas montanhas,

4. A luta e a lembrança da perda do animal de estimação.

5. A jovem, com sua espada de bronze, está decidida a dar sua vida para a destruição daquele anjo caído.

6. Há muita chuva, choro, mágoa e esperança envolvida.

7. O futuro está nas mãos da heroína. Ela vence a luta.

f) Questionário (pontos básicos para a interpretação)

1. Em torno de qual ideia central você construiu o seu texto?

Resposta: – *Em torno da personagem principal e do anjo caído.*

2. Você ficou indecisa entre duas ou mais soluções para a construção do texto? Quais?

Resposta: – *Não. Apenas fiquei indecisa em chamar o personagem de anjo caído ou diabo/demônio.*

3. Você foi, por acaso, inspirada por um filme ou por uma leitura para construir o texto?

Resposta: – *Não. Lembrei apenas da Bíblia que cita o demônio.*

4. Quais foram os elementos essenciais em torno dos quais você construiu o seu desenho?

Resposta: – *A chuva e a personagem com espada.*

5. Que elementos você gostaria de eliminar no seu desenho? Por quê?

Resposta: – *Nenhum, apesar do bolo desconexo. Mas gostei do bolo.*

6. Como termina a cena que você imaginou?

Resposta: – *Com a jovem derrotando aquele anjo caído e sendo reconhecida como alguém importante entre os povos das montanhas. Uma heroína, uma lenda.*

7) Se você tivesse que participar da cena, onde você estaria? O que faria?

Resposta: – *Eu seria a jovem guerreira, corajosa e forte, além de esperta.*

g) Análise do desenho elaborado por Ceos

Queda	É um schème – atualizado chega ao arquétipo vertigem. Representa o fim, a morte, a perda do equilíbrio, o ir ao fundo do poço.
Monstro devorador	Representa a noite inquietante, o tempo angustiante, a morte.
Espada	Representa, no regime diurno, os símbolos ascensionais (verticalidade, elevação, potência), espetaculares (ascensão à luz) e diairéticos ⁹ (da divisão, confronto com os contrários)
Refúgio	Simboliza a proteção e o aconchego, o íntimo, pertencentes ao Regime Noturno, remete às estruturas místicas.
Cíclico	É representado por algo que gira, que progride e pode estar tanto no Regime Noturno como no Diurno. Pode se localizar num microuniverso heroico, místico ou sintético.
Água	Elemento complementar. Pode ser símbolo nictomorfo – água dormente, parada, perigosa, hostil, viagem sem retorno.

Análises estrutural, morfológica, elemental e simbólica

Estrutura: microuniverso mítico heroico

Elemento	Representação	Função	Simbolismo
Queda	folha/chuva	anunciar a queda (outono)/ cenário	renascimento
Espada	arma na mão da guerreira	combater	defesa/potência
Refúgio	não há	não há	desprotegida
Monstro	anjo caído/demônio	perigo real	destruição
Cíclico	bolo de aniversário	Vitória	Vitória
Personagem	jovem guerreira	combater o demônio	força, combate
Água	Chuva	cenário nublado	esperança de mudar
Animal	cachorro com auréola	anjo protetor ausente	desproteção
Fogo	fogo lançado pelo monstro	destruir a vila	destruição

Trata-se de um microuniverso mítico heroico.

Relendo o relato de Ceos, encontramos as seguintes palavras: a jovem, o poder, o anjo, o trono, o fogo, o vilarejo, a destruição, o povo, as montanhas, a luta, o cãozinho, o mal, os prazeres, a espada, a vida, a chuva, o choro, a mágoa, a esperança, o futuro, as mãos, o fracasso, as mortes. Com essas palavras, os atributos se destacam: guerreira, malignos, caído, bronze. Quanto aos verbos utilizados (lutar, atacar, viver, perder), há a presença de um verbo no futuro: “resultará”. Cinco palavras têm forte conotação de negatividade, como mal, choro, mágoa, fracasso, mortes. Os substantivos nos dão a ideia da história relatada e, com os atributos, os adjetivos, é que a história começa a ser delineada: uma (jovem) guerreira luta com sua espada (de bronze) contra o mal e o seu fracasso resultará em mortes. As preposições também têm importante papel na narrativa.

Importante destacar que Hillman (2018, p. 112) afirma que “uma imagem é uma cena, um humor e um contexto específicos” e que “os fatores que ajudam a determinar o humor e a cena, e que determinam definitivamente o contexto (modos de tecer) são as preposições”, pois as preposições

apontam o modo das relações e, conseqüentemente, as estruturas dos acontecimentos. Assim, as preposições “contra”, “com”, “de”, “durante”, “em” tecem a história – que já vem, inicialmente, marcada por “contra”, o que já nos revela a oposição, e por “durante” que evidencia a temporalidade.

Insere no Regime Diurno da imagem, o regime da antítese, ela constrói a sua narrativa, dando ênfase à arma, a espada, pois “a arma de que o herói se encontra munido é, assim, ao mesmo tempo símbolo da potência e da pureza” (DURAND, 2002, p. 161). Potência destacada pelo levantar da espada contra a queda, contra o sucumbir, contra o fracasso, pois dela (como guerreira) depende o futuro do povo. Uma folha outonal cai ao mesmo tempo que pingos de chuva. Folha caindo, provavelmente amarelecida, é uma folha morta, caída, informa-nos a mudança de um ciclo, de estação. Entretanto, cabe lembrar que a folha deve ter caído de uma árvore, das ramagens aéreas, ou veio carregada pelo vento da chuva. A folha trazida pelo vento, como abordado anteriormente, pode trazer a ideia de transporte, forçando ou não um curso, com e pelo vento pode anunciar transformações boas ou ruins (MARTIN, 2012, p. 60).

Quanto à simbologia da chuva, inicialmente, é evidente “o sentido de fertilização, relacionado com a vida e com o simbolismo geral das águas” e apresenta um significado de purificação (CIRLOT, 1984, p. 159). Esse autor traz uma interessante informação: pelo fato de vir do céu, tem parentesco com a luz e, em muitas mitologias, é considerada “como símbolo da descida das influências espirituais celestes sobre a terra” (idem).

Vejam mais alguns elementos: empunhando a arma, a heroína está pronta para o combate, e um monstro (do seu trono) ataca um vilarejo, pelo simples prazer de destruir. A jovem guerreira (ou Ceos) não construiu um refúgio: está em campo aberto – é só a luta a essência da história. Intriga-nos o elemento desconexo: um bolo de aniversário com treze velas. Que lembranças Ceos trouxe à tona? Por que ela mesma chama essa imagem de desconexa, uma imagem que não se relaciona com a história? Tentamos, em conversas informais, descobrir o significado da imagem; entretanto, as tentativas foram em vão.

Recorremos a Barcellos (2017, p. 138), que afirma que a memória do doce é uma memória para cima, elevada, mas que pode ser também para o abismo, para a descida. O bolo, no alto, é o anúncio da comemoração, da celebração da vitória, do festejo. Ceos trafega no regime das antíteses.

Flanando como um anjo, com uma auréola, está no alto – como um anjo – o cão protetor. O fogo da destruição está ardendo na vila, e a tristeza impera: “há muita chuva, muito choro, mágoa, e esperança envolvida”. Ela venceu o fogo com esse despejar da água. Se por um lado, numa ponta há um monstro, um demônio, que também é denominado cão, por outro, há um cão angelical – possivelmente o cão morto, de estimação – que não mais pode proteger. Demônio, o mal, e anjo, o cão morto, estão na cena. Cabe lembrar que Bachmann (2016, p. 53) afirma que, em termos psicológicos, o cão liga o inconsciente escuro à consciência clara, enfim, assegura o trânsito entre esses dois mundos.

Ceos afirmou que, para construir a história, lembrou-se da Bíblia, o que evidencia a sua religiosidade, pois, ao pensar na figura do monstro que deveria combater, trouxe a imagem do Anjo caído do céu – o demônio.

Para ela, o Anjo caído destrói por destruir: não há razão – o mal pelo mal. E ela está nesse cenário em que o mal também vive – vivendo e lutando. Assim, insegura em seu “vilarejo”, sem a

proteção de um refúgio, de uma casa, de um lugar de intimidade, sabe que o futuro está em suas mãos: vencer ou vencer e sobreviver. Não há mais espaços para a perda.

Quanto ao fogo destruidor, segundo Martin (2010, p. 84), “no mito, como na realidade, às vezes, o fogo limita-se a destruir; entretanto, muitas vezes, destrói de maneira a criar um novo mundo, com o resíduo purificado ou da essência em cinzas”. No caso do desenho de Ceos, trata-se de um fogo destruidor, contra o qual ela não está impotente. Entretanto, ela deixa claro que contra as intempéries da vida, em meio a chuva purificadora, que veio banhar essa destruição – lágrimas salgadas –, ou o próprio choro e a mágoa, ainda há esperança.

Perguntada sobre quais foram os elementos essenciais em torno dos quais construiu a sua história, Ceos respondeu-nos que foi em torno da chuva e da personagem com espada. A chuva, que traz as águas da purificação, também traz a água – espelho para Narciso. Bachelard (2013, p. 23) salienta que “a contemplação de Narciso está quase fatalmente ligada a uma esperança”.

A personagem guerreira, com a espada, é uma heroína solar: “para o herói solar, são sobretudo os efeitos que contam, mais que a submissão à ordem de um destino” (DURAND, 2002, p. 159).

Tudo, na história de Ceos, ocorre no alto e, no desenho, há dois planos. Separados, isolados, contrários nos planos: o monstro e a guerreira com espada de bronze. Interessante destacar que o material de que é composto a espada, o bronze, é um material que se origina simbolicamente da união de contrários e é associado ao fogo (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2012, p. 144). De acordo com esses autores (idem, p. 145), o bronze “é o símbolo da incorruptibilidade e imortalidade, bem como de inflexível justiça”.

Com a espada de bronze, na história de Ceos, há o término com a vitória sobre o monstro e, por isso, a guerreira ganha reconhecimento entre os povos do vilarejo e se torna heroína, uma lenda – em suas palavras.

Ceos luta contra as agruras do existir e sonha com a vitória.

DAS CONVERS(AÇÕES) AS

Distância da distância derivada

Aparição do mundo: a terra escorre

Pelos olhos que a veem revelada

E atrás um outro longe imenso morre.

(ANDRESEN, 2015, p. 153)

Percebemos que as atividades da história de vida, da trajetividade acadêmica, e do AT-9 propiciam uma ambiência encantatória, passam pela (re)animação das forças criadoras da imaginação, porque, seguindo o pensamento bachelardiano, a imaginação é produtora fértil do pensamento e, nós, professores, devemos ser incansáveis na intenção de favorecer essa (re)união: do pensar e do imaginar. Mas para que ecoem as palavras, é preciso buscar nos vazios, cavar no patente o que está latente (PAULA CARVALHO, 1990, p. 23).

E nessa escavação – uma mineração de busca de sentidos –, (des)vendar as circunstâncias,

os entornos, pode facilitar a aproximação entre o docente e discente. Aproximação que se (re)vela no contar-se, na narrativa elaborada, nas imagens imaginadas que, (des)cobrimo os tecidos que as envolvem, se mostram para possíveis interpretações. Interpretações advindas da imaginação – possíveis ou impossíveis – que iluminam um navegar: um navegar nos mares do prosaico, do poético, do sensível, fornecendo-nos, assim, uma carta de navegação.

É nesse navegar pelas infinitas trilhas do sensível que as possibilidades de se fazer uma educação mesclada de emoção e razão se presentificam: uma razão sensível. Não é uma proposta de somente trabalhar a sensibilidade. É uma proposta de trazer o sensível para abraçar a razão. É nessa conexão que se pode desenvolver uma prática pedagógica que abraça o aprender.

Assim, acreditamos que, com tais atividades, surge a possibilidade de os discentes se aproximarem de si mesmos e demonstrarem as próprias buscas, (re)velar as suas angústias e o seu protagonismo frente à existência, o que permite ao docente aprimorar estratégias para a aproximação, compreensão e realização de um ensino mais produtivo, mais acolhedor.

Percebemos, nesse fazer, que a discente vivenciou uma experiência. No pensar moriniano, somente se aprende sentindo prazer, gosto, emoção, pois “o conhecimento se alimenta de afetividade e a afetividade se alimenta do conhecimento” (MORIN, 2017, p. 102). É por meio dessa emoção estética que se descobre até um pouco mais de si mesmo, é que se aprende a conhecer o mundo e a natureza do outro, o mundo das subjetividades, o mundo da humanidade exterior, o mundo das outras mentalidades e culturas (idem). E esse vivenciar propicia uma aventura: o (des)cobrir-se.

A aventura entre emoção e razão na prática docente (o ato de construir a ponte e promover a travessia), assim, poderá ser constelada, iluminada por estrelas de esperança, estrelas-guia cujo brilho delineie, no escuro da formalidade racional, enlaçada pela razão sensível, um navegar seguro. Navegações de possibilidades...

Afinal, o fim da educação é o de fazer com que docente e discente se lancem juntos nos labirínticos mares do aprender, como se fossem barcos à vela a singrar os mares do conhecimento, atravessando tempos e circunstâncias do existir, num harmonioso abraço fraterno. Juntos.

Juntos: na certeza de que o estar-no-mundo é o de ser um eterno aprendiz, não de conteúdos objetivos somente, mas, certamente, “das imagens que do mundo emanam” e (de)cifrá-las, (re)velá-las. É no navegar que os enigmas, como ondas turbulentas, se (re)velam.

Assim, navegamos, distantes – agora – da distância derivada, observando o longe que no infinito se esvai, abrindo espaços no singrar para novos horizontes.

REFERÊNCIAS

- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Obra poética*. 2. ed. Porto: Assírio & Alvim, 2018.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *A água e os sonhos*. São Paulo: São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- BACHMANN, Helen I. *O animal como símbolo nos sonhos, mitos e contos de fadas*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BARCELLOS, Gustavo. *O banquete de Psique: imaginação, cultura e psicologia da alimentação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BOHADANA, ESTRELLA. *Sobre deuses e poetas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- BYNGTON, Carlos Amadeu Botelho. *A construção amorosa do saber: o fundamento e a finalidade da*

- Pedagogia Simbólica Junguiana. São Paulo: Religare, 2003.
- CHAVES, Iduína M. B. Vestida de Azul e Branco como manda a tradição: cultura e Ritualização na escola. Rio de Janeiro: Intertexto/Quartet, 2000.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: mitos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- CIRLOT, Juan-Eduardo. Dicionário de símbolos. São Paulo: 2. Ed. Editora Moraes, 1984.
- DUCHASTEL, Alexandra. O caminho do imaginário: o processo de arte-terapia. São Paulo: Paulus, 2010.
- DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. A imaginação simbólica. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.
- _____. Símbolo, mito e metodologia. Lisboa: Presença, 1982.
- HALLIDAY, M.; McINTOSH, A ; STREVEENS, P. As ciências linguísticas e o ensino da língua. Petrópolis: Vozes, 1974.
- HILLMAN, James. O livro do Puer: ensaios sobre arquétipos do Puer Aeternus. São Paulo: Paulus, 1998.
- _____. Uma investigação sobre a imagem. Petrópolis: Vozes, 2018.
- KERÉNYI, Jones. Arquétipos da religião grega. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LE BRETON, D. Antropologia dos sentidos. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LOUREIRO, Altair Macedo Lahud (Org.). O velho e o aprendiz: o imaginário em experiências com o AT-9. São Paulo: Zouk, 2004.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1998.
- _____. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. O método 2: a vida da vida. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- _____. Sobre a estética. Rio de Janeiro: Pró-saber, 2017.
- OLIVEIRA, Alberto Filipe. Quando o imaginário se diz educacional. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.1, n. 229, p. 679-705, set./dez.2010.
- PAULA CARVALHO, J. C. A culturálise de grupos: Teorias e heurísticas em educação e ação cultural. São Paulo: USP, 1990, mimeo.
- PLATÃO. Diálogos. Rio de Janeiro: Ediouro, 1976.
- ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.
- ROSSET, Clément. O princípio da crueldade. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- STEIN, Murray. Jung: o mapa da alma – uma introdução. São Paulo: Cultrix, 2006.
- TEIXEIRA, Maria Cecília S. Antropologia, cultura e educação. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez; ARAÚJO, A. F. Gilbert Durand: imaginário e educação. Niterói: Intertexto, 2011.

POLÍTICAS HABITACIONAIS EM GOIÁS

HOUSING POLICIES IN THE STATE OF GOIÁS (BRAZIL)

POLÍTICAS HABITACIONALES EN GOIÁS

Lucélia Neves PINTO¹
Leandro Oliveira de LIMA²
Ronan Eustáquio BORGES³

Resumo:

Este trabalho apresenta elementos para a compreensão do desenvolvimento da política habitacional em Goiás, aspecto relevante da realidade urbana e social, visto que o morar é algo tão imprescindível quanto aqueles relacionados, por exemplo, com as questões de saúde. Deste ângulo, a moradia é um produto eminentemente social. Por outro lado, mesmo com a diversidade de tipos de habitação, sempre é preciso morar, dado que ninguém vive sem ocupar espaço, sobretudo este espaço que carrega em si a representação da segurança diária. Por esse viés, a moradia assume aspecto relacionado às políticas do desenvolvimento urbano. A política pública para a habitação em Goiás sempre esteve atrelada aos condicionantes da política nacional, mesmo quando, na década de 1980, foram desenvolvidos programas estaduais de habitação, uma vez que estes nasceram na esteira da crise da política pública habitacional nacional, expressa pelo programa do Banco Nacional da Habitação (BNH), extinto em 1986. Até a década de 1970, as iniciativas foram muito pontuais, restringindo mais à Goiânia, com iniciativas dos IAPs e FCP ou de particulares com a construção de casas operárias. Em 1974, com a implantação do PLANHAP em Goiás, há um alinhamento com a política nacional para a habitação, o que levou à construção de conjuntos habitacionais pelo estado, seguindo o modelo do BNH. No início da década de 1980, o Programa Mutirão da Moradia surge como uma alternativa para a política habitacional goiana, em face da crise vivenciada pelo BNH. Este programa de governo iniciou um período no qual o protagonismo estadual se destacou até 2003, quando o governo federal lançou a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), com a instituição do Conselho das Cidades (ConCidades), criando a Política Nacional de Habitação (PNH), que passou a operar pelo Sistema Nacional de Habitação (SNH). Deste modo, o governo estadual procurou se alinhar à política nacional, passando os programas da política habitacional de Goiás a serem executados em parceria com os novos programas federais.

Palavras-chave: Políticas Habitacionais. Habitação. Programas governamentais. Goiás

Abstract:

This paper aims to present elements for the understanding of the development of housing policy in the state of Goiás (Brazil), a relevant aspect of urban and social reality, since living is something as essential as those related, for example, to health issues. From this angle, a home is an eminently social product. On the other hand, even with the diversity of types of housing, it is always necessary to live, since no one lives without occupying space, especially this space that carries on itself the representation of daily security. Because of this bias, housing assumes an aspect related to urban development policies. Public policy for housing in Goiás has always been linked to the constraints of national policy, even when, in the 1980s, state housing programs were developed, since these were born in the wake of the national public policy crisis, expressed by the program of the National Housing Bank (BNH), extinct in the year of 1986. Until the 1970s, the initiatives were very punctual, restricting more to Goiânia, with initiatives by the IAPs and FCP or by individuals with the construction of workers' houses. In 1974, with the implementation of PLANHAP in Goiás, there is an alignment with the national policy for housing, which led to the construction of housing estates across the state, following the BNH model. At the beginning of the 1980s, the Mutirão da Moradia Program emerged as an alternative to the housing policy of

1 Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2001). Pós-graduada pela mesma Instituição em 2002, com Especialização em Geografia, Meio Ambiente e Turismo. Professora da Educação Básica desde 2002. Atuou na Secretaria Municipal de Aparecida de Goiânia de 2002 a 2004. Atua na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás desde 2004. Discente do PPGEO-IESA/UFG, com ingresso em 2018/I

2 Atualmente é professor da Universidade Federal de Goiás, do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) na área de Planejamento Urbano e Regional. É doutor pela Universidade Federal de Goiás e atua com pesquisas em Ciências Humanas, com ênfase nos temas: planejamento e desenvolvimento urbano-regional, produção do espaço urbano, metropolização e habitação de interesse social. Em 2015 venceu o concurso de teses em ciências humanas promovido pela UFG. É editor-assistente do Boletim Goiano de Geografia (Qualis A1) desde fevereiro de 2017.

3 Graduado em Geografia pela UFUberlândia (1996), mestre em Geografia (Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Regional) pela UNESP-Presidente Prudente (2000) e doutor em Geografia (Organização do Espaço) pela UNESP - Rio Claro (2006). Foi professor de ensino fundamental e médio (rede pública e particular), professor substituto na UFU (2000-2001), professor efetivo na Campus Avançado de Jataí - UFG (2001-2002), professor efetivo adjunto UFViçosa (2002-jan.2009) e, atualmente, é professor associado da Universidade Federal de Goiás - Campus Goiânia (Desde fev. 2009-).

Goiás, in the face of the crisis experienced by BNH. This government program governed a period in which state leadership stood out until 2003, when the federal government launched the National Urban Development Policy (PNUD), with the institution of the Council of Cities, creating the National Housing Policy (PNH), which started to operate through the National Housing System (SNH). In this way, the state government looks forward to aligning itself with national policy, with the housing policy of Goiás programs avoiding in partnership with the new federal programs.

Keywords: Housing Policies. Housing. Government programs. State of Goiás.

Resumen:

Este trabajo muestra los elementos para la comprensión del desarrollo de la política habitacional en Goiás, así como, destacar la realidad urbana y social, ya que, la vivienda, es algo tan imprescindible como todo lo que se le vincula, por ejemplo, los problemas de salud. Desde este punto de vista, la vivienda es un producto eminentemente social. Por otra parte, aunque existen diversos tipos de viviendas, siempre es necesario vivir, dado que nadie vive sin ocupar un espacio, sobre todo ese espacio que carga en sí la representación de la seguridad diaria. Por ese lado, la vivienda asume aspectos relacionados a las políticas del desarrollo urbano. La política habitacional pública en Goiás siempre estuvo atada a las limitaciones de la política nacional, aun cuando, en la década de los ochenta, se desarrollaron programas estaduais para la vivienda, una vez que estos surgieron a raíz de la crisis nacional de la política pública habitacional, declarada por el programa del Banco Nacional para la Habitación (BNH), extinto en el año 1986. Hasta la década de los setenta, las iniciativas fueron muy puntuales, restringiendo aún más a Goiânia, con las iniciativas de los IAPs y FCP o de los particulares con la construcción de las casas de los trabajadores. En 1974, con la implementación del PLANHAP en Goiás, hay un alineamiento con la política nacional para la vivienda, lo que llevó a la construcción de conjuntos residenciales por el estado, siguiendo el modelo del BNH. Al inicio de la década de los ochenta, el Programa de Movimiento Habitacional (Programa Mutirão da Moradia) surge como una alternativa para la política habitacional goiana, en la fase de la crisis vivenciada por el BNH. Este programa del gobierno se inició en un período en el cual, el protagonismo del estado se destacó hasta el 2003, cuando el gobierno federal lanzó la Política Nacional de Desarrollo Urbano (PNUD), con la institución del Consejo de las Ciudades (ConCidades), creando la Política Nacional para la Habitación (PNH), que pasó a funcionar por el Sistema Nacional para la Habitación (SNH). De esta manera, el gobierno estadual procuró alinearse a la política nacional, pasando los programas de la política habitacional de Goiás para ser ejecutados en colaboración con los nuevos programas federales.

Palabras Claves: Políticas Habitacionales. Habitación. Programas gubernamentales. Goiás.

INTRODUÇÃO

O trabalho em tela versa sobre o desenvolvimento das políticas governamentais de habitação em Goiás, destacando a trajetória e protagonismo estadual a partir da década de 1980, quando a crise financeira e institucional do BNH se torna mais grave culminando com a sua extinção em 1986. Essa extinção resultou em um vácuo de cerca de vinte anos em relação à existência de uma sistematizada política nacional para a questão habitacional. Entendemos que esse cenário levou os estados federados a imprimirem mais esforços políticos e financeiros para enfrentar o problema habitacional, expresso principalmente, mas não exclusivamente, por meio do déficit habitacional.

A leitura da política habitacional em Goiás no período anterior à década de 1970 passa pelas lentes do desenvolvimento urbano de Goiânia e pela a dinâmica que passou a exercer na organização socioespacial, territorial e administrativa na região do seu entorno. Goiânia, capital, planejada e cidade mais dinâmica, viria a conformar uma das dez maiores regiões metropolitanas do Brasil, o que torna a leitura das políticas habitacionais mais complexa.

Metodologicamente, o texto contou com revisão bibliográfica no sentido de investigar a evolução do desenvolvimento da política habitacional em Goiás, com a leitura de teses e dissertações produzidas nos últimos anos. Também, foi feito o levantamento de dados populacionais a fim de compreender como se deu a interiorização do fenômeno urbano, o que buscamos relacionar com o desenvolvimento de uma política estadual para a questão habitacional.

PANORAMA DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS EM GOIÁS, ANTES DA DÉCADA DE 1980

Em Goiás, a discussão em torno da habitação passa pela evolução urbana de sua capital Goiânia, ocorrendo a partir da década de 1930, seguindo a mesma lógica do restante do país. Trata-se do período do Estado Novo, no qual a habitação social entrou em cena no debate nacional bem como é o período no qual o movimento conhecido como Marcha para o Oeste provocou um processo migratório para o interior do país, causando o crescimento demográfico das principais cidades. Corroborando este entendimento a afirmação de Campos (1985, p. 47) ao dizer que a “criação do Estado Novo, reforça, sem dúvidas, o fluxo migratório que já demandava às terras goianas, [...] que teve o seu incremento na política de colonização a partir de 1935 e com a construção da cidade de Goiânia”.

Esses fatos associados com a transferência da capital federal para Brasília, vão ser condicionantes para se pensar numa nova dinâmica populacional e urbana para o estado de Goiás, ainda que apenas quatro cidades apresentassem uma dinâmica efetivamente urbana – Rio Verde, Itumbiara, Anápolis e Goiânia, com população superior a 50 mil habitantes. Vale ressaltar que nesse mesmo período, Anápolis apresentava uma população superior a 100 mil habitantes, denotando sua importância regional e compondo, desde então, o eixo de desenvolvimento do que Arrais (2007) denominou de “região urbana Centro-Goiano”.

O tratamento da questão habitacional, até a década de 1970, entretanto, não ocupou, de forma incisiva, a agenda de políticas públicas do governo estadual, isto podendo ser relacionado ao fato de que o cenário urbano estadual era ainda incipiente, com baixo incremento populacional nos principais centros urbanos (tabela 01), gerando pouca pressão sobre a demanda por serviços de habitação urbana, que não justificava ainda uma política de abrangência estadual.

Em 1970 eram quatro municípios (Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Itumbiara) com população acima de 50 mil habitantes, representando cerca de 20% (1/5) da população do estado. Enquanto em Goiânia e Anápolis a população urbana já ultrapassara a casa de 90%, nos dois outros municípios estava em torno de 50%, uma situação observada para os demais municípios goianos, o que demonstra uma incipiente dinâmica urbana goiana.

Nota-se que Goiânia sozinha respondia por 15,6% de toda a população do estado, enquanto as demais cidades com população acima de 50 mil habitantes compunham juntas 13,7% dos habitantes. E, se retirarmos a participação de Anápolis, que está localizada a 50 km de Goiânia, essa representação cai para 9,9%. A observação desses números aponta para um quadro de municípios goianos pouco populosos, com uma população urbana menor ainda, com acentuada concentração demográfica em torno de Goiânia, natural dada a capilaridade exercida pela sua função de capital estadual.

Tabela 01 – Cidades goianas⁴ com população acima de 50 mil habitantes – 1970

Localidades	1970
Rio Verde	55.697
Itumbiara	64.162
Anápolis	105.029
Goiânia	380.773
Total das Localidades	605.661
Total do estado de Goiás	2.938.677

Fonte: Censo Demográfico do IBGE – 1970; Anuário Estatístico de Goiás, 1978

A urbanização goiana, à semelhança do que ocorreu no Brasil, está relacionada entre outros fatores com a dinamização econômica, provocada pela agroindustrialização associada à concentração fundiária que gerou como consequência a migração campo-cidade. Deste modo, o resultado foi uma sociedade na qual emergiram dois processos interligados: crescimento econômico e pauperização de vastas parcelas da classe trabalhadora. (KOWARICK, 1979).

Do ponto de vista socioespacial, as condições de vida passaram a ser severamente, cada vez mais, comprometidas, pois esta parcela da sociedade passou a ocupar os espaços periféricos nos quais a carência de infraestrutura e de serviços urbanos se tornaram uma constante. Nesse rol de carências, também podemos listar a moradia.

Goiânia foi uma cidade planejada, seguindo as diretrizes da concepção urbanística da época, influenciada pelo modelo de Le Corbusier. Assim, seu traçado original apresentava um zoneamento que contemplava a função residencial, entre outras. Como aponta Lucas (2016, p. 59): “No que se refere à habitação, o projeto original trazia um zoneamento que definia espaços residenciais de acordo com as classes sociais, concebendo a habitação social como “casa isolada no lote” localizada na periferia”.

De acordo ainda com Lucas (2016), a necessidade de ocupar o território goianiense fez com que o governo estimulasse a habitação para a capital. Mas, tal estímulo não visou atender as necessidades habitacionais, através da reposição ou incremento de estoque, não tinha caráter de habitação popular ou de interesse social, uma vez que era voltado para a população que possuía condição de pagar o financiamento de até quinze anos.

Foi uma estratégia de ocupação do território que se amparou no estímulo governamental à produção habitacional, sendo uma experiência anterior àquela realizada pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e Fundação Casa Popular (FCP), ancorada na ideologia da casa própria. O “problema habitacional” que despontava na recém criada cidade de Goiânia era resolvido com iniciativas dos empresários, através do fornecimento de vilas operárias. Conforme apontado em Lucas (2016), o projeto urbanístico de Goiânia previa a destinação de casa para atender os trabalhadores.

A partir do Governo de Vargas, disseminou-se no cenário nacional o ideário de que o Estado deveria assumir o tema da “habitação para operários”, tido como “necessidade da grande

⁴ Nessa data, Goiás ainda não tinha sofrido desmembramento territorial, que viria a acontecer em 1988, resultando na criação do atual estado do Tocantins, que ficou pertencente à região Norte.

massa”, para o que deveria empenhar recursos e fundos sociais (BONDUKI, 2017). Nesse contexto, tem-se a criação dos IAPs e da FCP, que seguia um modelo tripartite, no qual havia a contribuição do empregado, empregador e do Estado. Mas, é importante ressaltar que o modelo dos IAPs produziu moradia para uma parcela específica da sociedade, os seus segurados, capazes de pagar pelo financiamento.

A atuação dos IAPs foi bastante importante para Goiás, contribuindo para a construção de vários conjuntos habitacionais em Goiânia e Anápolis, atendendo ao segmento dos bancários, industriários e comerciários. O Decreto-lei nº 2.809, de 11 de janeiro de 1940 determinava que o Estado doasse terras ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI, em Goiânia, tendo como objetivo a construção de uma Vila Operária, em 27 lotes no Setor Norte. Este decreto pode ser entendido que o Estado passava a enxergar moradia como problema social, sendo seu papel cooperar, mas que também a produção de casas desempenharia papel no desenvolvimento econômico da capital, conforme se nota pelo texto da lei:

Considerando o alto alcance dessa medida, nem só pelo que significa como de progresso para Goiânia, como também porque vem contribuir, de maneira valiosa, para a solução de importante problema social, qual seja o da casa própria para o trabalhador; Considerando que é dever precípua do Estado cooperar em todas as realizações que digam de perto para o bem da coletividade [...] (GOIÁS, Decreto-Lei Nº 2.809, de 11 de janeiro de 1940)

Em Anápolis, na década de 1950, de acordo com Freitas (1995), os IAPs abriram alguns financiamentos. Em 1952, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC) construiu o Residencial Jamaica, popularmente conhecido como Bairro IAPC, para seus associados, sendo as casas alugadas e posteriormente vendidas aos mesmos. Em 1963, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB) construiu, na região central um edifício de apartamentos para seus associados, sobre o qual não encontramos registros no cadastro imobiliário da cidade.

Com a intensificação da atividade industrial, a periferação urbana surgiu como efeito socioespacial; a população mais pobre foi sendo alijada do processo de modernização urbana, marcada pela pujança econômica das cidades e pela tecnologia das fábricas, tanto do ponto de vista socioeconômico como espacial. Processos de ocupação fundiária irregular, abertura de novos loteamentos e a autoconstrução deram a tônica da produção habitacional – “a habitação produzida pelo morador”. De acordo com Mendes (2013, p. 109), em 1947 vários pontos de ocupação foram detectados em Goiânia pelo Cadastro Suburbano de Goiânia, realizado neste mesmo ano pelo Estado, através da Secretaria de Economia Pública, dentre os quais se pode destacar as invasões da Vila Nova; do córrego Botafogo; da Avenida Oeste, junto à Vila Militar; a do Macambira, próxima ao córrego Areião; além da invasão da Avenida Contorno, junto à área da Estrada de Ferro.

A partir de 1964, sob o governo da Ditadura Militar, os estados passam a se subordinar à Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, criou o Banco Nacional da Habitação (BNH), as Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação, competindo-lhes elaborar programas e planos diretores com vistas a solucionar os problemas habitacionais. Nesse contexto, em Goiás, na década de 1970 foram implantadas duas leis importantes para a execução da política habitacional. A Lei nº 7.846, de 13 de agosto de 1974 e Lei nº

7.928, de 21 de maio de 1975 que versam, respectivamente, sobre a implantação do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP) e a criação do Estatuto do Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR).

A implantação do PLANHAP visou atender a política nacional de habitação, cujo objetivo era eliminar, num período de 10 anos, “o déficit estadual de habitação para famílias com renda regular entre um e três salários mínimos regionais”. (LEI Nº 7.846, DE 13 DE AGOSTO DE 1974.) Previamente a reestruturação das Companhias Habitacionais do Estado (COHABs), que deveriam atuar mediante às normas do BNH e a instituição do Fundo Estadual de Habitação Popular (FUNDHAP).

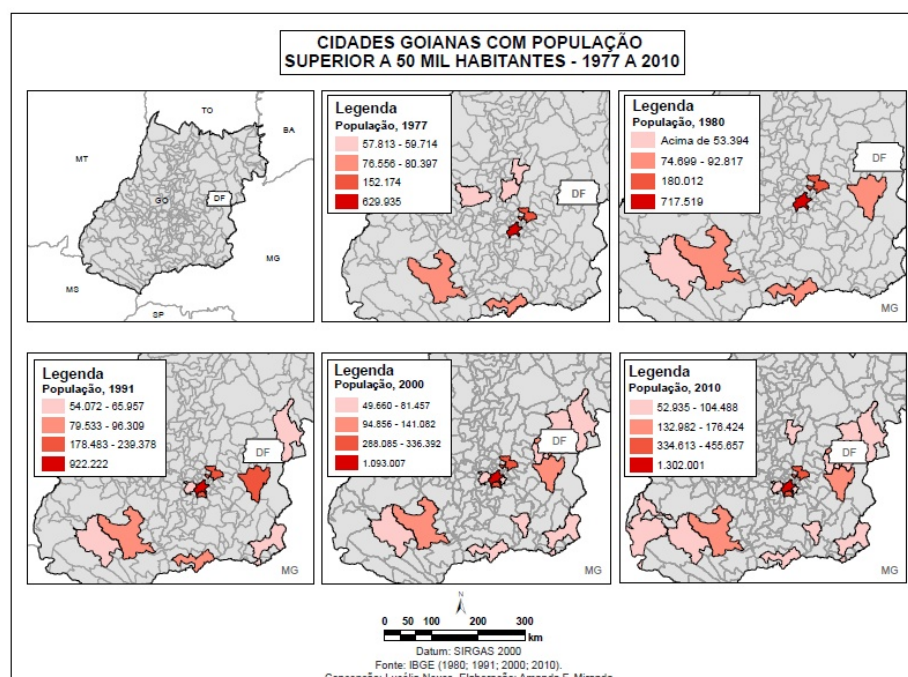
Sendo que, com o INDUR, podemos afirmar que em Goiás, a questão do desenvolvimento econômico passou a ser vista como um eixo de desenvolvimento do território com foco voltado também para o aspecto urbano, com menção para o tema da habitação, o que se nota pelo que foi explicitado na lei de criação do Estatuto do INDUR:

Art. 4º - O INDUR tem como objetivo geral a reflexão crítica, o estudo e a promoção de desenvolvimento regional, municipal e urbano do Estado de Goiás e demais regiões onde vier a atuar, e como objetivos específicos:

[...]III - adaptar, desenvolver, criar, aplicar e definir técnicas relacionadas com administração, economia, desenvolvimento regional, articulação com municípios, urbanismo, habitação e desenvolvimento de comunidades;

IV - apoiar os órgãos dos setores público e privado nos serviços relacionados com a transferência, o aperfeiçoamento e a criação de técnicas previstas no inciso anterior; [...] (GOIÁS, Decreto Nº 1.770, de 23 de janeiro de 1980)

Conforme se vê pelos dados da figura 01, a localização das cidades com população superior a 50 mil habitantes se apresenta mais dispersa pelo território goiano, resultado do modelo de desenvolvimento que delineou estratégias claras para o setor industrial goiano, que mesmo incipiente e pouco participativo no cenário nacional, reforçou a interiorização econômica e demográfica no estado, fazendo despontar novas direções da dinâmica populacional. Deste modo, é possível entender a implantação tanto do PLANHAP quanto a criação do INDUR, no momento em que se observa uma

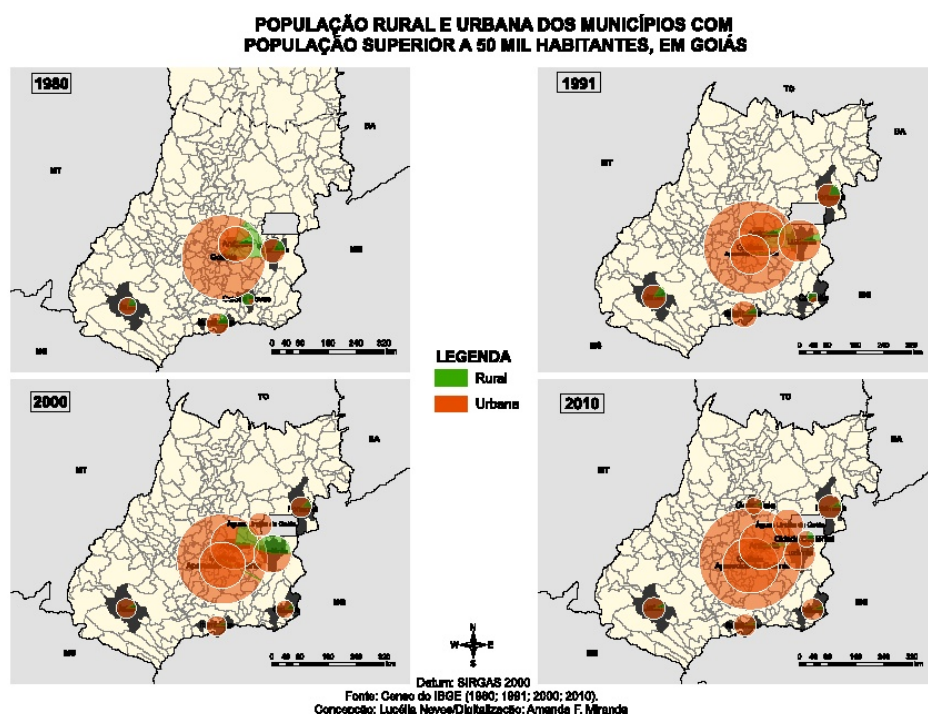


especialização do processo urbano por áreas mais amplas do território goiano.

Figura 01 - Cidades goianas com população acima de 50 mil habitantes – 1977 a 2010

POLÍTICA HABITACIONAL E O PROTAGONISMO ESTADUAL: DO MUTIRÃO DA MORADIA AO CHEQUE MORADIA

A “inversão rural-urbana” se acentuou na década de 1980. Em 1980 eram sete municípios mais populosos (Goiânia, Anápolis, Luziânia, Itumbiara, Araguaína, Rio Verde e Jataí), todos com população urbana superior a 60%; em 1990 passam a ser dez municípios (Goiânia, Anápolis, Luziânia, Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Itumbiara, Jataí, Formosa, Catalão e Trindade), responsáveis por cerca de 50% da população do estado e todos com população urbana superior a 80%. A figura 02 mostra a espacialização dessa mudança. No decurso de trinta anos, Goiás passou a ter uma população urbana em torno de 90%, sendo nos três municípios mais populosos de 99% para Goiânia e Aparecida



de Goiânia e de 98% para Anápolis de 98%.

Figura 02 - População rural e urbana dos municípios goianos com população superior a 50 mil hab – 1980 a 2010

O crescimento da população urbana em Goiás apresentou significativa dispersão espacial nesse intervalo de tempo. Até 1980, a maior aglomeração urbana era Goiânia com uma população urbana de 703.640 habitantes; os demais municípios com população superior a 50 mil habitantes somavam juntos 447.488 habitantes, ou seja, pouco mais da metade da população urbana da capital do estado.

Na década seguinte ocorreu grande crescimento populacional geral e urbano nos municípios do entorno das capitais Goiânia e Brasília: Aparecida de Goiânia, com 98% de população urbana; Trindade, com 90%; Formosa com 79% e Luziânia com 93%. Os municípios de Rio Verde e Jataí

apresentaram um destacado crescimento populacional, localizados no Sudoeste Goiano, em área de fronteira agrícola, cresceram significativamente em função da migração de pessoas vindas do Sul e Sudeste do Brasil. Municípios de forte dinamismo agroindustrial, tem nas suas sedes administrativas significativa população urbana, atingindo mais de 90% de urbanização.

Esse dinamismo populacional e urbano verificado a partir da década de 1980 pode ser visto como resultado do “aumento da concentração fundiária, expulsão e deslocamentos massivos de trabalhadores do campo para as cidades (...)” (BORGES, 2017, p. 112). Nesse contexto de pressão demográfica a luta por moradia ganhou contorno e passou a compor claramente a agenda do planejamento do governo de Goiás. A ação lançada, considerada menos como uma política pública para a habitação e mais como um programa pontual para o enfrentamento do tema em questão, foi alicerçada no Programa Mutirão da Moradia, que consistiu em construir casas para reduzir o déficit habitacional do estado de Goiás.

A partir de 1980, a questão habitacional, mesmo analisada de forma estrita, passou a se constituir enquanto um problema, o que é possível verificar pela análise dos números de domicílios particulares permanentes⁵ urbanos. Ao observar o tabela 02, fazendo uma estimativa simples de quatro pessoas por domicílio, nota-se de modo geral, que haveria domicílio⁶ suficiente para atender à toda população de Goiás. O incremento na construção de domicílios foi substancial.

Tabela 02 - Domicílios Particulares Permanentes em Goiás – 1980 a 2010

Ano	Total	Urbano	Rural
1980	791.642	502.480	289.162
1991	988.183	798.835	189.348
2000	1.398.015	1.225.871	172.144
2010	1.886.264	1.698.379	187.885

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

Nota-se um aumento maior a partir de 1991, indo na contramão da existência da crise do financiamento habitacional. Talvez possa ser explicado por vários desmembramentos de municípios ocorridos no final dos anos 1990, ocasionando acréscimo de área construída nos municípios novos e no decorrer dos anos 2000 em diante pela retomada do financiamento habitacional por parte do governo federal e no âmbito de Goiás, como veremos adiante quando trataremos da política habitacional no governo de Marconi Perillo que inicia em 1999.

Também, há que se levar em consideração que o aumento no número de domicílios particulares permanentes em área urbana indica maior dinâmica imobiliária das cidades, sinalizando o espraiamento do tecido urbano, que tem impacto direto nas políticas de assentamentos porque aumenta os custos com infraestrutura para os serviços públicos e equipamentos comunitários.

⁵ Trata-se do “domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas”. (IBGE, 2010)

⁶ Tomou-se por referência a mesma estimativa usada pela SEGPLAN, em 2016, quando apresentou o Caderno de Entregas e Resultados, relativo à questão do déficit habitacional no estado de Goiás.

Os dados acima contrastam com a realidade vivenciada marcada pela agudização da luta pela moradia em Goiás refletida na formação de várias associações de moradores que se transformaram em movimentos organizados politicamente, como é o caso do da União dos Invasores, do Jardim Nova Esperança criada em 1980, transformada em União dos Posseiros de Goiânia em 1984 e depois, em 1987, em Federação Goiana de Inquilinos e Posseiros, refletindo deste modo como a questão da demanda por moradia tornara-se ressoante para todo o estado de Goiás.

Em 1980, 19% desses domicílios eram alugados e 20% eram cedidos, contra 59% considerados próprios. No caso urbano, em se tratando dos domicílios alugados o número sobe para 29%, embora o cedido reduza para 8%. Na zona rural, o contrário ocorre: o de alugados cai para 2%, mas o de cedidos sobe para 40%.

A realidade econômica de Goiás nos anos 1980 é sincrônica ao que o país estava vivendo, com crise econômica marcada pela elevação dos preços, por perdas salariais e estagnação produtiva; cenário no qual a política habitacional nacional sob o comando do BNH/SFH é desmantelada, ocasionando uma ausência de política habitacional em nível nacional. Mediante essa realidade, os reflexos socioespaciais da crise econômica se faziam sentir na dificuldade para pagar as prestações da casa própria ou pagar aluguel e manter as despesas da casa.

Há que considerar também que nos anos 1980 ocorreu a abertura política, processo no qual os estados vão passar a ter eleições diretas para elegerem seus governantes, o que traz uma implicação muito grande junto à população, pois é preciso dar respostas a seus anseios e necessidades, isso se tornando uma “moeda de troca” mediante os votos que se buscava angariar, favorecendo, ou obrigando os estados a tomarem medidas para resolver os problemas sociais e urbanos que se agravavam.

Como parece ser costume no cenário político brasileiro, o governante “tem que deixar a sua marca”, de modo que a política habitacional desenvolvida pelo governo estadual pode ser identificada pelos seguintes programas: Programa Mutirão da Moradia, no governo Iris Rezende (1983-1986); Programa Habitacional Comunitário, no governo Henrique Santillo (1987-1990); o Mutirão Permanente da Moradia, no segundo governo Íris (1991-1994); o Meu Lote, Minha Casa, no governo Maguito Vilela (1995-1998); e o Programa Cheque Moradia/Morada Nova, implantado em 1998 no primeiro governo de Marconi Perillo, que ainda se encontra vigente no atual governo de Ronaldo Caiado, iniciado em 2019.

O Programa Mutirão da Moradia, criado através da Lei nº 9.353, de 30 de agosto de 1983, pelo governador Iris Rezende, tinha por objetivo atender parte da população que não era atendida pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), ou seja, vinha ao encontro da parcela da população não solvável, não contemplada nos projetos do BNH. Foi alocado na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (CODEG), demonstrando o caráter de autonomização que o governo estadual passava a imprimir na política habitacional, já que este programa não ficou a cargo das COHABs. Este programa, eminentemente estadual, ocorreu em Goiânia e em outras cidades do estado, ressaltando, de acordo com Barros (2011, p. 53), que nenhum município da porção do norte, área do atual estado do Tocantins, recebeu algum empreendimento do Programa Mutirão da Moradia.

O Programa Mutirão da Moradia expressa o que Cardoso e Ribeiro (2000) denominam de

“descentralização por ausência”, onde os entes federados se viram obrigados a criar políticas públicas próprias para tratar da questão habitacional em face da dificuldade de financiamentos de projetos junto ao BNH, enfraquecimento das COHABs que operavam os projetos nos estados e municípios e mudança nos rumos políticos do país que enfraqueceram o governo federal, levando à abertura política com eleições diretas nos estados no início dos anos 1980 e para a presidência do país em 1989 e, assim, provocando um redesenho do exercício do poder político importante para delinear as políticas públicas, seja do ponto de vista institucional ou financeiro.

A primeira etapa deste programa logrou construir, de forma emblemática, “mil casas num só dia” em Goiânia – a Vila Mutirão, evento que repercutiu internacionalmente. Posteriormente, o Mutirão do Interior promoveu a construção de casas, no mesmo modelo do que ocorrera na capital, em outros 68 municípios goianos, dentre os quais destacamos aqueles que receberam as maiores quantidades de casas: Anápolis com 249, Itumbiara e Rio Verde com 150 cada um e Jataí com 100, sendo estes os municípios mais populosos, depois da capital Goiânia. Ao todo, foram construídas 3.320 casas, conforme dados encontrados em Barros (2011, p. 53) cujo modelo pode ser visualizado na figura 03:

O programa ainda teve desdobramentos nos anos de 1985 e 1986, com a construção de outras três etapas da Vila Mutirão em Goiânia, quando foram construídas mais 561 casas e entregues 1.321 lotes urbanizados; 71 casas de idosos e 250 casas de zelador de escolas na capital e no interior.

Figura 03 – Conjunto habitacional Vila Esperança, Anápolis - GO



Casa construída em regime de mutirão, em 1984, a partir do Programa Mutirão da Moradia – Etapa do Interior. Mesmo decorridos 36 anos, algumas unidades ainda possuem a estrutura original, na qual foram empregadas placas de concreto, para construir casas de 35m², com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro.

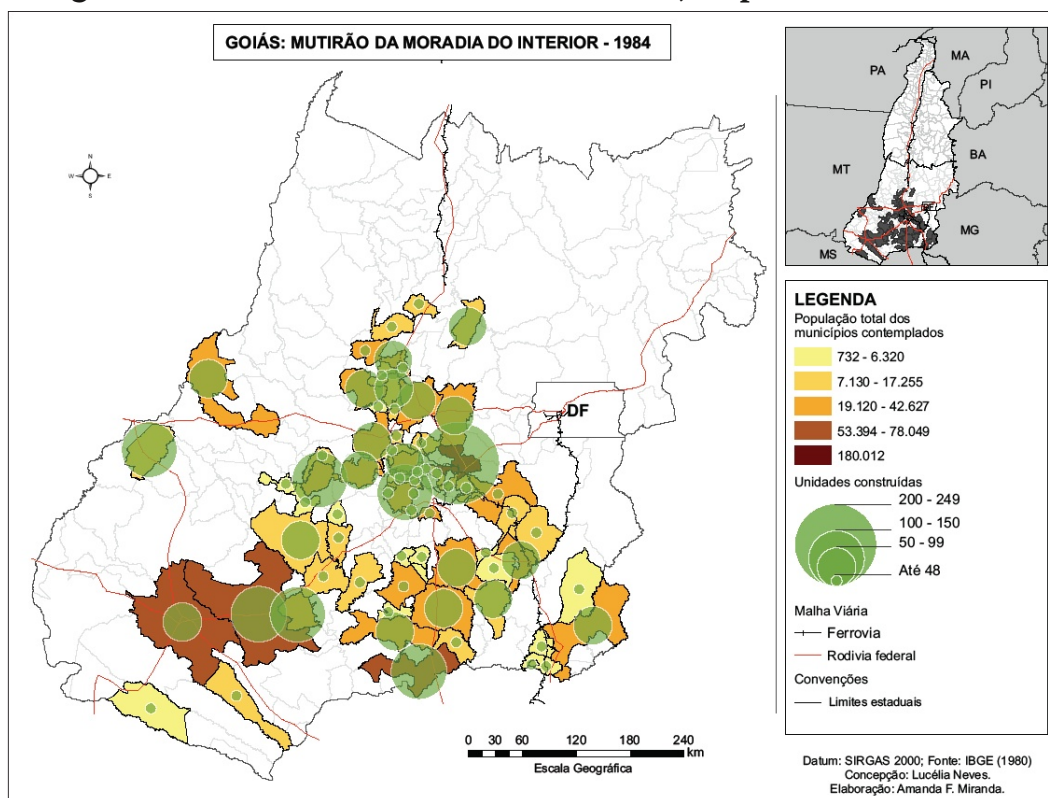
Fonte: Captura de tela do Google. Em 18 de julho de 2020.

Para além dos números alcançados e dos objetivos políticos envolvidos (sob o calor do descontentamento com o regime militar e consolidação das eleições diretas para todos os níveis de poder) o programa Mutirão da Moradia traçou um novo olhar para o território goiano, do ponto de

vista da elaboração de uma política governamental de cunho socioespacial, como é a política habitacional. Até então, haviam sido alvo de um planejamento estratégico as políticas de desenvolvimento econômico, a partir de ações setoriais, com a iniciativa do governador Mauro Borges, ainda na década de 1960, quando criou a Secretaria de Planejamento e Coordenação, elaborou e implementou o primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico, conhecido por Plano MB. Até então, mesmo com a implementação do PLANHAP em 1974, no âmbito das exigências do BNH/SFH, não havia uma ação de tamanho alcance territorial. Em Goiânia foram 1.561 casas e 1.321 lotes urbanizados, embora todos localizados na Vila Mutirão, sendo que no interior do estado foram construídas 3.249 casas, atingindo 69 municípios, sendo que Ceres, Anápolis, Rio Verde e Itumbiara receberam o maior número de unidades construídas (vide figura 04).

Iris Rezende não continuou seu governo, pois em 1986 passou a desempenhar função no governo federal, assumindo o governo do estado o seu vice Onofre Quinam, que não mudou o desenho institucional da política habitacional já em curso.

Figura 04 - Mutirão Permanente da Moradia, etapa do interior - 1984



No período de 1987 a 1990, sob o governo de Henrique Santillo, a política habitacional do estado de Goiás avançou no sentido do contorno institucional. Do ponto de vista do desenvolvimento urbano e questões correlatas, o seu plano de governo traçou diretrizes para o enfrentamento da problemática da “urbanização acelerada e a mobilidade da população goiana”, dentro do eixo do desenvolvimento econômico e para o enfrentamento do “desafio da habitação popular”, visto como uma questão social. Assim, foi instituído o Programa Integrado de Habitação Comunitária – PIHAC

“com o objetivo de assentar famílias de baixa renda por meio de redução de custos, via utilização de mão-de-obra familiar (mutirão), com a introdução de equipamentos sociais e fixação das pessoas através da geração local de emprego e renda”. (VIEIRA JÚNIOR, 2005, p. 49). Esse programa estava subdividido em Programa Habitacional Comunitário, Programa Posseiro Urbano e Programa de Habitações Populares, cujos resultados podem ser visualizados no quadro 01:

No Governo de Henrique Santillo houve o reconhecimento da necessidade de criação de mecanismos para evitar vazios urbanos, o que se deu através da tributação progressiva, buscando fazer cumprir a função social da propriedade e evitar a função de reserva de valor. (PROGRAMA DE GOVERNO HENRIQUE SANTILLO, 1996, p. 75).

Quadro 01 - Programa Integrado de Habitação Comunitária do Governo Henrique Santillo – 1987

Programas	Resultados
Programa Habitacional Comunitário	4,6 mil lotes concedidos 9,1 mil unidades habitacionais 957 famílias reassentadas em 3 bairros de Goiânia
Programa Posseiro Urbano	1. 000 lotes reurbanizados em Goiânia
Programa de Habitações Populares	3,2 mil unidades habitacionais e 770 deixadas em andamento

Fonte: Adaptado de Vieira Júnior, 2005, p 49

No segundo governo de Iris Rezende, seu programa habitacional foi reativado com o nome Mutirão Permanente da Moradia, regulamentado pelo Decreto nº 3.669, de 27 de agosto de 1991. Em 1993, o governo do estado apresentou um documento denominado Ações e Metas do Governo no qual traçou um panorama das ações a serem realizadas pelo governo, apontando algumas diretrizes setoriais. De acordo com este documento, o foco da política habitacional era promover a fixação dos moradores no interior do estado, através da construção de conjuntos habitacionais em diversas cidades além da região que fora denominada de Aglomerado Urbano de Goiânia, visando a população de baixa renda (de 0 a 3 salários mínimos), assim atendendo a duas demandas: redução do déficit habitacional e contenção da migração para a capital.

O desenho do programa consistia num sistema de parceria entre Estado, municípios e beneficiários, aos quais as casas seriam vendidas, e cuja contrapartida seria a sua mão-de-obra na construção das casas. Na prática, as casas foram construídas por uma empreiteira e entregues gratuitamente aos moradores contemplados, resultantes de triagem feita por órgão municipal. Vale ressaltar que as casas construídas contemplavam unidades de 25m²:

[...] padronizadas a partir de um projeto/embrião constituído de quarto, sala, cozinha e banheiro num lote de 250m² de área. O projeto original pode ser ampliado, de acordo com o interesse dos moradores. Os conjuntos habitacionais contam com energia elétrica, água tratada, escolas, postos de saúde, creches, centros comunitários e praças com áreas de lazer. (GOIÁS, 1993, p. 33)

Desse modo, a concepção do projeto habitacional da política habitacional do governo do estado de Goiás fez recair sobre o morador, trabalhador que recebia entre 0 e 3 salários mínimos a

responsabilidade pela ampliação da casa, se fosse do seu interesse. Nota-se que a via da autoconstrução está estabelecida, processo esse que não previa assistência técnica, tornando mais custoso, do ponto de vista financeiro, o que inviabiliza, em alguns casos, o fim da autoconstrução da moradia.

Pelo texto oficial, ficava claro que a política habitacional deveria ser executada em conjunto com outras políticas setoriais a fim de dar condições ao morador de encontrar no entorno da moradia os equipamentos urbanos importantes e necessários à reprodução social da vida urbana. Porém, o que se viu em realidade esteve longe disso. Nos novos conjuntos habitacionais havia apenas água tratada e energia elétrica, sem nenhum outro equipamento ou serviço urbano coletivo, instalados meses ou anos depois. Em Anápolis, a escola de ensino médio só foi implantada sete anos depois de inaugurado o Conjunto Habitacional Filostro Machado Carneiro, em 1995, sendo que até hoje ainda não possui sede própria, funcionando de forma precária, sempre dividindo espaço com escolas da rede municipal.

O resultado do programa habitacional Mutirão Permanente da Moradia, visualizado na tabela 03, demonstra que houve uma interiorização territorial da questão urbana, na qual o problema habitacional foi se tornando mais expoente. Do total de 10.882 unidades construídas, aproximadamente 88% foi em municípios localizados fora da área de influência de Goiânia, denominada Aglomerado Urbano de Goiânia, que na época contava com dezesseis municípios.

Tabela 03 – Programa Mutirão Permanente da Moradia do Segundo Governo Iris Rezende – 1991 a 1994

Localidade	Unidades habitacionais construídas
Senador Canedo	1.504
Anápolis	1.249
Demais municípios*	10.882
Povoados	336
Todo o estado de Goiás	13. 971
Aglomerado Urbano de Goiânia	1.706

Fonte: GOIÁS. EMCIDEC. Programa Mutirão Permanente da Moradia. Relatório de Atividades: março de 1991 a dezembro de 1994. Posição das obras em 19/12/94, apud Barros, 2011, p. 86.

* Ao todo, mais 190 municípios foram contemplados com conjuntos habitacionais entre 14 e 250 unidades habitacionais.

O anos 1990 sofreram os efeitos da prolongada crise econômica da década anterior, passando os governos a adotar políticas mitigadoras como enfrentamento da fome e da miséria das famílias de baixa renda. Com efeito, como afirma Vieira Júnior (2005) “dado o caráter reativo e emergencial dos programas de renda mínima, seus impactos transformadores nas regiões e cidades em que são adotados acabam condenados aos limites do ‘alívio da pobreza’, e não de sua superação.” (VIEIRA JÚNIOR, 2005, p. 55)

Em 1995, Maguito Vilela assumiu como governador no estado de Goiás, ficando neste cargo até 1998. Seu governo foi marcado pelo caráter assistencialista na execução das políticas públicas voltadas para as questões sociais e urbanas. Uma reforma administrativa criou a Secretaria Especial

de Solidariedade Humana – SESH, através da Lei nº 12.504, de 22 de dezembro de 1994, passando a ser o órgão estadual responsável pela formulação da política estadual da solidariedade humana, que tornou-se a responsável pela política habitacional em Goiás.

Assim, a política habitacional do estado de Goiás, no governo de Maguito Vilela, foi inserida sob o viés do social, como parte de um programa de solidariedade, pautada na doação de lotes urbanos e kits de construção. Os ganhadores dos lotes ainda teriam que arcar com custos de construção, quase sempre no modelo de autoconstrução, que penaliza as famílias, pois na maioria das vezes, essas passam a morar nas casas mesmo sem terminar as obras, além do que as autoconstruções, geralmente, são realizadas sem projeto e planejamento, levando ao encarecimento das obras porque estas se arrastam por anos.

Por força de um outro decreto, nº 4379, de 04 de janeiro de 1995, foi criado o Programa de Apoio às Famílias Carentes (PAFC), submetido à SESH, no qual o governo continuou com a política de doação de lotes e isenção de tarifas de água, esgoto e energia elétrica como parte da sua política de combate à fome, miséria e extrema pobreza, juntamente com outras medidas como a doação de pão e leite e cesta básica de alimentos. O PAFC era destinado a famílias com renda mínima total, somadas as rendas parciais de cada um dos membros, de até 01 salário mínimo. Abaixo, temos o organograma do PAFC, no qual se pode notar os seus eixos estruturantes, com evidência para o lugar destinado à questão da moradia, onde se nota que a política habitacional era vista como parte de um projeto social assistencialista, no qual fica subentendida a ideia de moradia mínima, apoiada na autoconstrução, sem vislumbrar a qualidade do desenvolvimento urbano dos espaços de habitação

Neste período, a política habitacional esteve circunscrita sobretudo à doação de lotes; a construção de unidades habitacionais ficou em segundo plano, no âmbito da continuidade do Mutirão Permanente da Moradia, regulamentado pelos instrumentos legais Lei nº 12.613, de 17 de abril de 1995 e Decreto nº 4.473 de 21 de junho de 1995; alocado na Empresa Estadual de Obras Públicas (EMOP), visou atender à população de baixa renda não contemplada com programas do Sistema Financeiro Habitacional (SFH). No desenho da contribuição das partes, previu-se, mais uma vez, a contribuição do morador na construção do conjunto habitacional, que deveria adquirir as casas por meio de compra com financiamento a longo prazo. De acordo com Barros (2011), apenas procurou terminar as contratações já feitas, de modo que em 30 de abril de 1996, por meio da Lei 12.858 EMOP foi extinta, assim ocorrendo também com a COHAB GO, que estava jurisdicionada à SESH desde 1995.

Essas ações evidenciaram o desmantelamento da política habitacional goiana que desde a década de 1980 priorizava a construção de conjuntos habitacionais populares como medida para o enfrentamento da problemática habitacional no estado e beneficiava, sobretudo a população sem condição para contratação de financiamentos, por mais acessíveis que estes fossem. Vieira Júnior (2005) chama atenção para dois fatos: o programa habitacional do governo Maguito Vilela, incorporado pelo Programa Meu Lote, Minha Casa, tornou-se residual e com restrição de financiamento além do que o padrão de distribuição de lotes serviu para criar outras demandas, quais sejam relacionadas aos serviços de infraestrutura.

No quadro 02 é possível visualizar os resultados deste programa. Não foi possível espacializar esses números, para identificar o alcance territorial deste programa habitacional, pois os

dados encontrados não estavam disponibilizados por município. Isto inviabiliza responder a alguns questionamentos, como por exemplo qual foi o impacto na expansão urbana dos municípios beneficiados. Por outro lado, permite notar que o alcance foi mínimo, para um estado que possui mais de 240 municípios, e muitos deles bastante urbanizados, o que requer uma atuação mais efetiva da política habitacional, pois na cidade os problemas de moradia são mais evidentes. Não significa dizer que o objetivo seja anular o déficit habitacional, pois a demanda por habitação é uma realidade muito complexa, que envolve fatores não só políticos mas demográficos e econômicos. É importante e necessário ter uma política com mais alcance territorial, cujo atendimento seja completo para as famílias, sem necessitarem ficar recorrendo a mecanismos para viabilizar suas casas, sobretudo quando se trata de população com renda mínima, ou nenhuma renda.

Quadro 02 - Programa Meu Lote, Minha Casa do Governo de Maguito Vilela

Ações	Resultados alcançados (unidades) - 1996/1997
Aquisição de lotes	5.255
Distribuição de kits de materiais de construção	6.850
Regularização de lotes	2.840
Distribuição de tijolos (a 4.403 famílias)	4.853.000

Fonte: GOIÁS. SECRETARIA ESPECIAL DE SOLIDARIEDADE HUMANA. Relatório das principais ações desenvolvidas pela SESH no triênio 1995-1997. Goiânia: Departamento de Acompanhamento e Fiscalização. (fragmento). 1998, apud BARROS (2005, p. 94)

A partir de 1999, iniciou-se em Goiás, mais um mandato governamental, sendo importante notar, sob a sigla do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no qual Marconi Perillo, eleito governador, quebrou a hegemonia do PMDB nas eleições para o governo de Goiás, conquistada com o primeiro governo de Iris Rezende, em 1983.

O novo governo procedeu a uma reforma administrativa, na qual mudanças significativas geraram impactos diretos sobre a forma de enxergar a política habitacional do estado. Através da Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999, extingue-se a SESH, na qual estava vinculado eixo Moradia e cria-se a Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Habitação (SEMARH), sendo a COHAB reativada por meio da Lei nº 13.532, de 15 de outubro de 1999, passando a denominar-se Agência Goiana da Habitação (AGH), sigla que mudaria para AGEHAB em 2001, permanecendo até os dias atuais. O estatuto jurídico da COHAB/AGH/AGEHAB foi mantido, permanecendo “sua natureza de sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira”, inclusive com o mesmo estatuto, porém com algumas novas atribuições, entre as quais destacamos a sua transformação em agência executiva da SEMARH, “[...] jurisdicionante no projeto e na execução de empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural, bem como na operacionalização de sua política de desenvolvimento urbano, através de convênios [...]”. (LEI 13.532, de 15 de Outubro de 1999).

A agência criada para tratar da habitação popular no estado de Goiás passou a contar com a previsão de dotação orçamentada específica, a partir do Orçamento Geral do Estado, e com implantação de um discurso moderno, consoante com o lema da campanha eleitoral “Governo do

Tempo Novo”, disseminado pelo ideário da tecnologia e engenharia, elementos que deveriam ser empregados gratuitamente, via assistência técnica, às pessoas de baixa renda objetivando seguir procedimentos técnicos corretos e seguros na construção de suas casas. Na prática não aconteceu, uma vez que a lógica da autoconstrução desassistida não foi eliminada do dia-a-dia das pessoas. Saiu de cena o ideário do morador que colaborava com sua mão-de-obra, para dar lugar à iniciativa privada, que passou a operar com cartas de crédito em regime de associativismo na figura de sindicatos e entidades associativas e cooperativas, não deixando de contar, é claro, com a parceria das prefeituras municipais. Nesse aspecto, vale ressaltar que quem assumiu a presidência desta agência foi Álvaro César Lourenço, diretor da Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), indicando que o setor imobiliário construtor e incorporador estaria cada vez mais presente nos rumos da política habitacional do estado, participando ativamente na construção dos grandes conjuntos habitacionais que viriam a ser construídos por meio de políticas governamentais futuras.

Em 1999 foi aprovado o Plano Plurianual do Estado – PPA 2000 – 2003, Lei n°. 13.570, de 28 de dezembro de 1999, um documento no qual o governo determinou os objetivos e estratégias para a ação governamental, incrementadas a partir de programas setoriais, indicados por eixos de desenvolvimento. A partir daí, o desenho da política habitacional estadual mudou significativamente, sendo delineada dentro o eixo Habitação e Desenvolvimento Urbano, através dos Programas de Habitação Novo/ Morada Nova, Pró-Reforma, como demonstrado no quadro 03. A operacionalização desse eixo cabia à AAGH, SEMARH e à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, possuindo para isso orçamento próprio oriundo do Orçamento Geral do Estado – OGE, além de outras fontes.

Quadro 03 - Panorama institucional da política habitacional goiana – 2001

Programas do Eixo “Habitação e Desenvolvimento Urbano”			
Habitação Novo/Morada Nova	Reforma de Moradias para a População Carente – Pró-reforma	Desenvolvimento Municipal	Desenvolvimento de Anápolis
Melhorar a qualidade de vida da população urbana, através de construção de habitações, melhorias urbanas e saneamento básico.	Melhorar as condições de moradia da população urbana carente e agrupamentos habitacionais através de reformas.	Apoiar e fortalecer as administrações municipais para elaboração/implementação de instrumentos de planejamento.	Viabilizar um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o município, voltado para o crescimento econômico, social e preservação do meio ambiente.

Fonte: GOIÁS, Plano Plurianual 2000 – 2003.

O PAFC que promovia a distribuição de lotes urbanizados foi substituído pelo Programa Renda Cidadã, dentro do eixo Assistência e Promoção Social, mantendo a regra de doação, que passou a ser de cesta de alimentos, botijão de gás e isenção de conta de energia elétrica e de água. O Programa Meu Lote, Minha Casa foi substituído pelo Programa de Habitação Novo/ Morada Nova, operacionalizado pelo instrumento Cheque Moradia (Decreto nº 5.453, de 19 de julho de 2001), o qual era apresentado a casas de materiais de construção credenciadas, subsidiado com fundo adquirido via

crédito outorgado do ICMS (Lei nº 13.841, de 15 de Maio de 2001).

O instrumento Cheque Moradia tornou-se uma inovação ao angariar fundos via renúncia fiscal, como resposta aos poucos recursos federais para a habitação, antes de estes fundos serem incorporados ao orçamento do estado, o que para sua liberação necessitaria de aprovação do legislativo. A sistemática desse programa seguiu a referência do programa federal Aquisição de Material de Construção, do Programa Carta de Crédito FGTS

O Cheque Moradia passou a funcionar em três modalidades: Cheque-Construção/loteamento da prefeitura; Cheque-Construção/lote do beneficiário; Cheque-Reforma (ou ampliação); Cheque-Infra-estrutura; e Cheque-Comunitário (construção, reforma ou ampliação). (BARROS, 2011, p. 123)

SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A POLÍTICA HABITACIONAL EM GOIÁS A PARTIR DE 2003

A partir de 2003 a política governamental urbana e habitacional nacional foi modificada, passando a existir uma política nacional com orientação clara em relação à orçamento e diretrizes para União, estados e municípios. Isto se deu com a criação do Ministério das Cidades, com a definição da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNUD) e com a instituição do Conselho das Cidades (ConCidades), a partir do que foram elaboradas políticas setoriais para habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana, trânsito e planejamento territorial.

Nesse contexto foi criada a Política Nacional de Habitação (PNH), que passou a operar pelo Sistema Nacional de Habitação (SNH), que inclui dois subsistemas: o de Habitação de Interesse Social e o de Habitação de Mercado. Além de ter sido instituído o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) bem como o seu Conselho Gestor. Assim, ficou determinado que seriam destinados recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para subsidiar a construção de novos conjuntos habitacionais a serem repassados sem custos ou com baixo custo a população de baixa renda, conforme faixas definidas em lei. A participação dos estados e municípios nessa nova política habitacional se deu por meio de adesão mediante o cumprimento de certos requisitos: constituir fundo local, com dotação orçamentária própria; constituir conselho gestor; apresentar um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS); e elaborar relatórios de gestão. Nesse intervalo, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, o qual previa uma linha de atuação denominado Urbanização de Assentamentos Precários que passou a financiar obras de urbanização nos estados, e consolida o Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Em 2009 lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no âmbito das ações do PAC.

Para integrar a nova sistemática da política habitacional, o Governo do Estado de Goiás aderiu ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), instituindo o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS/GO) e seu Conselho Gestor, através da Lei Estadual 17.155, de 17 de setembro de 2010 e, neste documento, apresenta o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Goiás (PEHIS/GO), que estabelece as diretrizes, objetivos, metas e programas para a operacionalização da Política Habitacional no Estado. O governo de Goiás estava alinhado com o governo federal, onde o Cheque Moradia, denominado mais tarde de Cheque Mais Moradia, compunha

a contrapartida nos programas federais, oferecendo subsídio na modalidade de Construção e Reforma, e a AGEHAB passou a atuar como entidade organizadora e construtora. Barros (2011) salienta que:

Esta atuação da AGEHAB alinha-se, de um lado, aos preceitos do Plano Nacional de Habitação – PlanHab e se pauta, de outro, no fortalecimento da gestão municipal, o que aponta para um reposicionamento do estado de Goiás, no que diz respeito ao pacto federativo no âmbito das políticas habitacionais. (BARROS, 2011, p. 147-8)

Desde 2019, quando ocorreram os novos mandatos políticos nos governos federal e estadual, existe a expectativa sobre os rumos da política habitacional seja no país, seja em Goiás. Em Goiás, não houve mudança no desenho institucional, no qual a AGEHAB continua atuando em conformidade com a Lei nº 14.542, de 30 de Setembro de 2003, seguindo como a executora a política habitacional de interesse social do estado, por meio da concessão de crédito outorgado do ICMS, através do Cheque Moradia. As modalidades de atuação continuam sendo Construção e Reforma, e Comunitário no qual é possível reformar ou construir equipamentos de uso coletivo como escolas e praças. Os contratos podem ser celebrados com prefeituras, construtoras e entidades, organizações da sociedade civil previamente credenciadas junto à AGEHAB.

Contudo, convém apontar que o novo governo de Ronaldo Caiado promoveu uma reforma administrativa, a qual traz mudanças significativas na forma de enxergar a habitação de interesse social em Goiás. Pela Lei nº 20.147, de 06 de fevereiro de 2019, a supersecretaria Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), à qual a AGEHAB era vinculada deixou de existir, tendo sido criada em seu lugar a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Esta nova secretaria, cujo regulamento foi aprovado pela Lei nº 9.568, de 28 de novembro de 2019, responde por questões relacionadas às políticas públicas para habitação, contudo a questão da habitação de interesse social passou a ser jurisdicionada à nova secretaria, Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação (SEDI), regulamentada pelo Decreto nº 9.581 de 12 de dezembro de 2019, ainda que a AGEHAB continue responsável pelo seu gerenciamento.

No plano do atual governo de Goiás, o Plano Plurianual 2020-2023, o tema da habitação popular está incluído no eixo Goiás da Inclusão, o qual aponta que serão criados novos programas habitacionais e estabelece, no lugar do conceito de habitação de interesse social, já sedimentado e integrante do texto legal da Política Nacional de Habitação, o conceito de moradia digna, entendido como conjunto de meios que viabilizem o abrigo, a convivência familiar, a relação comunitária e a inserção urbanística sustentável. O que se observa é uma desvinculação da questão habitacional das políticas de desenvolvimento urbano no todo, passando a enxergá-la sob o aspecto do benefício social apenas, não promovendo o avanço necessário para de fato se alcançar o ideal de moradia digna, o qual seria a expressão do direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que procuramos neste artigo foi estabelecer a síntese da política habitacional em Goiás. Por esse caminho, verificou-se que a questão da moradia sempre permeou a preocupação dos governos estabelecidos, nem sempre se constituindo enquanto uma política pública, porém

absorvendo as diretrizes nacionais para o setor. Nesse sentido, quando a política habitacional estabelecida pelo BNH entrou em crise, na década de 1980, o estado de Goiás passou a adotar programas que pudessem solucionar os problemas de moradia, vistos em boa medida, apenas como a necessidade de se ter a unidade habitacional, encontrando-se no campo das políticas sociais.

À medida que o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes para uma política habitacional nacional, a partir de 2003, definindo formas de corresponsabilidade com os entes federados, o estado de Goiás apresentou forte dinamismo na construção de conjuntos habitacionais de interesse social, destacando-se no número de contratações de financiamentos.

O que também ficou evidente foi a interiorização da política habitacional no estado, na medida em que algumas regiões tinham impulsionado o seu desenvolvimento econômico, o que, de certa forma, privilegia determinadas localidades, como é o caso de Anápolis, que dada sua centralidade econômica, sempre foi contemplada com os diversos programas habitacionais desenvolvidos.

Os programas para habitação previam políticas sociais integradas às políticas habitacionais para atendimento das necessidades em educação, saúde, esporte-lazer-cultura e segurança pública. Na prática, entretanto, isso nem sempre ocorreu. Nesses conjuntos habitacionais sempre existe algo à espera do fazer, há sempre um serviço, uma infraestrutura básica a ser implantada, numa lógica perversa que oprime os cidadãos e os torna reféns do jogo de poder político que a cada quatro anos, em função das eleições dos governantes, traz à tona a problemática dessas localidades urbanas, sem criar políticas públicas de estado, alterando ou substituindo programas existentes, fazendo da questão habitacional uma crise necessária, como aponta Engels (apud Rodrigues, 1991, p. 13)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRAIS, T. A. A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano. Goiânia, Editora Vieira, 2007.
- BARROS, L. T. Política habitacional em Goiás: do Mutirão ao Cheque-Moradia. 2011, 189f. Dissertação (Mestrado) em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- BONDUKI, N. Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 2017.
- BORGES, E. de M. Habitação e Metrópole: transformações recentes na dinâmica urbana de Goiânia. 2017, 374f. Tese (Doutorado) em Geografia. Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- CARDOSO, A. L.; RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). A Municipalização das políticas habitacionais: uma avaliação da experiência recente (1993-1996). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.
- GOIÁS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Ações e Metas do Governo. Goiás, 1993, 54 p.
- GOIÁS. DECRETO Nº 1.770, de 23 de janeiro de 1980. Aprova o Estatuto do INDUR – Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/> Acesso em: 23 jul. 2020.
- GOIÁS. DECRETO Nº 4.378, de 04 de janeiro de 1995. Aprova o regulamento da Secretaria Especial de Solidariedade Humana. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/> Acesso em: 23 jul. 2020.
- GOIÁS. Decreto-lei nº 2.809, de 11 de janeiro de 1940. Dispõe sobre doação de lotes ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/> Acesso em: 23 julho 2020.
- GOIÁS. LEI Nº 13.532, de 15 de outubro de 1999. Dispõe sobre a transformação da Companhia de Habitação de Goiás em Agência Goiana de Habitação e dá outras providências. Disponível em:

<https://legisla.casacivil.go.gov.br/> Acesso em: 23 julho 2020.

GOIÁS. LEI Nº 7.846, de 13 de agosto de. Dispõe sobre a execução, no Estado de Goiás, do Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAP. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/> Acesso em: 23 julho 2020.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Economia. Plano Plurianual 2020-2023. Goiás, 2020, 536 p.

GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Anuário Estatístico de Goiás – 1978. s/d, v. I, 333 p.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. Goiás – Século XXI: Plano Plurianual 2000 – 2003. Goiás, 2000, 314 p.

IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Goiás 1970, Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso em: 01 out 2019.

IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Goiás 1980, Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=772&view=detalhes> Acesso em: 01 out 2019.

IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Goiás 1991, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n27_caracteristicas_populacao_domicilios_go.pdf Acesso em: 01 out 2019

IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783> Acesso em: 01 out 2019

IGBE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Notas Metodológicas - Microdados da amostra de 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0. Acesso em: 23 jul. 2020.

KOWARICK, L. A. Espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LUCAS, E. R. Cidades na Cidade: habitação social e produção do espaço urbano em Goiânia. 2016, 172f. Dissertação (Mestrado) em Arquitetura - Projeto e Cidade. Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, 2016.

MENDES, J.F. Uma cidade para o capital: especulação imobiliária e déficit habitacional em Goiânia (1933-1964). 2013, 164f. Dissertação (Mestrado) em História. Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2013.

PROGRAMA de Governo Henrique Santillo: Propostas para Debate. Fundação Pedroso Horta, 1996, 105 p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 1991.

VIEIRA JÚNIOR, H. Política social num contexto de ajuste estrutural do Estado: Goiás no período 1995-2002. 2005, 119f. Dissertação (Mestrado) em Sociologia. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiás. 2005.

DOS SENTIDOS DE POÉTICA/O. O ESTADO POÉTICO

THE SENSES OF POETICISM. THE POETIC STATE

DE LOS SENTIDOS DE POÉTICA/O. EL ESTADO POÉTICO

Miguel Almir Lima de ARAÚJO¹

La experiencia poética es un abrir las fuentes del ser.

Octavio Paz

Viver poeticamente significa viver intensamente a vida.

Edgar Morin

É no entanto poeticamente que o homem habita esta terra.

Hölderlin

Resumo

O texto apresenta a/o Poética/o como estado de dis-posição, de abertura dos sentidos perceptivos, da consciência compreensiva, do laço da sensibilidade e da espiritualidade para uma forma de compreensão e de fruição dos fenômenos humanos, do existir e do coexistir humanos a partir do viger da poésis. Ou seja, dos modos originários e originantes em que jorra o vigor seminal destes fenômenos, do existir, que potencializam o emergir de nossos fazeres e criares. A Poética, visceralmente, implica no despontar do fulcro germinal, impulsiona a insurgência das sendas abertas, do inaugural; a eclosão do extraordinário, o constelar da “eterna novidade do mundo”. O prisma da Poética, ao entrelaçar Pathos e Logos, suscita o despontar dos fluxos do espanto e da admiração, da perplexidade e das inquietações que nos interpelam, movem e insuflam no trilhar as dobras e curvas das travessias, dos laços das encruzilhadas que atravessamos impelidos pelas intensidades dos desafios de nosso ser sendo no mundo com os outros. Potencializa a abertura do corpo e do espírito, do corpoespírito – do “logos poético” – para o insurgente, o imprevisível e o surpreendente; para o pluriverso dos Sentidos humanos. Dispõe-nos para as proezas agrídoces da tragicomicidade do existir. Desse modo, nos adentra nos meandros dos paradoxos e imponderáveis da complexidade humana, nos flancos de suas ambiguidades e incertezas, contradições e tortuosidades. O trançado da Poética, do estado poético, insufla a ruptura do anestésico que comprime e homogeneiza, e fomenta a plasticidade do estético caracterizada pela expressão do jogo sincopado, da fluidez do movimento, do impulso lúdico, da imaginação criante, dos lampejos da policromia. Nesse rumo, podemos perceber, compreender e fruir os fenômenos, a vida, desde o seu pulsar originário, na movência de seu dinamismo, de suas obliquidades e de sua vivacidade com todos os sentidos juntos, interligados. Assim, estabelecemos com o mundo, com o viver contingente, uma relação prenante/orgânica e anímica/simbólica em que penetramos na cromaticidade das intensidades e das extensidades dos núcleos das experiências, dos laços que nos entrelaçam uns com os outros movidos por nosso ser sensível e espiritualoso.

Palavras-chave: Sentidos; Poética/Poético; Dis-posição; Sensibilidade; Espiritualidade.

Abstract

The text presents Poetics as a state of dis-position, openness of perceptive senses, understanding consciousness, the bond of sensitivity and witticism to a way of understanding and enjoying human phenomena, of existing and coexisting human beings from the viewpoint of poésis. In other words, in the original and originating ways in which the seminal vigor of these phenomena gushes, of existing, which potentiate the emergence of our actions and creations. Poetics, viscerally, implies the emergence of the germinal fulcrum, propels the insurgency of the open paths, of the inaugural one; the outbreak of the extraordinary, the constellation of the “eternal novelty of the world”. The Poetics prism, by intertwining Pathos and Logos, raises the appearance of the streams of astonishment and admiration, of perplexity and uneasiness that question, move and inflate us while treading the folds and curves of the crossings, of the crossroads that we cross impelled by the intensities of the challenges of our being in the world with others. It enhances the opening of the body and the spirit, the body-spirit, - the “poetic logos” - for the insurgent, the unpredictable and the surprising; for the pluriverse of human Senses. It urges us on the bittersweet achievements of the tragicomicity of existing. Thus, it touches us in the intricacies of paradoxes and imponderables of human complexity, in the flanks of its ambiguities and uncertainties, contradictions and tortuousness. The weaving of the Poetics, of the poetic state, inflates the rupture of the anesthetic that compresses and homogenizes, and promotes the plasticity of the aesthetics characterized by the expression of the syncopated game, the fluidity of the movement, the playful impulse, the child's imagination, the flashes of polychromy. In this direction, we can perceive, understand and enjoy the phenomena,

¹ Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Doutor em Educação. Coordena o Núcleo de Investigações Transdisciplinares-NIT. E-mail: malmir2@gmail.com

life, from its original pulse, in the movement of its dynamism, its obliquities and its liveliness with all the senses together, interconnected. Hence, we establish with the world, with a contingent living, a pregnant/organic and soul-related/symbolic relationship in which we penetrate the chromaticity of the intensities and extensions of the nuclei of the experiences, of the bonds that intertwine us with each other driven by our sensitive and witty being.

Keywords: Sense; Poetics; Dis-position; Sensibility; Witticism.

Resumen

El texto presenta la/el Poética/o como estado de dis-posición, de apertura de los sentidos perceptivos, de la conciencia comprensiva, del lazo de la sensibilidad y de la espiritualidad para una forma de comprensión y de disfrute de los fenómenos humanos, del existir y del coexistir humano a partir del vigor de la poésis. O sea, de los modos originales y originarios en que brota el vigor seminal de estos fenómenos, del existir, que potencializan el emerger de nuestros hechos y creaciones. La Poética, visceralmente, implica el despuntar del núcleo germinal, impulsa la insurrección de las sendas abiertas, del inaugural; la eclosión del extraordinario, el constelar de la "eterna novedad del mundo". El prisma de la Poética, al entrelazar Pathos y Logos, suscita el despuntar de los flujos del espanto y de la admiración, de la perplejidad y de las inquietudes que nos interpelan, mueven e inflan en las pistas recorridas de los pliegues y curvas de los cruces, de los lazos de las encrucijadas que atravesamos impulsados por las intensidades de los desafíos de nuestro ser siendo en el mundo con los otros. Potencializa la apertura del cuerpo y del espíritu, del cuerpo espíritu, - del "logos poético - para lo insurgente, lo imprevisible y lo sorprendente; para lo pluriverso de los Sentidos humanos. Nos dispone para las proezas agrídulces de la tragicomicidad del existir. De ese modo, nos adentra en los meandros de las paradojas e imponderables de la complejidad humana, en los flancos de sus ambigüedades e incertidumbres, contradicciones y tortuosidades. El trenzado de la Poética, del estado poético, insufla la ruptura de lo anestésico que comprime y homogeniza, y fomenta la plasticidad de lo estético caracterizada por la expresión del juego sincopado, de la fluidez del movimiento, del impulso lúdico, de la imaginación creativa, de los destellos de la policromía. En ese rumbo, podemos percibir, comprender y disfrutar los fenómenos, la vida, desde su latir originario, en la movilidad de su dinamismo, de sus oblicuidades y se su vivacidad con todos los sentidos juntos, interconectados. Así, establecemos con el mundo, con el vivir contingente, una relación corpórea/orgánica y anímica/simbólica en que penetramos en la cromaticidad de las intensidades y de las extensiones de los núcleos de las experiencias, de los lazos que nos entrelazan unos con los otros movidos por nuestro ser sensible y espiritual.

Palabras-clave: Sentidos; Poética/Poético; Dis-posición; Sensibilidad; Espirituosidad

Diante de um mundo configurado pela prevalência de paisagens expressivamente sombrias e marcadas pela predominância dos paradigmas da racionalidade técnica, do pensar calculista, da funcionalidade do pragmático, das lógicas monossêmicas e monológicas, da tirania do produtivismo, parece até estranheza e impertinência falar de e meditar sobre a/o Poética/o. Como parece que o cuidado com o humano ainda é possível, que a busca da compreensão da complexidade humana ainda é primordial, que o cuidado com a sensibilidade e com a espiritualidade, com a boniteza e com a dignidade humanas ainda é imprescindível, ousou tratar, nesse texto, do espectro da/o Poética/o, do estado poético.

No cotidiano de nossos existires, das relações interpessoais e sociais, nas diversas instâncias e instituições que regulam a sociedade, com seus múltiplos agenciamentos, tem predominado formas diversificadas de pragmatismos e de utilitarismos que são operados pelos formatos das lógicas funcionais e instrumentais. Essas lógicas tendem a reduzir nossos existires, as relações de coexistência entre as pessoas à voracidade desses modelos homogeneizantes e calculistas que incidem na coisificação do humano em que passamos a ser convertidos em artefatos, em objetos calculáveis e em coisas mercantilizáveis.

Nessa esfera, o regime do quantitativo - do ter -, do cálculo, do utilitário, que tende a nos confinar na órbita do instinto vegetativo e produtivo, reina com a força de seu poder austero. A quantitatividade do ter exerce supremacia e asfixia a presença da qualitatividade do ser. O significado, que se processa e se projeta mais especificamente na ordem da lógica, da técnica, do operacional, do mensurável, impera, em detrimento do Sentido que inclui o significado, se plasma e se processa no orbe do existencial - do ser -, do simbólico, dos valores humanos primordiais, da espiritualidade humana.

No decurso do texto utilizo o vocábulo Sentido tanto com inicial maiúscula como com minúscula. Sentido com inicial maiúscula refere-se à dimensão ontológica e existencial, portanto, conotando fulcros estruturantes, horizontes primordiais. A inicial minúscula alude ao conjunto do diversos sentidos perceptivos, a múltiplas direções e conotações.

As hegemonias da ordem do saber instrumental e funcional reduzem este aos formatos de uma fôrma insípida e predeterminada com sua funcionalidade mecânica. Desse modo, o saber perde seu vínculo etimológico como termo originado da palavra latina *sápere* que conota sabor, gosto, convertendo-se em recurso operatório de cunho meramente formal e lógico desprovido de contextualidade, de relação direta com as intensidades dos influxos do existir cotidiano. Forja-se um saber linear e funcional destituído de gosto, dos sabores e dissabores da vida vivida com seus encurvamentos e tensionamentos demasiadamente humanos.

Nessas esferas, também exerce presença bastante expressiva e determinante nos repertórios dos saberes instituídos, dos modelos instalados, os ditames do saber iluminista que se constitui desde os emblemas da racionalidade moderna. Dessa racionalidade prevalece a vertente que se estabelece sob os auspícios do poder da razão analítica com suas propriedades lógica e formal e, que, de modo uniformizante, se estatui como única via de produção de conhecimento, como única possibilidade de entendimento e de elucidação da verdade. Circunscrito aos parâmetros do mensurável, do calculável e do controlável, esse modelo uniforme pretende reduzir a complexidade da vida e das culturas humanas apenas à sua esfera retilínea e lógico-formal, desconsiderando as dimensões intuitivas, imaginárias e sensíveis, os paradoxos, os imponderáveis, as indeterminações, as incertezas.

Nos últimos anos os vocábulos Poética e Poético passaram a ser mais utilizados tanto em pesquisas, na produção de textos ensaísticos, como em palestras/conferências, entre outros. Por um lado, considero esse fenômeno bastante alvissareiro e potente na perspectiva de construção de uma gramática discursiva, de modos de estruturação e de enunciação de ideias e de construção de saber, de conhecimento que pretendem trazer tons vigorosos, polissêmicos e alargantes a estes. Por outro lado, como é relativamente comum em nosso cotidiano, há grandes riscos de redução desses vocábulos a modismos e clichês que podem esvaziar as intensidades de seus significados e Sentidos.

Os vocábulos Poética e Poético lançam, curiosamente, as vertentes do feminino e do masculino; originam-se, etimologicamente, dos termos grego *poíesis*, *poiein* que se traduzem em criar, em fluxos de criação, em fazer surgir, fazer eclodir. De modo amplo, *poíesis* conota um fazer criante imbuído de sensibilidade e de espiritualidade; revela a emergência do vigor originário, a vigência do novo em sua força e pulsão vital; o estado nascente do ser, das coisas, de modo vívido; o fazer visceral, imbuído de plasticidade e de elã vital. Implica numa fruição sensível dos fenômenos do existir e do coexistir humano.

Nesse rumo, o fazer da *poíesis* ultrapassa o âmbito do mero fazer instintivo, material e técnico, com suas características utilitárias e funcionais, adstrito ao campo do significado, e projeta-se no campo do imaterial e do simbólico ao revelar o transcendente, o espiritual, os valores e Sentidos. Assim, a/o Poética/o ultrapassa a esfera da monossemia, da linearidade, da uniformidade e se instala nos umbrais da polissemia, da curvilinearidade e da pluriformidade em que corpo e espírito copulam in-

tensivamente. Leyra (1995, p. 37) considera que “*Poiesis* implicaria, em consequencia, acción, pensamento poetizante; un pensamento activo, creador, que no remite a instancias absolutas”. O pensar e o agir poetizante, eivado de Poética/o, revela-se no dinamismo de seus influxos criantes e contextuais em consonância com o fremir da relatividade de cada instante, de cada fenômeno e dobra existencial.

As ideias que explico neste texto jogam, fazem uma torção entre as conotações de substantivação e de adjetivação dos termos Poética e Poético abordando estes no limiar que interliga ambos numa visada de substantivação adjetivada e de adjetivação substantivada. Não circunscrevem-se às concepções de Poética/o que perfazem o eixo temático da Crítica de Arte ou da Crítica literária, dos campos ensaísticos que projetam análises críticas acerca das linguagens de Arte. Também não descambam pela vertente que concebe Poética como “ciência do fazer poético” (GUIMARÃES, 2014, p. 3) na perspectiva da Poética de Aristóteles que estabelece e evidencia gêneros, critérios e dispositivos formais que devem reger as estruturas dos fazeres artísticos. Obviamente que considero esses campos como imprescindíveis e significativamente relevantes e pertinentes dentro de suas esferas e especificidades.

As ponderações que lanço também pretendem ir além das representações conceituais fixas, abstratas e descontextualizadas da nervura do viver cotidiano instituídas pelos modelos teóricos convencionalmente formatados pelos quais, de modo predominante, vemos o mundo. Esses modelos, de modo geral, representam o real a partir da prevalência de formatos, de formas fôrmas que pretendem reduzir este real aos seus parâmetros fechados que o asfixiam em seus ritmos e movimentos, em suas ondeações e imprevisões. Essas representações formais se distanciam da e até denegam a complexidade e as intensidades dos fluxos tensoriais, das dobras e curvas, dos inusitados e imponderáveis dos fenômenos, da vida. Tendem a reduzir esses fenômenos apenas às suas extensões, à ordem fixa do ordinário comprimindo as potências do extraordinário atinentes aos acontecimentos e fazeres humanos; a confinar estes em formas fôrmas emplastadas que domesticam as intensidades do seu dinamismo movente e originário. A/o Poética/o procura ultrapassar a indigência dessas formas fôrmas, com sua fixidez compressiva, insuflando o emergir das potências das formas abertas e moventes.

Desse modo, a compreensão e a fruição de Poética/o implica numa forma disforme de relação mais aproximada e direta com o pulsar do coração das experiências vividas, com os influxos e deambulações dos acontecimentos e das contingências, com as dobras e encurvamentos que perfazem a complexidade da vida. Glissant (2005) realça que a Poética nos possibilita uma relação direta e visceral com o “caos-mundo” (GLISSANT, 2005, p. 4). Ou seja, a visão, o olhar, o horizonte da Poética potencializa um envolvimento orgânico e prenante com a *tragicomicidade* da vida, com os fenômenos do mundo mediante o descortinar de seus tremores, de seus movimentos cíclicos que envidam suas metamorfoses.

Destarte, na compleição do texto, primo por um horizonte que ousar considerar como filosófico-antropológico, numa visada heterodoxa e, portanto, pluralista e polissêmica de compreensão desses campos entrecruzados. Assim, busco descortinar uma mirada fenomenológica de Poética/o como forma aberta e oblíqua de interpretação e de compreensão dos fenômenos humanos,

desde suas múltiplas vertentes, no dinamismo dos fluxos vivos dos acontecimentos do suceder contingente. Avento meditações/pensações que buscam compreender as ambiguidades, as opacidades, as indeterminações, os paradoxos, as contradições e movimentos que constituem as questões humanas, a condição humana.

Nesse rumo, pretendo e propugno a/o Poética/o como uma forma de compreensão crítica e problematizante, portanto, não monológica nem fixista – muito longe dessa vertente – e sim dialógica e tensiva, aberta e pluralista.

Nessa empreitada procuro dialogar com alguns/as autores/as como Paz (1986 e 1990); Castro (2004); Morin (1998; 2002); Bachelard (1988a; 1988b; 1990); Heidegger (2002); Leyra (1995); Glissant (2005); Pessanha (2011); Junqueira (2011); Barros (2010) entre outros. Assim, explico ponderações que concebem a/o Poética/o como um prisma interpretativo, compreensivo e frutivo que potencializa essa compreensão e experimentação dos fazeres humanos, do existir humano desde os sentidos interligados e complementares de *Pathos* (paixão) e *Logos* (razão), de corporeidade e de racionalidade, do material/orgânico e do simbólico.

Nessa vertente, avento uma perspectiva fenomenológica de Poética/o que potencializa uma compreensão, bem como, uma experimentação/fruição dos fenômenos humanos, tanto em sua dimensão teórica quanto vivencial – a ideia de práxis –, tanto pregnante/corpórea quanto anímica/espiritual. Poética/o como espectro que compreende esses fenômenos humanos, as culturas e a condição humana como constituídas de modo polissêmico e heterogêneo, marcadas por ambiguidade e indeterminação. Como campo da imprecisão que ultrapassa as monossêmias das linearidades pragmáticas e funcionais, das esferas do cálculo e do mensurável que predominam nos modelos e formatos lógico-formais, e que se descortina nas esteiras do transversal, da imprecisão, da multiplicidade, do curvilíneo. Como abordagem que procura fissurar as fôrmas unívocas das uniformidades e afirmar as formas fractálicas das pluriformidades.

Nesse horizonte compreensivo, da/o Poética/o, Junqueira (2011, p. 60) refere-se a uma perspectiva hermenêutica que pretende superar os “preceitos metodológicos e metafísicos *a priori*”. Assim, a/o Poética/o alude a uma interpretação e a uma compreensão direta, viva e movente que atravessa o jogo tensivo que impele o real. Uma visada polilógica e polifônica que, portanto, realça a multiplicidade, as contradições e os paradoxos que configuram o real, os fenômenos da vida e, desse modo, tenciona traduzir suas manifestações desde sua radicalidade e vigor originários. E Junqueira (2011, p. 68) arremata: “A Poética é, nesse sentido, o acontecer da linguagem como fundação e ampliação de sentido. É a linguagem viva, livre de toda e qualquer instrumentalização”. Forma viva que, assim, explode as armaduras das formas fôrmas paralisantes e potencializa a expressão livre dos pensares e sentires, dos Sentidos humanos.

Leyra (1995, p. 37) proclama que “*Poiesis* implicaría, en consecuencia, acción, pensamiento poetizante; un pensamiento activo, creador [...]” A/o Poética/o opera a ruptura dos conceitos como representações fixas e cristalizadas que recalcam e aprisionam o dinamismo do vigor seminal e inaugural do ser sendo, a vivacidade do emergir dos acontecimentos. Revela o constelar do pensamento como imagem criante, instaurador de ideias encarnadas na nervura do viver que entrecruzam o sensível e o inteligível, as dimensões femininas e masculinas – a androginia – de nosso

existir. A/o Poética/o anuncia o fluir incessante do surgir, do pulsar do acontecimento, o deixar fazer eclodir, de modo livre, as dimensões, as potencialidades vastas e fundas que perfazem as coisas, os fenômenos, a vida em seu vigorar seminal. Desse modo, a/o Poética/o alude ao inaugural, à ascensão do novo em seu jorrar espantador. Refere-se ao estado de dis-posição, de abertura, de despojamento do corpo e do espírito (*corpoespírito*), do coração e da razão, do sentir e do pensar, como instâncias visceralmente interligadas e complementares, para os imponderáveis, as ambiguidades, as incertezas, as indeterminações que constituem a condição humana em nosso ser sendo no mundo.

Heidegger (2002, p. 180) ponteia que “Se o poético acontece com propriedade, o homem habita esta terra poeticamente” fruindo o vigorar de seu estar originariamente no mundo com os outros, cultivando e cuidando singularmente da humanidade do humano, do seu “claro enigma” (ANDRADE, 2012).

Para Junqueira (2011, p. 62) “*Poíesis* é a ação de conduzir o real do não-vigente para o vigente”. Podemos conceber o real – palavra que descende de *res*, coisa – como expressão de tudo o que existe, em suas múltiplas dimensões, tanto de modo tangível como intangível; como tudo que se cria e se recria constantemente nos fluxos do dinamismo de seus processos. Esses processos de criação e de recriação que fazem viger a vida, os fenômenos, as coisas, constituem-se em ações poéticas.

Castro (2011, p. 41) afirma que “A Poética é o profundo respeito ao próprio de cada um”. Assim, esta faz emergir, viger o que é próprio e originário de cada ser nos influxos de seu acontecer, de seu suceder. Fazer viger traduz-se na emergência da energia, da pulsão vital de cada ser ou fenômeno em seu estado singular e próprio. Nesse rumo, a/o Poético/a revela o estado vertiginoso de cada ação, de cada acontecimento em seu arco nascente, em seu frescor original, em seu dinamismo vivo. Forma de linguagem viva que, com a potência de sua plasticidade, explode as fôrmas instrumentais e fechadas das linguagens mecânicas e glaciais e faz despontar modos de pensar e de sentir abertos e vivazes em nossa relação com o mundo.

Esse horizonte compreensivo de Poética/o realça as intensidades de suas características pregnantes e anímicas. Pregnantes na proporção em que nos afeta a musculatura emocional, as texturas da corporeidade, o pulsar das sensações, a nervura de nossa carne existencial. Anímico ao mover os espectros da alma encarnada na nervura do corpo, em suas potências vitais e sutis; ao potencializar a expressão do espírito de fineza, da delicadeza do ser.

Junqueira (2011, p. 74) também pontua que a Poética anuncia “A surpresa, a irrupção do extraordinário [...]”. Rompendo com a ordem rotineira do ordinário, da cadência mecânica do instituído, a presença da/o Poética/o nos precipita nos desvãos do extraordinário nos envolvendo com as brumas de seus jorros alvorentes que espantam, assombam e desinstalam, que descortinam o vigor do novo, do surpreendente. Bárcena (2004, p. 14) afirma que “Lo poético se introduce entonces como un delírio de la palabra lleno de silencio, como el momento del puro comienzo donde podemos inventar de nuevo una lengua que nombra el conocimiento”. Nos meandros dos enigmas do silêncio, o poético nos põe em estado de delírio, de estranhamento, nos compelindo aos começos originantes donde podem rebentar o vicejar do extraordinário.

Pessoa (1980, p. 35) proclama: “Sinto-me nascido a cada momento para a eterna novidade do mundo”. A/o Poética/o nos dispõe para o espanto que causa vertigem no ritmo do suceder de cada

momento na proporção em que somos atravessados pelo vigor originário de cada novidade, do pulsar de cada acontecimento. Vigor que, com a vibração de suas intensidades, comove e arrepia inaugurando novos olhares, novas sensibilidades e novos horizontes.

A perspectiva do/a Poética/o, em seu espectro polifônico e oblíquo, nos interpela e adentra pelos confins incomensuráveis dos paradoxos humanos, pelas curvas das incertezas, pelos laços das encruzilhadas, pelas searas das ambiguidades, pelos desvãos das indeterminações como dimensões constitutivas da complexidade do humano, da pluriversidade da cultura humana.

Glissant (2005, p. 103) assevera que

[...] a visão poética permite viver com a ideia da impossível previsão porque ela possibilita conceber essa imprevisibilidade não como um dado negativo, mas sim positivo, e ela permite igualmente mudar nossa sensibilidade sobre essa questão, o que nenhum conceito ou nenhum sistema conceitual poderia fazer. Isso significa que uma intenção poética pode permitir-me conceber que na minha relação com o outro, com os outros, com todos os outros, com a totalidade-mundo, eu me transformo permutando-me com este outro, permanecendo eu mesmo, sem negar-me, sem diluir-me.

A compreensão poética nos incursiona pelas trilhas do imprevisível, do impreciso, das incertezas que povoam as contingências do cotidiano, das vicissitudes do existir, das relações que rendamos com os outros. Desprovidos de modelos fixos e fechados podemos nos desprender de conceitos e de preconceitos que operam como fôrma para nos envolvermos nos influxos dos trânsitos, dos movimentos entre os diversos, entre as diferenças, entre os diferentes. Assim, podemos nos dispor, no deambular do suceder dos eventos, para o inusitado, o inesperado, potencializando descobertas e fruições surpreendentes e envolventes. Imbuídos de um “pensamento poético” (GLISSANT, 2005, p. 103) que se plasma desde a vertigem das errâncias, das *itinerrâncias* das travessias, desde as aberturas, as curvas e os dobramentos dos caminhos, podemos penetrar, com intensidade e despojamento, nos enigmas e paradoxos, nas tortuosidades e indeterminações do viver.

O arco de compreensão da/o Poética/o atravessa e potencializa a emersão dos campos da heterodoxia, de visões de mundo pluralistas, que ultrapassam as ortodoxias, as linhas retas e enrijecidas da homogeneidade. Configura um horizonte transdisciplinar que borra fronteiras rígidas e fragmentadoras. Assim, traduz uma forma de compreensão e de construção de conhecimento em que se entrecruzam, de modo in-tensivo e interligante, a Arte, a Ciência, a Filosofia e as Tradições espirituais/ancestrais como fulcros estruturantes de nosso existir e coexistir. Portanto, uma forma de compreensão e de fruição que potencializa relações dialógicas e complementares entre as dimensões sensíveis e imaginárias da Arte, empíricas e funcionais da Ciência, racionais e espirituosas da Filosofia, e sábias e primordiais das Tradições espirituais/ancestrais.

Glissant (2005, p. 133) acentua que “Toda poética constitui uma rede”, um trançado que entrelaça nossos sentidos perceptivos para uma compreensão e uma fruição visceral e penetrante do dinamismo vivo das teias de inter-relações que plasmam as proezas humanas. O espectro da/o Poética/o se traduz numa compreensão rizomática e caleidoscópica da complexidade do humano na proporção em que nos envolve nas tramas de seus encurvamentos, de sua movência, de seus cruzamentos, de sua disformidade, de suas opacidades, de sua diversidade, vislumbrando uma compreensão e uma vivência intensiva dos feixes de Sentidos que plasmam o humano.

Essa percepção/compreensão em forma de rede aborda o complexo como aquilo que é

tecido junto (MORIN, 2000) e nos potencializa um modo de olhar (pensar e sentir) transversal que afirma e realça nossa relação de co-pertencimento complementar e interdependente com os seres humanos, bem como, com todos os seres vivos que compõem o ecossistema vivo. O olhar da/o Poética/o, ao mobilizar, de modo imbricado, o pensar e o sentir, suscita a presença de todos os nossos sentidos perceptivos para uma percepção, uma compreensão e uma fruição expressivamente vasta e transversal acerca dos fenômenos, da vida. Dessa forma, podemos urdir significados e Sentidos que traduzem a inteireza da complexidade humana com maior proximidade, de modo pregnante e anímico.

Poética/o como horizonte compreensivo que atravessa e insufla as instâncias do simbólico ao potencializar a religação e a interligação estruturante e complementar entre razão, intuição e afecção na sedimentação dos significados e dos Sentidos humanos. O simbólico trança nossos imaginários através do dinamismo de imagens que reúnem e entrelaçam significados e Sentidos diversos na tradução da multiplicidade que perfaz os fenômenos das culturas. A plasticidade dos símbolos proporciona uma relação porosa, aproximada com as intensidades das experiências vividas, com as ambiguidades e sinuosidades do viver contingente. Atravessa, de modo envolvente e espantador, tanto os sentidos do pensar crítico e espirituoso, como os sentidos do sentir orgânico e mobilizante. Suscita a imaginação criante, as potências sensíveis. (ARAÚJO, 2015).

A compreensão e a fruição da/o Poética/o proclama e afirma a expressão de uma “Razão sensível” (MAFFESOLI, 1998) que, portanto, revela um pensar meditativo e problematizante que não se desencarna da pregnância, da nervura do vivido, das texturas e do dinamismo dos fluxos tensoriais do viver contingente. Faz constelar uma inteligência que afirma sua etimologia originante, *intus legere*, que, assim, lê de dentro; um pensamento, um saber imbuído de *sápere*, que tem gosto e sabor e, assim, vai além das ideias e saberes abstratos e insípidos, descontextualizados e amorfos. Uma Poética que constela uma “Razão-Sentido” (ORTIZ-OSÉS, 2003) encharcada do vigor dos conteúdos contaminados pelos significados e Sentidos existenciais e coexistentes que nos perfazem. Que inclui e atravessa o saber, em seus significados e características técnicas, operacionais e pragmáticas, e vai além, ao adentrar nos flancos da sabedoria em que são sedimentados os Sentidos, os valores humanos primordiais, a busca da temperança, do espírito de fineza.

Nessa perspectiva, a/o Poética/o se traduz mediante a expressão e a presença de olhares oblíquos e pluralistas que, desse modo, vislumbram e percebem os fenômenos, os fazeres humanos, as coisas, a partir de repertórios e de formas plurilógicas, abertas e desprendidas que procuram ultrapassar as visões e as posturas monológicas e unívocas que reduzem o real a modelos fechados e empadronados. Assim, a Poética rompe com os olhares unidirecionais e fixistas, com as viseiras dos preconceitos que reduzem e empobrecem nossas formas de perceber o mundo através dos modelos monoculares e apontam para a vastidão dos horizontes da multiplicidade, da diversidade dos nomadismos das encruzilhadas. Transita no dinamismo dos fluxos, das curvas, das mutações e das metamorfoses do devir, das reentrâncias de nosso estar sendo no mundo.

O horizonte da/o Poética/o vai além da literalidade das palavras, dos textos, das vertentes meramente denotativas, técnicas e operacionais que norteiam a funcionalidade das pragmáticas que tendem a prevalecer no cotidiano das instituições sociais, das relações sociais. Essas pragmáticas, de

modo geral, são condicionadas por percepções meramente mensuráveis, monossêmicas e funcionais. A/o Poética/o nos norteia, como já acenamos, para as vertentes da polissemia, da polifonia, das interpretações heterogêneas atravessando as esferas do simbólico em que os olhares entrecruzam e religam as múltiplas dimensões que perfazem os fenômenos, a vida.

Uma compreensão poética implica em conceber a vida em suas múltiplas dimensões, em sua pluridimensionalidade, constituída de sombras e de luzes – de lusco-fuscos –, de tristezas e de alegrias, de limites e de possibilidades diversas. Supõe considerar a *tragicomicidade* do existir humano em que se entrecruzam e se alternam ciclos e acontecimentos de tragédias e de comédias, de dores e de prazeres como expressões orgânicas e demasiadamente humanas. Implica em nos dispormos para os desafios e as in-tensidades dos fluxos tensoriais que compõem as travessias e nos interpelam para as aprendizagens e iniciações permanentes em nossa condição de seres inacabados e em constantes processos de mutação, de renovação e de transformação.

Guida (2011, p. 116) anuncia que “[...] a Poética se doa *como* travessia e *na* travessia somos lançados na tensão do *entre*. [...] Doar-se como travessia é doar-se como possibilidades, como aberturas de caminhos.” A/o Poética/o se plasma no *entre* das travessias em que se interpenetram os diversos; se projeta nos laços das encruzilhadas em que as possibilidades abertas potencializam olhares plurais, em que pulsam os nomadismos e ocorrem encontros mestiços, interculturais. Esses encontros mestiços, nas travessias das encruzilhadas, desinstalam e desconstroem os olhares monológicos e uniformes, automatizados e mecanizados das viseiras dos caminhos únicos e retilíneos – olhares anestésicos – suscitando olhares estésicos – sinestésicos – que projetam percepções abertas e transversais, moventes e pluriformes. Guida (2011, p. 111) fala de “Um olhar opaco que olha e não vê. Um olhar contaminado pela automatização e que nos impede de *ver* o extraordinário no ordinário, impede-os de *ver* os milagres que habitam o *ser-no-mundo*.” (Grifos da autora). O olhar oblíquo e arejado proporcionado pela perspectiva da/o Poética/o se configura de modo policrômico e recurvado e nos impele aos horizontes do extraordinário, do surpreendente, da percepção dos enigmas das miudezas, das sutilezas, das *inutilidades* (BARROS, 2010).

A/o Poética/o, ao nos provocar assombros, nos convoca e interpela para atravessarmos as sombras que nos perfazem. Incita-nos aos entranhamentos nas internidades que nos povoam, nos ermos das geografias que evocam os territórios de dentro nos conectando diretamente com nossas finitudes e incertezas, com nossos paradoxos e imponderáveis, com nossas porosidades e fissuras. Interpela-nos para as escutas internas que tanto descuidamos com a prevalência das coisas e expedientes externos. Insufla-nos para o cuidado com a aventura interior, com o autoconhecimento ao penetrarmos nas camadas de nossos recônditos atravessando nossos tumultos e remansos, opacidades e clareiras.

Os estados de espanto e de admiração que a/o Poética/o suscitam nos jogam nos arcos da exclamação, nas futucadas da interrogação, nos pulsares e reentrâncias das curvas e dobras que nos instigam e movem. Provocam desinstalações e agonias que impulsionam sentires e pensares, que instigam nossa imaginação criante para que possamos reimaginar e reinventar a vida cotidianamente.

O trançado da/o Poética/o nos incursiona no *ethos* vivo que consubstancia nossos repertórios culturais plasmados por valores e crenças que dão vigor e robustez ao nosso existir e

coexistir desde a cepa das tramas do viver cotidiano, desde os fulcros moventes de nossas tradições culturais. Esse *ethos* compõe as redes de nossos laços afetivos, dos tons de nossas crenças, dos desenhos de nossos modos de ser e estar sendo com os outros. Paz (1986, p. 154) proclama que “La experiencia poética es una revelación de nuestra condición original.” Emana desde a radicalidade dos fulcros seminais que constituem o núcleo vigoroso de nossas origens, de nossa ancestralidade.

O horizonte da/o Poética/o atravessa e projeta, de modo intensivo, o estofo da corporeidade em sua compleição biocultural, portanto, orgânica e simbólica, tanto na esfera existencial como na coexistencial. Traduz os aspectos afecionais/sensíveis, energéticos e racionais da corporeidade como constitutivo biocultural que descortina sua textura biofísicoquímica de modo entrelaçado com seu espectro simbólico. Corpo carne em que, desse modo, circula essas substâncias biofísicoquímicas imbricadamente com os repertórios simbólicos traduzidos pelos valores, crenças e cosmovisões; pelos feixes de sentires e de pensares que nos perfazem. Corpo selvagem impelido por sua nervura prenha, pela densidade de seus instintos mediante a relação de coexistência visceral com seu espectro anímico. Corpo que se desdobra e acontece existencialmente através das tramas das redes e dos fluxos das experiências vivenciadas que urdem e sedimentam significados e Sentidos.

O ESTADO POÉTICO

O estado poético é esse estado de encantamento.

Mikel Dufrenne

O poético atravessa, com seu vigor, toda arte, todo desencobrimento do que vige na beleza.

Martin Heidegger

Essa parte do texto se traduz numa versão revista, atualizada e expandida de uma primeira publicação feita em 2017 no livro “Tempo, cultura, linguagem: reflexões sobre a área de conhecimento do Desenho e algumas implicações” (ARAÚJO, 2017).

Como estado e condição em que se manifesta, de modo constelar, o espectro fractálico da Poética, o estado poético se instala nos territórios em que se busca o cuidado zeloso com a sensibilidade humana, com a gratuidade do existir, com suas *inutilidades*, com a fineza do ser sendo com, com as coisas simples que desbordam da alma e do coração. Castro (2004, p. 89) afirma que “[...] o Poético acontece como a gratuidade do que não é útil”. Sucede na franja das coisas inúteis em que jorram a graça do ínfimo, do singelo, do que não tem preço, do que se aloja na esfera dos valores primordiais. Traduz os meandros dos Sentidos essenciais que dão substância e realçam os enigmas e horizontes vastos do humano, da condição humana.

Paz (1986, p. 142) assevera que “El hombre es un ser que se asombra; al asombrarse, poetiza, ama, diviniza.” Os assombros do mundo nos interpelam e nos entranham nos confins do poético; nos instigam para o lapidar da sensibilidade que nos dispõe para as instâncias divinas e profanas da saga humana. O poético, que traduz o elã do estado nascente das coisas, faz pulsar a vertigem que arrepiam e faz vicejar com o sopro de seu vigorar seminal; nos dis-põe, interpela e convoca, de corpo e alma, para a fruição das proezas do existir cotidiano com o fremir da corporeidade e a vibração quântica do espírito, em seus fulcros originários.

O poético revela a “epifania do sensível” (DUFRENNE, 1969, p. 105) na proporção em que emerge desde dentro do imanente, do nosso ser contingente, de nossa tangibilidade e nos projeta no transcendente, na intangibilidade, mediante a intensidade de seus feixes en-volventes; faz-nos penetrar na nervura e no âmago dos acontecimentos. Dessa forma, podemos tocar melhor suas texturas e relevos, vislumbrar suas opacidades e clareiras, sentir melhor suas umidades e securas, seus odores e sabores, as vibrações de suas policromias. O poético, ao nos proporcionar o degustar do admirável, nos comove e convoca para as intensidades dos desafios e das jornadas existenciais e coexistenciais imbuídas dos feixes de paixões e de razões viscerais.

O estado poético nos enreda pelos enigmas do existir e nos implica nos desvãos de suas curvaturas e labirintos imponderáveis. Barros (2004a, p. 45) verseja “Sou um sujeito cheio de recantos. Os desvãos me constam”. Esse estado de poeticidade nos precipita nos meandros de nossos recantos internos, nas teias incontornáveis de nossos ermos. Nos dis-põe para os encontros que comovem com os vazios e as *cheiúras*, os rasgos e os lampejos, as imprecisões e frestas que conformam o humano, demasiadamente humano; adentra-nos nos confins de nossas dimensões imaginárias, do fabular, em que habitam as imagens incontornáveis que plasmam nossas crenças, sentires e valores marcados de vastidão, reentrâncias e fundeza.

Dessa forma, o poético estrutura-se nos meandros de nossos imaginários, constituindo-se, assim, pela plasticidade e pela policromia das imagens que são sedimentadas em nosso inconsciente individual e coletivo. Imagens que são configuradas como repertórios transversais de formas e de símbolos, de sonhos e utopias, de penumbras e de clareiras que perfazem as camadas de nossa intuição, de nossas afecções (emoções e sentimentos), de nossa corporeidade, de nossa consciência meditativa, de nossa espiritualidade, com suas desmesuras e vastidão (ARAUJO, 2008).

A abertura que o estado poético proporciona aos sentidos perceptivos incide na expansão de nossa consciência compreensiva para olhares marcados de expressiva amplitude e intensidade, para compreensões e fruições significativamente aproximadas e entranhadas da nervura dos fenômenos do existir desde suas ambivalências e polifonias.

Bachelard (1988b, p. 8) anuncia um “logos poético” que impulsiona um pensar imbuído de paixão e de razão, do sensível e do inteligível; um pensar meditativo e tensionante que traz em seu bojo as inquietudes que pulsam na carne e no espírito humanos. Bárcena (2004, p. 261) deslança que “En lo poético, el otro es un acontecimiento delirante del yo: lo que llama, reclama, altera o ponde em cuestión”. O estado poético aventa uma relação envolvente e arrepiante com os outros, uma escuta que clama e suscita questões, interrogações que inquietam e lançam desafios.

Esse estado de poeticidade nos mergulha nas esferas do ontológico ao nos adentrar na expressividade originária e originante do ser – do ser sendo –, nos fluxos in-tensivos de suas ondas e partículas, de suas luzes e sombras, de seus tons agrídoces. Ser-sendo que se revela e se descortina nos influxos abertos das ondações dos acontecimentos, das questões humanas que nos interpelam.

As franjas do estado poético resvalam a penumbra do crepuscular – entre as margens da clareira do dia e do breu da noite –, em que o dia e a noite, no limiar, se interpenetram e copulam matizando a fineza dos tons que tocam no incomensurável e que arrebatam de espanto com o fulgor de sua imensidão suprema. Projetam-se nas brumas prateadas da lua cheia que enfeitiça os

corações e almas, infundindo encantação com as dobras dos véus de seus mistérios. O estado poético é composto pelo entrelaçamento do *solunar* em que sol e lua se entrelaçam; põe-nos à escuta dos murmúrios que ressoam dos silêncios das montanhas.

Destarte, o estado poético nos dis-põe e interpela para estabelecermos uma relação de abertura e de intimidade para com a *tragicomicidade* do viver, em que procuramos nos enredar na saga dos desafios da tragicidade, da dramaticidade (rasgos, angústias...) do cotidiano, bem como, simultânea e alternadamente, em sua comicidade (contentezas, alegrias...), em seus jogos graciosos, na perspectiva de, in-tensivamente, entrecruzar essas instâncias como estruturantes e co-determinantes do humano.

Castro (2011, p. 24) realça que “Ser poético é libertar, emancipar, *para* essas possibilidades sempre inaugurais”. (Grifo do autor). O poético, intrinsecamente, se revela como arco libertário emancipador dos grilhões e servidões que nos escravizam; impulsiona estados de mutações e de transformações inaugurais, evolucionários. Nas esferas do estado poético, se projetam rebeliões impetuosas mediante levantes que erguem os estandartes das liberdades, das utopias primordiais que compõem os repertórios arquetípicos da condição humana, da humanidade, nas singularidades de cada diversidade humana – nossa uni-diversidade. Levantes que desinstalam os estados do ordinário, com sua ordem compressiva, com seu bolor cinzento, e que evocam o extraordinário, com sua pulsão originante, com seu tom esverdecente. O estado poético nos dis-põe para os riscos e perigos dos bons combates imbuídos de delicadeza, coragem e audácia.

O sopro inaugural/inaugurante do poético instaura o advento do ser-sendo em suas constantes mutações e vertentes marcadas de inefabilidade e vastidão; faz brotar o elã vital do anímico; precipita-nos entre os desvãos do abismo, da terceira margem em que o humano e o divino se encontram, adentrando-nos, assim, na policromia dos feixes do arco-íris. Na terceira margem, podemos penetrar nesse estado anímico em que os Sentidos que jorram as intensidades de nossos existires, constelam espirtualidade e expansividade, na pregnância paixonal do humano. Morin (2002, p. 138) proclama: “O estado poético dá-nos o sentimento de superar os nossos próprios limites, de sermos capazes de comungar com o que nos ultrapassa”, nos levando “ao estado de graça” de vivências seminais.

O estado poético é suscitado pela inquietude de nosso *daimon* como força interior que perturba e faz rebentar as intensidades que crepitam nos quadrantes da subjetividade, dos implícitos de nosso existir. Assim, nos compele aos riscos e desafios alvissareiros, nos impelindo a garimpar as preciosidades que ficam escondidas nos subterrâneos da alma e do coração, e que, portanto, carecem da altivez e da audácia do espírito para que sejam descobertas, lapidadas e reveladas.

Paz (2003, p. 57) assevera que “A experiência poética não é outra coisa que a revelação da condição humana, isto é, desse transcender-se sem cessar no qual reside precisamente a sua liberdade essencial”. O estado poético conduz às *itinerrâncias* das sendas e travessias em que o espírito bandoleiro vai singrando trilhas e urdindo venturas que alargam e emancipam nas trajetórias de nossas sagas. Assim, na contextura das errâncias, dessas *itinerrâncias*, podemos tecer as tranças das aprendizagens que fecundam e exultam; podemos alçar voos altaneiros.

O estado poético é um estado de ser em que o existir humano é, como vimos, co-movido pelo *pathos* do admirável, do espanto que arrepia o corpo e lampeja o espírito, nos dis-pondo para a fruição das qualidades que dão magnitude ao nosso ser. Morin (2002, p. 136) pondera “O estado poético é um estado de emoção, de afetividade, realmente um estado de espírito [...] proporciona satisfações carnis e espirituais”. É um estado que faz desbordar a pregnância e a polifonia dos sentidos que plasmas a sensibilidade, a consciência e o imaginário, que compõem e versejam o dinamismo das texturas estésicas da condição humana. Ao impelir os impulsos estésicos, o estado poético rompe com as compressões anestésicas que homogeneizam e domesticam potencializando a expressão da plasticidade da imaginação criante, do pensar inventivo.

A trama do poético desinstala e transgride esses modelos e posturas emplastados do anestésico instalando o regime movente do estésico, da fruição pregnante do sensível, com o dinamismo de seus fluxos e metamorfoses. Esse dinamismo impulsiona a pluralidade com seus tons libertários; insufla o crisol da imaginação criante que potencializa a emergência do novo que renova e interliga os diversos infundindo alumbramento nos estados de criação – a *poiesis*.

Ao sermos flagrados pelas intensidades do estado poético somos compelidos aos desvãos do onírico, da fantasia em que bordam-se desejos selvagens e finos, bem como, desbordam-se devaneios descomunais. Bachelard (1988b, p. 15) ponteia “O devaneio nos põe em estado de alma nascente”; adentra-nos nas aventuras inaugurais na vertigem das encruzilhadas abertas, entre os recônditos do tudo e do nada, de caos e de cosmos – a *caosmose* –, como polaridades interpolares e constitutivas da incompletude humana.

Nos compassos do estado poético, podemos penetrar pelos entre-lugares mestiços em que o coração e o espírito se dis-põem para os liames que nos entrecruzam com os outros na celebração da riqueza das diferenças que, in-tensivamente, podem religar e entrelaçar; deslizamos pelos meandros do anímico aos nos iniciar entre os mistérios da *anima mundi*, em que nossas almas, dialogicamente, podem compartilhar com as demais almas do universo a dança de nosso co-pertencimento planetário, na vibração das ondas quânticas que dão ritmo e movimento à humanidade. Nesse bailado sincopado e andrógino, nossa *anima*, como dimensão feminina da alma, e nosso *animus*, como dimensão masculina desta, podem se interligar e se reconciliar na relação in-tensiva da coexistência que sinergiza e vivifica. Barbier (2003, p. 79) pontua “Toda palavra poética é corda vibrante. Uma linha de alta tensão, na verdade. Ela articula paradoxalmente uma palavra *animus* e uma *anima*”. Palavra poética como brasa, como rasgo tensorial, como imagem-símbolo que, com o ritmo volvente de sua plasticidade, arde, lava e urde o estado poético (ARAUJO, 2008).

Esse estado poético se configura também como expressão do cuidado primoroso pelo dinamismo do estético/estésico, pela fruição do belo, do admirável – da boniteza –, conjunta e complementarmente com o afinco do zelo pelo ético, pelo trato com o bem – a dignidade. Supõe a urdidura de uma po-ética e de uma est-ética soberanas.

As vertentes recurvadas do estado poético versejam as rimas do inefável no garimpar as searas dos enigmas e labirintos incomensuráveis que compõem o existir humano; vertem, nas paragens do mundo, o advento dos fluxos originários que emergem das nascentes do ser, desde seu estado selvagem e orgânico, às suas dimensões simbólicas.

Em suas ambiguidades e ambivalências, o estado poético também é rasgante impulsionado pela fremência do *polemos*, da conflitividade que nos mobiliza e nos torna vivos. Atravessa as fraturas e agonias que nos povoam nos dobramentos e desdobramentos das vicissitudes do cotidiano. Precipita-nos em abismos em que transitam as in-tensidades do belo e do feio, do doce e do salgado – do agridoce – dos desafios que provocam arrepios e tremores. Joga-nos em redemoinhos e nos precipícios das zonas íngremes e escorregadias. O poético lampeja estados de paixões que estremecem e que podem fazer rebentar gozos de prazeres desmesurados, bem como, a angústia e a agonia das fraturas que contorcem. Penetra nas precariedades e fragilidades da condição humana, podendo potencializar, com a energia e a força vital mobilizadas pela *poiesis*, processos alquímicos que transmutam a lama em lótus.

A profusão do estado poético descortina a vastidão de horizontes incomensuráveis que interpõem e interligam o finito e o infinito, a terra e o céu, estabelecendo pontes entre estes, bem como entre o dentro e o fora, a imanência e a transcendência. A plasticidade das esculturas visíveis do poético nos incursiona no orbe do invisível com suas ressonâncias e vibrações magnéticas.

Paz (1986, p. 117) declara que “la recitación poética es una fiesta: una comunión”. Comovidos pelo entramado do estado poético somos compelidos à graça dos sentimentos da simpatia e da empatia que impulsionam e podem, com ternura e desvelo, nos co-implicar com os seres humanos, com os seres do universo; que faz despontar em nós a “simpatia do todo” numa teia movente em que seus fios entretecem os filamentos da sinergia que comunga e nos faz compartilhar as proezas humanas, *ecohumanas*. Possuídos pela intensidade da sinergia do amoroso, suscitado pelo estado poético, podemos fazer jorrar o magnetismo do poder prenante da mística do altruísmo que nos entrelaça.

O estado poético é irradiado pelo sopro divino que pulsa dentro da condição existencial de cada ser, que insufla e dá ritmo ao existir; que nos inspira nas lides cotidianas ao tecermos as redes de nossos projetos e sonhos anímicos. No estado poético, o sopro de nossos deuses e deusas suspira na espiritualidade encarnada de nosso ser sendo, acende as chamas da pira que nos anima e alumia nas ondações das travessias.

Nesse horizonte, somos convocados ao cuidado com a espiritualidade, em sua acepção larga, no cultivo das energias e sinergias que, com cordialidade e amorosidade, nos entrelaçam a todos os seres vivos, em nosso co-pertencimento planetário; em que penetramos nos campos da sutileza, da energética dos valores que nos humanizam, que nos *ecohumanizam*; em que nos adentramos nos influxos das ondas quânticas do elã vital que nos fazem vicejar como humanos, na teia do inter-humano, do *ecohumano*.

As ressonâncias do estado poético constelam o mitopoético interligando a força simbólica das imagens míticas e as intensidades, a cromaticidade do poético. O mitopoético configura uma imagem-feixe, uma ideia-força que entrelaça, de modo in-tensivo, a pujança da plasticidade polissêmica dos símbolos míticos e o lampear do estado poético. O mitopoético traduz um espectro imaginal que, com seus flancos abertos, opera a intermediação entre as instâncias internas e externas da subjetividade, do existir; que proporciona a compreensão e a fruição dos fenômenos humanos a partir das camadas incontornáveis de nossos imaginários, em suas expressões de ambivalência, de

polifonia e de obliquidade, de incerteza e de indeterminação. O mitopoético nos dis-põe para o dinamismo das torções e rasgos dos fluxos tensoriais que potencializam os partos, as metamorfoses renovadoras do existir (ARAUJO, 2008).

O estado poético também é plasmado pelo espírito nômade e aventureiro que instiga os riscos e perigos que desconcertam, desafiam e entusiasma; pelo espírito travesso e despojado da criança que se desmancha de alegria com as estripulias das revoadas de suas pipas. Suscita o espírito movediço e saltimbanco nos fluxos das paragens desgrenhadas do viver bandoleiro. O poético opera nas dobras do impulso lúdico, do constelar do riso, ao mover o espírito brincante que, com sua vadiagem, com sua leveza e despojamento, nos arremessa na dança do jogo sincopado do viver, do vivente.

As brumas do estado poético nos precipitam em instantes de experiências profundas que impulsionam muita vibração; arrebatam-nos em momentos de impulsos e de arrepios que espantam e co-movem. Esse estado de espantação, de mobilidade intensiva, engravida o espírito criante e a sensibilidade imaginária que nos impelem à *autopoiesis* (autocriação), à *ecopoiésis* (processos de criação envidados com os outros, na teia planetária), às utopias que apaixonam e vicejam os fluxos do existir e do coexistir.

O estado poético, como já vimos, instala a abertura de nosso ser-sendo para o inusitado, para o surpreendente. Heidegger (2002, p. 168) assevera que “Quanto mais poético um poeta, mais livre, ou seja, mais aberto e preparado para acolher o inesperado”. A experiência com o estado poético proporciona essa dis-posição, esse despojamento, esse voo livre do espírito para o acolhimento do diferente, do inesperado, das aragens do imponderável; nos dis-põe para uma escuta zelosa dos enigmas e paradoxos, do disforme e do incontornável. Interpela-nos para o tremor do extraordinário, para o olhar entusiasmante, para a “eterna novidade do mundo” para “o sentimento do mundo” (ANDRADE, 2000, p. 133), para os renascimentos que nos alvorecem nas intensidades dos estados de alumbramento. O estado poético nos conduz às buscas do espírito de fineza que nos possibilita garimpar e lapidar, com delicadeza e altivez, os desvãos agrídoces e tragicômicos do existir humano, da condição humana.

A fruição do estado poético, desde nossas dis-posições prenhas e anímicas, revela-se mediante a expressão dos modos mais diversificados de nos relacionarmos com as contingências e fenômenos em nossos devires cotidianos. Podemos ilustrar aqui alguns exemplos que potencializam essa fruição como: o estado de vertigem diante das encantações do crepúsculo, do plenilúnio, do arco-íris, da dança dos voos da borboleta e do beija-flor, do sorriso de uma criança, dos arrepios de um abraço; dos espantamentos diante de um filme extraordinário, de uma leitura penetrante, da escuta de uma canção tocante, dos versos inefáveis de um poema, de uma pintura, de uma dança e de uma *performance* arrebatadoras; da simplicidade e da sapiência de um sábio ancestral; da contemplação e da meditação proporcionada pelos símbolos mitopoéticos das diversas tradições; da grandeza incontornável das coisas pequenas – das *inutilidades*.

REMATANDO

Desde as considerações explicitadas, o horizonte, o espectro da Poética, do estado poético traduz-se como esse estado de dis-posição, de abertura fractálica de nossos sentidos perceptivos, de

nossa consciência compreensiva, do laço de nossa sensibilidade e de nossa espiritualidade para uma forma de compreensão e de fruição dos fenômenos humanos, das coisas humanas, do existir e do coexistir humanos a partir do viger da *poíesis*. Ou seja, dos modos originários e originantes em que jorra o vigorar seminal destes fenômenos, do existir, que potencializam o emergir de nossos fazeres e criares. Fazeres e criares que, na trama das polifonias e polissemias que perfazem seus símbolos, são imbuídos da força nascente de nossas singularidades e se desdobram nos feixes de nossas pluralidades. A/o Poética/o, visceralmente, implica no despontar do fulcro germinal, impulsiona a insurgência das sendas abertas, do inaugural; a eclosão do extraordinário, o constelar da “eterna novidade do mundo”.

O prisma da Poética, do estado poético, ao entrelaçar *Pathos* e *Logos*, suscita o emergir dos fluxos do espanto e da admiração, da perplexidade e das inquietações que nos interpelam, movem e insuflam no trilhar as dobras e curvas das travessias, dos laços das encruzilhadas que atravessamos impelidos pelas intensidades dos desafios de nosso ser sendo no mundo com os outros. Potencializa a abertura do corpo e do espírito, do *corpoespírito* – do “logos poético” – para o insurgente, o imprevisível e o surpreendente; para o pluriverso dos Sentidos humanos. Dispõe-nos para as proezas agrídoces da *tragicomicidade* do existir. Desse modo, nos adentra nos meandros dos paradoxos e imponderáveis da complexidade humana, nos flancos de suas ambiguidades e incertezas, contradições e tortuosidades.

O trançado da Poética, do estado poético, insufla a ruptura do anestésico que comprime e homogeneiza, e fomenta a plasticidade do estésico caracterizada pela expressão do jogo sincopado, da fluidez do movimento, do impulso lúdico, da imaginação criante, dos lampejos da policromia. Nesse rumo, podemos perceber, compreender e fruir os fenômenos, a vida, desde o seu pulsar originário, na movência de seu dinamismo, de suas obliquidades e de sua vivacidade com todos os sentidos juntos, interligados. Assim, estabelecemos com o mundo, com o viver contingente, uma relação pregnante/orgânica e anímica/simbólica em que penetramos nas intensidades e nas extensidades dos núcleos das experiências, dos laços que nos entrelaçam uns com os outros movidos por nosso ser sensível e espiritual.

Nos desvãos da Poética, do estado poético, atravessamos o campo dos significados, da pragmática, do funcional, do saber técnico e operacional – das instâncias do ter, da quantitatividade –, afirmando suas relevâncias e pertinências, e, incluindo-os, podemos ir além destes descortinando as esferas dos Sentidos, dos valores humanos primordiais, das *inutilidades*, do “sentimento do mundo” – das instâncias do ser, da qualitatividade – vislumbrando as rodas da sabedoria.

Nos territórios da Poética, do estado poético afirmamos a máxima versegada por Manoel de Barros de que “É preciso transver o mundo” (BARROS, 2004a, p. 75). Ou seja, nesse espectro fractálico da Poética, do estado o poético, é preciso olhar, farejar, tocar, escutar e degustar com desvelo, vastidão e desprendimento, para, assim, perceber, sentir e pensar o mundo desde horizontes oblíquos, pluriformes e polissêmicos.

Destarte, transver o mundo, a vida, implica em estarmos com os sentidos perceptivos e compreensivos desnudos e arejados, desprendidos das formas fôrmas para que possamos atravessar poeticamente as reentrâncias, as in-tensidades dos interfluxos, a rotação sinuosa dos movimentos

cíclicos das estações do devir, do suceder vivente. Para que nos impliquemos, de modo envolvente, com as estampas entrelaçadas do arco-íris como tradução da cromaticidade da vida, dos entretons de nossos compassos existenciais e coexistenciais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond. *Claro enigma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANDRADE, Carlos Drummond. *Sentimento do mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.
- ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. O estado poético. In: TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa (Org). *Tempo, cultura, linguagem: reflexões sobre a área do conhecimento do Desenho e algumas implicações*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. A imagem, o imaginário e a imaginação como expressões transdisciplinares. In: TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa (Org). *Desenho & visualidades*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. *Os Sentidos da Sensibilidade: sua fruição no fenômeno do educar*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ARIAS, Patricio Guerrero. Corazonar el sentido de las espistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes para construir sentidos otros de la existencia (Primera parte) *Calle14: revista de investigación en el campo del arte*. Universidad Distrital Francisco José de Caldas Colombia
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco; Poética*. Os pensadores. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- BACHELARD, Gaston. *Fragmentos de uma poética do fogo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988a.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 1988b.
- BARBIER, René. Palavra educativa e sujeito existencial. In: BERGER, Gui e outros. *Educação e pluralidade*. Brasília: Plano Ed., 2003.
- BÁRCENA, Fernando. *El delirio de las palabras: ensaio para uma poética del comienzo*. Barcelona: Herder, 2004.
- BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.
- BARROS, Manoel de. *Livro sobre o nada*. Rio de Janeiro: Record, 2004a.
- BARROS, Manoel de. *O livro das ignoranças*. Rio de Janeiro: Record, 2004b.
- CASTRO, Manuel Antônio de. A Poética como vigência do próprio na época da técnica. Entrevista com. In: PESSANHA, Fábio Santana; BARBOSA, Bianka; FERRAZ, Antonio M.; CALFA, Maria Ignez de S. (Orgs.). *Poética e diálogo: caminhos de pensamento*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2011.
- CASTRO, Manuel Antônio de. (Org) *A construção poética do real*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- DUFRENNE, Mikel. *O poético*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ELIOT, T. S. *A essência da poesia*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2005.
- GUIDA, Ângela. Que é isto, a Poética? In: PESSANHA, Fábio Santana; BARBOSA, Bianka; FERRAZ, Antonio M.; CALFA, Maria Ignez de S. (Orgs.). *Poética e diálogo: caminhos de pensamento*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2011.
- GUIMARÃES, Roberto Lyrio Duarte. Poesia. Poética. Poético. In: *Revista Cine Cachoeira*. Ano IV V. 7, 2014.
- HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e conferências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- JUNQUEIRA, Leandro. A poética da obra de arte. In: PESSANHA, Fábio Santana; BARBOSA, Bianka; FERRAZ, Antonio M.; CALFA, Maria Ignez de S. (Orgs.). *Poética e diálogo: caminhos de pensamento*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2011.
- LEYRA, Ana María. *Poética y transfilosofía*. Madrid: Ed. Fundamentos, 1995.
- LEZAMA LIMA, José. *A dignidade da poesia*. São Paulo: Ática, 1996.
- MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MORIN, Edgar. *O método 5: a humanidade da humanidade – a identidade humana*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- MORIN, Edgar. *Amor poesia sabedoria*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- NUNES, Benedito. *Passagem para o poético. Filosofia e poesia em Heidegger*. São Paulo: Ática, 1992.
- ORTIZ-OSÉS, Andrés. *Amor y sentido: una hermenéutica simbólica*. Barcelona: Anthropos Ed., 2003.
- ORTIZ-OSÉS, Andrés. *Metafísica del sentido: una filosofía de la implicación*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

- PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- PAZ, Octavio. *La otra voz. Poesia y fin de siglo*. Barcelona: Ed. Seix Barral, 1990.
- PAZ, Octavio. *El arco y la lira*. Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 1986.
- PESSANHA, Fábio Santana; BARBOSA, Bianka; FERRAZ, Antonio M.; CALFA, Maria Ignez de S. (Orgs.). *Poética e diálogo: caminhos de pensamento*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2011.
- PESSOA, Fernando. *Ficções de interlúdio/1: poemas completos de Alberto Caieiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- POUND, Ezra. *A arte da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- REVILLA, Carmem (Org.). *Claves de la razón poética: María Zambrano un pensamiento en el orden del tempo*. Madrid: Ed. Trotta, 1998.

IMAGINÁRIOS DA CIBERCULTURA A PARTIR DO PENSAMENTO COMPLEXO

IMAGINARIO DE LA CIBERCULTURA A PARTIR DEL PENSAMIENTO COMPLEJO

IMAGINARY OF CYBERCULTURE BASED ON EDGAR MORIN'S COMPLEXITY THEORY

Juliana Michelli da Silva Oliveira
Rogério de Almeida

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir conceitos, imagens e narrativas que constituem os imaginários da cibercultura. Partindo da importância da cibernética na constituição de um ciberimaginário, localizam-se as ideias-chave (comando, correspondência entre sistemas, transmissão de informações e retroação) e as vertentes de imagens que lhe são subjacentes, seguindo a perspectiva da escola francesa de antropologia do imaginário. Depois, este trabalho expõe discussões de Edgar Morin sobre a cibernética e as reabilitações que ele opera em seus conceitos e imagens a partir do pensamento complexo. Por fim, discute as limitações e potencialidades associadas à ciência do comando.

Palavras-chave: cibercultura; ciberimaginário; cibernética; pensamento complexo.

Resumen

El presente artículo tiene por objetivo discutir conceptos, imágenes y narrativas que constituyen el imaginario de la cibercultura. A partir de la importancia de la cibernética en la constitución de un ciberimaginario, se localizan las ideas clave (comando, correspondencia entre sistemas, transmisión de informaciones y retroacción) y las vertientes de imágenes que le son subyacentes, siguiendo la perspectiva de la escuela francesa de antropología del imaginario. Después, expone las discusiones de Edgar Morin sobre la cibernética y la rehabilitación que opera en sus conceptos e imágenes desde el pensamiento complejo. Finalmente, se analizan las limitaciones y el potencial asociado con la cibernética.

Palabras clave: cibercultura; ciberimaginario; cibernética; pensamiento complejo.

Abstract

The present article aims to discuss concepts, images and narratives that constitute the imaginary of cyberculture. Considering the importance of cybernetic technology in forming cyber-imagery, we're able to locate its key ideas (command, correspondence among systems, transmission of information, and retroactivity) and its subjacent aspects by using the works of the French school of anthropology. Next, we expose Edgar Morin's discussions on cybernetics and the rehabilitations that he operates in his concepts and images based on complexity theory. Finally, we discuss the limitations and potentials associated with cybernetics.

1 Doutora em Educação (2019) pela USP, com estágio de pesquisa no Centre de Recherche Imaginaire et Socio-Anthropologie da Université Grenoble Alpes, França. Graduada em Ciências Biológicas e em Letras pela USP, com período de estudos na Université Sorbonne-Paris IV. É integrante do Grupo de Estudos sobre Itinerários de Formação em Educação e Cultura (GEIFEC-USP), do Grupo de Estudos do Imaginário, Paisagem e Transculturalidade (GEIPaT) e do Centre des Recherches Internationales sur l'Imaginaire (CRI2i). Atualmente é docente do curso de pós-graduação lato sensu "Mídia, informação e cultura" do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: jumioliveira@gmail.com.

2 Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Coordena o Lab_Arte (Laboratório Experimental de Arte-Educação & Cultura) e o GEIFEC (Grupo de Estudos sobre Itinerários de Formação em Educação e Cultura). É Editor da Revista Educação e Pesquisa (FEUSP) e Editor Colaborador da Revista Machado de Assis em Linha. Presidiu a Comissão de Cultura e Extensão da FEUSP (2016-2020) e foi Representante da Congregação no Conselho Universitário da USP (2018-2020). Bacharel em Letras (1997), Doutor em Educação (2005) e Livre-Docente em Cultura e Educação, todos os títulos pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutoramento na Universidade do Minho (2016). Trabalha com temas ligados a Cinema, Literatura, Filosofia Trágica e Imaginário. Site: www.rogerioa.com.

Keywords: *cyberculture; cyber-imagery; cybernetics; complexity theory.*

INTRODUÇÃO

A partir de uma despreziosa extrapolação do universo tecnológico, saída da imaginação de um escritor que nutria grande interesse pelos efeitos da cibernética e da rede de computadores nos seres humanos, a noção de *ciberespaço* começou a ganhar forma. À época, meados dos anos 1980, William Gibson não cogitava a importância que as transformações tecnológicas teriam na vida das pessoas, mas já começava a intuir os contornos de uma sociedade povoada por inteligências artificiais, realidade virtual, implantes cibernéticos e matrix – que inclusive serviu de mote para a obra cinematográfica homônima das irmãs Wachowski. A primeira aparição do termo *ciberespaço*, no romance cyberpunk *Neuromancer*, surge numa atmosfera distópica, em meio ao entorpecimento e aridez de um estranho mundo artificial: “Um ano ali e ele ainda sonhava com o ciberespaço, a esperança morrendo um pouco a cada noite. Todo o speed que tomou, todas as voltas que deu e as esquinas de Night City por onde passou, e ainda assim ele via a matrix em seu sono, grades brilhantes de lógica se desdobrando sobre aquele vácuo sem cor...” (GIBSON, 2008, p. 25).

De fato, as imagens que circulam nesse “vácuo sem cor” com “grades brilhantes de lógica” têm se infiltrado progressivamente em nossos sonhos – e pesadelos. No entanto, ao buscarmos as origens dessas imagens, notamos que elas vêm sendo sonhadas há muito tempo e traduzem anseios humanos antigos, os quais têm atualizado suas formas e matizes por meio de inovações tecnológicas contemporâneas. Para identificar as bases nas quais esse tecnoimaginário vem se assentando e das quais parecem ser uma extensão, os fundamentos do imaginário moderno mapeados por Lucien Sfez (1995) podem fornecer relevantes pistas. Segundo o autor, o primeiro fundamento se relaciona à utopia de “um registro total do verbo passado e futuro [...] de uma comunicação total e transparente” (SFEZ, 1995, p. 12); o segundo fundamento trata da fabricação de um “ser à nossa imagem, como homem é à de Deus, graças à ciência, indiscutível, transparente, luminosa como um gládio sagrado” (p. 14); o terceiro, propõe a “crença na onipotência de uma ciência eletrônica [...] acompanhada da certeza de um fim das guerras por uma democracia transparente. E tudo se revela como o fim de qualquer sonho possível, já que todos os sonhos são realizados” (p. 16), o quarto fundamento, sustenta a crença na ausência de liberdade, enfatizando os determinismos que acercam nossos atos, pensamentos e obras e, por fim, o último fundamento prevê a busca de “uma máquina perfeita, que não pode morrer (salvo por acidente exterior), hermafrodita, autossuficiente e estéril, já que perfeita [...]” (p. 21). Em relação ao último tópico, Felinto (2005, p. 8) também reconhece na máquina o “tema central do imaginário tecnológico contemporâneo”, em que ela cumpre a função de “instrumento para prover a superação dos limites humanos”.

Buscando reconhecer essas imagens antigas que participam da configuração do ciberimaginário, nos deteremos em uma de suas vertentes, a cibernética, que além de expressar os cinco fundamentos que mencionamos acima, remodelou o entendimento sobre máquinas e seres

3 Parte das reflexões deste estudo derivam de doutorado desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Este trabalho é integrante de um projeto de pesquisa mais abrangente, relacionado à investigação de tecnoimaginários.

vivos, imprimindo marcas definitivas na compreensão da organização, comunicação e regulação de sistemas (animados e inanimados), como discutiremos adiante³. Assim, o objetivo deste artigo consiste em estudar um repertório de noções, imagens e narrativas que conformam um importante pilar do ciberimaginário e sugerir, ainda que de maneira preliminar, quais são suas possíveis reverberações na atualidade a partir das reabilitações conceituais e imagéticas propostas por Edgar Morin no pensamento complexo. Cabe salientar que não serão examinadas metáforas, analogias ou comparações utilizadas usualmente como recursos explicativos na literatura sobre cibercultura; também não se pretende abarcar a cosmovisão ou a bacia semântica⁴ que lhe concerne, mas tão somente estudar um conjunto de conceitos e imagens relativo à cibernética, seguindo a hipótese de que a constituição do imaginário da cibercultura congrega diferentes constelações de imagens⁵, as quais compõem um mosaico que envolve antecedentes (como a ciência do comando), desenvolvedores, usuários etc.

O foco deste estudo incide sobre os imaginários da cibercultura, isto é, os ciberimaginários, aqui definidos como conjuntos dinâmicos de imagens que subjazem à relação entre o homem e as tecnologias informacionais. Ainda que tenham assumido novas feições, consoante as intimações sócio-históricas, essas imagens expressam motivos persistentes da psique humana, estruturando em profundidade conceitos e sistemas de ideias, como postula Durand (2001), e podem ser identificadas na forma de narrativas de imagens e símbolos – ou mitos. Diante dessas imagens, não cabe a esse estudo adotar a priori posturas tecnofílicas ou tecnofóbicas – integradas ou apocalípticas, otimistas ou pessimistas, tecnoutópicas ou neoluditas, nos termos de Lemos (1998) –, mas discutir suas limitações e potencialidades.

Pretende-se, com essa reflexão, contribuir com elementos para uma leitura crítica dos pressupostos, propostas e práticas no seio da cibercultura, seguindo os preceitos do pensamento complexo e da antropologia do imaginário, os quais propõem serem fundamentais a articulação entre conceitos e imagens (cf. ALMEIDA; OLIVEIRA, 2020), o reconhecimento de imagens limitantes e a proposição de imagens mais frutuosas para o avanço de um conhecimento científico menos fragmentador (PAULA-CARVALHO, 1987) e mais consciente de suas escolhas. Como propõe Wunenburger (2003, p. 265-266), com essa orientação, a ciência poderia reconhecer em suas representações “os recursos cognitivos dos símbolos e mitos (plurivocidade, analogia)” e, com isso, a racionalidade poderia “atuar em sinergia com a imaginação, [...] associada a exercícios de variações, de combinações, de inovações nas representações mentais”.

Para isso, de início, este artigo se dedica à apresentação da noção de cibercultura (LÉVY, 2000) e das ideias-chave da cibernética – comando, correspondência entre sistemas, transmissão de

4 Sobre bacia semântica, cf. Wunenburger (2020). No texto, o autor propõe que depois da era da sociedade industrial, parece haver uma retração dos regimes heroicos e esquizoides ancorados ao mito prometeico, típicos do fim da modernidade, e a atualização do mito de Hermes com a sociedade da informação.

5 Segundo Flichy (2001, p. 57), o projeto da agência de pesquisa fundamental do ministério americano de defesa, MIT e outras instituições universitárias consistia na criação de simbioses entre o homem a máquina (computador) e de uma rede que conectasse as máquinas e pessoas entre si. Nesse sentido, como comenta o autor, no imaginário de criação da internet, encontra-se a ideia de cooperação entre máquinas e homens por meio de redes informáticas, com comunidades virtuais, abertura a comentários, noção de inteligência coletiva etc. No entanto, como sustenta Flichy (2001) e como pretendemos demonstrar com nosso estudo, isso não exclui a latência de outros imaginários cujos componentes também influenciarão essa rede de máquinas e homens.

informações entre sistemas e retroação –, a partir de textos de Norbert Wiener (2000, 2014), pioneiro do tema. Depois, trata da noção de ciberimaginário, sob a perspectiva da escola francesa de antropologia do imaginário, e detém-se em uma proeminente vertente de imagens que lhe subjaz, expressa na narrativa do Golem. Na sequência, discute brevemente quais foram as apropriações, transformações e questionamentos relativos à cibernética operados por Edgar Morin na constituição do pensamento complexo. Por fim, com base nas seções anteriores, sugere quais são as contribuições e limitações que as narrativas da cibernética trazem ao ciberimaginário.

CIBERCULTURA, CIBERNÉTICA E CIBERIMAGINÁRIO

A cibercultura é a forma cultural que emerge do ciberespaço, definido como “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 2000, p. 94). A cibercultura engloba, portanto, o conjunto de equipamentos que permitem a comunicação digital, o repertório de informações que circulam nesse espaço e as pessoas que fazem uso dessa infraestrutura informacional. Segundo Lévy (2000, p. 17), a cibercultura inclui ainda, além das técnicas materiais e intelectuais, o conjunto de “práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço”. Desse amplo domínio que constitui a cibercultura, interessam-nos os aspectos relativos à relação entre homem e máquina, mais especificamente as imagens que sustentam os vínculos entre humanos e artefatos informacionais, sobretudo entre os precursores da ciência cibernética, a qual forneceu inegáveis contribuições aos modelos comunicacionais e à compreensão da circulação de informações entre diferentes sistemas.

Embora tenha se desvanecido como disciplina científica depois dos anos 1970, a cibernética deixou um amplo legado em diferentes áreas do saber, desde as comunicações, passando pela biologia celular, molecular e ecologia, até a inteligência artificial, e infiltrou-se nas maneiras como são compreendidos os fenômenos biológicos, psicológicos e sociais. O termo que lhe deu origem vem do grego *kubernétes* e remete à ideia de comando, de pilotagem, referindo-se sobretudo às artes da navegação, contexto em que corresponde ao timoneiro, àquele que dá direção à embarcação. Primeira ciência física que tem por objeto a organização, a cibernética tencionava desenvolver “linguagem e técnicas que permitissem efetivamente atacar o problema da regulação e da comunicação das informações em geral”⁶, conforme explica um de seus pioneiros, o matemático Norbert Wiener (2014, p. 49). À época, a cibernética era considerada como um possível fator de interconexão entre os saberes, podendo, com isso, atuar como um operador interdisciplinar.

As bases dessa ciência do comando ou da pilotagem relacionam-se às conferências Macy, fomentadas entre 1946 e 1953 por intelectuais americanos, em torno dos quais se reuniram pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que debatiam sobre causalidade circular e feedback (retroalimentação ou retroação) em diferentes sistemas. Essas noções foram resultado dos trabalhos de Norbert Wiener sobre uma tecnologia que permitia corrigir a mira de armamentos por meio da antecipação das posições ocupadas pelo alvo em movimento, a qual impulsionou a ideia de *corrective feedback loop* e regulação. Na alça de feedback corretivo, as informações que saem do

⁶ Todas as traduções são de minha autoria, exceto quando há indicação contrária.

sistema (*output*) indicam qual é seu estado geral às vias de entrada do sistema (*input*), que são capazes de modular as respostas, corrigindo possíveis desvios.

Foram os transdutores, máquinas com entradas e saídas, que serviram de modelo aos estudos da cibernética (WIENER, 2000, p. 55). Essas máquinas executam as mais diversas tarefas utilizando órgãos motores e, por meio de receptores (células fotoelétricas, termômetros etc.), são capazes de estabelecer relações com o exterior. Assim, diferem dos antigos autômatos mecânicos pois são dotadas de mecanismos de recepção, utilizando informações do exterior para corrigir eventuais desvios.

Sabendo da aptidão interdisciplinar da cibernética, não demorou muito tempo para que as observações sobre a regulação em transdutores fossem transferidas a outros sistemas. A noção de feedback transitou de um campo a outro e passou a ter validade em sistemas muito distintos, como máquinas, seres vivos, sociedades e ecossistemas, reafirmando a potencialidade das analogias organizacionais estabelecidas pela ciência da pilotagem. Com efeito, a pergunta “qual a diferença entre um ser vivo e uma máquina?” que orientou a busca de Wiener já presumia certa anulação de distinções, posto que o autor não reconhecia profundas diferenças entre sistemas vivos e sistemas artificiais do ponto de vista da comunicação, do governo e da regulação. De fato, considerados como sistemas com entradas e saídas, que captam informações do exterior, as codificam, as transformam, disparam respostas e funcionam por feedback, as dessemelhanças entre seres vivos e seres artificiais são minimizadas. Na mesma direção, o sujeito passa a ser definido como um sistema cibernético aberto, como “um cruzamento de signos inseridos em uma imensa rede de informações em retroação” (MUNIER, 2014, p. 143).

O ponto de partida dessas aproximações é a técnica, não a biologia. Porém, foi no estudo dos seres vivos que a cibernética encontrou um terreno muito propício para aplicar e ampliar suas constatações, ao associar redes de comando aos programas de DNA e às redes neurais ou conceber os sistemas moleculares como redes cujas respostas dependem da transdução de sinais. Com isso em vista, do ponto de vista filosófico, a cibernética representa “um duplo movimento da tecnicização da natureza e naturalização da técnica, que constitui, de fato, um pensamento experimental nutrido de modelos, de simuladores suscetíveis de serem codificados e integrados a uma lógica tecnológica unitária” (BEAUNE, 1980, p. 308).

Nota-se, a partir desse circuito de tecnicização da natureza e naturalização da técnica, que a cibercultura, em sua base cibernética, fez emergir um conjunto de noções e imagens, que dão forma a um ciberimaginário. No lugar da retomada das imagens comumente associadas à rede de comunicações, que põem em relevo as formas interativas, transversais e cooperativas de trocas (LÉVY, 2000) e exploram as características sintéticas dessa bacia semântica emergente, será examinada outra narrativa de imagens, que também compõe o ciberimaginário, mas para a qual tem sido dirigida menor atenção. Nela, não é apenas a garantia do trânsito de informações que está em jogo, mas a sustentação de um projeto de criação de seres artificiais (segundo fundamento da modernidade, conforme Sfez, 1995), notadamente de um homem artificial.

Esse projeto de fabricação de entes artificiais é um anseio humano antigo, manifestado em diferentes momentos históricos, desde a Antiguidade, quando aparece nos mitos e nos tratados dos

mecânicos gregos, persistindo na Idade Média, na forma da construção de autômatos lendários, depois, estende-se na Idade Moderna, quando a máquina assume valor de modelo explicativo do cosmos, dos animais, do homem e se converte na arte biomecânica pelos automatistas, até a contemporaneidade, ao transfigurar-se em robôs e inteligências artificiais. As contribuições da cibernética nesse projeto consistem no estreitamento das fronteiras que separam o natural do artificial, através das correspondências entre sistemas, na ideia de retroação, de comando e de comunicação.

O imaginário que persiste nesse projeto encontrará no mito de Pigmalião uma de suas matrizes privilegiadas (BRETON, 1995), contudo os textos de Norbert Wiener fornecerão uma outra face para a relação entre homens e suas fabricações. Constata-se, de início, que o matemático estava empenhado em criar um ser artificial e interessava-se pela mística que envolvia as criaturas fabricadas por homens. Então, ao comentar sobre seus artefatos, o pioneiro da cibernética explicita a narrativa que os anima: “a máquina [...] é a homóloga moderna do Golem do rabino de Praga” (WIENER, 2000, p. 111). Sobre o mito do Golem, o núcleo da história diz respeito a uma criatura de barro fabricada à imagem do homem e trazida à vida mediante o uso de algum poder (mágico, esotérico, técnico). A primeira aparição da criatura, que em hebreu significa “matéria informe”, “substância imperfeita”, associa-se ao livro bíblico dos Salmos (139, 16), quando Deus teria dado origem a *adam* (do hebreu *adama*, “terra”), o primeiro ser, insuflando-lhe as narinas. Segundo Munier (2012, p. 221), esse salmo alimentou o mito por meio do *Sefer Wetsirah* (Livro da Criação), tratado que descreve a origem do universo (macrocosmo) e da humanidade (microcosmo), guia de práticas mágicas, cujas instruções teriam sido usadas por sábios da Idade Média para fabricar criaturas artificiais.

Depois de moldado em argila, o Golem é trazido à vida por meio da pronúncia de grupos de letras do alfabeto hebraico entoados durante um cortejo em volta da criatura. Para desativá-lo, as mesmas letras devem ser ditas em sentido inverso. A partir desse mote, outras versões da lenda surgiram, com a atribuição do feito ao rabino polonês Elijah Baalschem, que teria vivido no século XVI. Nessa variante da história, depois de alguns rituais purificadores, o rabino teria moldado a criatura em barro e a animação se deu com a pronúncia do nome sagrado de Deus. Já a versão praguense surgida no século XVIII, que teria inspirado Norbert Wiener, atribui a criação do Golem ao rabino Judah Loew ben Betzalel (1512-1609), o Maharal. Nela, a criatura é trazida à luz por meio de um pedaço de papel contendo o nome misterioso de Deus, o qual lhe é introduzido na boca, reforçando a ideia de que a animação da matéria informe é mediada pelo verbo divino. Nessas lendas, o Golem atua como um servo direcionado aos trabalhos árduos ou para a proteção do homem: “empossado de um estatuto intermediário entre o homem e a ferramenta, o Golem detém uma função de mediador entre os homens” (MUNIER, 2012, p. 222) – mesma função ocupada pelos artefatos, especialmente as máquinas.

Ainda sobre a relação entre o trabalho de Wiener e a narrativa de Golem, sabe-se que Gershom Scholem, especialista da mística judaica, sugeriu num discurso em 1965, em Rehovot, durante o evento de inauguração de um computador, que “o rabino Loew foi o ancestral espiritual de dois outros judeus, Johann von Neumann e Norbert Wiener, que contribuíram mais que qualquer

outro à empresa de magia de onde saiu o Golem moderno” (WIENER, 2000, p. 115). No entanto, como sugere Scholem, enquanto o Golem fictional teria vindo à luz através da combinação das letras do alfabeto hebraico, o computador seria resultado da combinação de um sistema mais simples, constituído de 0 e 1.

Além de citada textualmente por Wiener, a narrativa referente aos primórdios da cibernética também cumpre os requisitos⁷ propostos por Munier (2012, p. 223-224) que permitem identificar o mito do Golem. Deve-se ressaltar, todavia, que o desfecho terrífico da destruição da criatura é substituído em Wiener por uma possibilidade de redenção, de ajuste antes que a desintegração do Golem seja a única alternativa.

De modo geral, não é difícil supor que a narrativa do Golem tenha na relação entre o homem e a máquina uma de suas vias de expressão privilegiadas. Como assevera Munier (2012, p. 219-220), em termos figurativos: “o mito do robô rebelde, que hoje em dia fascina nossa civilização e parece lhe oferecer a imagem turva de seu enigma, constitui uma versão moderna do mito de Golem”. Esse robô rebelde, desmaterializado nas infovias, assume ora a face de algoritmo, ora de inteligência artificial, deixa-se transparecer como o espectro que foge ao controle, como vestígio de uma inteligência que escapa dos ditames humanos, que aprende por si mesma, toma suas próprias decisões e coloca em questão as habilidades distintivas do homem. É temida porque não pode mais ser comandada, mostra-se como uma contínua ameaça à ordem e desestabiliza a imagem que o homem construiu de si mesmo.

A CIBERNÉTICA NO PENSAMENTO COMPLEXO

Ao lado da teoria dos sistemas e da teoria da informação, a cibernética serviu de arcabouço à constituição do pensamento complexo. Além de incorporadas aos operadores cognitivos que atuam na articulação de saberes (cf. ALMEIDA; OLIVEIRA, 2020), as ideias cibernéticas auxiliaram o estabelecimento de relações entre sistemas, a partir de uma genealogia de máquinas em *O método*. Isso porque para o filósofo da complexidade, todo sistema cujas ações possuem caráter organizador pode ser considerado uma máquina. Entre os componentes da genealogia proposta pelo filósofo, encontram-se as “arkhe-máquinas” (estrelas), “megamáquinas” (sociedades), as “máquinas biológicas” (seres vivos) e as máquinas produzidas pelo homem, que Morin denomina de “máquinas artificiais” (artefatos). No entanto, frente às consequências do uso da máquina artificial para a compreensão dos fenômenos biológicos, Morin (2005a) seguiu uma via diferente, admitindo a máquina biológica como referência aos demais sistemas organizados.

Na perspectiva moriniana, os seres vivos são máquinas biológicas, concebidos “simultaneamente como motor térmico e como máquina química, produzindo todos os materiais, todos os complexos, todos os órgãos, todos os dispositivos, todas as performances, todas as emergências desta qualidade chamada vida” (MORIN, 2005a, p. 209). Embora alguns automatismos dos seres vivos como os batimentos cardíacos, a circulação sanguínea e a respiração pareçam se

⁷ Esses requisitos correspondem aos mitemas, isto é, às unidades de ação que constituem o mito, nos termos de Claude Lévi-Strauss. São eles: 1) um homem fabrica um Golem a sua imagem e o anima; 2) o criador não ama sua criatura; 3) o Golem é considerado um monstro; 4) o Golem é igual ou superior ao seu criador em força e inteligência e se torna sensível; 5) a criatura se revolta contra sua condição; 6) o criador decide eliminar a criatura.

assemelhar às repetições comuns ao funcionamento das máquinas artificiais, a organização dos sistemas biológicos difere da organização dos artefatos produzidos pelo homem ao menos por três motivos. Em primeiro lugar, a produção das máquinas biológicas organiza-se em dois eixos: a produção de cópias e a criação; portanto, ao mesmo tempo que os seres vivos produzem substâncias e reações conforme modelos bem estabelecidos, eles também exibem recombinações que geram novidades – o que os distancia das máquinas artificiais. Ao lado disso, como indica a definição de Morin, os seres vivos fabricam a si mesmos, isto é, são autoprodutores. Por fim, a finalidade da produção das máquinas biológicas é definida no interior dos seres vivos, enquanto nas máquinas artificiais, os componentes, a organização e a finalidade vêm de fora.

Isso significa que os seres vivos (máquinas biológicas) são autopilotados, quer dizer, possuem comandos celulares, orgânicos e sistêmicos que definem quais substâncias devem ser produzidas, quais reparos devem ser realizados, quais sistemas precisam ser regulados, ativados ou desativados. Ainda que recebam informações ambientais que variam ao longo do tempo, esses sistemas de controle biológicos têm como objetivo contínuo a manutenção do ser vivo. Algo diferente ocorre entre as máquinas artificiais, como explica o filósofo: “a mais aperfeiçoada e mais avançada das máquinas [artificiais] é incapaz de se regenerar, de se consertar, de se reproduzir, de se auto-organizar, qualidades elementares que dispõe a menor das bactérias” (MORIN, 2005a, p. 213). Além disso, a finalidade das máquinas artificiais é determinada no exterior.

Desta maneira, na perspectiva moriniana, a auto-organização dos seres vivos serve de pedra-de-toque para as demais máquinas. Às máquinas artificiais, relegou-lhes uma posição secundária, de prolongamento das atividades humanas, de rebotalho da organização, pois, ao menos por enquanto, nenhuma máquina artificial é capaz de auto-organizar-se sem auxílio externo; elas são incapazes de funcionar em meio à desordem, não conseguem produzir seus próprios componentes, não conseguem consertá-los ou substituí-los, tampouco podem reproduzir-se.

Ao reabilitar conceitos da cibernética, Morin procura evitar a simplificação e o erro comum que superestima o comando em relação à comunicação. Para isso, articula a noção de organização comunicacional à de existência, à habilidade de um ser que se produz sem parar. Com isso, busca diminuir as hierarquizações que se infiltram nas teorias científicas, devolver a relevância de cada um dos componentes no sistema e reduzir a importância do comando para a produção da organização: “a ideia de cibernética – arte/ciência do governo – pode se integrar e se transformar em si-cibernética, arte/ciência de pilotar junto, em que a comunicação não é mais um utensílio de comando, no entanto uma forma simbiótica complexa de organização” (MORIN, 2005a, p. 311). De fato, a redução da importância do comando é um tópico recorrente na obra moriniana. Não se restringe aos conceitos, mas também se aplica às imagens mencionadas pelo autor, entre as quais se encontra Pétrouchka, uma marionete que corta os fios que a manipulam e se torna autônoma⁸. Não é difícil localizar paralelismos simbólicos entre esse títere e o Golem – criaturas que escapam dos determinismos impostos por seus criadores, discussão que retomaremos na próxima seção.

Embora as diferenças de organização das máquinas biológicas e das máquinas artificiais indicadas por Morin sejam evidentes, não são raras as transposições da lógica do funcionamento dos

⁸ Para saber mais sobre a presença desta imagem em O método de Edgar Morin, cf. OLIVEIRA, 2019 e OLIVEIRA; ALMEIDA, 2019.

artefatos para os seres vivos. É justamente nesse desvanecimento de limites entre máquinas artificiais e seres humanos, que se concentram as reflexões do filósofo. A ideia cibernética de que sistemas de diferentes naturezas operam como transdutores que recebem e transmitem informações permitiu novas aproximações entre sistemas biológicos e artefatos, de maneira distinta àquela que ocorria no passado.

Sabe-se que desde Platão e Aristóteles encontram-se analogias que aproximam seres vivos de máquinas artificiais, uma vez que a mecânica para esses filósofos consistia na “arte de produzir e de explicar uma das funções da vida”, equivalendo, portanto, a uma biologia rudimentar (ESPINAS, 1903, p. 707). Como afirma Espinas, à época, utilizava-se o termo *organon* (órgão) na denominação das partes de um mecanismo ou de uma máquina artificial, ao mesmo tempo que se sucediam comparações entre seres vivos e autômatos. No século XVII, novas aproximações ocorrerão com a teoria dos animais-máquinas cartesiana, e, no século seguinte, com as teorias de La Mettrie que compreendem o homem como uma máquina. Com a revolução industrial serão recorrentes as comparações entre o funcionamento das máquinas artificiais e a atividade muscular humana, e finalmente, com o advento da cibernética, as analogias migram para o aspecto cognitivo, em razão do desenvolvimento das máquinas inteligentes e da ideia de que o cérebro e os computadores são sistemas que recebem e transmitem informações.

Ao lado disso, como comentamos anteriormente, até o conceito de sujeito passa a ser compreendido como um sistema cibernético aberto, permeado pelos fluxos de diversos sistemas, sejam eles naturais, sociais ou artificiais. Logo, a relação unidirecional entre o homem que comanda a máquina artificial cede lugar à relação recursiva de homens que comandam máquinas que comandam homens *ad infinitum*. Em termos de imaginário, entre o Golem e seu criador não existe mais o distanciamento que o antigo mito cantava, mas atravessamentos, coimplicações e inter-relações. Essa indistinção de fronteiras é prognosticada por Dreyfus em *What computers can't do*, quando diz:

A natureza do homem é na verdade tão maleável, que pode estar a ponto de mudar mais uma vez. Se o paradigma computacional se tornar tão forte, que as pessoas comecem a pensar a respeito de si próprias como aparelhos digitais segundo o modelo da inteligência artificial, então, uma vez que [...] as máquinas não podem ser como seres humanos, os seres humanos podem se tornar progressivamente como máquinas. [...] Nosso risco não reside no advento de computadores superinteligentes, mas de seres humanos subinteligentes. (DREYFUS apud OLIVEIRA, 1999, p. 181)

Efetivamente, a ideia do cérebro como um computador piorado alimenta o anseio de melhorá-lo e aproximá-lo de sua referência, a máquina. Isso intensifica o processo de negação do que não se enquadra na precisão, no cálculo e na objetividade, ou seja, de tudo aquilo que é subtraído do computador, posto que desordenador: os dados ilógicos e irracionais, as emoções, os afetos, as incongruências, os ruídos, as discrepâncias, as confusões, a insensatez, enfim, toda sorte de conteúdos imprecisos com os quais o cérebro humano lida a cada momento. Apesar de ter sido fabricado à imagem do homem, o “Golem cibernético” é incapaz de tolerar esse tipo de desordem. Como sugere Morin (2005a), enquanto nas máquinas artificiais a desordem é destrutiva e, por isso, deve ser evitada e rapidamente corrigida, nos sistemas biológicos a desordem é organizadora, uma vez que os seres vivos desenvolveram dinâmicas regulatórias, compensatórias e de regeneração dos componentes do sistema de maneira a refrear continuamente as perturbações, fazendo com que elas

se mantenham em níveis toleráveis. Dessa maneira, para o filósofo, é impossível compreender a organização dos seres vivos sem a desordem, uma vez que os processos da primeira desenvolveram-se a partir e na existência da segunda, ideia sintetizada na expressão *desordem organizadora*. Por isso, a ânsia de alcançar os prodígios da máquina artificial, por meio da supressão de tudo o que supostamente atrapalha o bom funcionamento do sistema, isto é, a desordem, opõe-se frontalmente à organização biológica. Eis um dos inúmeros problemas da modelização do homem pela máquina.

Com base nessas discussões, não parece surpreendente a ideia de que algumas perspectivas educativas possuem nos artefatos seus modelos referenciais. Exemplo disso é a teoria de controle, que trata das propriedades dos sistemas de controle automatizados e é aplicada sobretudo na engenharia mecânica, no planejamento e construção de máquinas (MATARIĆ, 2014, p. 25). Por meio da cibernética, no início do século XX, os princípios dos sistemas de controle passaram a ser utilizados não apenas para sistemas artificiais, mas também para sistemas biológicos, e, entre seu legado, inclui-se a cibernética pedagógica, introduzida nos anos 1970 por Helmar Frank, ciberneticista alemão. A cibernética pedagógica, como explica Sangiorgi (1999, p. 146-147), buscava, “através de princípios científicos de Comunicação e Controle – portanto cibernético –, *otimizar* as relações entre dois sistemas: Sistema Docente (S.Do.), aquele que *pretende ensinar*; e Sistema Discente (S.Di.), aquele que *deve aprender*; sejam constituídos por seres humanos ou máquinas”.

Conforme comentamos, o pensamento humano envolve elementos com os quais as máquinas cognitivas da atualidade não sabem lidar: ideias mal definidas, conteúdos informes, acomodação a ideias vagas. As máquinas artificiais ainda não são eficientes na colocação de problemas, mas na resolução deles, o que supostamente tem justificado a criação de uma geração de pessoas que problematiza para a máquina. Nesse sentido, o homem assume uma nova posição, a de ferramenta cognitiva, no lugar de engrenagem muscular. O resultado desse acoplamento entre homens e máquinas é assim diagnosticado por Morin:

A mente controla as máquinas cada vez mais performantes que criou. Mas a lógica dessas máquinas artificiais controla cada vez mais a mente dos técnicos, cientistas, sociólogos, políticos e, mais amplamente, de todos os que, obedecendo à soberania do cálculo, ignoram tudo o que não é quantificável, ou seja, os sentimentos, sofrimentos, alegrias dos seres humanos. Essa lógica, aplicada ao conhecimento e à administração das sociedades, dissemina-se em todos os setores da vida. A inteligência artificial já está nas mentes de nossos dirigentes, e nosso sistema de educação favorece a influência dessa lógica sobre nossos próprios espíritos. (MORIN, 2005b, p. 257)

REDE DE GOLEMS: AMBIGUIDADES DAS IMAGENS SIMBÓLICAS

Com base nas reflexões desenvolvidas nas seções anteriores, nota-se que as imagens que ancoram o pensamento cibernético encontram na narrativa do Golem um suporte privilegiado. Essa narrativa, enunciada por um de seus pioneiros, organiza-se principalmente em dois polos antagônicos: comando/dependência e autonomia. Sabe-se que essa dinâmica de oposições, ou rítmica, conforme postulado por Bachelard, é um dos fermentos do imaginário, pois engendra ambivalências de valores e desdobramentos narrativos (WUNENBURGER, 2020). Do trabalho sobre uma dessas

9 Nota-se, portanto, que as imagens tratadas neste estudo não podem ser reduzidas a seu conteúdo empírico, pois elas evocam conteúdos sensíveis, simbólicos e mobilizam a atividade criadora (WUNENBURGER, 2005, p. 196). Para demarcar essa diferença, utilizamos a noção de “imagem simbólica”.

ambivalências afetivas e simbólicas⁹, o mito extrairá suas lições e, por vezes, seus efeitos moralizantes.

Na versão mais difundida da narrativa do Golem, a lição do mito determina a destruição como punição para a criatura que foge do controle ou se rebela. Diante desta vertente, Wiener propõe uma versão abrandada, que busca evitar o final trágico da narrativa, impondo mais regulação ao Golem, o que de fato não parece se distanciar da história vulgarizada. Nessas versões, um suposto risco à vida provocado por um “agente externo” ativa o *schème* da distinção e da separação (dominante postural), que redundará na eliminação do perigo, nos termos de Durand (2001). A oposição à criatura ocorre no momento em que suas ações passam a incarnar valores negativos, isto é, quando o Golem deixa de cumprir os desígnios determinados por quem o concebeu e passa a agir segundo sua própria vontade. Nesse sentido, como sugerem Nazario e Nascimento (2004, p. 12): “a lenda e a ficção [...] denunciam o erro fundamental dos criadores: a ilusão do controle total que eles desejam manter sobre suas criações”.

A apropriação que Morin faz do mito segue um caminho distinto, como já mencionamos. Buscando diminuir a importância atribuída ao comando tanto do ponto de vista conceitual como imagético, o filósofo valorizará a insubmissão e a autonomia da criatura, representada, de maneira isomórfica, em Pétrouchka, títere que escapou aos fios da determinação (cf. OLIVEIRA, 2019). Assim, em vez de condenada e castigada, em Morin, a autonomia é um projeto inerente às criaturas. Em termos de imaginário, essa operação efetuada pelo filósofo corresponde ao esvaziamento da “significação estabilizada, reificada” de uma imagem anterior e uma abertura “para outros níveis de sentido” (WUNENBURGER, 2005, p. 202), que atualiza e renova o potencial do mito.

Assim como as demais criaturas artificiais, o Golem é resultado de uma arte, de uma magia, de uma *techné*, de um saber humano que se seculariza com o tempo (BRETON, 1995). Como produto da *techné*, a formação do Golem supõe uma *poiesis*, um processo de vir a ser, “a passagem de uma ausência a uma presença” (LEMOS, 1998). Porém, nas narrativas que envolvem fabricações humanas, essa passagem será problemática, pois as criaturas permanecerão incompletas. Vale a pena insistir no fato de que essa ideia de inacabamento está contida no nome da criatura, cujas traduções da palavra hebraica que deu origem ao termo incluem: massa amorfa, matéria disforme, matéria bruta, incompleta, irregular, desconforme, desproporcionada, imperfeita, e também “larva, pupa, embrião, casulo”, segundo Nascimento (2004, p. 17). Nas tradições religiosas, as razões que explicam esse inacabamento¹⁰ são diversas, mas de modo geral estão associadas à incapacidade humana de reproduzir a criação divina. Nelas, a perfeição é uma qualidade restrita aos deuses criadores. Já nas estantes dos laboratórios humanos há sempre um misterioso ingrediente que falta, que abre brechas para o devir, para desvios e outros destinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre os conceitos, imagens e narrativas da cibernética buscou contribuir para a compreensão das bases que formam o imaginário da cibercultura. Ao nos determos na cibernética, uma das vertentes do ciberimaginário, além de identificarmos o legado deixado por essa ciência,

¹⁰ É importante mencionar que a ideia de inacabamento está presente na concepção moriniana de conhecimento e de homem.

como as noções de correspondência entre sistemas artificiais e biológicos, de retroação e comando, também constatamos a emergência do mito de Golem, textualmente mencionado por Wiener, um de seus pioneiros. Na versão wieneriana da narrativa, as imagens simbólicas do mito do Golem se organizam em torno da ideia de comando, que é severamente criticada por Edgar Morin. Buscando reverter a importância que Wiener atribuiu ao controle nos sistemas e as consequências trazidas por um pensamento que elimina as diferenças entre sistemas artificiais e biológicos, o filósofo da complexidade opera reabilitações conceituais na cibernética, enfatizando sobretudo as peculiaridades dos sistemas vivos (autoprodução e auto-organização em meio à desordem) e a primazia da comunicação em relação ao comando na formação de uma forma simbiótica complexa de organização. No que diz respeito às reabilitações imagéticas conduzidas por Morin, em vez de temida ou controlada, a autonomia da criatura é compreendida como um horizonte.

Desde a sua fundação, a cibernética era vista como um potencial fator de interconexão entre os saberes, tendo como premissa o trânsito disciplinar das noções que desenvolvia. Consequentemente, tanto potencializava conexões entre sistemas, como anulava diferenças. Embora o projeto de Morin também tenha vocação interdisciplinar, nele os sistemas são compreendidos à luz de suas especificidades organizacionais, o que permite articulá-los de maneira complexa, mantendo as diferenças. Dessa comparação entre as perspectivas de Wiener e de Morin identificamos de que maneira o imaginário pode atuar na eliminação ou na manutenção de diferenças (entre sistemas, por exemplo) e na produção de imagens que sustentam ou criticam juízos. Em vista das aplicações, das apropriações e dos significados que os conceitos e as imagens podem estimular, eles nos permitem avaliar quais formulações são menos mutiladas e menos mutilantes e quais pretendemos preservar em nossas práticas sociais e comunitárias – sejam elas virtuais ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R.; OLIVEIRA, J. M. S. Contribuições do pensamento complexo de Edgar Morin aos estudos do imaginário. **Simbiótica**, Vitória, v. 7, n. 2, (jan.-jun./2020). Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/32594>>. Acesso em: out. 2020.
- BEAUNE, J.-C. **L'automate et ses mobiles**. Paris: Flammarion, 1980.
- BRETON, P. **À l'image de l'Homme**. Du Golem aux créatures virtuelles. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ESPINAS, A. L'organisation ou la machine vivante en Grèce, au IV siècle avant J.-C. In **Revue de métaphysique et de morale**. Paris: Librairie Armand Colin, 1903, p. 703-715.
- FELINTO, E. **A religião das máquinas**. Ensaios sobre o imaginário da cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- FLICHY, P. La place de l'imaginaire dans l'action technique. Le cas de l'internet. **Réseaux**, Paris, n. 109/5, 2001, p. 52-73.
- GIBSON, W. **Neuromancer**. Tradução de Fábio Fernandes. 4. ed. São Paulo: Aleph, 2008.
- LEMO, A. O imaginário da cibercultura. **São Paulo em Perspectiva**, 12(4), 1998, p. 46-53.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.
- MATARIĆ, M. J. **Introdução à robótica**. Tradução de Humberto Ferasoli Filho, José Reinaldo Silva e Silas Franco dos Reis Alves. São Paulo: Editora Unesp; Blucher, 2014.
- MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005a.
- MORIN, E. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005b.
- MUNIER, B. Homme et machine: la phase du miroir. **Hermès, La Revue**, n. 68, 2014, p. 143-148.
- MUNIER, B. La monstruosité du Golem, figure tutélaire de la modernité occidentale. **Lo Sguardo**,

Rivista di Filosofia, n. 9, 2012, p. 219-238.

NASCIMENTO, L. O Golem: do limo à letra. In NAZARIO, L.; NASCIMENTO, L. **Os fazedores de golems**. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Fale/UFMG, 2004, p. 15-38.

NAZARIO, L.; NASCIMENTO, L. **Os fazedores de golems**. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Fale/UFMG, 2004.

OLIVEIRA, J. M. S. **A vida das máquinas**: o imaginário dos autômatos em *O método* de Edgar Morin. 2019. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-18092019-101739/publico/JULIANA_MICHELLEI_DA_SILVA_OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: out. 2020.

OLIVEIRA, J. M. S.; ALMEIDA, R. As máquinas de complexidade: diálogo com Edgar Morin. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945002002>>. Acesso em: fev. 2020.

OLIVEIRA, M. B. de. A ciência cognitiva e a robotização do homem. In OLIVEIRA, M. B. de. **Da ciência cognitiva à dialética**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. p. 173-187.

PAULA-CARVALHO, J. C. O imaginário e o pensamento organizacional na obra de Edgar Morin: seus fundamentos antropológicos. **R. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 13, n. 1, jan./jun. 1987, p. 43-89.

SANGIORGI, O. Cibernética e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 14, jan./abr. 1999, p. 116-120.

SFEZ, L. **A saúde perfeita**. Crítica de uma nova utopia. São Paulo: Unimarco; Edições Loyola, 1995.

WIENER, N. **Cybernetique et société**. L'usage humain des êtres humains. Traduzido do inglês por Pierre-Yves Mistoulon e revisto por Ronan Le Roux. Paris: Éditions du Seuil, 2014.

WIENER, N. **God & Golem Inc**. Sur quelques points de collision entre cybernetique et religion. Traduzido do inglês por Christophe Romana e Patricia Farazzi. Paris: Éditions de l'Éclat, 2000.

WUNENBURGER, J.-J. Image et image primordiale. In CHAUVIN, Danièle; SIGANOS, André; WALTER, Philippe. **Questions de mythocritique**. Dictionnaire. Paris: Auzas éditeurs Imago, 2005.

WUNENBURGER, J.-J. Imaginário e ciências. In ARAÚJO, Alberto Filipe; BAPTISTA, Fernando Paulo (Coord.). **Variações sobre o imaginário**: domínios, teorizações, práticas hermenêuticas. Lisboa: Instituto Piaget, 2003, p. 265-285.

WUNENBURGER, J.-J. Imaginaire des techniques: liberté et contraintes symboliques à partir de Gilbert Durand. In OLIVEIRA, J. M. S.; ALMEIDA, R.; SIERRA, D. **Imaginários tecnocientíficos**. São Paulo: FEUSP, 2020. v. 1.

USO DE ADUBAÇÃO ORGÂNICA E QUÍMICA NO CRESCIMENTO DO PINHÃO MANSO NAS CONDIÇÕES EDAFOCLIMÁTICAS DO SEMIARIDO PARAIBANO

USE OF ORGANIC AND CHEMICAL FERTILIZATION IN THE GROWTH OF PINHÃO MANSO IN THE EDAFOCLIMATIC CONDITIONS OF THE PARAIBAN SEMIARID

USO DE LA FERTILIZACIÓN ORGÁNICA Y QUÍMICA EN EL CRECIMIENTO DE PINHÃO MANSO, EN LAS CONDICIONES EDAFOCLIMÁTICAS DEL SEMIARIDO PARAIBANO

Fabiana Xavier COSTA¹
Diego Frankley da Silva OLIVEIRA²
Anne Carolline Maia LINHARES³
Luciana Menino GUIMARÃES⁴
Salomão de Sousa MEDEIROS⁵

Resumo:

Objetivou-se com esse trabalho estudar o crescimento do pinhão manso em função da adubação orgânica (casca de pinhão manso moída e natural) e adubação mineral (doses crescentes de nitrogênio e fixas de fósforo), nas condições edafoclimáticas do município de Catolé do Rocha, no semiárido paraibano. Foi utilizado o delineamento inteiramente casualizado usando dosagens crescentes de ureia (0; 30; 60; 90 kg ha⁻¹), e duas formas de casca de pinhão manso (natural ou moída) adotando-se o esquema fatorial 2 x 4, resultando em 8 tratamentos com 4 repetições totalizando 32 parcelas experimentais. Foi utilizada ainda uma dose fixa de superfosfato simples (30 kg ha⁻¹). As análises de crescimento se deram aos 180 dias, após o transplante das mudas e a de produção aos 240 dias analisando altura da planta, diâmetro do caule, número de folhas, área foliar, número de frutos por planta, peso dos frutos por planta, número de sementes por planta e peso de sementes por planta. A dosagem de 90 kg ha⁻¹ de ureia se sobressaiu em relação as demais para todas as variáveis analisadas.

Palavras-chave: Casca moída; Nitrogênio; Fósforo; Tratamentos;

Abstract:

The objective of this work was to study the growth of physic nut as a function of organic fertilization (ground and natural physic nut) and mineral fertilization (increasing doses of nitrogen and fixed phosphorus), under the edaphoclimatic conditions of the municipality of Catolé do Rocha, in the semi-arid region of Paraíba. A completely randomized design was used using increasing dosages of urea (0; 30; 60; 90 kg ha⁻¹), and two forms of physic nut shell (natural or ground) using the 2 x 4 factorial scheme, resulting in 8 treatments with 4 repetitions totaling 32 experimental plots. A fixed dose of simple superphosphate (30 kg ha⁻¹) was also used. The growth analysis took place at 180 days, after transplanting the seedlings and the production at 240 days, analyzing plant height, stem diameter, number of leaves, leaf area, number of fruits per plant, weight of fruits per plant, number of seeds per plant and weight of seeds per plant. The dosage of 90 kg ha⁻¹ of urea stood out in relation to the others for all the variables analyzed.

Key words - Ground hull; Nitrogen; Phosphor; Treatments

1 Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual da Paraíba (2001), mestrado em Engenharia Agrícola, com linha de pesquisa em Irrigação e Drenagem pela Universidade Federal de Campina Grande (2004) e é doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (2008).

2 Licenciado em Ciências Agrárias pela UEPB - 2010-2013. Trabalhos desenvolvidos com oleaginosas e meio ambiente.

3 Licenciada em Ciências Agrárias pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestre em Horticultura Tropical pela Universidade Federal de Campina Grande e Doutoranda em Ciência do Solo pela Universidade Federal da Paraíba. Possui experiência na área de Ciências Agrárias, com ênfase em adubação e nutrição mineral de Plantas Hortícolas.

4 Graduada no curso de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus de Catolé do Rocha (2013). Monitora nas componentes curriculares Zootecnia Geral e Processo Didático. Tem experiência em Ciências Agrárias, com ênfase em adubação de oleaginosas, fibrosas e no cultivo de Hortaliças nas condições edafoclimáticas do Semiárido. Mestre em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Campus de Areia (2016).

5 Graduado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal da Paraíba (1999), mestre em Irrigação e Drenagem (2002) e doutor em Recursos Hídricos e Ambientais (2005) ambos pela Universidade Federal de Viçosa. Possui MBA em Gestão Pública: Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável pela Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (2009). Tem experiência na área de Engenharia Agrícola, atuando principalmente nos temas: gerenciamento de recursos hídricos; irrigação; qualidade de água; reúso e aproveitamento de água de chuva.

Resumen:

El objetivo de este trabajo fue estudiar el crecimiento de la nuez física en función de la fertilización orgánica (tierra y nuez física natural) y la fertilización mineral (dosis crecientes de nitrógeno y fósforo fijo), en las condiciones edafoclimáticas del municipio de Catolé do Rocha, en la región semiárida de Paraíba. Se utilizó un diseño completamente al azar utilizando dosis crecientes de urea (0; 30; 60; 90 kg ha⁻¹) y dos formas de cáscara de nuez física (natural o molida) utilizando el esquema factorial 2 x 4, lo que resultó en 8 tratamientos con 4 repeticiones totalizando 32 parcelas experimentales. También se utilizó una dosis fija de superfosfato simple (30 kg ha⁻¹). El análisis de crecimiento se realizó a los 180 días, luego de trasplantar las plántulas y la producción a los 240 días, analizando altura de planta, diámetro de tallo, número de hojas, área foliar, número de frutos por planta, peso de frutos por planta, número de semillas por planta y peso de semillas por planta. Se destacó la dosis de 90 kg ha⁻¹ de urea en relación a las demás para todas las variables analizadas.

Palabras clave - Corteza molida; Nitrógeno; Fósforo; Tratamientos

INTRODUÇÃO

O pinhão manso (*Jatropha curcas* L.) apresenta-se como uma planta perene, existindo de forma espontânea em solos pouco férteis e climas desfavoráveis em relação à maioria das culturas alimentares tradicionais (SOUZA et al. 2012).

O pinhão manso também apresenta propriedades medicinais, tendo sido usado como vermífugo e purgante para animais (TOMINAGA et al. 2007). Segundo Beltrão et al. (2011), O látex, que é expelido do tronco da planta ao ser lesado, pode ser usado como cicatrizante e hemostático, suas raízes como diuréticas e antileucêmicas e ainda suas folhas para combater doenças de pele.

Apresenta grande potencial para a produção de biodiesel. Beltrão et al. (2011), afirmam que foram encontrados em amostras de sementes coletadas em Itaporanga - PB e em Garanhuns - PE, teores de óleo de 33,0% e 36,18% respectivamente. Já Tominaga et al. (2007) apresentam uma tabela onde o pinhão manso encontra-se tendo um percentual de 30% a 40% de óleo em suas sementes. Entretanto Ginwal et al. (2004) mostram teores de óleo de materiais originários de Chindwara, ainda mais significativos, com no máximo de 39,12% e mínimo de 33,02% de óleo em sementes inteiras e uma máxima de 58,12% e mínimo de 47,08% em amêndoa. Percebe-se então, a importância do pinhão manso para a produção de biodiesel, sendo uma oleaginosa com grande teor de óleo, e pureza significativa.

Atualmente o pinhão manso é encontrado em quase todas as regiões intertropicais, ocorrendo desde a América Central, Índia, Filipinas e Timor, até as zonas temperadas. Ocorre em quase todas as regiões do Brasil de forma dispersa e adaptando-se as mais variadas condições edafoclimáticas. (BELTRÃO et al. 2011). Entretanto, há pouca informação sobre a adubação de pinhão manso, buscando o incremento vegetativo e principalmente, uma maior produção, sendo, portanto, fundamental a aquisição desse conhecimento.

Em estudo sobre o crescimento do pinhão manso em diferentes níveis de nitrogênio e água, Albuquerque et al. (2008) observaram um maior crescimento, este, expresso em acúmulo de biomassa, quando foram disponibilizadas às plantas maiores níveis de nitrogênio. Já Lima et al. (2012), apresentam resposta significativa da adição de matéria orgânica na forma de esterco bovino em plantas de pinhão manso, favorecendo o crescimento e a frutificação.

É importante conhecer o comportamento do pinhão manso em função da adubação para que, em futuros estudos, se possa utilizar dessas informações para concentrar as pesquisas para um melhor aproveitamento dos nutrientes pelo pinhão manso.

A partir desse exposto, objetivou-se com esse trabalho estudar o crescimento do pinhão manso em função da adubação orgânica (casca de pinhão manso moída e natural) e adubação mineral (doses crescentes de nitrogênio e fixas de fósforo), nas condições edafoclimáticas do município de Catolé do Rocha, no semiárido paraibano.

MATERIAL E MÉTODOS

- Local

A pesquisa foi realizada na área experimental do Campus IV da Universidade Estadual da Paraíba, no município de Catolé do Rocha (Figura 1), situado a 272 m de altitude, 6°20'38" Latitude Sul e 37°44'48" Longitude Oeste, em regime de sequeiro parcial, visto que, quando chovia não levava água a planta, porque a área experimental (Figura 2) era sem cobertura. Utilizou-se vasos plásticos de 60 litros.

Figura 1 – Mapa de Catolé do Rocha - PB. Campos IV, UEPB.



Figura 2 – Estação experimental de pinhão manso no Campus -IV, UEPB, Catolé do Rocha – PB.



- Condução do Experimento

Foram utilizados sacos de polietileno (2 L) para a produção de mudas do pinhão manso, empregando o mesmo solo da pesquisa, sem tratamento, como substrato para a germinação. As mudas foram transplantadas aos 15 DAE (Dias após a emergência).

No Laboratório de análises químicas do solo, do departamento de solos da UFCG de Campina Grande-PB, foram realizadas as análises químicas e físicas do solo (Tabelas 1 e 2). Os teores de macronutrientes foram determinados a partir das amostras de solo retiradas na profundidade de 0-20 cm do campo Experimental da UEPB, Campus IV, Catolé do Rocha – PB.

A análise química da casca de pinhão manso que foi acondicionada ao solo, compondo, assim, o substrato, foi realizada no Laboratório de Química da Embrapa Algodão, Campina Grande – PB (Tabela 3).

Tabela 1 – Características químicas do solo utilizado na pesquisa. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

Análise química do solo realizada no Laboratório de Solo da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB. 2010. MO = matéria orgânica. S = soma de bases trocáveis do solo, mais a acidez hidrolítica (H+ Al), que no caso foi zero. T = S+ H + Al. CO = Carbono Orgânico.

Tabela 2 – Características físicas do solo utilizado na pesquisa. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

pH H ₂ O	Complexo Sortivo (meq/100g de solo)							%	%	%	mg/100g
	(1:2,5)	Ca	Mg	Na	K	S	H+Al				
7,49	5,66	2,09	0,20	0,24	7,86	0,00	7,86	0,61	0,06	1,05	2,57

Análises realizadas no Laboratório de Solo da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande – PB.

Tabela 3 – Características químicas da casca de pinhão manso. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

Umid	PB	CZ	N	P	P ₂ O ₅	K	K ₂ O	C	CaO	Mg	MgO	S	MO
----- % -----													
7,50	11,93	14,34	0,77	0,07	0,16	1,96	2,36	0,83	1,16	0,32	0,56	0,03	54,23

Análises realizadas no Laboratório de Química da Embrapa Algodão. Campina Grande – PB, PB = proteína bruta; MO = matéria orgânica.

- Dosagens, adubação orgânica e mineral utilizadas

Dando iniciação à pesquisa, foram usadas mudas de pinhão manso, as quais, aos 15 dias, após o aparecimento das primeiras folhas, foram plantadas em vasos plásticos com capacidade de 60 litros, apresentando as seguintes medidas: 57 cm de altura, 40 cm de diâmetro superior e 26, 5 cm de diâmetro inferior. O substrato foi constituído de solo e casca de pinhão manso moída ou normal, de acordo com o respectivo tratamento, no quantitativo de 3 toneladas/ha, equivalente a 300 g/vaso.

Associadas ao substrato foram analisadas quatro dosagens de ureia como fonte de nitrogênio: 0; 30; 60; 90 kg/ha, onde 0 apresenta-se como testemunha, sem ureia; 30 equivale a 3g de

uréia/vaso; 60, à 6 g de uréia/vaso; 90 à 9g de ureia/vaso.

Foi determinado oito tratamentos com quatro repetições, onde quatro doses de ureia foram associadas com casca natural, e mais quatro dosagens com casca moída. Foram analisadas 32 parcelas experimentais como pode ser observado no Quadro 1, a distribuição do experimento. Além das dosagens de ureia, ainda foi adicionado superfosfato simples como fonte de fósforo (P_2O_5), na quantidade fixa de 30 kg/ha, equivalendo a 3 g de p/vaso. Foi mantido um bom nível de umidade do solo para todos os tratamentos, sem levar em consideração a evapotranspiração.

- Tratamentos

- 1) D1C1 - Casca natural + 0 kg/ha de N + 30 kg/ha de P_2O_5
- 2) D2C1 - Casca natural + 30 kg/ha de N + 30 kg/ha de P_2O_5
- 3) D3C1 - Casca natural + 60 kg/ha de N + 30 kg/ha de P_2O_5
- 4) D4C1 - Casca natural + 90 kg/ha de N + 30 kg/ha de P_2O_5
- 5) D1C2 - Casca moída + 0 kg/ha de N + 30 kg/ha de P_2O_5
- 6) D2C2 - Casca moída + 30 kg/ha de N + 30 kg/ha de P_2O_5
- 7) D3C2 - Casca moída + 60 kg/ha de N + 30 kg/ha de P_2O_5
- 8) D4C2 - Casca moída + 90 kg/ha de N + 30 kg/ha de P_2O_5

Quadro 1 - Croqui da disposição das parcelas experimentais no campo, UEPB, Catolé do Rocha - PB.

D4C1R2	D1C1R1	D4C2R4	D2C2R1
D2C2R4	D4C1R3	D1C1R2	D1C2R2
D4C2R1	D3C2R2	D1C2R3	D4C1R4
D1C1R3	D1C2R4	D2C1R1	D1C1R4
D1C2R1	D3C1R3	D3C2R3	D4C2R2
D2C1R2	D2C2R3	D4C1R1	D3C1R1
D3C1R4	D2C1R4	D2C2R2	D3C2R4
D3C2R1	D4C2R3	D3C1R2	D2C1R4

R = Repetição

– Água utilizada

Foi utilizado água de abastecimento do município de Catolé do Rocha – PB, de forma manual, usando-se um regador. O experimento foi em condições de sequeiro parcial, ou seja, nos dias que não chovia, colocava-se água de acordo com as necessidades hídricas da planta. No primeiro mês usou-se 1 L, no segundo e terceiro 2 L, no quarto mês 4 L, no quinto e no sexto mês 6 L de água por planta.

– Variáveis computadas

Foram analisadas variáveis de crescimento da planta: altura da planta; diâmetro do caule; número de folhas; área foliar aos 180 dias, após o transplante (DAT).

As análises ocorreram mensalmente desde o transplante até o final do crescimento. Para determinação da altura da planta, foi utilizada uma fita métrica, utilizando-se da medida em centímetros. Para o diâmetro do caule, foi utilizado um paquímetro digital, aferindo na altura do colo da planta. A área foliar foi determinada pela soma das áreas de todas as folhas, obtidas, através da equação proposta por Severino et al. (2007) que utiliza apenas o comprimento da folha – ($A = 1,00L^{1,87}$), onde A = Área Foliar; L = (length em inglês) Comprimento da nervura principal.

– Análise Estatística

Foi utilizado o software SISVAR, desenvolvido pela Universidade Federal de Lavras, para a análise estatística da pesquisa - Sisvar 5.1 Build 72. Realizado o teste Tukey a 0,05 (5%), foram analisados os resultados e as variáveis estatisticamente divergentes foram submetidas à regressão polinomial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

– Crescimento da planta

De acordo com a tabela 4, ao analisarmos os quadrados médios obtidos, através do teste de Tukey, observa-se um avanço no crescimento da altura da planta, no número de folhas observadas e conseqüentemente na área foliar, à medida que foi disponibilizado uma maior quantidade de nitrogênio para a planta a partir da adição de ureia. Não houve diferença significativa para estas variáveis no que se diz respeito às diferentes formas de casca.

Também não houve interação dos níveis de doses de ureia dentro de cada forma de casca, induzindo a uma indiferença na utilização de casca de pinhão manso natural ou moída quanto à altura da planta, número de folhas e área foliar.

Entretanto, houve diferença significativa das cascas para a variável número de ramificações, obtendo a casca moída, uma melhor média em relação à casca natural uma vez que, as ramificações do pinhão manso surgiram logo no início do seu desenvolvimento, onde a casca moída teve grande influencia por se tratar de um material orgânico com processo de mineralização acelerado pela moagem.

Foi observado ainda de acordo com a tabela 4, interação das doses dentro de cada forma de casca para as variáveis diâmetro do caule e número de ramificações.

Tabela 4 – Resumos de análise de variância referente ao quadrado médio das variáveis de crescimento do pinhão manso. UEPB, Catolé do Rocha – PB.

Fonte de variação		Quadrado Médio 180 Dias Após Transplante				
	GL	Altura de Planta	Diâmetro do Caule		Número de Folhas	Área Foliar
Bloco	3	89.59 ^{ns}	7.40 ^{ns}		3838.37 ^{ns}	14325359.43 ^{ns}
Nitrogênio	3	267.89 ^{**}	42.48 ^{**}		9322.04 ^{**}	29065768.30 ^{**}
Casca	1	163.35 ^{ns}	16.57 ^{ns}		3081.12 ^{ns}	2293782.12 ^{ns}
Interação	3	104.53 ^{ns}	30.32 [*]		381.20 ^{ns}	1363036.62 ^{ns}
Resíduo	21	52.22	7.66		1211.61	3045515.16
CV (%)		7,92	5,23		19,66	16,80
Nitrogênio			Natural	Moída		
Reg. Pol. Linear	1	565.88 ^{**}	181.74 ^{**}	1.40 ^{ns}	24255.62 ^{**}	73389708.65 ^{**}
Reg. Pol. Quad.	1	77.19 ^{ns}	5.49 ^{ns}	14.49 ^{ns}	648.00 ^{ns}	383604.78 ^{ns}
Desvio	1	160.60	11.44	3.85	3062.50	13423991.45
Resíduo	21	52.22	7.66	7.66	1211.61	3045515.16
Casca		Médias observadas				
Natural		93,45 a	53,64 a	167,25 a	10119.71 a	
Moída		88,93 a	52,20 a	186,87 a	10655.17 a	
DMS		5,31	2,03	25,59	1283,12	

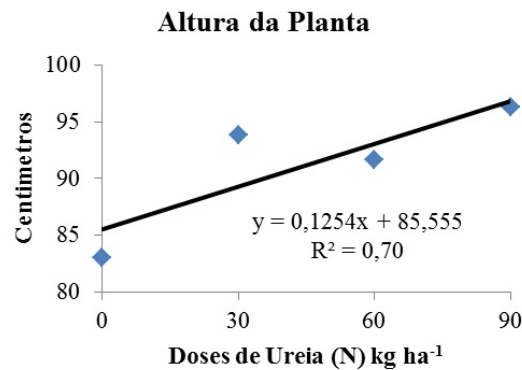
GL - grau de liberdade; Significativo a 0,05 (*) e a 0,01 (**) de probabilidade; (ns) não significativo; CV - coeficiente de variação; DMS - diferença mínima significativa. Médias seguidas de mesma letra na vertical não diferem entre si (p < 0,05) pelo teste Tukey.

São observados na figura 3, os dados referentes a altura da planta, onde podemos constatar maiores resultados à medida em que foram adicionadas as doses de nitrogênio, onde com 0 kg de ureia por hectare, foi obtido 83 centímetros de altura da planta enquanto ao adicionar 90 kg de ureia por hectare atingiu-se uma média de 96,28 centímetros de altura, mostrando um significativo incremento da altura da planta em função da adição de nitrogênio.

A linha de tendência linear crescente propõe que mesmo a dosagem mais alta utilizada na pesquisa (90 kg ha⁻¹), possivelmente não supriu completamente as necessidades nutricionais do pinhão manso. Albuquerque et al. (2008) ao analisarem o crescimento do pinhão manso em função de níveis de água e adubação nitrogenada, também observaram uma tendência linear nas doses de

nitrogênio utilizadas.

Figura 3 – Altura da planta em função da crescente dosagem de nitrogênio. UEPB, Catolé do Rocha.



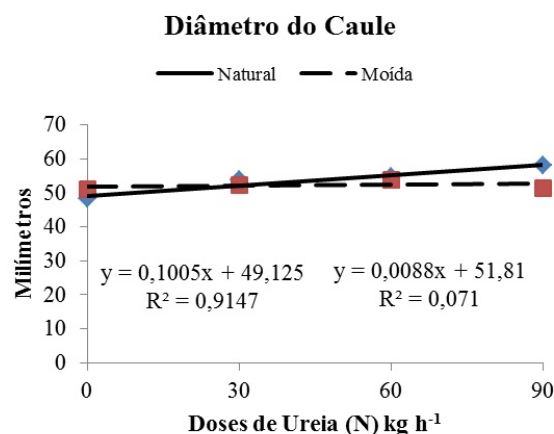
Observando interação das dosagens com a casca natural (Figura 4), observa-se um crescente aumento do diâmetro do caule utilizando-se a casca natural, à medida que foi disponibilizado o nitrogênio, mostrando que com a casca natural foi obtido, sem aplicação de ureia, diâmetro médio de 48,16 milímetros, enquanto que com a adição de 90 kg ha⁻¹ de ureia, foi observado 57,96 milímetros, um aumento de 9,8 milímetros.

Já com a casca moída, a média obtida utilizando-se 90 kg ha⁻¹ de ureia, alcançou um diâmetro de 51,43 milímetros, cerca de 6,50 milímetros abaixo da média alcançada com a mesma dosagem utilizando-se a casca natural. Entretanto a casca moída manteve-se estatisticamente estável em relação às dosagens de nitrogênio utilizadas.

A diminuição da relação C/N a partir do momento em que foi adicionado nitrogênio pode ter influenciado para que a casca natural liberasse rapidamente os nutrientes nela contidos e se sobressaísse à casca moída uma vez que a casca moída por apresentar menor diâmetro de partículas, sofre lixiviação com o manejo da irrigação, e já que a casca natural sofreu menos lixiviação, sendo a sua mineralização mais lenta, por conta de seu diâmetro maior permanecendo na camada mais superficial do vaso, deixou os nutrientes mais fáceis de serem assimilados pela planta, direcionando-os para o crescimento da mesma.

Esses resultados são semelhantes aos encontrados por Lima et al. (2010) ao estudarem o crescimento do pinhão manso em função da adubação orgânica e mineral, encontrando um aumento nas variáveis de crescimento analisadas ao ser adicionado esterco bovino à planta.

Figura 4 – Diâmetro da planta em função da crescente dosagem de nitrogênio e adição de casca de pinhão manso natural ou moída. UEPB, Catolé do Rocha.

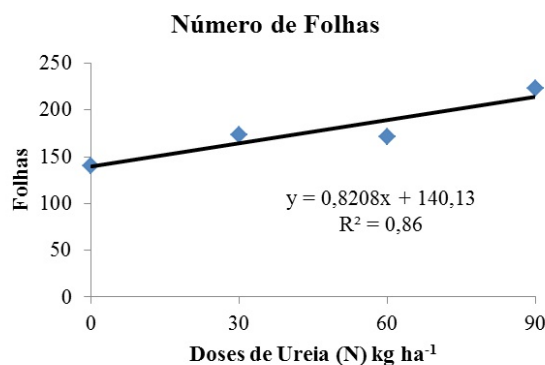


Os dados referentes ao número de folhas são observados na figura 5, onde podemos analisar uma linha de tendência linear crescente, onde a dose máxima utilizada se sobressai em relação as outras dosagens das médias observadas, alcançando uma média no número de folhas de aproximadamente 222,87 folhas, enquanto a planta em que não foi utilizada dosagem de ureia, alcançou uma média de apenas 140, 25 folhas, um aumento de aproximadamente 82 folhas entre a planta sem adição de ureia e a planta com utilização de 90 kg ha⁻¹ de ureia.

Em comum acordo, podemos observar semelhança com os resultados obtidos na figura 3, onde observa-se os dados referentes a altura de planta, que também se obteve um resultado crescente nas médias da altura da planta, indicando que provavelmente os resultados continuariam a crescer caso doses mais altas fossem usadas, até atingir o ponto máximo de absorção da ureia pelo pinhão manso decrescendo em seguida.

Resultados semelhantes foram obtidos por Silva et al. (2012) ao estudarem a mamoneira em função da adubação com casca de mamona e fertilizante nitrogenado, alcançando maior número de folhas de mamoneira com a dosagem de 90 kg/ha⁻¹ de nitrogênio (ureia).

Figura 5 - Número de folhas de pinhão manso em função da crescente dosagem de nitrogênio e adição de casca de pinhão manso natural ou moída. UEPB, Catolé do Rocha - PB.



Observa-se mais uma vez uma linha de tendência linear crescente (Figura 6), com as médias obtidas para a variável área foliar, sendo compatível com as demais variáveis de crescimento analisadas, apresentando compatibilidade, inclusive, com o número de folhas observado na figura 5.

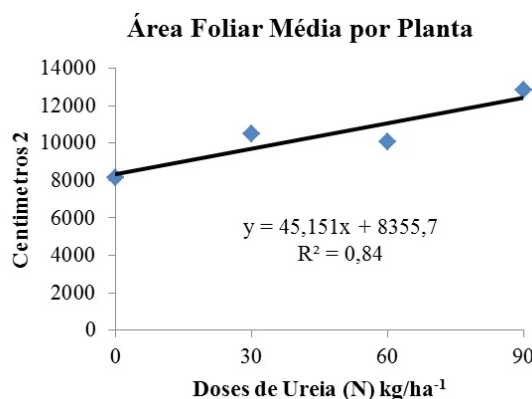
É bastante visível a semelhança dos dados obtidos nessas duas variáveis, uma vez que, ao apresentar maior número de folhas, maior será a área foliar da planta.

Assim, como na figura 5, é observado na figura 6 o efeito do aumento da dosagem de ureia na planta de pinhão manso, alcançando a planta sem ureia, uma área foliar de 8.175,48 cm², enquanto que a planta com adição de 90 kg de ureia por hectare, obteve uma média de 12.818,37 cm², uma diferença entre essas dosagens de aproximadamente 4.642,89 cm².

Essa diferença mostra que mesmo um aumento relativamente pequeno, de apenas 89 folhas aproximadamente, como aconteceu na variável número de folhas, influencia de forma bastante significativo na área foliar, atingindo um incremento de 36,21% na área foliar do pinhão manso.

Silva et al. (2012) ao estudarem a mamoneira em função da adubação com casca de mamona e fertilizante nitrogenado, obtiveram resultados bastante semelhantes na área foliar da mamona, alcançado também, maior área foliar ao utilizar 90 kg ha⁻¹ de nitrogênio (ureia).

Figura 6 – Área foliar média por planta de pinhão manso em função da crescente dosagem de nitrogênio e adição de casca de pinhão manso natural ou moída. UEPB, Catolé do Rocha – PB.



CONCLUSÕES

1 - A utilização de 90 kg ha⁻¹ de fertilizante nitrogenado (ureia), favorece significativamente o crescimento e produção do pinhão manso.

2 - A casca de pinhão manso mostra-se uma alternativa viável como aditivo de matéria orgânica no crescimento e desenvolvimento do pinhão manso, sendo também uma forma de reaproveitamento ambientalmente sustentável.

3 - A adição de matéria orgânica (casca de pinhão manso) sem a utilização de outro fertilizante mostrou-se insuficiente para nutrir o pinhão manso em sua fase de crescimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. A. de; LUCENA, A. M. A de; OLIVEIRA, M. I. P. de; ANDRADE, J. R. de; BELTRÃO, N. E. de M.; CASTRO, N. H. C. Aspectos fisiológicos de sementes de pinhão manso oriundas de frutos colhidos em diferentes estádios de maturação. Campina Grande: Embrapa Algodão, 2008a. 5 p. (Embrapa Algodão. *Circular Técnica*, 124).

ALBUQUERQUE, F. A. de; OLIVEIRA, M. I. P. de; LUCENA, A. M. A. de; BARTOLOMEU, C. R. C.; BELTRÃO, N. E. de M. Crescimento e desenvolvimento do Pinhão manso: 1º ano agrícola. Campina Grande: Embrapa Algodão, 2008b. 22 p. (Embrapa Algodão. *Documentos*, 197).

BELTRÃO, N. E. M.; OLIVEIRA, M. I. P.; ALBUQUERQUE, F. A.; LUCENA, A. M. A. *Ecofisiologia do pinhão-manso (Jatropha curcas L.)* In: *Ecofisiologia das culturas de algodão, amendoim, gergelim, mamona, pinhão-manso e sisal*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

GINWAL, H. S.; RAWAT, P.S.; SRIVASTAVA, R.L. Seed source variation in growth performance and oil yield of *Jatropha curcas* Linn. In central India. *Silva e Genética, Frankfurt*, v. 53, n. 4, p. 186 – 192, 2004

LIMA, R. de L. S. de; SAMPAIO, L. R.; FREIRE, M. A. de O.; CARVALHO JÚNIOR, G. S.; SOFIATTI, V.; ARRIEL, N. H. C.; BELTRÃO, N. E de M. Crescimento de plantas de pinhão manso em função da adubação orgânica e mineral. CONGRESSO BRASILEIRO DE MAMONA, IV & SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE OLEAGINOSAS ENERGÉTICAS, 1, 2010, João Pessoa. Inclusão Social e Energia: *Anais...* Campina Grande: Embrapa Algodão, 2010. p. 528-534. Disponível em <http://www.cbmamona.com.br/pdfs/FER-77.pdf>

SEVERINO, L. S.; VALE, L. S. do; BELTRÃO, N. E de M. A SIMPLE METHOD FOR MEASUREMENT OF *Jatropha curcas* LEAF AREA. *Revista Brasileira de Oleaginosas e Fibrosas*, Campina Grande, v.11, n.1, p.9-14, jan./abr. 2007.

SILVA, M. A. da; SILVA F. E. de A.; NUNES JÚNIOR, E. da S.; COSTA, F. X.; MELO FILHO, J. S. de. Cultivo de sequeiro da mamona adubada com casca de mamona e fertilizante nitrogenado. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*. Campina Grande, PB, UAEA/UEFG v.16, n.4, p.375–379, 2012.

SOUZA, G. A. V. S.; MONTENEGRO, F. T.; OLIVEIRA, S. J. C.; NÁPOLES, A. A. M. Crescimento inicial de *Jatropha curcas* submetidos a diferentes níveis de manipueira e urina de vaca. In *Anais do V CONGRESSO DA REDE BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DE BIODIESEL / 8. Congresso Brasileiro de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel: Biodiesel: inovação e desenvolvimento regional*, 16 a 19 de abril de 2012, Salvador, Bahia. Volume 2.

TOMINAGA, N.; KAKIDA, J.; YASUDA E. K.; SOUSA, L. A. S.; RESENDE, P. L.; SILVA, N. D. *Cultivo de pinhão-manso para produção de biodiesel*. Viçosa – MG, CPT, 2007.

QUAIS OS REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE OS HÁBITOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO?

WHAT ARE THE REFLECTIONS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON CLEANING AND HYGIENE HABITS?

¿CUÁLES SON LAS REFLEXIONES DE LA PANDEMIA COVID-19 SOBRE LOS HÁBITOS DE LIMPIEZA E HIGIENE?

Gleydson Kleyton Moura NERY¹

Wilza Silva LOPES²

Luíze Frances de Araújo SOUZA³

Janiele França NERY⁴

RESUMO:

Com a emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e seu enorme potencial de contaminação tão como a inexistência de medicamentos eficientes, recomendações foram adotadas pela população mundial (ex. distanciamento e isolamento social, uso de máscara e práticas de higiene rigorosas). A pandemia ofereceu inúmeros desafios com impactos diretos e indiretos não só a saúde como também ao meio ambiente, sendo necessário analisar as mudanças e consequências dos novos hábitos nesta nova realidade. Desta forma, nosso estudo visa avaliar a influência da pandemia de COVID-19 nas práticas de limpeza e higiene da população da cidade de Campina Grande, assim como discutir os principais impactos sobre o meio ambiente. A pesquisa foi realizada na cidade de Campina Grande, polo tecnológico do estado da Paraíba, no período de junho a julho de 2020 com uso de formulário digital da plataforma Google Forms (Alphabet Co., Mountain View, CA) buscando identificar o perfil socioespacial e mudanças nos hábitos de limpeza e higiene. Com isso, um total de 217 pessoas distribuídos em 77% dos bairros participaram da pesquisa, onde identificamos mudanças abruptas nos hábitos de limpeza como o uso excessivo e incorreto de saneantes e a adição de novos hábitos de higiene como o aumento na frequência do uso de álcool, aumento na frequência de lavagem das mãos e adoção de máscaras faciais e outros EPI's. Também foi possível identificar que mesmo diante do isolamento social a população consegue perceber que há efeitos deletérios ao meio ambiente, principalmente no que se diz ao uso excessivo de produtos de limpeza. Em resumo, podemos afirmar que ainda que haja medidas de combate e prevenção veiculadas por especialistas é possível observar incongruências nas ações de limpeza do ambiente tão como na higiene pessoal, promovendo inúmeros riscos à saúde física e psicológica da população e respectivos impactos ao meio ambiente durante o surto de COVID-19.

Palavras-chave: Pandemia, Álcool, Riscos, Prevenção

ABSTRACT:

With the emergence of a new coronavirus (SARS-CoV-2) and its enormous potential for contamination as well as the lack of efficient drugs, recommendations have been adopted by the world population (eg distance and social isolation, wearing a mask and strict hygiene practices). The pandemic offered numerous challenges with direct and indirect impacts not only on health but also on the environment, and it is necessary to analyze the changes and consequences of new habits in this new reality. In this way, our study aims to assess the influence of the COVID-19 pandemic on the cleaning and hygiene practices of the population of the city of Campina Grande, as well as to discuss the main impacts on the environment. The research was carried out in the city of Campina Grande, a technological center in the state of Paraíba, from June to July 2020, using a digital form from the Google Forms platform (Alphabet Co., Mountain View, CA) seeking to identify the socio-spatial profile and changes in cleaning and hygiene habits. As a result, a total of 217 people distributed in 77% of the neighborhoods participated in the survey, where we identified abrupt changes in cleaning habits such as the excessive and incorrect use of sanitizers and the addition of new hygiene habits such as the increase in the frequency of alcohol use, increased frequency of hand washing and adoption of face masks and other PPE's. It was also possible to identify that even in the face of social isolation, the population can perceive that there are harmful effects on the environment, especially with regard to the excessive use of cleaning products. In summary, we can affirm that even though there are measures of combat and prevention carried out by specialists, it is possible to observe

1 Biólogo e Mestre em Ecologia e Conservação pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, atualmente é Pesquisador do Núcleo de Recursos Hídricos do Instituto Nacional do Semiárido – INSA.

2 Engenheira Sanitarista e Ambiental e Doutora em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, atualmente é Pesquisadora do Núcleo de Recursos Hídricos do Instituto Nacional do Semiárido – INSA

3 Engenheira Química pela Universidade Federal de Campina Grande, atualmente é Analista do Projeto LABINSA no Instituto Nacional do Semiárido -INSA

4 Bióloga pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e Doutora em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, atualmente é Pesquisadora do Núcleo de Recursos Hídricos do Instituto Nacional do Semiárido – INSA

inconsistencies in the actions of cleaning the environment as well as in personal hygiene, promoting innumerable risks to the physical and psychological health of the population and their impacts on the environment during the outbreak of COVID-19.

Keyword: Pandemic, Alcohol, Risks, Prevention

RESUMEN:

Con la aparición de un nuevo coronavirus (SARS-CoV-2) y su enorme potencial de contaminación, así como la falta de medicamentos eficientes, la población mundial ha adoptado recomendaciones (por ejemplo, distancia y aislamiento social, uso de máscara y estrictas prácticas de higiene). La pandemia ofreció numerosos desafíos con impactos directos e indirectos no solo en la salud sino también en el medio ambiente, y es necesario analizar los cambios y consecuencias de los nuevos hábitos en esta nueva realidad. Así, nuestro estudio tiene como objetivo evaluar la influencia de la pandemia COVID-19 en las prácticas de limpieza e higiene de la población de la ciudad de Campina Grande, así como discutir los principales impactos en el medio ambiente. La investigación se realizó en la ciudad de Campina Grande, un centro tecnológico en el estado de Paraíba, de junio a julio de 2020, utilizando un formulario digital de la plataforma Google Forms (Alphabet Co., Mountain View, CA) buscando identificar el perfil socioespacial y cambios en los hábitos de limpieza e higiene. Como resultado, participaron de la encuesta un total de 217 personas distribuidas en el 77% de los barrios, donde se identificaron cambios bruscos en los hábitos de limpieza como el uso excesivo e incorrecto de desinfectantes y la incorporación de nuevos hábitos de higiene como el aumento en la frecuencia de consumo de alcohol, mayor frecuencia de lavado de manos y adopción de mascarillas y otros EPP. También se pudo identificar que aún ante el aislamiento social, la población puede percibir que existen efectos nocivos sobre el medio ambiente, especialmente en lo que respecta al uso excesivo de productos de limpieza. En resumen, podemos afirmar que si bien existen medidas de combate y prevención llevadas a cabo por especialistas, es posible observar inconsistencias en las acciones de limpieza del ambiente así como en la higiene personal, promoviendo innumerables riesgos para la salud física y psicológica de la población y sus impactos en el ambiente durante el brote de COVID-19

Palabra clave: Pandemia, Alcohol, Riesgos, Prevención

INTRODUÇÃO

Um novo caso de etiologia desconhecida por pneumonia foi detectado na cidade de Wuhan na China em 31 de dezembro de 2019. Após 3 dias a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi notificada com um aumento para 44 novos pacientes no país, sendo no dia 7 de janeiro identificado pelas autoridades chinesa um novo tipo de coronavírus (SARS-CoV-2) causando a doença da COVID-19. A disseminação do vírus foi sendo intensificada e em 20 de janeiro, foram notificados 282 casos confirmados de COVID-19 em quatro países, China, Tailândia, Japão e República da Coreia. Com o aumento da contaminação e do número de países afetados pela COVID-19 a OMS declarou pandemia em 11 de março de 2020 (WHO, 2020).

No Brasil, a primeira notificação de caso confirmado pela COVID-19 foi em 26 de fevereiro segundo o Ministério da Saúde. A disseminação do vírus no país não se deu de forma uniforme nos diversos estados, mas as ações para o combate a pandemia foram intensificadas

com o aumento de casos. Atos rápidos e severos foram adotados por parte das autoridades, como fechamento de escolas, comércio, indústrias, empresas, dentre outros, permanecendo apenas em funcionamento os serviços essenciais.

Mesmo com as medidas preventivas, as notificações de novos casos aumentaram por todo o país. Segundo o Ministério da Saúde até meados de julho de 2020 foram registrados no país mais de 2 milhões de casos confirmados da COVID-19 e mais de 80 mil mortes. A região Nordeste possui a segunda maior incidência do país, estando atrás apenas do Norte, apresentando 655,2/100 mil hab casos e mortalidade de 27,9/100 mil hab, com maior incidência no estado de Sergipe, seguida da Paraíba (1.819,4/100 mil hab) e para mortalidade o Ceará (80,7/100 mil hab).

Por se tratar de um vírus com alta taxa de transmissão e por não haver nenhum medicamento eficiente para o combate à doença, algumas recomendações por parte das autoridades

passaram a ser adotadas como, distanciamento, isolamento social principalmente para população do grupo de risco, uso de máscara e práticas de higiene rigorosas (SAADAT et al, 2020).

Devido a eficácia das práticas de higiene e limpeza dos ambientes e objetos, o aumento de uso de saneantes durante a pandemia passou a ser fundamental para reduzir o contágio e mortes por COVID-19. Os produtos geralmente contêm etanol, hipoclorito de sódio, ácido peracético, quaternários de amônia e fenólicos. Esses compostos presentes nos saneantes agem rompendo a parede das células e precipitando as proteínas celulares ou inativando as enzimas produtora de energia (ANVISA, 2012).

Nos produtos de limpeza, os principais compostos fenólicos são triclosan, o-benzil-p-clorofenol e o timol. Os sais de quaternários de amônia constituem a principal classe de surfactantes catiônicos, presente em desinfetantes e amaciantes. Já os compostos clorados, principalmente o hipoclorito de sódio, são encontrados na água sanitária (LIMA et al, 2020).

Esses produtos químicos têm um impacto tóxico e perigoso no meio ambiente. O hipoclorito de sódio, quando em excesso, pode produzir trihalometanos, subproduto que apresenta risco à saúde humana e ao meio ambiente (CHOWDHURY, 2020). Segundo as orientações sobre uso seguro de produtos químicos do Departamento de Segurança e Saúde Ocupacional (LABOUR DEPARTMENT, 2007) a mistura de hipocloritos com ácidos fortes pode resultar em reações químicas que liberam gases tóxicos, além da possibilidade de uma reação de forma explosiva com amônia, aminas ou agentes redutores.

Outra recomendação dos órgãos regulamentadores é o uso de álcool para higienização das mãos e outras superfícies. O álcool é um produto que pode ter como base o etanol ou o álcool isopropílico. É considerado um excelente biocida por ter capacidade de desnaturar as proteínas e desestruturação da membrana. Por outro lado, o produto apresenta certos riscos ao consumidor pois possui uma baixa temperatura de ignição, o que pode ocasionar em acidentes por ingestão de vapores do álcool ou por estar próximo a uma fonte de calor (LIMA et al, 2020).

Nesse contexto, é possível perceber que a pandemia oferece desafios substanciais com impactos claros, diretos e indiretos, não só na saúde, mas também em muitos aspectos ambientais, sendo necessários estudos que visem analisar as mudanças e consequências após a pandemia da COVID-19.

Por se tratar do segundo município com maior incidência do estado, Campina Grande apresentou aumento significativo no número de casos de COVID-19 desde o dia 27 de março, quando foi detectado o primeiro caso da cidade de acordo com secretária de saúde do estado, chegando em meados de julho com 9767 casos confirmados e 217 óbitos. Outro fator interessante na cidade está no seu nível educacional, pois é considerada um dos principais pólos industriais e tecnológicos da América Latina, com 21 instituições de ensino superior, das quais 3 são públicas (PMCG, 2020).

Assim, a cidade torna-se foco de estudo, sendo as primeiras ações iniciadas com a medida preventiva em 23 de março por meio de um decreto 4.466 municípios estabelecendo o fechamento de atividades comerciais e de ensino. Isso proporcionou a população da cidade uma nova rotina de vida como um todo, inclusive nos hábitos de limpeza pessoal e do ambiente.

De acordo com a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA (2020) houve um

aumento considerável no consumo de água na cidade de Campina Grande durante a pandemia. Tal fator pode estar associado às mudanças nos hábitos da população frente a pandemia do COVID-19. No entanto, Saadat et al. (2020) ressaltam que fatores socioeconômicos como densidade populacional, ambiente urbano e rural, nível de educação, estilo de vida, tamanho da família, influenciam nos hábitos das pessoas e consequentemente na disseminação do COVID-19, principalmente as mais vulneráveis.

Deste modo, o presente estudo visa avaliar a influência da pandemia da COVID-19 nas práticas de limpeza e higiene da população da cidade de Campina Grande, bem como discutir os principais impactos dessas atividades sobre o meio ambiente.

MATERIAIS E MÉTODOS

ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi conduzido na cidade de Campina Grande-PB, localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano. De acordo com o IBGE (2010), o município possui uma população de aproximadamente 400.000 habitantes, área de 591,658 km² e encontra-se a 120 km da capital do estado, João Pessoa.

Campina Grande foi elevada à categoria de cidade e sede do município pela Lei provincial n.º127 de 11 de outubro de 1864. Além de ser um importante centro universitário, também é a cidade com a maior proporção de número de doutores do país, 1 para cada 590 habitantes, seis vezes a média nacional. Possui centros de capacitação para o nível médio e técnico (PMCG, 2020).

Em 2018, o salário médio mensal por casa era de 2.2 salários mínimos. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 39.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 220 de 223 dentre as cidades do estado e na posição 2810 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2020).

Com relação ao saneamento, Campina Grande ocupa a 35ª posição nacional, a 2ª do Nordeste e a 1ª da Paraíba com melhores índices de cobertura de esgotamento sanitário e atendimento total de água dos 100 municípios mais populosos do Brasil. No entanto, a distribuição para o sistema de coleta de esgoto para os bairros da cidade mostraram que alguns bairros apresentaram percentual inferior a 50%, sendo localizados no extremo norte da cidade (LOPES et al., 2016).

CUNHA (2016) avaliou a situação de vulnerabilidade socioeconômica para os bairros da cidade de Campina Grande, por meio das condições domiciliares (casa própria ou alugada), bem como as inadequações da estrutura, que resulta na redução da salubridade, do nível de conforto, nível de segurança. Como resultado do estudo mostrou que em nenhum bairro o índice de vulnerabilidade foi alto ou muito alto, demonstrando boas condições para toda a cidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado durante o mês de junho de 2020. No momento do estudo, 104 dias haviam decorrido desde o primeiro caso de COVID-19 no Brasil e 72 desde o primeiro caso no

Município. Para o levantamento e análise dos dados o estudo foi realizado em três etapas: 1) criação e divulgação do formulário de coleta de dados; 2) relatório sumarizado do levantamento dos dados e 3) caracterização do perfil e comportamento dos hábitos de higiene e limpeza mediante a pandemia de COVID-19.

A coleta de dados foi realizada através de um formulário criado através da plataforma online Google Forms (Alphabet Co., Mountain View, CA), vinculado a um usuário específico com intuito de garantir a segurança dos dados coletados não tornando-os público. Antes, do preenchimento do formulário há uma descrição ao participante sobre os objetivos do estudo e a solicitação do aceite de participação na pesquisa.

O formulário foi constituído por 17 perguntas abertas e fechadas, divididas em três sessões, (i) caracterização social, (ii) percepções sobre hábitos de limpeza durante a pandemia de COVID-19 e (iii) percepções sobre hábitos de higiene pessoal durante a pandemia de COVID-19. Optou-se pelo uso da plataforma devido a sua usabilidade, funcionalidade e interoperabilidade.

Com intuito de evitar vieses na amostragem das informações, o levantamento de dados foi interrompido no início do mês de julho/2020 após a repercussão no jornal local sobre os riscos na manipulação de produtos químicos frente a situação de pandemia.

Após o devido preenchimento do formulário⁵ para sumarização dos dados, utilizou-se a Planilha Google, a qual encontra-se vinculado às respostas emitidas no formulário, para organização dos dados e produção dos gráficos. Utilizou-se também da ferramenta Google Trend para caracterização das buscas por componentes relacionados a prevenção e combate ao surto de COVID-19, por meio das palavras-chave “alvejante”, “álcool” e “COVID-19” em uma busca restrita no período de dezembro/2019, início da repercussão sobre o vírus, até o mês julho/2020, período no qual finalizou-se o levantamento de dados, para o estado da Paraíba dentro do universo de busca relacionado a saúde.

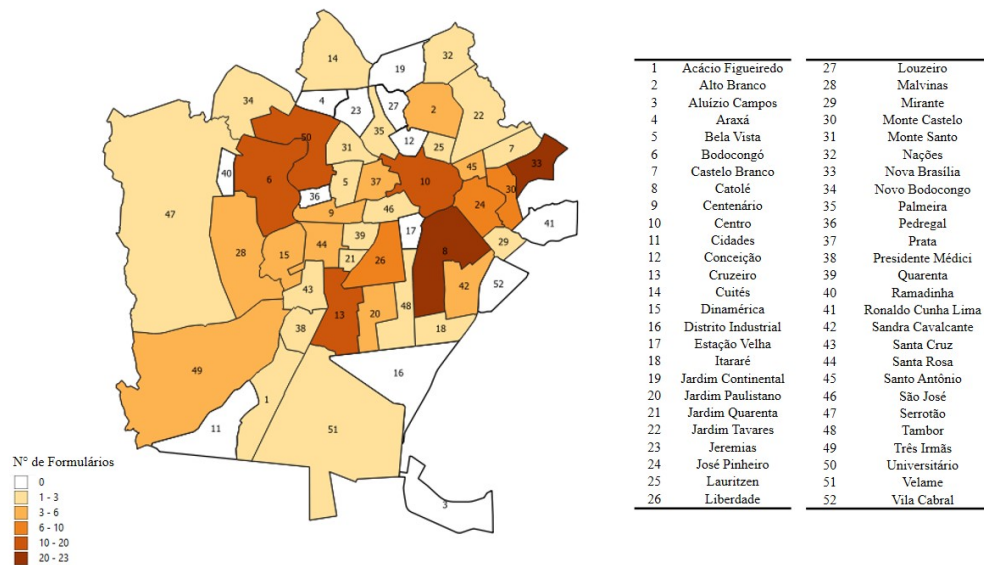
RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS PARTICIPANTES

Um total de 217 pessoas voluntariaram-se a participação na pesquisa, os quais estão distribuídos em 77% (n=40) dos bairros de Campina Grande (Figura 1). A maioria dos respondentes são do sexo feminino (62,7%), com faixa etária entre 26 e 45 anos, ensino superior completo e renda média superior a 3 salários mínimos (R\$ 3135,00) por unidade familiar.

5 Uma cópia do nosso formulário de teste está disponível na página do Formulário do Google do autor correspondente. <https://docs.google.com/forms/d/1PuETdvYS7WUcniIPVLLmbji6PergtM8PMU8bauFAlF8/edit>

Figura 1 - Distribuição espacial das respostas nos bairros da cidade de Campina Grande - PB.

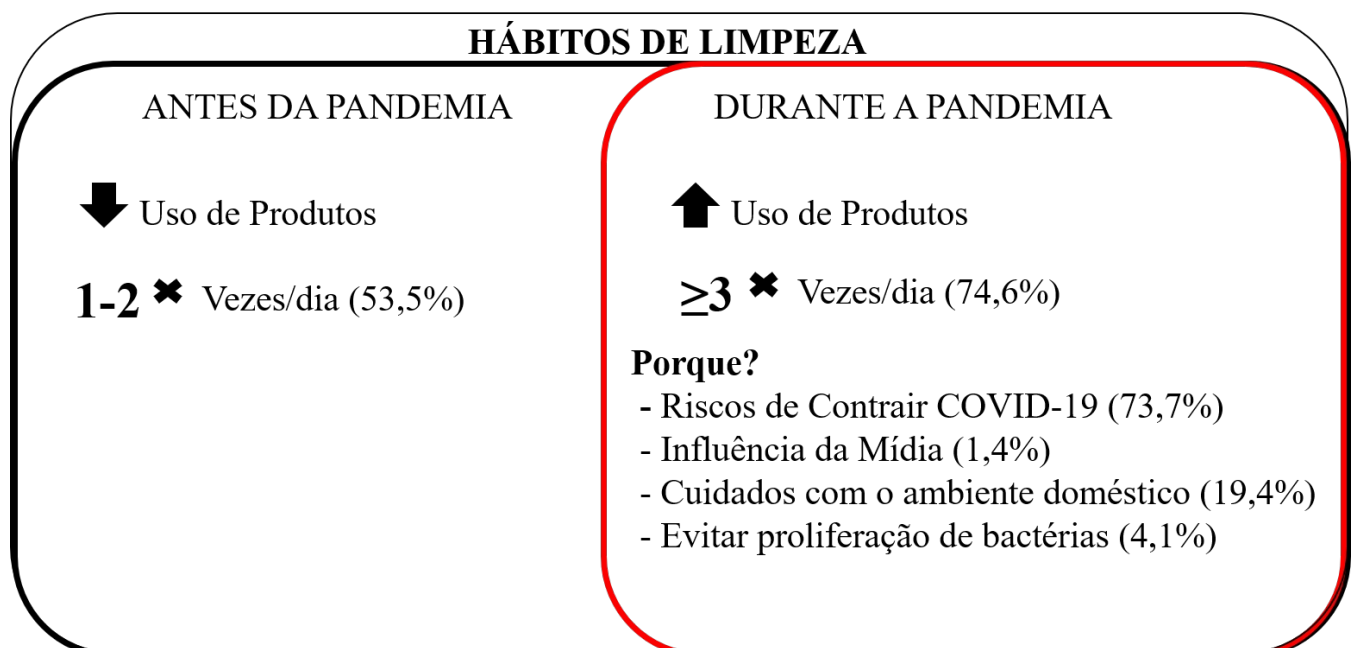


CARACTERIZAÇÃO DOS HÁBITOS DE LIMPEZA DO AMBIENTE

Relativo aos hábitos de limpeza dos ambientes de convivência mais de 99% dos respondentes afirmaram utilizar com maior frequência sanitizantes com o advento da pandemia de COVID-19. Aproximadamente 70% destes passaram a utilizar produtos de limpeza mais de três vezes por dia durante a pandemia, sendo esta mudança associada a medidas de prevenção à doença e desinfecção (Figura 2). Os produtos citados com maior frequência foram água sanitária/cloro/alvejante, sabão, detergente, desinfetante e álcool, os quais são comumente utilizado na rotina de limpeza da população, exceto o álcool.

Em situações de surtos epidemiológicos oriundas por microrganismos, práticas tradicionais como técnicas de higienização e limpeza de superfícies passam a atuar como protagonistas no combate as disseminações (LIMA et al., 2020).

Figura 2 - Caracterização das mudanças de hábito de limpeza mediante a pandemia de COVID-



Devido a capacidade oxidativa, o cloro se comporta como um potente biocida que promove a oxidação da matéria orgânica a subprodutos, contribuindo assim para inativação de inúmeros microrganismos (BARREIROS, DAVID e DAVID, 2006). Isso faz com que, o cloro ou sua forma comercial a água sanitária/alvejante sejam um dos saneantes comumente utilizados para ação desodorizante, de limpeza e branqueamento, com comprovada ação antimicrobiana e ação virucida (LIMA et al., 2020).

Com advento da pandemia de COVID-19, o aumento do uso de produtos de limpeza se tornou uma alternativa de prevenção importante, o que corrobora nossos dados quando observamos o aumento na consulta do termo “alvejante”, forma comercial do desinfetante cloro, no google (Google Trend, 2020) para o estado da Paraíba durante o período pandêmico (Figura 3).

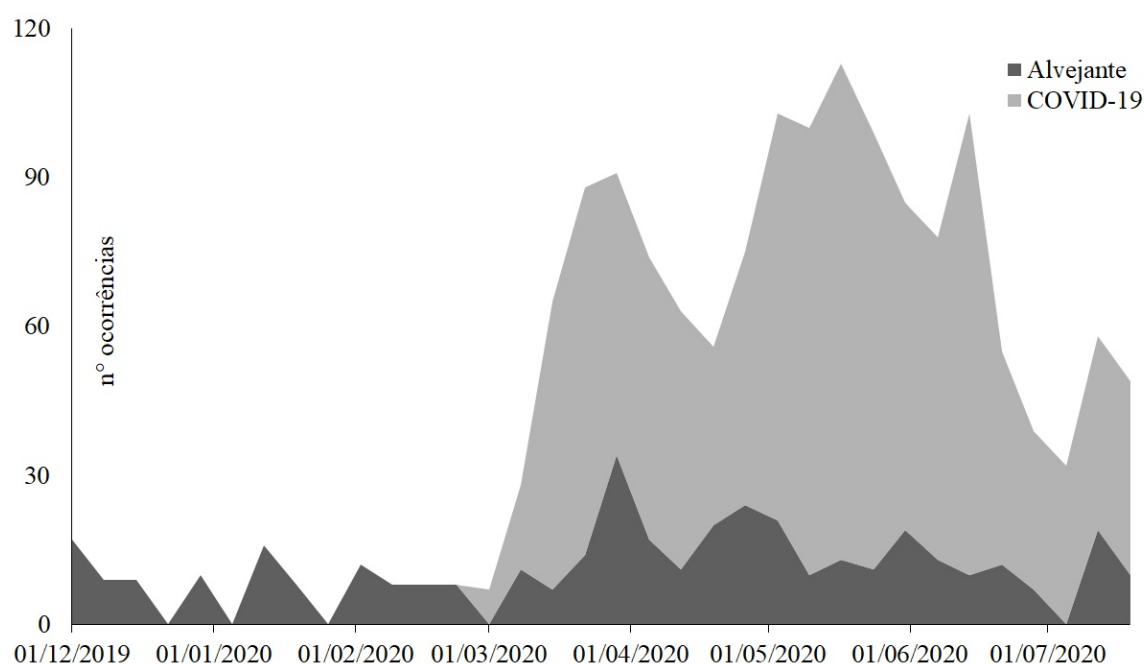


Figura 3 - Correlação das ocorrências de buscas com os termos “alvejante” e “COVID-19” no Google para o estado da Paraíba.

Com o aumento no uso de saneante para limpeza do ambiente, observa-se também um aumento nos risco por indiscriminação do uso destes produtos, quando questionados sobre as orientações dos fabricantes mais da metade (64,5%) assumem raramente ou nunca terem seguido tais orientações. Contudo, é de grande relevância que os consumidores sejam cientes de informações básicas como (i) composição, de forma que adeque-se a demanda utilizada; (ii) concentração, a exemplo da água sanitária/alvejante puro (sem adicionar água) que aumenta o risco de intoxicação e de danos à superfície; (iii) forma de aplicação e tempo de contato, embora tenha-se a certeza da presença de um princípio ativo em um sanitizante deve-se aplicar da forma adequada com tempo de ação mínimo para o respectivo efeito; e (iv) orientações em casos de acidente, a exemplo de contato com mucosas lavar com água corrente (LIMA et al., 2020).

É importante enfatizar o aumento da mistura de sanitizantes para limpeza dos ambientes,

cerca de 60% dos participantes já apresentavam ou passaram a apresentar o hábito de utilizar mais de um sanitizantes para limpeza do ambiente, as principais motivações foram (i) aumentar a eficácia e/ou (ii) unir a aromatização ao poder de desinfecção. Contudo, muito se tem relatado dos riscos do uso de sanitizantes em conjunto, com destaque para uso de água sanitária/alvejantes associado a desinfetantes, ricos em compostos amoniacais, que podem gerar gases tóxicos como $\text{Cl}_2(\text{g})$. Embora, o uso individual dos produtos apresente potencial sanitizante, quando utilizados juntos apresentam risco à saúde com reações indesejadas causando intoxicação e sufocamento, o que mostra a necessidade de seguir as orientações do fabricante (LIMA et al., 2020).

Os desinfetantes químicos são, por sua própria natureza, potencialmente prejudiciais ou tóxicos para os organismos vivos, podendo entrar no corpo por várias vias, incluindo absorção pela pele ou mucosa, inalação e ingestão, ou até mesmo por mais de uma das rotas. No entanto, esses produtos podem ser ferramentas eficazes e seguras se manuseados adequadamente com as medidas de segurança em vigor. Se mal utilizados, podem oferecer riscos à saúde e ao meio ambiente (LABOUR DEPARTMENT, 2007).

CARACTERIZAÇÃO DOS HÁBITOS DE HIGIENE PESSOAL

Caracterizando as mudanças nos hábitos de higiene pessoal apenas 20% dos respondentes não associaram mudanças em seus hábitos durante a pandemia COVID-19, os demais afirmam ter intensificado medidas de prevenção em seus cuidados pessoais. Contudo, 98% afirmam utilizar com mais frequência produtos de higiene pessoal, como álcool, sabonete e shampoo (Figura 4a).

Com conhecimento do vírus causador da SARS-CoV-2, como um vírus envelopado, o uso do álcool tornou-se comum, uma vez que, produtos à base de álcoois atuam como agentes de ação biológica de amplo espectro (agindo desde vírus até fungos) promovendo a desnaturação das proteínas que compõem o envelope viral (Figura 4b). Além, de poder ser utilizado na limpeza geral, higiene pessoal e sobre os componentes eletrônicos (no caso do álcool isopropílico) sem causar danos, fazendo-o assim um dos itens mais utilizados na prevenção e combate ao COVID-19 (LIMA et al., 2020).

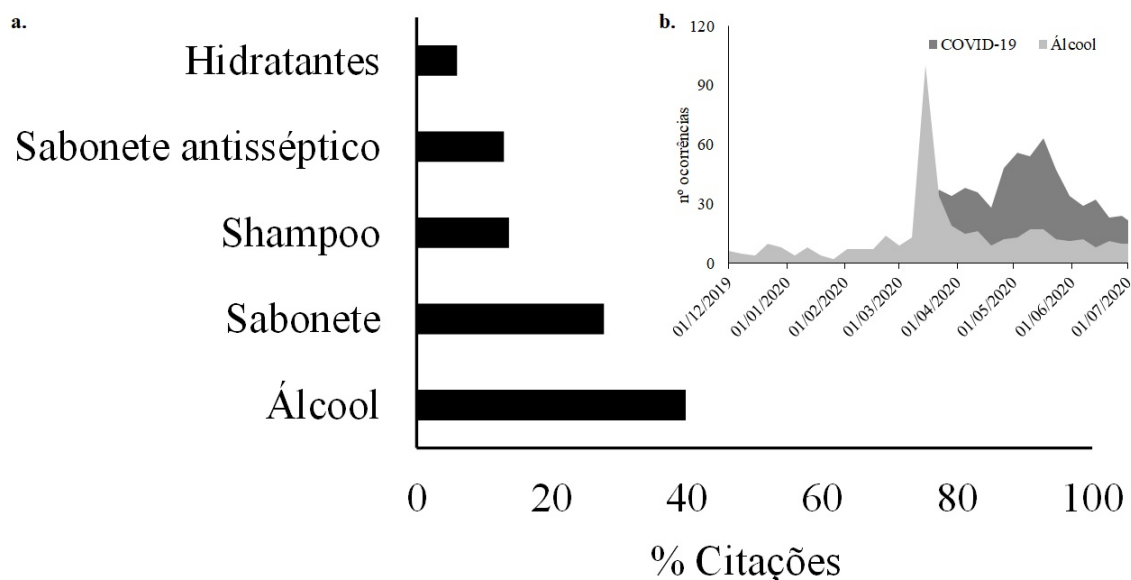


Figura 4 - a. Citações dos participantes sobre os principais produtos de higiene pessoal utilizados durante a pandemia de COVID-19; b. Correlação das ocorrências de buscas com os termos “álcool” e “COVID-19” no Google para o estado da Paraíba.

Com isso, é possível ainda identificar uma relação entre o aumento no uso de alguns produtos e aumento na frequência de alguns hábitos a exemplo da higienização das mãos com álcool (39%), lavagem das mãos (37%) e aumento na frequência de banhos (20%), o que justifica a elevada frequência de citação dos itens sabonetes e shampoo, um vez que, uma das medidas de segurança sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2020) é que deve-se intensificar o número de vezes que se realiza a higienização (banho/lavar as mãos) ao ficar exposto a possibilidade de contaminação pelo vírus.

Pequenas medidas como o ato de lavar as mãos são importantes ferramentas de intervenção na busca pela eliminação de infecções associadas à saúde (WIEMKEN et al., 2018). Deste modo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) introduziu o conceito “5 momentos para a higiene das mãos” com intuito de definir as indicações adequadas para uma higienização adequada (MOGHNIEH et al., 2017). Contudo, mediante a condição de surtos pandêmicos, é possível observar a necessidade de destacar a importância deste hábito, a promoção de campanhas que ensinem a higienização correta das mãos entre outras ações. Tornando assim, alternativas como o uso do álcool, uma saída confortável devido a sua praticidade em realização uma higienização rápida e eficiente.

As mudanças de hábito não apenas ocorrem pelo uso de saneante ou produtos de higiene pessoal, em nosso estudo podemos identificar a adoção do uso de EPI's por 100% dos participantes, tendo sido citados o uso de máscara (68%) como principal equipamento adquirido, seguido de outros como uso de luvas (19%), viseira transparente (8%) e itens variados (5%).

Uma vez que, a principal fonte de contaminação acontece pelo contato com indivíduos contaminados, o uso da máscara tornou-se uma medida de adoção imediata como medida de prevenção ao vírus. Desta forma, o aumento significativo no uso de EPI's, a exemplo das máscaras, pode estar relacionado, a ansiedade da população em relação a contaminação pela COVID-19 e por consequência a escassez de itens de prevenção (Ex. máscaras, luvas e álcool) durante o período de pandemia (LIN; LIU e CHIU, 2020). Com isso, outras medidas foram adotadas por vários países, como o encorajamento da população a fazer máscaras em casa para se protegerem contra o SARS-CoV-2, mesmo com as incongruências sobre a eficácia em bloquear o vírus (MA et al., 2020).

Ainda é importante destacar que há um protocolo de segurança correto para o uso efetivo de máscaras, como lavar as mãos com água e sabão por pelo menos 20 s antes de colocar a máscara e repetir a higienização das mãos após tocar a superfície externa das máscaras (BAE et al., 2020; DESAI et al., 2020).

Em resumo, com base em nossos resultados pode-se propor que ainda que haja medidas de combate e prevenção veiculadas por especialistas na mídia, como adoção de máscara, distanciamento social, utilização de álcool, higienização das mãos é possível observar incongruências nas ações de limpeza do ambiente tão como na higiene pessoal, promovendo inúmeros riscos a saúde física e psicológica da população em meio ao surto de COVID-19.

PERSPECTIVAS RELACIONADAS AO IMPACTO NO MEIO AMBIENTE

Sendo o isolamento social uma das medidas para o combate ao novo coronavírus, muitos efeitos foram observados em diversas vertentes, dentre elas, no meio ambiente. Diversas pesquisas têm mostrado a melhora ao meio ambiente natural, devido às reduções significativas na poluição do ar e nas emissões de gases do efeito estufa (DANTAS et al., 2020; GAUTAM, 2020; MENUT et al., 2020; MUHAMMAD et al., 2020; NAKADA e URBAN, 2020; SAADAT et al., 2020; SHARMA et al., 2020). Além disso, também foram analisados impactos positivos na água, como observado pela redução de material particulado do lago Vembanad, o maior lago de água doce da Índia (YUNUS et al., 2020), pelo aumento na transparência da água da lagoa de Veneza, Itália (BRAGA et al, 2020) e nas alterações dos parâmetros químicos e biológicos da qualidade das águas subterrâneas da cidade industrial costeira de Tuticorin, no sul da Índia (SELVAM et al 2020).

No entanto, vale ressaltar que essas reduções não se tratam de uma mudança efetiva e contínua, uma vez que com o retorno das atividades e da rotina da população as emissões devem voltar a seu nível anterior a pandemia, ou até mesmo pode aumentar caso haja uma intensificação das atividades econômicas para reduzir os impactos da crise.

Um dos principais impactos que deve ser considerado é com relação aos resíduos sólidos. Há cidades que registraram aumento de lixo doméstico e hospitalar, muito maior do que a sua capacidade de incineração diária. Este aumento na produção de lixo está ligado principalmente ao uso de máscaras, garrafas de produtos de higiene, caixas de medicamento e orgânicos (SAADAT et al 2020).

Com isso, as práticas de descarte inadequado foram observadas, por exemplo, ao longo da costa de Hong Kong e do Canadá, devido aos resíduos resultantes de atividades médicas ou proteção pessoal (CHEVAL et al, 2020). Além disso, Zambrano-Monserrate et al. (2020) ressaltaram que as medidas de isolamento levaram os consumidores a aumentar sua demanda por compras online, e com isso o resíduo orgânico gerado pelas famílias aumentou, e ainda os resíduos inorgânicos, resultantes das embalagens.

Sabe-se que os recursos hídricos é um dos principais impactados pelas práticas inadequadas dos resíduos. No entanto, o impacto da pandemia COVID-19 nos sistemas aquáticos e recursos hídricos ainda é muito limitado. Segundo Cheval et al. (2020) a qualidade e os recursos da água podem ser afetados em diferentes perspectivas, além do que a crise COVID-19 provavelmente exibirá impactos de longo prazo no uso de recursos hídricos e na sua gestão, dependendo da evolução econômica após a crise.

Outro fator que os recursos hídricos podem apresentar é no aumento de compostos derivados dos produtos saneantes. Na presente pesquisa, mais de 80% acreditam que há efeitos deletérios ao meio ambiente com usos excessivo de produtos de limpeza. Apesar da população ter alguma consciência dos riscos que alguns produtos de limpeza podem causar ao meio ambiente, as mudanças de hábitos de limpeza e de higiene frente a pandemia da COVID-19 proporcionaram o aumento desses compostos nos esgotos e por consequência nos corpos de água.

Apesar da importância dos saneantes para proteção da saúde, especialmente em época de

pandemia, o mau uso ou o excesso podem provocar poluição no meio ambiente. Quando presente em águas naturais, através do esgoto sanitário, afetam a capacidade de depuração dos corpos d'água, pois a sua propriedade germicida inibe a oxidação biológica do meio. Isso porque esses compostos não são metabolizados pelos microrganismos durante o tratamento do esgoto, podendo assim, atingir mananciais de abastecimento (PINHEIRO et al., 2014).

Além disso, a pandemia levou a um aumento significativo na demanda de determinados produtos farmacêuticos, e espera-se que os esgotos contenham uma concentração mais alta desses produtos. Como o tratamento convencional não é eficaz na remoção de grande parte dos compostos de fármacos, serão necessárias mudanças no processo de tratamento, de esgoto para minimizar o dano potencial antes de serem descartados nos corpos hídricos, ou no de água para garantia da qualidade (POCH et al., 2020).

REFERÊNCIAS

- ANVISA. **Orientações para os consumidores de saneantes**. Brasília-DF, 2012
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Anvisa, p. 118, 2012.
- BARREIROS, ANDRÉ L. B. S.; DAVID, JORGE M.; DAVID, JUCENI P. Estresse oxidativo: relação entre geração de espécies reativas e defesa do organismo. *Quím. Nova*, v.29, n.1, p. 113-123, 2006
- BAE, S.; KIM, M. C.; KIM, J. Y.; CHA, H. H.; LIM, J. S.; JUNG, J.; KIM, M. J.; OH, D. K.; LEE, M. K.; CHOI, S. H.; SUNG, M.; HONG, S. B.; CHUNG, J. W.; KIM, S. H. Effectiveness of surgical and cotton masks in blocking SARS-CoV-2: a controlled comparison in 4 patients. *Ann. Intern. Med*, v.173, n.1, p. 22-23, 2020.
- BRAGA, F.; SCARPA, G. M.; BRANDO, V. E.; MANFÈ, G.; ZAGGIA, L. COVID-19 lockdown measures reveal human impact on water transparency in the Venice Lagoon. *Science of the Total Environment*, v.736, p. 1-7, 2020.
- CHEVAL, S.; ADAMESCU, C. M.; GEORGIADIS, T.; HERRNEGGER, M.; PITICAR, A.; LEGATES, D. R. Observed and Potential Impacts of the COVID-19 Pandemic on the Environment. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, p. 1-25, 2020.
- CHOWDHURY, I. R., CHOWDHURY, S., AL-SUWAIYAN, M. S. Human exposure and risk of trihalomethanes during continuous showering events. *Science of The Total Environment*, v. 701, 2020.
- Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Campina Grande registra aumento do consumo de água durante a pandemia. Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/2020/07/campina-grande-registra-aumento-do-consumo-de-agua-durante-a-pandemia/>> Acesso em 24 de julho de 2020
- CUNHA, V. H. D. Vulnerabilidade socioambiental como decorrência do processo de expansão urbana de Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, 2016.
- DANTAS, G.; SICILIANO, B.; FRANÇA, B. B.; SILVA, C. S.; ARBILLA, G. The impact of COVID-19 partial lockdown on the air quality of the city of Rio de Janeiro, Brazil. *Science of the Total Environment*, v. 729, p. 1-10, 2020.
- DESAI, A. N.; MEHROTRA, P. Medical Masks. *JAMA*, v.323, n.15, p. 1517–1518, 2020.
- GAUTAM, S. COVID-19: Air pollution remains low as people stay at home. *Air Quality, Atmosphere & Health*, v. 13, p. 853–857, 2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 29 de julho de 2020
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>> Acesso em 29 de julho de 2020
- Labour Department, Chemical Safety in the Workplace – Guidance Notes on Safe Use of Chemical Disinfectants, 1st edition, 2007. Disponível em <<https://www.labour.gov.hk/eng/public/os/C/Disinfectants.pdf>>. Acesso em 13 de agosto, 2020.

- LIMA, M.L.S.O., ALMEIDA, R.K.S., DA FONSECA, F.S.A., GONÇALVES, C.C.S. A química dos saneantes em tempos de COVID-19: Você sabe como isso funciona?. *Química Nova*, v. 43, n. 5, p. 668-678, 2020.
- LOPES, W. S.; RODRIGUES, A. C. L.; FEITOSA, P. H. C.; COURA, M. A.; OLIVEIRA, R.; BARBOSA, D. L. Determinação de um índice de desempenho do serviço de esgotamento sanitário. Estudo de caso: cidade de Campina Grande, Paraíba. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, v. 21, n.1, p. 1-10, 2016.
- MA, Q. X.; SHAN, H.; ZHANG, H. L.; LI, G. M.; YANG, R. M.; CHEN, J. M. Potential utilities of mask wearing and instant hand hygiene for fighting SARS CoV 2. *J Med Virol.*, v.92, p. 1567-1571, 2020.
- MAHMOOD, A. EQAN M., PERVEZ S., ALGHAMDI, H.A., TABINDA, A.B., YASAR, A., BRINDHADEVI, K., PUGAZHENDHI, A. COVID-19 and frequent use of hand sanitizers; human health and environmental hazards by exposure pathways. *Science of The Total Environment*, v.742, 2020.
- MENUT, L.; BESSAGNET, B.; SIOUR, G.; MAILLER, SYLVAIN; PENNEL, R.; CHOLAKIANA, A. Impact of lockdown measures to combat Covid-19 on air quality over western Europe. *Science of the Total Environment*, v. 741, p. 1-9, 2020.
- Ministério da saúde. Painel coronavírus. Disponível em <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em 24 de julho de 2020
- MOGHNIEH, R.; SOBOH, R.; ABDALLAH, D.; EL-HELOU, M.; AL HASSAN, S.; AJJOUR, L.; MUGHARBIL, A. Health care workers' compliance to the My 5 Moments for Hand Hygiene: Comparison of 2 interventional methods. *American Journal of Infection Control*, v.45, n.1, p.89-91, 2017.
- NAKADA, L. Y. K.; URBAN, R. C. COVID-19 pandemic: Impacts on the air quality during the partial lockdown in São Paulo state, Brazil. *Science of the Total Environment*, v. 730, p. 1-5, 2020.
- PINHEIRO, G. A.; MACEDO, I.; SILVA, S. A.; JANNINI, M. J. D. M. Conscientização sobre o uso correto de saneantes domissanitários visando a prevenção de acidentes, intoxicações e contaminação ambiental. *Revista Diálogos: Extensão e Aprendizagem: tempos e espaços*, v.19, n.1, p. 8-16, 2014.
- POCH, M.; GARRIDO-BASERBA, M.; COROMINAS, L.; PERELLÓ-MORAGUES, A.; MONCLÚS, H.; CERMERÓN-ROMERO, M.; MELITAS, N.; JIANG, S. C.; ROSSO, D. When the fourth water and digital revolution encountered COVID-19. *Science of the Total Environment*, v. 744, p. 1-8, 2020.
- Prefeitura Municipal de Campina Grande. História. Disponível em: <<https://campinagrande.pb.gov.br/historia/>>. Acesso em 29 de julho de 2020
- SAADAT, S.; RAWTANI D.; HUSSAIN, C.M. Environmental perspective of COVID-19. *Science of The Total Environment*, v. 728, 2020.
- Secretária de Saúde do Estado da Paraíba. Atualização COVID. Disponível em <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/noticias/atualizacao-covid-19-27-03-10h>> Acesso em 24 de julho de 2020
- SELVAM, S.; JESURAJA, K.; VENKATRAMANAN, S.; CHUNG, S.Y.; ROY, P.D.; MUTHUKUMAR, P.; KUMAR, M. Imprints of pandemic lockdown on subsurface water quality in the coastal industrial city of Tuticorin, South India: A revival perspective. *Science of the Total Environment*, v 738, p. 1-7, 2020.
- SHARMA, S.; ZHANG, M.; ANSHIKA; GAO, J.; ZHANG, H.; KOTA, S. H. Effect of restricted emissions during COVID-19 on air quality in India. *Science of the Total Environment*, v 728, p. 1-8, 2020.
- WANG, Q.; SU, M. A preliminary assessment of the impact of COVID-19 on environment - A case study of China. *Science of The Total Environment*, v.728, 2020.
- WIEMKEN, T. L.; FURMANEK, S. P.; MATTINGLY, W. A.; HAAS, J.; RAMIREZ, J. A.; CARRICO, R. M. Googling your hand hygiene data: Using Google Forms, Google Sheets, and R to collect and automate analysis of hand hygiene compliance monitoring. *American Journal of Infection Control*, v.46, n.6, p. 617-619, 2018.
- World Health Organization (WHO). Coronavirus disease (COVID-2019) situation reports. Disponível em <<http://www.who.int>> Acesso em 24 de julho de 2020.
- YUNUS, A. P.; MASAGO, Y.; HIJIOKA, Y. COVID-19 and surface water quality: Improved lake water quality during the lockdown. *Science of the Total Environment*, v 731, p. 1-8, 2020.
- ZAMBRANO-MONSERRATE, M. A.; RUANO, M. A.; SANCHEZ-ALCALDE, L. Indirect effects of COVID-19 on the environment. *Science of the Total Environment*, v 728, p. 1-4, 2020.

O MÉTODO DA TOTALIDADE E OS PARADIGMAS ACADÊMICOS DA COMUNICAÇÃO E DO JORNALISMO: MEDIAÇÕES E POLARIDADES¹

THE METHOD OF TOTALITY AND THE ACADEMIC PARADIGMS OF COMMUNICATION AND JOURNALISM: MEDIATIONS AND POLARITIES

EL MÉTODO DE LA TOTALIDAD Y LOS PARADIGMAS ACADÉMICOS DE LA COMUNICACION E DEL PERIODISMO: MEDIACIONES Y POLARIDADES

Ana Júlia de Freitas Carrijo²
Eduardo Portanova Barros³

Resumo:

Este texto apresenta uma breve reflexão sobre as possíveis articulações entre o Método da Totalidade, de Edgar Morin, e a Pesquisa em Comunicação e Jornalismo. Trata-se de aproximações entre o meio acadêmico como abertura de espírito (retomando seu papel universal de conhecimento), especialmente no campo da Comunicação, e suas tentativas de afirmar-se por meio de paradigmas, conforme Thomas Kuhn. Conclui-se que o encadeamento plural de ideias é uma forma de expressar o quadro caótico como dispersão empírica. Busca-se um pensamento especulativo capaz de articular polaridades. Junto, concluindo-se, com proposições de caminhos possíveis à dialética comunicativa pelo viés do Paradigma da Complexidade.

Palavras-chave: Comunicação; Jornalismo; Morin; Mediações; Polaridades.

Abstract:

This article presents a reflection about possible articulations between the Totaly Method, from Edgar Morin, and the Communication and Journalism researches. It discusses the approaches of the academic discourse as an opening of spirit (keeping in mind its role of universal knowledge), especially in the Communication area, and its attempts to affirm itself by paradigms, according to Thomas Kuhn. The ideas are chained so as to express the chaotic scenario as empirical dispersion, looking for an speculative way of thinking, capable to articulate polarities and to propose possible paths to the communicative dialectic in terms of the Paradigm of Complexity.

Keywords: Communication; Journalism; Morin; Mediations; Polarities.

Resumen:

Este texto presenta una breve reflexión sobre las posibles articulaciones entre el Método de la Totalidad de Edgar Morin y la Investigación en Comunicación y Periodismo. Se tratan de aproximaciones entre el medio académico como mente abierta (retomando su papel universal de conocimiento), especialmente en el campo de la Comunicación, y sus intentos de afirmarse a través de paradigmas, según Thomas Kuhn. Se concluye que la cadena plural de ideas es una forma de expresar el cuadro caótico como una dispersión empírica. Buscamos un pensamiento especulativo capaz de articular polaridades. Juntos, concluyendo, con propuestas de posibles caminos hacia la dialéctica comunicativa a través del Paradigma de la Complejidad.

Palabras clave: Comunicación; Periodismo; Morin; Mediaciones; Polaridades.

1 Este artigo contou com apoio da CAPES e da Universidade Federal de Goiás (UFG).

2 Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal de Goiás (UFG), na linha de pesquisa Mídia e Cultura. Bolsista CAPES. Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal de Goiás. Atua como pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Teoria da Imagem (NPTI), na Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFG). Foi pesquisadora Voluntária (2017/2018) e Bolsista (2018/2019) do Programa de Iniciação Científica da UFG.

3 Professor-pesquisador PNP/DCAPES do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE-PR. ORCID: 000-001-5832-5711

“Um poema não se termina: se abandona”.

Teixeira Coelho.

INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, multipolarizado por esferas empíricas e teóricas que norteiam o processo de construção subjetiva e de elaboração acadêmica, “representar” a si mesmo(a) no ambiente acadêmico de pesquisa em Comunicação e Jornalismo exige criatividade (e autocrítica) para perceber as dúvidas em dialogar com um campo empiricamente tão vasto e teoricamente tão fugaz. É uma premissa complexa, sabemos, por isso mesmo procuramos uma possível abordagem especulativa na pesquisa em Comunicação e Jornalismo. O que se constrói de fato e a seguir é uma pequena utopia acadêmica. Por meio de um “pensamento selvagem” (termo oriundo de Lévi-Strauss), este texto foi construído em torno desse sentimento caótico da informação por seu caráter ilimitado e indefinido nesta sociedade em redes. Partimos de uma dispersão empírica vasta como ferramenta da nossa especulação autoral.

Admite-se a imensa quantidade de questões deixadas em aberto neste texto (como o é em qualquer outro, aliás). Porém, tais constatações são, na verdade, indícios da aplicação de uma metodologia que se vê alternativa na produção acadêmica, a Metodologia (ou Método) da Totalidade, de Edgar Morin (2006). Tentamos, portanto, “aplicar” essa metodologia “total” (sujeito e objeto inseparáveis na produção) aqui, e no processo de elaboração deste texto, considerando e estimulando uma reflexão ativa, essa de inspiração em Nietzsche (2006) e seu espírito libertário⁴. Esse sentido de que prazer comunicado é arte ou, ainda, no sentido de que esse prazer se sobressaia não em uma atitude do rebanho, inerte, mas ativo e potencialmente reflexivo, conforme a crítica de Nietzsche às virtudes (negativas, obviamente) de rebanho (2011, p. 293).

A partir do caos (sendo aqui visto como profusão de ideias e imagens), esse de um “patchwork” de autores, pensamentos, experiências e impressões, buscou-se, então, um centro teórico que pudesse nortear o desenvolvimento deste artigo. Aqui, a reflexão teórica é guiada pelo Método da Totalidade, como foi dito, proposto por Edgar Morin em Cultura de Massas no Século XX – Neurose, o qual se desdobra em uma espécie de Filosofia Polar. Sob esse viés discutimos as práticas acadêmicas, especialmente no campo da Comunicação e do Jornalismo, e procuramos compreender de que modo é possível articular o Método da Totalidade à Pesquisa em Comunicação e Jornalismo hoje em dia. Destacamos ainda, nesta introdução, que os parágrafos a seguir revelam tentativas de expressão metafóricas – em alguns casos - construídas propositalmente como um desafio.

Morin é conhecido por ser um autor pluralista. Já escreveu sobre as estrelas de cinema, o homem imaginário, o pensamento complexo e métodos (assim mesmo no plural, para destacar esse percurso epistemológico de seis tomos que ele levou mais de uma década para finalizar). O que se destaca no aporte dialético em Morin com o Método da Totalidade é uma lógica conceitual desse

⁴ No capítulo IX, intitulado “Incurções de um extemporâneo”, no livro “Crepúsculo dos ídolos”, 2006, Nietzsche explica, à página 88, seu “conceito de liberdade”. É nesse trecho que nos baseamos para fundamentar a noção de “espírito libertário” com que trabalhamos aqui: algo que se conquista e que, para tanto, exige força de espírito.

antagonismo. Todo “avanço”, segundo ele, é uma consequência das forças contrárias em ação no homem, que é de onde se origina, também, outro termo com o qual Morin trabalha, o imaginário. Um imaginário que é tanto coercitivo quanto subjetivo. E é esse princípio dialético o que há de vivo na cultura.

O MÉTODO DA TOTALIDADE (MT)

A tese de um Método da Totalidade é de Edgar Morin (1997), a fim de que o pensamento complexo una conhecimentos separados. Morin legitima a inquietação diante dos temas amplos e abstratos e, mais ainda, corrobora com a percepção de que estudá-los fragmentadamente não é procedimento eficaz para responder a questões essenciais. A trajetória acadêmica, daí, acontece sob a dialética polar entre centro teórico e dispersão empírica, delimitando caminhos e indicando “assim sim” e “assim não”. Se há uma possível e incipiente reflexão filosófica especulativa, não seria o caso de procurarmos brechas na matriz vigente? Produzir ciência é construir caminhos palpáveis, visíveis; mas *pensar é costurá-los, des-cobri-los*. Os pontos cerzidos são como o homem de Bachelard (1993) que, apesar da vida, torna-se poeta. Eles estão lá: visíveis para quem se dispõe a articular o sujeito pensador e sua experiência subjetiva ao objeto propriamente dito.

A proposta moriniana da Totalidade é a articulação entre dois polos, a saber, dispersão empírica e centro teórico (MORIN, 1997, p. 20). O primeiro diz respeito às experiências que atravessam os sujeitos, seus gostos, interesses e percepções de mundo. O segundo trata do processo de reflexão filosófica especulativa responsável por nortear a busca por uma síntese teórica advinda da dispersão. Mantendo o princípio da dualidade, o MT propõe tratar os dois polos de modo equilibrado, sem que haja um mais importante, ou que deva pesar mais que o outro, e, ainda, de modo que ambos sejam reversíveis. Isso significa que há, em Morin, a efetiva consideração das imbricações do sujeito em suas produções. “O Método da Totalidade engloba o Método Autocrítico porque encara um fenômeno em suas interdependências e o próprio observador no sistema de relações” (MORIN, p. 20, 1997).

Pensar o MT no recorte do ambiente acadêmico é reconhecer que o objeto não é estático, não faz parte de uma estrutura dada e tampouco está preso. Por outra via, é “extático”, transita sobre um eixo movente e é passível de ser transformado por quem reflete sobre ele. De forma prática, a excelência da aplicação do MT estaria próxima a uma articulação dialógica e dual entre o que há de vivo no(a) pesquisador(a) (seus interesses e experiências pessoais) e a materialidade de seu objeto de estudo situada no meio acadêmico. Assim, inevitavelmente é preciso estabelecer limites, recortar temas e definir objetivos para encontrar respostas (ou mais dúvidas) para grandes inquietações. Por isso, não é rara a sensação de estar sendo parte da consolidação de um pensamento fragmentado na academia.

Pôr de lado as questões primordiais e genuinamente inquietadoras, abrir mão da fertilidade advinda da dispersão empírica sob a justificativa do “assim sim/assim não”, ou seja, do que é ou não consenso na academia, é um exemplo de implicações do polo oposto ao da Totalidade. O princípio da dialética tensiona subjetividade e coerção do meio e articula o trágico prazer de ser competente em comunicar questões práticas sem perder a veia filosófica. A dualidade entre dispersão

empírica e centro teórico é trágica porque é incontornável, ou seja, é condenada a enfrentar contradições sem poder liquidá-las. Lidar com o trágico no meio acadêmico é, para dizer de maneira bastante explícita, suportar as exigências pragmáticas de produtividade, objetividade e - talvez a mais complexa delas - distanciamento.

A dedicação à formação científica é uma questão movente que, cheia de problematizações, consegue revelar um papel fundamental, ao menos: o fazer pensar. Trata-se de uma carreira destinada à formação do pesquisador ou da pesquisadora, em que, quanto mais dotado(a) de saberes e experiências reflexivas e propositivas for, melhor. É preciso refletir sobre isso. Como pode uma carreira dependente da autoformação afastar ou descartar o sujeito do processo de análise e reflexão no ambiente acadêmico-teórico? A Filosofia Polar evita as noções de dualismo porque não se trata de pensar sobre polos antagônicos e dessemelhantes, de modo a descartar um deles. No recorte do meio acadêmico, pensar o macro, o criativo, o curioso (o que vem da dispersão empírica) está articulado a pensar o micro, o pragmático, o solicitado (o que vem do centro teórico).

Essa prática não é, a priori, o oposto do bom. Ela se move no longo caminho entre os polos do “bom” e do “ruim”. Essas instâncias, aliás, já não são tão definidas na pós-modernidade. Não há uma identidade fixa, nem mesmo uma realidade única; o progresso não é linear e a razão não predomina. Como definir, então, o que deve estar em cada polo: dispersão empírica/bom e centro teórico/ruim? Para quem e sob quais critérios? O que pauta a concepção de bem e mal? Para tratar de questões tão complexas quanto as que formulamos, buscamos um diálogo com outro debate que pode ser caracterizado com o mesmo adjetivo: a noção de *afetual*. Teixeira Coelho (1997, p. 39) entende que o “afetual é componente vital do imaginário do homem e mediador privilegiado das relações sociais”.

A esfera do *afetual* afasta-se da objetividade, da militância política, dos vínculos evidentes com a lógica e com a razão e aproxima-se da lógica de expressão do sujeito em suas reflexões filosóficas. Característico da pós-modernidade, o *afetual* considera as emoções, o *societal*, o orgânico, aquilo que vem do interior do sujeito. Admite-se, então, em diálogo com tal proposta que a história se faz através dos sujeitos e não dos fatos. O conhecimento científico é feito através da trágica (porque é incontornável) dialética entre subjetividade e coerção do meio. Entre linhas e agulhas - e furos nos dedos -, as brechas vão sendo incorporadas ao pensamento e, com o esmero do tempo e da maturidade, confundem-se com a totalidade da peça.

Torna-se, então, mais possível compreender o não-dito comum que indica o caminho como mais interessante que o fim. Por caminho compreende-se, neste momento, a execução prática, empírica, analista - sempre pronta a recortar e definir limites -, mas também as costuras do fundamental combustível para a chama da curiosidade: a especulação, as inquietações, as imbricações de si nas reflexões. Tendo dado esse passo, é possível visualizar que as grandes/subjetivas inquietações ou as dispersões empíricas podem ser abordadas a partir do recorte e da coerção do meio e ainda estar vinculadas ao propósito do pensamento complexo, universal. O que há de subjetivo no pesquisador ou na pesquisadora está entremeado, inevitavelmente, em sua produção. As proposições articuladas ao “parece que” ou ao “talvez” são - tragicamente, uma vez mais - talvez as mais interessantes.

Destituídas das práticas de representação do(a) intelectual como aquele(a) que precisa ser

especialista em tudo o que diz, que não pode propor nada menos que teses seguras e comprovadas por um cientificismo duro, elas são a expressão do pensar. Com efeito, não negam a necessidade da estruturação metodológica, tampouco dispensam a validade de consolidação de um centro teórico. Mas preocupam-se em ser competentes em comunicar as inquietações, as descobertas, as hipóteses, os prazeres do pensamento. Portanto, é arte.

COMUNICAÇÃO, PARADIGMA E CIÊNCIA

No campo da Comunicação, a discussão sobre a articulação entre pesquisador(a) e objeto de estudo é profícua por conta de seu caráter epistemológico. Afinal, pensar a comunicação é também comunicar-se. Que implicações essa constatação revela?

A pesquisa em Comunicação, ao longo dos anos, mostrou-se múltipla em questão de temas, abordagens e mesmo de conceitos. Tanto é que se fala em Teorias da Comunicação e do Jornalismo, no plural. Cada uma delas é elaborada de acordo com as demandas sociais, culturais e, com efeito, econômicas do período a que se referem. Pesquisas administrativas vinculadas ao positivismo são exemplos claros da produção acadêmica em Comunicação associada à dinâmicas de mercado. Os Estudos Culturais britânicos, para dar outro exemplo, surgem a partir de um pensamento político de esquerda e são desenvolvidos em diálogo com uma situação político-ideológica específica. Isso não é algo que diminua a validade das correntes teóricas da Comunicação e do Jornalismo.

O fato é que cada uma delas tem seu próprio conceito. Enquanto para uma a comunicação é uma questão de transmissão de informações em um sistema eficaz (Teoria Matemática), para outra pode ser o estudo dos signos, dos códigos, da construção de sentido (Semiótica). Cada autor(a) oferece o que lhe é possível, considerando o tempo histórico, a dinâmica cultural específica, as condições econômicas etc. Deveríamos, então, pensar em Comunicações? A Comunicação, na prática, é uma esfera ampla, dinâmica e plural. Pensá-la, de fato, pode nos levar para uma vasta dispersão empírica. A questão é como articular tal dispersão a um centro teórico que norteie o campo de estudos. Afinal, seguindo a Filosofia Polar, os dois polos devem ser reversíveis e igualmente importantes.

Para refletir sobre as possibilidades dessa articulação é preciso pensar sobre o que há de (ou se há) consenso no campo. Estamos pensando sobre o paradigma da comunicação, uma espécie de estatuto da área. Para Kuhn (1996), paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas, que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. A dificuldade contemporânea de encontrar um paradigma na comunicação deve-se a, pelo menos, dois fatores. O primeiro, como já dissemos, é a pluralidade empírica da área com a qual a prática acadêmica/reflexiva não consegue refletir em suas proposições. O segundo é a não correspondência entre os paradigmas estabelecidos e o tempo histórico que vivemos atualmente.

Sobre esse segundo fator, cabe uma reflexão. O pluralismo dos paradigmas da Comunicação revela uma variedade de proposições e conceitos e que conseguiram se tornar consensos em algum momento, para algum grupo. Tais noções foram construídas a partir de certezas que não se solidificaram no decorrer dos séculos. Isso significa que os modelos dados esboroaram-se, ou seja, não dão conta de responder ou nortear buscas por respostas contemporâneas. O paradigma

entra em crise quando se reconhece uma anomalia. É quando as respostas para os problemas não satisfazem mais, conforme Kuhn (1996). Nesse momento, há a necessidade de uma transformação do campo a partir de novos princípios que acabam alterando algumas generalizações teóricas do paradigma anterior (KUHN, 1996).

Se dentre os paradigmas da Comunicação e do Jornalismo nenhum dá conta de inquietações presentes, tais como a problemática da imbricação do sujeito em sua produção acadêmica, provavelmente o que ocorre é a anomalia descrita por Kuhn. O projeto de modernidade foi a base para a construção da maioria, se não de todos, os paradigmas da Comunicação. Tal projeto não considera elementos típicos da pós-modernidade, como, por exemplo, o *afetual*. Os discursos acadêmicos atuais ainda estão vinculados a ideias positivistas e desconsideram o caos, o afeto, as múltiplas realidades. É a polaridade dialética entre o(a) cientificista militante e o(a) pensador(a) *afetual*. Por uma via, a lógica pós-moderna propõe que o pensamento articule dispersão empírica e centro teórico, de modo a afirmar as ambiguidades do sujeito, sua construção complexa entre interior e exterior.

Por outra via, o projeto moderno exige o distanciamento entre sujeito e objeto, *fetichiza* a metodologia e aceita uma identidade única, livre de angústias e dúvidas; não há espaço para especulações, senão para certezas. Até que ponto devemos levar em conta a dispersão empírica, como propõe o pensamento complexo pós-moderno? Há, de fato, demasiada dispersão e pouco centro teórico na pesquisa em Comunicação? Essas questões evidenciam, uma vez mais, a problemática da polaridade. O fluxo dialético do presente não é do passado, nem do futuro. Está no *entre*, portanto, no caminho entre os polos. É a proposta do terceiro incluído, que advém da tese de que “o primeiro número é o três”. Isso significa dizer que os números um e dois representam os polos, que se anulam em certo sentido, então, o número três é o primeiro: aquele que confere uma entropia ao par.

A solução do terceiro incluído indica a necessidade de, a partir da dinâmica bipolar, criar outro polo que sintetize, abranja ou negue os outros dois. Se o objetivo da Filosofia Polar, como foi acordado, é manter a dualidade e não o dualismo, uma medida possível é o limiar entre a domesticação do ambiente teórico-reflexivo e seu caráter ativo. Da mesma forma com que Teixeira Coelho analisa a complexidade dos estudos da cultura, podemos, por que não?, considerar tais desdobramentos desta breve epistemologia da Comunicação que se faz aqui. Para Teixeira Coelho, os estudos da cultura que só querem entender o mundo têm uma “ideia imobilizadora e engessadora, além de cômoda, porque abrangente, e, hoje sob mais de um aspecto, simplista” (COELHO, 2008, p. 17).

Ao contrário, estudos de política cultural, como aquele que o autor se propõe a fazer, “querem transformar o mundo ou, melhor: viabilizar as condições para que o mundo se transforme (para melhor)” (COELHO, 2008, p. 17). Essa perspectiva é considerada por ele uma ideia de cultura efetivamente motriz. Quando o ambiente de reflexão acadêmica domestica seu campo de estudo, a cultura ou a comunicação procura somente entendê-lo e não questioná-lo, acabando por minar possibilidades múltiplas de descobertas e proposições. Nesse sentido, manter a Comunicação “em aberto”, e não como uma ciência propriamente dita, pode ser o caminho para a transição de paradigmas diante das anomalias encontradas. Ainda há a necessidade de manter a busca por respostas fixas e capazes de ordenar o caos.

Em muitos casos, o alcance da ordenação do caos é o objetivo principal da dinâmica acadêmica, sempre em busca de um referencial sólido e seguro em que possa ancorar suas conclusões. Trata-se de um hábito vinculado a um projeto de modernidade que considera o signo como valor, ou seja, que crê na existência de uma Verdade e, com efeito, na possibilidade humana (racional e científica) de encontrá-la. Mas por que não manter o caos? Talvez ele seja o trágico do pós-moderno, aquilo que é incontornável e com o que é preciso lidar e não negar. Morin provoca a discussão afirmando que se falamos de cultura é a nossa concepção de cultura que está em jogo. Se assim for, até que ponto a discussão reiterada sobre a unificação da Comunicação como ciência é necessária?

A pesquisa em Comunicação e no Jornalismo deveria retroceder à noção prévia de ciência, considerando que essa mesma ciência positivista não dá mais conta da pluralidade de hoje? A ciência moderna não aceita o caos, que é vida (para o melhor ou o pior). É preciso, porém, pensar ativamente a Comunicação e o Jornalismo, confrontá-los em suas possibilidades diversas e contraditórias, e não desconsiderar o caos da empiria dispersiva, nem mesmo o que há de inquietação interior nos que pensam sobre ela. O contrário disso seria a cômoda domesticação da pesquisa, da cultura, da comunicação e do jornalismo. Como, então, articular centro teórico e dispersão empírica no contexto da Pesquisa em Comunicação? e partida, é fundamental compreender a Comunicação e o Jornalismo como acontecimentos, como um não-lugar (o entre). Isso significa dizer que ela não está só nos meios de comunicação, nem só nos sujeitos, porque está também nesse entre-dois.

Não está só na mensagem, nem no só canal de transmissão; não está só na construção, nem só na compreensão de sentido. A comunicação está no *entre*. Aqui aparece, novamente, a proposta do terceiro incluído. É antes uma articulação de polos de emissão e recepção, de poder e subalternidade, de moderno e popular etc. É um acontecimento porque é ação, interação, representação, performance. O diálogo com o campo dos Estudos de Performance pode ser profícuo para esta discussão sobre Comunicação e Jornalismo. Vejamos.

COMUNICAÇÃO COMO ACONTECIMENTO, REPRESENTAÇÃO E PERFORMANCE

Goffman define representação como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (2018, p. 34). Trata-se de uma ação, de um acontecimento de comunicação porque advém da experiência. Na comunicação cotidiana a prática de representar a si mesmo é comum. A interação entre os pares em diferentes ambientes sociais é discutida por Schechner (2002), com a expressão *performing in everyday life* e indica, a partir da noção de performance, que aprendemos a nos comportar em diferentes situações sociais observando nossos pares ao longo da vida. Os “comportamentos restaurados” são aqueles vivenciados mais de uma vez, que orientam a construção de performances ou representações.

Logo, tanto a expressão do ser, quanto o aprendizado do que é ser e como se deve ser são questões de Comunicação. São acontecimentos mediados culturalmente que constroem e compartilham sentido, que fazem mover o processo comunicativo. O centro teórico na(s) Comunicação(ões) pode estar relacionado, portanto, não somente aos meios de comunicação, mas primordialmente a questões que refletem sobre o porquê consolidamos um cenário comunicativo

como o que temos hoje. Se a comunicação é um acontecimento comum a todos os humanos, a própria construção da realidade social, cultural e subjetiva do sujeito está articulada a ela. O modo de atribuir significado ao meio e a si próprio é indissociável das práticas comunicativas. Assim, “todo indivíduo inserido em um processo social ‘está em comunicação’, está dizendo alguma coisa sobre si mesmo e sobre a sociedade, seja por intermédio da roupa, da postura, do olhar etc” (TEMER, 2005, p. 277).

A partir dessa reflexão, que admite o atravessamento subjetivo nas práticas expressivas, simbólicas e reflexivas (Método da Totalidade), as questões na Comunicação e no Jornalismo podem ser (re)pensadas a partir da interação, ou seja, a partir da estruturação de um processo de construção ativa de sujeitos comunicativos mediados por forças opostas (polares) responsáveis por definir os tais “assins”. Sob essa ótica seria possível expandir, por exemplo, a curiosidade sobre as capacidades técnicas e tecnológicas de transmissão de informação adquiridas pelos meios de comunicação ao longo do tempo, e perguntar: de que modo a técnica e a tecnologia atravessam o nosso cotidiano e de que modo nós atravessamos suas lógicas?

Ora, se a comunicação é uma questão de representação e interação, ela seria, também, indissociável da expressão subjetiva. Os fatos e aparatos são construídos por sujeitos complexos e multiplamente mediados, os quais aprendem socialmente maneiras de *ser*. Dessa forma, comunicar-se, seja cotidianamente, seja academicamente, é representar a si mesmo com ajustes performáticos *adequados* a cada ambiente social. No meio acadêmico, a performance demandada dialoga com representações de objetividade e distanciamento do tema de pesquisa, de modo a estabelecer um ambiente social em que a sublimação do *afetual*, do subjetivo, da experiência dispersiva empírica é o ajuste performático considerado adequado.

Para aprofundar a noção de representação, outro conceito-chave para a discussão delineada neste artigo também é pensado por Goffman:

[...] *fachada* [é] a parte do desempenho do indivíduo [...] com o fim de definir a situação para os que observam a representação. [...] É o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação. (GOFFMAN, 2018, p. 34, grifo nosso).

A partir de Goffman, Thompson, também reflete sobre os processos de interação e mediação articulados à fachada.

Ações e expressões pessoais que se sentem inapropriadas, ou que poderiam desacreditar a imagem que a pessoa está procurando projetar, são suprimidas e reservadas para outros ambientes e encontros - para ambientes que podem ser descritos como ‘regiões de fundo’ com relação à fachada em que a ação acontece. (THOMPSON, 1998, p. 82).

Destacamos que não é intrínseca a essas discussões citadas, nem a esta aqui construída, qualquer indicação de valores positivo ou negativo ao ato de “performar”, ou de representar a si mesmo nas fachadas. Trata-se apenas de uma reflexão teórica sobre as práticas humanas. É inevitável que a grande questão sobre a constituição de um verdadeiro eu, autêntico, genuíno, venha à tona. Sobre ela, nos bastamos a especular que *talvez* seja na execução de diferentes papéis que nos conhecemos e reconhecemos; *talvez* a escolha de performances e fachadas tenha mais a dizer sobre como somos e queremos ser do que podemos supor (PARK *apud* GOFFMAN, 2018). De todo modo, seguimos mantendo viva a dualidade e o caos de tal problemática.

O fato é que as práticas de Comunicação e de Jornalismo, sobretudo as práticas acadêmicas, exigem comportamentos específicos. Observa-se que o acordo do meio científico expresso nas dinâmicas de congressos, submissões e pareceres - que têm sua validade - vincula-se (esse acordo ou paradigma) a um tipo de representação que afasta a subjetividade de quem pesquisa dos resultados de seu trabalho, ao mesmo tempo em que estimula a formação cada vez mais sólida do sujeito. As experiências empíricas poderiam ser várias e múltiplas, mas suas percepções e inquietações subjetivas devem permanecer na região de fundo. A região frontal, ou fachada, deve expressar reflexões teóricas objetivas e performaticamente científicas. Contudo, o próprio ato de refletir teoricamente sobre a comunicação é uma performance.

A representação de si como intelectual é um papel social que demanda ajustes no modo de expressar-se. Como as produções refletem essa performance do(a) pesquisador(a)? Se os comportamentos restaurados na produção acadêmica recomendam, para sermos sutis, a objetividade e o distanciamento, não estariam eles interferindo na própria concepção de comunicação? Pensar sobre como o academicismo medeia a expressão genuína das impressões empíricas do(a) pesquisador(a) ainda é uma grande inquietação.

MEDIAÇÕES: UM CAMINHO POSSÍVEL

A perspectiva das mediações (MARTÍN-BARBERO, 1997) elaborada sob as condições históricas e culturais traz uma proposta relevante, no nosso entender, para este artigo⁵. Seu autor, Jesús Martín-Barbero, imigrante espanhol na América Latina, possui uma obra de caráter essencialmente transdisciplinar dedicada ao exame profundo da cultura latino-americana e sustenta a premissa que aponta para a necessidade de:

[...] mudar o lugar das questões, tornar investigáveis os processos de constituição do massivo para além da chantagem culturalista que inevitavelmente os transforma em processos de degradação cultural. E, para isso, investigá-los a partir das mediações e dos sujeitos, isto é, da articulação entre práticas de comunicação e movimentos sociais (MARTÍN-BARBERO, 2018, p. 11).

O estudo da Comunicação sob o viés da cultura, como Martín-Barbero propõe, busca superar uma fragmentação analítica recorrente nos modelos hegemônicos da época em que o autor escreve como o *ideologista* (funcionalismo e estruturalismo) e o informacional. Tais correntes não permitem pensar os processos comunicacionais enquanto uma trama complexa e articulada de inter-relações atravessada por diferentes agentes socioculturais e históricos, segundo Martín-Barbero (1997). São essencialmente polares e racionalistas, buscam o entendimento linear da comunicação por meio de um cientificismo reduzido aos meios ou ao dispositivo dos efeitos da mensagem, que não tensiona o *entre* do processo comunicativo. Isto é, os conflitos, as contradições, as resistências, o sentido, o cotidiano, o coletivo, o dominado, o poder, tudo o que acontece nas relações da *práxis*

⁵ Reconhece-se a distância em termos de tempo histórico da construção de tal teoria, elaborada em 1987, para a contemporaneidade. Há, nesse sentido, uma série de problematizações a serem apontadas, como, por exemplo, a noção de massa, recorrente no texto barberiano. O aprofundamento de críticas como essa não interessa diretamente a discussão traçada aqui. O que sustenta o diálogo com a Teoria das Mediações neste texto é a pretensão de matizar o conceito de mediações às noções de comunicação e totalidade. Logo, a perspectiva barberiana não é apresentada como um paradigma, mas como um caminho possível.

comunicativa é posto em segundo plano nos estudos de Comunicação dessas vertentes.

Assim, os questionamentos são restritos à atividade ideológica dos meios e à percepção da trama é reduzida a uma espécie de sistema de transmissão de informação que *influencia* o receptor. Os debates produzidos pelo cenário epistemológico conflitante intrigaram Martín-Barbero que, diante da realidade cultural cotidiana que vivenciava na América Latina, percebeu que as formas de socialização e o modo de relacionamento entre a população e os meios constroem reflexões que revalorizam as articulações do processo, seja na afirmação de experiências coletivas, seja na produção de sentido social dos conflitos, conforme Martín-Barbero (1997). Daí vem o rompimento com o reducionismo da abordagem de pesquisa referente às disciplinas dos meios e passa a pensar as articulações entre comunicação, cultura e política.

A investigação barberiana caminha mudando o lugar das perguntas, problematizando as diferentes instâncias do processo de comunicação, dando voz à “bagagem de mundo dos sujeitos” (MARTÍN-BARBERO; BARCELOS, 2000, p. 154) e mantendo a tensão das ambiguidades polares apresentadas nos meandros da negociação de sentido da Teoria das Mediações. Percebemos na escrita de Martín-Barbero (2018) uma resistência para definir precisamente o que são mediações. Maria Immacolata V. de Lopes (2018) sustenta que não há uma definição única para tal conceito e que se trata de uma noção plural.

A mediação deve ser entendida como o processo estruturante que configura e reconfigura tanto a lógica da produção quanto a lógica dos usos. Ela exige pensar ao mesmo tempo o espaço da produção, assim como o tempo do consumo, ambos articulados pela vida cotidiana (usos/consumos/práticas) e pela especificidade dos dispositivos tecnológicos e discursivos das mídias envolvidas. (LOPES, 2018, p. 17).

O enfoque das mediações caracteriza-se como um local de estudo, como um modelo teórico-metodológico de onde é possível perceber a heterogeneidade cultural e social envolvida na comunicação. A partir desse lugar, o propósito é não fixar o olhar no funcionamento dos meios, tampouco no comportamento do receptor, mas permanecer em um polo equidistante aos dois, de onde seja possível captar o que ocorre entre eles. Nesse sentido, as mediações são o terceiro incluído, uma espécie de não-lugar, como já referimos, que articula os polos. É importante destacar que a polaridade em si, isto é, a dialética envolvida nos processos (aqui, comunicativos) não é um problema. Nem toda dualidade precisa ser maniqueísta.

A existência de dois polos, emissão e recepção por exemplo, é uma realidade incontornável, da qual pode ser possível o desenvolvimento de uma série de articulações. As mediações não aparecem como uma negação dessa dialética, mas como um modo de pensar sobre ela. Em verdade, as mediações são construídas pela dinâmica polar, logo, não é possível compreendê-las sem considerar os polos. Esse terceiro incluído seria, então, uma espécie de síntese dos polos⁶. O que há de mais pertinente na proposta barberiana para esta reflexão é a abordagem da comunicação sob o viés da cultura. Isso implica o confronto da pesquisa com o cenário comunicativo amplo - cultural, portanto - sem neutralizar suas contradições, sem dissolver a subjetividade do(a) pesquisador(a) e sem ignorar as tensões polares. Fica acordado que a comunicação não é uma questão de meios

⁶ A síntese do terceiro incluído não necessariamente expressa a harmonia entre os polos, mas busca abranger a complementaridade deles, sem dissimular suas contradições.

somente, mas de práticas, de trocas simbólicas, de ação e representação. A comunicação é uma questão de mediações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunicar-se, exhibir-se, representar-se, “performar-se”. Mostrar-se para o outro em busca do controle das impressões deixadas, especialmente no ambiente acadêmico, sobe ao palco como um tema com cortinas contraditórias de cultura, refletores com focos difusos e coxias multicoloridas. Para adentrá-lo, basta ser. Para nele atuar, basta pensar. Para nele permanecer, é preciso fazer *assim*. E como aprender a sê-lo? Como descobrir que é preciso não somente ser, mas ser *assim*? A pós-modernidade propõe a reconstrução de sentido a partir de dois referenciais, a saber, a identidade móvel e a não-predominância da razão. Sendo assim, admite-se que o progresso não é linear e que a construção teórico-reflexiva é um processo polar, cuja característica de dualidade é incontornável. O Método da Totalidade é uma proposta que dialoga com o contexto pós-moderno e que considera o caos envolvido em *ser*.

O MT tem necessidade da elaboração de reflexões densas, teoricamente falando, e não nega, ao mesmo tempo, o processo de dispersão empírica. Em verdade, indica que os dois polos devem ter o mesmo peso e estar articulados. Nesse cenário, é preciso ajustar-se à coerção do meio e encontrar brechas para *expressar as impressões*. Na Comunicação e no Jornalismo, um caminho possível de aplicação do Método da Totalidade surge com a concepção de comunicação como um acontecimento (já referido anteriormente), como algo que está no *entre*, nas mediações, portanto. Assim, a prática acadêmica não precisa centralizar o olhar do pesquisador só aos meios de comunicação ou aos sujeitos receptores ou à estrutura das mensagens ou à técnica do canal de transmissão. De modo holístico, o pensamento pode dar conta da amplitude dos processos comunicativos.

Quem pesquisa está, inevitavelmente, imbricado em seu objeto. Pesquisadores(as) são sujeitos de seus objetos. As experiências de interação, troca, representação e performance fazem parte do todo humano. Por mais que haja a necessidade de lidar com a coerção do meio acadêmico, a escrita formal sobre Comunicação e Jornalismo jamais poderia acontecer sem o reflexo da dispersão empírica. Como a pesquisa acadêmica, especialmente a pesquisa em Comunicação e Jornalismo pode estar articulada ao Método da Totalidade? Talvez essa tenha sido a grande questão deste texto, que foi a experiência de uma utopia particular, em que buscamos pensar de forma ampla. Um texto feito mais de perguntas do que respostas, que especula, mais uma vez, no sentido de que a pesquisa em Comunicação possa estar articulada ao Método da Totalidade se aceitar o desafio de lidar com o caos estruturalmente humano..

Se a área da Comunicação sustentar discussões menos voltadas à necessidade de estabelecimento de um paradigma único, rígido e ordenado, dedicando-se antes às possibilidades advindas do caos - ou do *entre*, as seduções, as articulações, as mediações, talvez pudéssemos chegar a um debate mais profícuo com o que é a Comunicação: ação de tornar comum. Pensá-la sob o viés das mediações pode ser um caminho possível para conciliar este campo de estudos com o Método da Totalidade proposto por Edgar Morin, em suma.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- COELHO, T. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras - Itaú Cultural, 2008.
- COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LOPES, M. I. V. de. Jesús Martín-Barbero e os mapas essenciais para compreender a comunicação. Intexto, Porto Alegre, nº 43, p. 14-23, set/dez, 2018.
- MARTÍN-BARBERO, J. Comunicação e mediações culturais. [Entrevista concedida a Claudia Barcelos]. Tradução por Silvia Rojo Santamaria. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - Intercom**, v. 23, n. 1, p. 151-163, jan/jun, 2000.
- _____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- _____. Dos meios às mediações: 3 introduções. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, nº 1, p. 9-31, jan/abr, 2018.
- MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: neurose - I**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997.
- NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos ídolos**. Ou como se filosofa com o martelo. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- NIETZSCHE, F. **Vontade de potência**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.
- SCHECHNER, R. **Performance Studies: an introduction**. Nova Iorque: Routledge, 2002.
- TEMER, A. C. As bases sociológicas nos estudos das teorias da comunicação. **Revista Comunicação - Veredas**. Marília, São Paulo, ano IV, nº 04, p. 271-295, novembro, 2005.
- THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GEOGRAFIA DA SAÚDE: LEITOS HOSPITALARES E O AVANÇO DA COVID-19 NO NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ

HEALTH GEOGRAPHY: HOSPITAL BEDS AND THE ADVANCEMENT OF COVID-19 IN THE PIONEER NORTH OF THE STATE OF PARANA

GEOGRAFÍA DE LA SALUD: CAMAS DE HOSPITAL Y EL AVANCE DEL COVID-19 EN EL NORTE PIONERO DEL ESTADO DE PARANA

Pedro Henrique Carnevalli FERNANDES¹

Resumo

O sistema de saúde se converteu, desde a declaração de pandemia de Covid-19, realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no início do mês de março de 2020, no principal tema da agenda social mundial e, evidentemente, brasileira. Na Ciência Geográfica, o tema está vinculado diretamente à Geografia da Saúde. Considerando esse cenário, este artigo tem como objetivo principal refletir acerca da relação entre os leitos hospitalares e o avanço da Covid-19 na região Norte Pioneiro do Estado do Paraná. Além disso, espera-se avançar teórica e metodologicamente acerca da Geografia da Saúde, do coronavírus e da Covid-19. Os procedimentos metodológicos foram: levantamento de referenciais teóricos acerca da Geografia da Saúde, do novo coronavírus e da Covid-19; levantamento dos dados de leitos hospitalares e de covid-19 nos municípios da região; e, por fim, elaboração de produções cartográficas e da redação final. Os resultados sinalizam para um alto grau de dependência do Sistema Único de Saúde (SUS) no Norte Pioneiro do Estado do Paraná e para uma baixa quantidade de leitos por habitantes nos municípios ao mesmo tempo em que há um avanço significativo da doença na região.

Palavras chave: Saúde. Geografia. SUS. Leitos hospitalares. Covid-19.

Abstract

Since the declaration of the Covid-19 pandemic, made by the World Health Organization (WHO) at the beginning of March 2020, the health system has become the main theme on the global and, obviously, Brazilian social agenda. In Geographic Science, the theme inserted in Health Geography. Considering this scenario, this paper main objective is to reflect on the relationship between hospital beds and the advancement of Covid-19 in the Pioneer North of the State of Paraná. In addition, the expectation is to advance theoretically and methodologically about Health Geography, coronavirus and Covid-19. The methodological procedures were survey of theoretical references about Health Geography, the new coronavirus and Covid-19; survey of data on hospital beds and covid-19 in counties in the region; and, finally, elaboration of cartographic productions and the final writing. The results indicate a high degree of dependence on the Unified Health System (SUS) in the Pioneer North of the State of Paraná and a low number of beds per inhabitant in the counties at the same time that there is a significant advance of the disease in the region.

Keyword: Health. Geography. SUS. Hospital beds. Covid-19.

Resumen

Desde la declaración de la pandemia de Covid-19, realizada por la Organización Mundial de la Salud (OMS) a principios de marzo de 2020, el sistema de salud se ha convertido en el tema principal de la agenda social mundial y, evidentemente, en Brasil. En Geografía, el tema está directamente relacionado con la Geografía de la Salud. Teniendo en cuenta este escenario, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la relación entre las camas de hospital y el avance de Covid-19 en la región Norte Pionero del Estado de Paraná. Además, se espera que avance teórica y metodológicamente sobre Geografía de la Salud, coronavirus y Covid-19. Los procedimientos metodológicos fueron: estudio de referencias teóricas sobre Geografía de la Salud, el nuevo coronavirus y Covid-19; encuesta de datos sobre camas de hospital y Covid-19 en municipios de la región; y, finalmente, la elaboración de producciones cartográficas y la redacción final. Los resultados indican un alto grado de dependencia del Sistema Unificado de Salud (SUS) en la región y un bajo número de camas por habitante en los municipios al mismo tiempo que hay un avance significativo de la enfermedad en la región.

Palabras clave: Salude. Geografía. SUS. Camas de hospital. Covid-19.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Editor da Revista Geoingá. E-mail: pedrofernandes@uenp.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7542-7912>

INTRODUÇÃO

Em 2020, o sistema de saúde se converteu no principal tema da agenda mundial, como consequência da pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. Então, antes de qualquer reflexão, é fundamental pontuar que este artigo defende que os projetos governamentais relacionados ao sistema de saúde, caso não ocorram a partir da proposta de inclusão de todos e pautados em uma perspectiva pública, universal e gratuita, fracassarão no combate ao novo coronavírus. No campo acadêmico, esse cenário sanitário impulsionou a ampliação de estudos em Geografia da Saúde. Apesar disso, a forma como a realidade se apresenta demonstra que a Ciência Geográfica tem condições de promover reflexões e estudos em outras ramificações.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo sexto, destaca que a saúde é um dos direitos (BRASIL, 1998). No Título VIII (Da ordem social) – Capítulo II, há uma seção inteira, com cinco artigos, sobre a saúde (Seção II). No artigo 196, a constituição esclarece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1998).

O sistema brasileiro de saúde passou por mudanças profundas, sobretudo quanto ao papel do Estado e à implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) (VIANA; MACHADO, 2009). Segundo as autoras, a marca da política de saúde no período de 1930 e 1980 era a fragmentação institucional pelo papel subalterno de estados e municípios, por privatização da oferta de serviços e por baixo poder regulatório do Estado. No bojo da redemocratização, “o movimento pela reforma sanitária propôs a conformação de um sistema único de saúde, de caráter universal e com participação das três esferas governamentais na operacionalização da política” (VIANA; MACHADO, 2009, p. 808), então, na década de 1990, o Ministério da Saúde passou pelos processos de unificação do comando nacional sobre a política e de descentralização político-administrativa.

O objetivo principal deste artigo é refletir acerca da relação entre os leitos hospitalares e o avanço da Covid-19 na região do Norte Pioneiro do Estado do Paraná. Além disso, espera-se avançar teórica e metodologicamente acerca da Geografia da Saúde e do entendimento quanto ao novo coronavírus. Os procedimentos metodológicos foram: levantamento de referenciais teóricos acerca da Geografia da Saúde e da Covid-19; levantamento dos dados de leitos hospitalares e de casos e óbitos confirmados de Covid-19 nos municípios da região; e, por fim, elaboração de produções cartográficas e da redação final do artigo.

Avançando em caminhos mais empíricos, têm-se os seguintes procedimentos: (i) levantamento do número de leitos hospitalares em cada um dos municípios da região e conversão deles em taxa de leitos hospitalares por dez mil habitantes – nesse caso, considerou-se os leitos hospitalares cirúrgicos, clínicos, obstétricos, pediátrico e hospital/dia, cadastrados em dezembro de 2019 e referenciados por meio do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes, 2020); (ii) levantamento do número de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em cada um dos municípios da região e conversão deles em taxas de leitos de UTI por dez mil habitantes – nesse caso, considerou-se as UTI adulto e UTI adulto Covid-19 de natureza jurídica Administração Pública,

Entidades Empresariais e Entidades Sem Fins Lucrativos cadastradas até 19 de maio de 2020 no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2020); (iii) levantamento dos casos e dos óbitos de Covid-19 no Boletim Epidemiológico divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (PARANÁ, 2020), considerando os dados entre 11 de março de 2020, data de declaração da pandemia, e 18 de junho de 2020, dia 100 da pandemia, e conversão deles em taxas por cem mil habitantes.

O artigo está estruturado da seguinte forma, além da introdução e das considerações finais: inicialmente, aborda-se um planeta em transformação após a declaração da pandemia de Covid-19; na sequência, apresenta-se a base teórica da Geografia da Saúde; e, finalmente, destaca-se resultados mais empíricos quanto à associação dos leitos hospitalares e o avanço da Covid-19 na região do Norte Pioneiro do Estado do Paraná.

UM PLANETA EM TRANSFORMAÇÃO: A PANDEMIA DE COVID-19 EM 2020

A data ficará marcada na história mundial. 11 de março de 2020, o dia em que a OMS instalou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Evidentemente, a situação começou bem antes disso. Segundo a própria OMS (2020), a primeira notificação oficial do novo coronavírus ocorreu em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China.

Wuhan, capital da província de Hubei, é a nona maior cidade da China em número de habitantes, com pouco mais de 11 milhões de pessoas (SANTIRSO, 2020). A metrópole localizada no centro da China é, provavelmente, o local de origem do novo coronavírus e vivenciou o epicentro da pandemia mundial durante mais de um mês. Embora o primeiro caso tenha ocorrido no final de 2019, apenas no final do mês de janeiro a China reconheceu o problema e começou a agir em processos de isolamento e de quarentena: em 23 de janeiro de 2020, o governo chinês decidiu cortar os vínculos que uniam Wuhan ao resto do planeta (SANTIRSO, 2020).

Mas, como essa pandemia começou? As informações ainda são obscuras e incertas. Segundo Ma (2020), o possível “paciente zero” remonta a 17 de novembro de 2019, ou seja, mais de um mês antes do reconhecimento oficial do vírus. A informação não foi oficialmente confirmada pelo governo da China, no entanto, segundo relatórios levantados por Ma (2020), a partir de 17 de novembro de 2019 foram notificados de um a cinco novos casos por dia, sendo que em 15 de dezembro de 2019, o número total de infecções atingiu 27 pessoas; cinco dias depois, chegou a 60. Em 27 de dezembro, Zhang Jixian, médico do Hospital Provincial de Medicina Chinesa e Ocidental da Província de Hubei, disse às autoridades de saúde da China que a doença foi causada por um novo coronavírus, que pode ter sido transmitido para os seres humanos por um animal selvagem (MA, 2020). No último dia do ano de 2019, o reconhecimento do novo vírus e a marca de 266 infectados (MA, 2020).

Em 15 de fevereiro de 2020, acontecia na França a primeira morte por Covid-19 fora da Ásia (AYUSO, 2020) e, quase um mês depois, em 11 de março de 2020, a OMS declarava a pandemia. O diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, informava na ocasião da declaração que o número de casos de Covid-19 havia se multiplicado por 13 fora da China em apenas duas semanas, registrando-se mais de 118.000 casos em 114 países e 4.291 mortes (SEVILLANO, 2020). A última pandemia declarada pela OMS foi a da gripe A (H1N1), em junho de 2009 (SEVILLANO, 2020).

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo (SP), após 59 casos terem sido descartados (BRASIL, 2020a). Em 20 de março de 2020, já dentro da pandemia, o Ministério da Saúde declarou o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o território brasileiro (OLIVEIRA, 2020). Naquele momento, o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, chegou a pontuar a possibilidade de uma “quarentena nacional”, no entanto, isso não ocorreu por parte do Governo Federal – Mandetta foi demitido em 16 de abril de 2020 mesmo com uma aprovação de 76% de sua gestão (GULLINO et al, 2020). É importante destacar que Jair Bolsonaro, Presidente da República, discorda de uma política nacional de isolamento social.

No dia seguinte, o Presidente da República nomeou Nelson Teich como novo Ministro da Saúde. No breve discurso de posse, Teich afirmou que “o que é importante neste momento é a gente acionar pessoas não só da área da saúde, mas também nos ministérios que, de alguma forma, tenham relação direta com os problemas atuais da saúde e da Covid-19. Vamos entender como esses problemas interagem com a saúde. Então, vamos criar uma estratégia de abordagem de problema para que possamos melhorar a eficiência de como vamos trabalhar o momento atual e o futuro” (BRASIL, 2020b). Logo, diferentemente do ministro anterior, Teich sequer comentou a possibilidade do Governo Federal propor uma ação de distanciamento social.

Todavia, diante da escalada dos índices de contaminados e de mortos pela Covid-19 no Brasil durante o mês de abril, Nelson Teich começou a adaptar seu discurso e, ainda que com uma moderação, passou a defender o distanciamento social em alguns estados do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas. Em 15 de maio de 2020, menos de um mês após assumir o Ministério da Saúde, Nelson Teich pediu demissão do Governo. Segundo Andrade (2020), discordâncias com o Presidente da República, quanto ao isolamento social e ao uso da cloroquina no tratamento da Covid-19, motivaram o pedido de exoneração. A consequência imediata dessa incompetência administrativa do Governo Federal é a escalada dos casos e dos óbitos por Covid-19, transformando o Brasil, em menos de três meses de pandemia, no epicentro da doença no mundo, ao lado dos Estados Unidos da América.

É importante alguns esclarecimentos conceituais. O conceito de pandemia significa uma situação em que uma doença infecciosa ameaça as pessoas do mundo inteiro simultaneamente (OMS, 2020). O coronavírus é uma extensa família de vírus que pode causar doenças, sendo que nos seres humanos pode causar infecções respiratórias, desde resfriados comuns até casos mais graves de síndrome respiratória (OMS, 2020). Segundo Brasil (2020c), os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937, no entanto, apenas em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa. A Covid-19 é a doença infecciosa causada pelo coronavírus descoberto mais recentemente, em dezembro de 2019, em Wuhan, na China (OMS, 2020).

Os sinais e sintomas do novo coronavírus (SARS-CoV-2) são principalmente respiratórios, embora ainda seja preciso mais estudos sobre ele (BRASIL, 2020c), uma vez que, aparentemente, o vírus tem provocado diferentes reações em diferentes pessoas. Os principais sintomas conhecidos até o momento são: febre, tosse e dificuldade para respirar (BRASIL, 2020c). As investigações sobre as formas de transmissão do novo coronavírus ainda estão em andamento, mas sabe-se que a

transmissão costuma ocorrer pelo ar ou por contato pessoal (BRASIL, 2020c). Os cuidados básicos para reduzir o risco geral de contrair ou transmitir infecções respiratórias agudas, incluindo o novo coronavírus, são: (i) Lavar as mãos frequentemente com água e sabonete por pelo menos vinte segundos, respeitando os cinco momentos de higienização. Se não houver água e sabonete, usar um desinfetante para as mãos à base de álcool; (ii) Evitar tocar nos olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas; (iii) Evitar contato próximo com pessoas doentes; (iv) Ficar em casa quando estiver doente; (v) Cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar com um lenço de papel e jogar no lixo; e (vi) Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência (BRASIL, 2020c). Atualmente, ainda não existe tratamento específico para infecções causadas pelo novo coronavírus (OMS, 2020).

Então, a partir de todo esse cenário, o planeta se transformou e a sociedade desacelerou. É possível indicar várias consequências e mudanças que emergiram, sendo que muitas delas são campos fantásticos para novas pesquisas em Geografia: (i) Social: o isolamento social, o fechamento de escolas e de espaços públicos, a proibição de shows e eventos com aglomerações de pessoas, o aumento de casos de violência doméstica e o aumento do debate quanto à saúde mental; (ii) Econômico: o fechamento de comércios e de espaços de consumo, o fechamento de serviços considerados não essenciais, a falência de organizações, o debate de questões trabalhistas, como redução de salários ou de carga horária de trabalho, a desaceleração do consumo e a ampliação do uso de aplicativos e de *delivery*; (iii) Ambiental: a diminuição da poluição de rios e, principalmente, da atmosfera e a diminuição dos ruídos sísmicos provocados pela circulação; (iv) Político: o debate sobre o acesso aos serviços de saúde e de consumo básico como luta de classe, as visões ideológicas acerca do surgimento do novo coronavírus e o uso de *fake news* como armas políticas.

A GEOGRAFIA DA SAÚDE COMO POSSIBILIDADE DE ESTUDO FRENTE À COVID-19

A Geografia, como ciência do espaço geográfico, precisa contribuir com novos estudos científicos nesse cenário de pandemia, sobretudo pela Geografia da Saúde. As contribuições nesse sentido podem ocorrer de diferentes maneiras e em interconexões com outras ramificações da Geografia. Uma das principais possibilidades está no mapeamento, desde a dispersão da doença até os serviços e profissionais de saúde. Com essa espacialização é possível produzir reflexões, prognósticos e embasamentos para ações do poder público.

Então, esta parte do artigo transita pela essência teórica e metodológica da Geografia da Saúde pelos principais autores: Raul Borges Guimarães (Unesp de Presidente Prudente), Samuel do Carmo Lima (UFU), Jorge Pickenhayn (USJ-Argentina) e Maria Eugênia Ferreira (UEM). É fundamental destacar também Christovam Barcellos, Josino Moreira e Maurício Monken com artigos publicados na Revista de Saúde Pública e/ou nos Cadernos de Saúde Pública da Fiocruz

Apesar da relevância desses pesquisadores, “as publicações de artigos científicos sobre o tema em revistas acadêmicas brasileiras ainda é muito incipiente. Do universo de 11.898 artigos publicados nas três revistas pesquisadas (...), foram identificados apenas 113 artigos relacionados aos conhecimentos geográficos (0,9% do total)” (GUIMARÃES, 2016, p. 874). A compreensão dos fenômenos nessa ramificação passa pelo entendimento do espaço e da saúde.

O espaço, considerado particularmente o espaço geográfico, “se caracteriza por possuir múltiplos atributos de distribuição dinâmica e clara diferenciação. (...) A presença humana confere ao espaço traços que o transformam e lhe dão uma historicidade como construção social” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 16). Silva (1997, p. 588), considera que “a análise do espaço geográfico em epidemiologia é particularmente interessante no momento atual, em que existe uma percepção maior da importância do meio ambiente sobre a existência da humanidade”. Assim, assumindo a interação sociedade-natureza no conceito de espaço geográfico, as análises no processo de interação da coletividade com a natureza e a maneira como o meio é transformado, organizado para sustentar a atividade econômica, promoverá uma perspectiva histórica da doença, fundamental para a compreensão do momento atual (SILVA, 1997). Então, a “análise do processo de organização do espaço, por ser este um processo contínuo, permite uma visão dinâmica do processo saúde-doença” (SILVA, 1997, p. 589).

Já a saúde, tão complexa quanto o espaço geográfico, é entendida por diferentes abordagens, na qual destacam-se entre as concepções sociais “a legal (conforme a lei), a econômica e a cultural. No primeiro caso, a saúde é considerada como um bem que as pessoas possuem e que, como tal, requer a tutela jurídica. O Estado deve atuar nesse contexto (...)” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 20). A concepção econômica entende que “a saúde é um bem escasso e acessível que favorece ademais a produtividade. Em consequência, exige sua manutenção e reprodução, por meio da inversão pública e individual (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 20). Por fim, a concepção sociocultural entende que para “alcançar um desempenho adequado dos papéis sociais, para favorecer a criatividade humana, é necessária a saúde como atitude, como predisposição, como capacidade inicial para poder trabalhar” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 20).

Para Souza (2010), a tecnologia exerce um papel fundamental no conhecimento das enfermidades, possibilitando novas formas de conhecer e combater determinadas patologias, influenciando, diretamente, na evolução da Geografia Médica para a Geografia da Saúde. Então, “com essa evolução da Geografia Médica para a Geografia da Saúde, as preocupações com o bem estar, com a desigualdade social, com os serviços de saúde disponíveis para o atendimento das pessoas fazem parte do contexto” (SANTOS, 2010, p. 48).

Logo, o campo da Geografia da Saúde “se desenvolve entre duas “preocupações”: a episteme, que é em essência o lugar a partir do qual se observa um produto; e o método, que prefigura o caminho para alcançá-lo” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 125). Então, a antiga nosologia, “envolvida na relação entre patologias e território, respondia a um paradigma que começou a falhar, isto é, a não dar respostas, a não resolver os problemas” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 126). Para Santos (2010, p. 47), conhecer o local e a realidade socioeconômica da população contribui na prevenção e até na cura de muitas doenças, ou seja, “a partir da compreensão desses fatores (...), é possível fazer uma análise de como o meio ambiente (físico e social) interfere na qualidade de vida do indivíduo. É nesse aspecto que é possível compreender a importância dos aspectos sociais e econômicos na saúde da população”.

A nova roupagem – Geografia da Saúde – se inicia com as preocupações de análise espacial orientadas a resolução de problemas da saúde humana; de análise de problemas demográficos e

epidemiológicos; e de conteúdos sociais na compreensão das desigualdades geradas (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014). Então, essa nova denominação “é uma visão mais abrangente e sistêmica, em que ganham destaque os serviços sanitários no contexto espacial, níveis de saúde, etc. Mas sem esquecer os aspectos ambientais que tem um papel relevante no estudo das enfermidades” (SANTOS, 2010, p. 48).

Particularmente em aspectos humanos, há uma “nova concepção de saúde, influenciado pelo paradigma centrado na ideia de saúde coletiva (...). Esse centro é, finalmente, algo recente. Modelos anteriores tiveram como foco o ambiente, as ciências médicas e a população. Estes dependem do estado de avanço da técnica (...)” (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014, p. 50). Os resultados obtidos na interface da Geografia e Saúde fazem parte de um sistema de ideias em evolução e de um movimento mais amplo de consolidação do campo da saúde coletiva (GUIMARÃES, 2016).

A expressão “saúde coletiva” surge no final da década de 1970, sendo definida “uma área do saber que toma como objeto as necessidades sociais de saúde (e não apenas as doenças, os agravos ou os riscos) entendendo a situação de saúde como um processo social (...) relacionado à estrutura da sociedade e concebendo as ações de atenção à saúde como práticas simultaneamente técnicas e sociais” (SOUZA, 2014, p. 11). Para isso, a Saúde Coletiva se propõe a “utilizar como instrumentos de trabalho a epidemiologia social ou crítica que, aliada às ciências sociais, prioriza o estudo da determinação social e das desigualdades em saúde, o planejamento estratégico e comunicativo e a gestão democrática (SOUZA, 2014, p. 18).

Na atual Geografia da Saúde, os problemas médicos representam apenas uma parte. É preciso contemplar questões individuais e sociais e características próprias dos lugares ou mesmo de grandes espaços continentais, articulados por complexos de base natural ou por instituições humanas, sendo que não existem barreiras epistemológicas, nem fronteiras, capazes de isola a Geografia da Saúde (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014). Nesse sentido, Santos (2010, p. 42), pontua que ela exerce papel relevante, “pois os aspectos sociais e ambientais são na maioria das vezes os grandes responsáveis pelos problemas que afligem a população”.

Os problemas de saúde apresentam uma diversidade de determinações, “fazendo com que propostas de resolução sejam baseadas em múltiplas estratégias, medidas e atores. Destaca-se, ainda, nesse processo, o conhecimento popular e a participação social decorrente desse saber como base para a formulação conceitual e das ações de promoção da saúde” (MONKEN; BARCELLOS, 2005, p. 899). Para isso, os autores enfatizam a relevância do território, a dimensão local e o cotidiano. Nesse sentido, a categoria de análise fundamental para entender isso é o “território utilizado” a partir de análises da constituição do território e, em decorrência disso, o planejamento da vigilância em saúde pode ampliar o seu campo de atuação sobre o espaço geográfico e, por conseguinte, modifica-se conforme a dinâmica das relações (MOKEN; BARCELLOS, 2005).

Para exemplificar uma possibilidade mais empírica da Geografia da Saúde, destaca-se a tese de Ferreira (1996) acerca da ocorrência de Malária no reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Paraná. A autora comprovou que a formação do reservatório na década de 1980 criou uma ampla zona marginal de águas mansas e vegetadas, que acabou por favorecer a proliferação dos mosquitos vetores, ampliando os casos de malária. É importante destacar que segundo ela, antes

disso, os casos na região era poucos. Ferreira (1996) ainda descobriu outra situação relevante na ampliação da ocorrência da Malária na região: a migração recorrente e sazonal das pessoas que foram para garimpos no Pará e em Rondônia e que, ao voltarem com a malária, acabaram contaminando os parentes. Na sequência, resultados empíricos da Geografia da Saúde no Norte Pioneiro do Paraná a partir de reflexões quanto aos leitos hospitalares e o avanço da Covid-19.

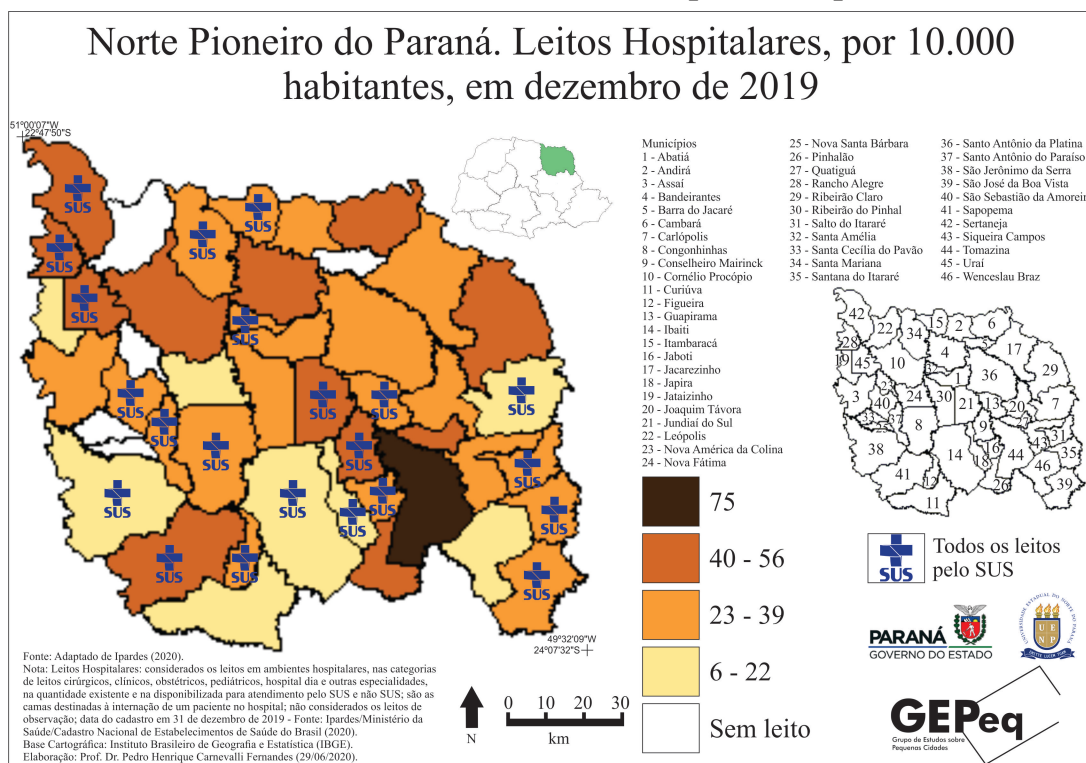
LEITOS HOSPITALARES E AVANÇO DA COVID-19 NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

O Norte Pioneiro do Estado do Paraná é uma região compreendida, segundo o IBGE (2010), por 46 municípios, com área de 15 mil quilômetros quadrados (7,5% do Paraná) e a meio milhão de habitantes (5% da população). Essa região possui uma característica bastante peculiar: os municípios são polarizados por uma pequena cidade. O maior município, demograficamente, é Cornélio Procópio, com quase 47 mil habitantes (IBGE, 2010). A presença das pequenas cidades na região (e essa explicação se entende para o Norte Central do Paraná e para o Noroeste do Paraná), “é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 23). O declínio da economia cafeeira atuou contraditoriamente: influenciou no declínio demográfico e esvaziou o aspecto funcional, particularmente quanto aos serviços e comércios (ENDLICH, 2006). Essa lógica se atrela diretamente à proposta deste artigo, ou seja, os serviços de saúde perdem centralidade conforme o município perde população. Nos últimos dez anos, quase metade dos municípios da região superaram esse declínio e voltaram a ganhar população (FERNANDES, 2017), o que, novamente, pode influenciar na lógica do sistema de saúde, pois muitas vezes a aquisição de novos equipamentos ou serviços de saúde não acompanham o ganho demográfico.

Assim, a Figura 1 apresenta a quantidade de leitos hospitalares, por dez mil habitantes, em dezembro de 2019, no Norte Pioneiro do Paraná. O melhor cenário ocorre em Tomazina, municípios de 8.791 (IBGE, 2010), com 75 leitos hospitalares por dez mil habitantes, bem à frente do segundo melhor colocado, Conselheiro Mairinck, município de 3.636 habitantes (IBGE, 2010), que apresentou 55 leitos hospitalares por dez mil habitantes.

Em todo o Norte Pioneiro, são 1.757 leitos hospitalares, gerando uma taxa de 32 leitos hospitalares por dez mil habitantes; 26 municípios (57% do total) estão próximos a essa média, ou seja, com taxas variando entre 26 e 45 leitos hospitalares por dez mil habitantes. O pior cenário regional ocorre em cinco municípios (Barra do Jacaré, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Santa Bárbara e Santa Cecília do Pavão, que somam quase 18 mil habitantes, conforme o IBGE, em 2010) que não possuem nenhum leito hospitalar. Entre os municípios que possuem leitos, Japira, de 4.903 habitantes (IBGE, 2010), tem a menor taxa de leitos hospitalares por dez mil habitantes: seis, bem abaixo de Curiúva, de 13.923 habitantes (IBGE, 2010), que aparece na sequência com taxa de 14 leitos por dez mil habitantes.

Figura 1 – Norte Pioneiro do Paraná. Taxa de leitos hospitalares, por mil habitantes, 2019



Fonte: Adaptado de Iparides (2020)

Quanto aos municípios da região com maior centralidade e população absoluta, segundo o IBGE (2010), Bandeirantes (32.184 habitantes), aparece em 4º lugar, tem 47 leitos hospitalares por dez mil habitantes; Cornélio Procópio (46.928 habitantes), aparece em 5º lugar, tem taxa de 46 leitos hospitalares por dez mil habitantes; Santo Antônio da Platina (42.707 habitantes), que está em 21º lugar, tem 34 leitos hospitalares por dez mil habitantes; e Jacarezinho (39.121 habitantes), em 25º lugar, apresenta 30 leitos hospitalares por dez mil habitantes. Considerando apenas os municípios com menos de cinco mil habitantes, dois aparecem entre os dez primeiros: Conselheiro Mairinck, já citado, e Jundiá do Sul, em 10º lugar, com 41 leitos hospitalares por dez mil habitantes.

O acesso à Saúde, segundo Unglert, Rosenberg e Junqueira (1987), engloba inúmeros fatores e pode ser analisado por diferentes abordagens. Assim, o sistema institucional de saúde apresenta “dificuldades que impedem a satisfação das necessidades de assistência à saúde da totalidade da população. Um dos fatores que contribuem para essa situação é a inacessibilidade de numerosos grupos da população aos serviços de saúde” (UNGLERT; ROSENBERG; JUNQUEIRA, 1987, p. 439). Além disso, os autores destacam a importância de uma equidade na assistência à saúde a partir de Mooney: a equidade horizontal, que preconiza o tratamento igual dos indivíduos que apresentam iguais problemas de saúde, e a equidade vertical, que enuncia que indivíduos que tenham problemas desiguais de saúde sejam tratados dentro de cada particularidade.

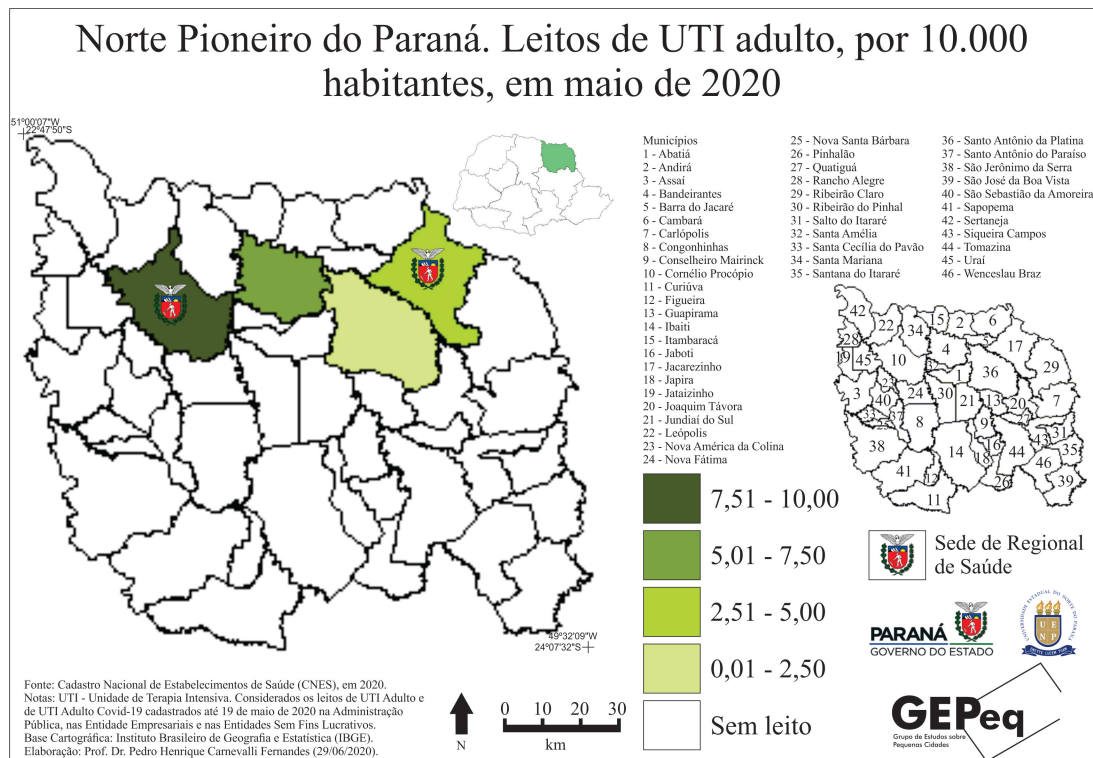
Por isso, um sistema unificado é necessário. No caso brasileiro, compete ao Sistema Único de Saúde (SUS), segundo o artigo duzentos, além de outras atribuições, nos termos da lei: I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; III - ordenar a

formação de recursos humanos na área de saúde; IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. A “implementação do SUS revela esforços de fortalecer uma política de caráter nacional em um cenário federativo e democrático, expressos na configuração institucional do sistema e na regulação da descentralização” (VIANA; MACHADO, 2009, p. 808).

Nesse sentido, é relevante abordar a espacialidade do SUS na região. A região tem 1.462 (83% do total) leitos hospitalares pelo SUS. No total, 22 municípios (48% do total) possuem todos os seus leitos hospitalares pelo SUS – juntos, eles somam 500 leitos hospitalares pelo SUS. O município com a maior rede de leitos hospitalares integralmente pelo SUS é Ibaiti, de 28.751 habitantes (IBGE, 2010), com 55 leitos hospitalares. A proporção é ampliada quando se considera os municípios com proporção de leitos pelo SUS superior a 80%: 33 municípios ou 72% do total – 933 leitos hospitalares pelo SUS. Os dados demonstram uma altíssima dependência dos municípios do Norte Pioneiro da rede pública de saúde. Os menores patamares de leitos hospitalares pelo SUS estão em: Cornélio Procópio, com 61%; Pinhalão, com 63%; Siqueira Campos, com 65%; e Bandeirantes, com 66%.

No caso específico da Covid-19, um tipo de leito é extremamente relevante: a UTI. E, nessa tipologia de leito, os dados revelam resultados alarmantes: apenas quatro municípios (9% do total) possuem leitos de UTI adulto. Nesse sentido, a Figura 2 apresenta as taxas de leitos de UTI, por dez mil habitantes, em maio de 2020, no Norte Pioneiro do Paraná.

Figura 2 – Norte Pioneiro do Paraná. Taxa de leitos de UTI, por dez mil habitantes, 2020



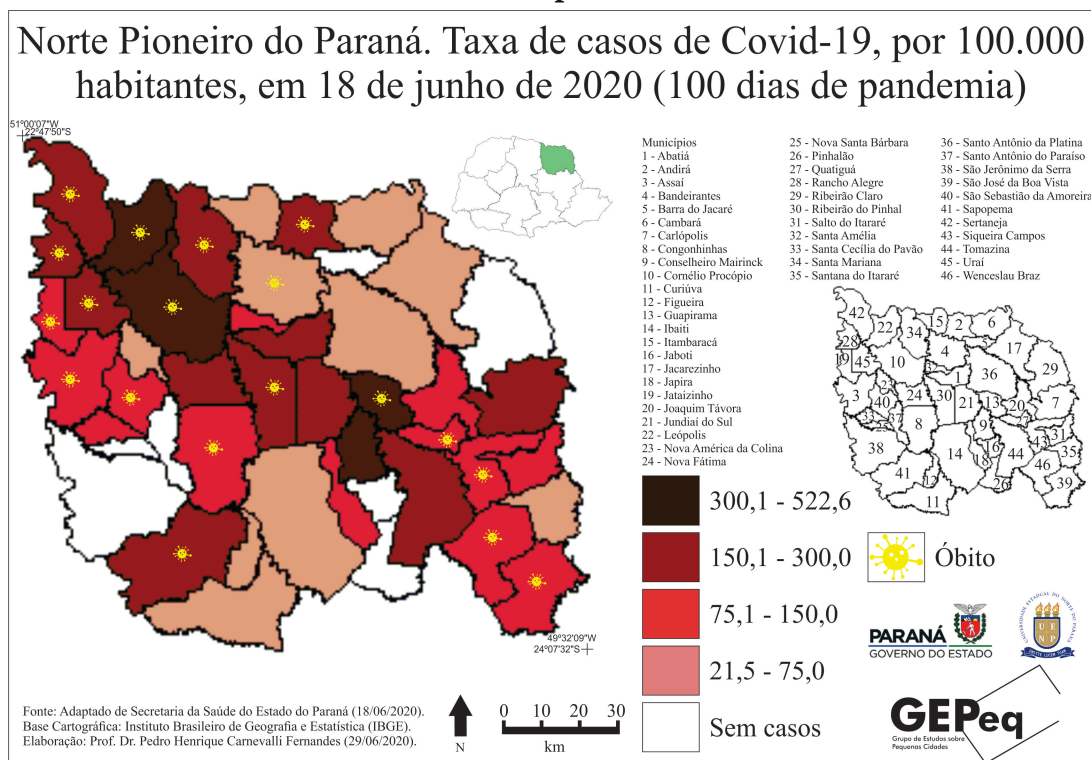
Fonte: Adaptado de CNES (2020)

É possível perceber que 385 mil habitantes (70% da população regional) terão que ser deslocados caso necessitem de um leito de UTI. Além disso, os poucos municípios que possuem leitos de UTI adulto apresentam taxas baixas, ou seja, inferiores a dez leitos de UTI adulto por dez mil habitantes. O melhor cenário está em Cornélio Procópio, que é sede da 18ª Regional de Saúde do Paraná. Jacarezinho, sede da 19ª Regional de Saúde, apresenta taxa inferior a de Bandeirantes.

Diante desse cenário de leitos hospitalares, apresenta-se o avanço da Covid-19 na região. De modo geral, em 100 dias de pandemia, o comportamento da Covid-19 no Norte Pioneiro pode ser traduzido em dois momentos: o primeiro, um “comportamento de controle”, durou 65 dias de pandemia, entre 11 de março de 2020 e 14 de maio de 2020, e resultou em 36 casos e cinco óbitos de Covid-19; o segundo, um “comportamento de descontrole”, durou 35 dias de pandemia, entre 15 de maio de 2020 e 18 de junho de 2020, e resultou em 710 casos e 33 óbitos. Essa mudança tem relação, em parte, pelo comportamento social da população e pelas políticas públicas promovidas pelos governos municipais, sobretudo quanto à flexibilização do isolamento social. Sobre os óbitos, a dinâmica se repete: entre 11 de março de 2020 e 21 de maio de 2020, portanto 72 dias de pandemia, foram registrados seis óbitos. Nos demais 28 dias de pandemia, entre 22 de maio de 2020 e 18 de junho de 2020, ocorreram 32 óbitos.

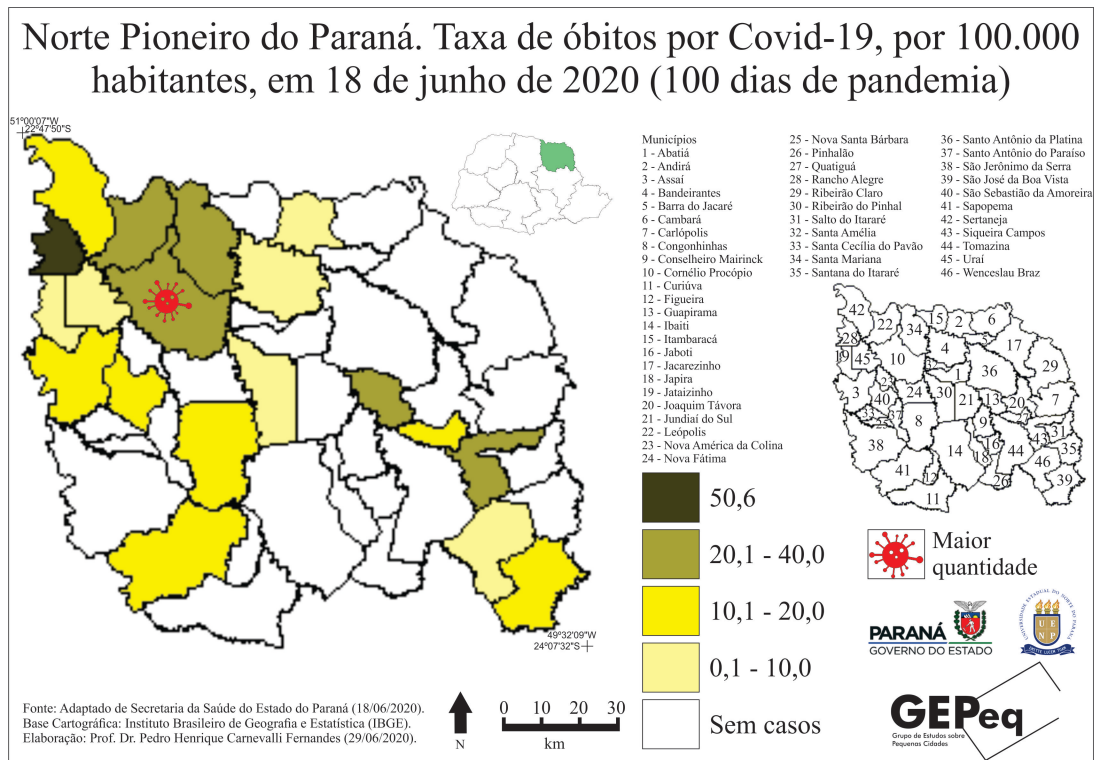
A Figura 3 apresenta as taxas de casos de Covid-19, por cem mil habitantes, após 100 dias de pandemia, em 2020, no Norte Pioneiro do Paraná. Já a Figura 4 destaca as taxas de óbitos, por cem mil habitantes, após 100 dias de pandemia, em 2020, no Norte Pioneiro do Paraná. Certamente esses dados sofrerão alterações. Apesar disso, é preciso apresentá-los e refletir sobre eles. A relevância da espacialização pode produzir histórico, contribuir no entendimento do contexto de pandemia e, principalmente, motivar a realização de políticas públicas.

Figura 3 – Norte Pioneiro do Paraná. Taxa de casos de Covid-19, por cem mil habitantes, após 100 dias de pandemia



Fonte: Adaptado de Paraná (2020)

Figura 4 – Norte Pioneiro do Paraná. Taxa de óbitos por Covid-19, por cem mil habitantes, após 100 dias de pandemia



Fonte: Adaptado de Paraná (2020)

No período de 100 dias de pandemia (11/03/20 a 18/06/20), o Norte Pioneiro do Estado do Paraná somou 746 casos de Covid-19 (6% dos casos do Estado), o que gerou uma taxa de 137 casos por cem mil habitantes. Quanto aos óbitos, os 38 registrados na região (quase 10% do total do Estado) geraram uma taxa de 7,0 óbitos por cem mil habitantes. No Norte Pioneiro, 39 municípios (85%) apresentaram casos confirmados de Covid-19 após 100 dias de pandemia e 19 municípios (41%) tiveram óbitos pela doença.

Na região, existem cenários bem distintos quanto ao avanço da Covid-19. O cenário mais preocupante está em Cornélio Procópio e seu entorno, que teve uma disseminação hierárquica a partir da centralidade de Cornélio Procópio. Em 100 dias de pandemia, Cornélio Procópio abarcou 30% dos casos e dos óbitos existentes em todo o Norte Pioneiro e alcançou a 15ª maior taxa de contaminação no Estado do Paraná.

O entorno de Cornélio Procópio tem nove das 16 maiores taxas do Norte Pioneiro, com destaque para Cornélio Procópio (462 casos por cem mil habitantes) e Leopólis (338 casos por cem mil habitantes) com as maiores taxas. Outra porção da região que merece preocupação é o entorno de Tomazina (que tem 171 casos por cem mil habitantes), com destaque para Conselheiro Mairinck e Guapirama, com taxas acima de 500 casos por cem mil habitantes. Apenas Andirá (258 casos por cem mil habitantes) e Sapopema (297 casos por cem mil habitantes) não estão nesses entornos.

Entre os municípios que apresentaram óbitos por Covid-19, 14 tiveram apenas uma morte, enquanto cinco municípios enfrentaram mais de um caso, sendo eles: Cornélio Procópio (12 óbitos), Santa Mariana (quatro óbitos), Siqueira Campos (quatro óbitos), Assaí (dois óbitos) e Rancho Alegre (dois óbitos). Devido ao tamanho populacional, Rancho Alegre ficou com a maior taxa de óbito por

Covid-19, acima de 50 por cem mil habitantes. A lógica dos óbitos é semelhante à da disseminação da doença, com exceção de Bandeirantes e Congonhinhas.

Associando as taxas de leitos hospitalares com o avanço da Covid-19 no Norte Pioneiro do Paraná é possível promover reflexões sobre diversos municípios:

Em Leópolis, quarta maior taxa da região em Covid-19, não existe leito hospitalar, obrigando um deslocamento das pessoas para Cornélio Procópio. A mesma reflexão vale para Santa Cecília do Pavão (que visualiza uma ampliação de casos), Nova América da Colina (que estabilizou sua disseminação) e Nova Santa Bárbara (que ainda não registrou de forma oficial nenhum caso por Covid-19).

Em Jataizinho (135 casos por cem mil habitantes) e Nova Fátima (209 casos por cem mil habitantes), possuem poucos leitos hospitalares, o que significa que ao saturar a rede local precisaram realizar deslocamentos para Londrina e Cornélio Procópio, respectivamente. Apesar dessa realidade, são deslocamentos próximos.

Carlópolis, Curiúva, Ibaiti, Japira e Wenceslau Braz, que estão na porção Sul do Norte Pioneiro, também têm casos confirmados e baixas taxas de leitos hospitalares, mas são pequenas cidades distantes dos principais hospitais da região, que estão em Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina. Essa realidade é preocupante.

Os poucos leitos de UTI do Norte Pioneiro estão concentrados totalmente na porção Norte da região, ampliando os deslocamentos do municípios mais ao Sul, o que pode influenciar nas taxas de óbitos desses municípios. Entre os municípios que possuem leitos de UTI, Jacarezinho é sede de uma regional de saúde (19ª Regional de Saúde do Paraná), mas tem taxa de leitos de UTI menor que Bandeirantes.

A disseminação da Covid-19 por rede hierárquica de cidades demonstra a relevância de uma rede de saúde adequada e suficiente e uma gestão eficiente. Além disso, proporciona condições do Governo promover políticas corretas de enfrentamento. Nesse sentido, os dados e a hierarquia regional demonstram a necessidade de ampliação da rede de saúde em Ibaiti e Wenceslau Braz.

As pequenas cidades do Norte Pioneiro, após 100 dias de pandemia, já vivenciam casos e óbitos de Covid-19. A ausência ou insuficiência dos serviços de saúde pode agravar esse cenário. Ao analisar a rede hierárquica de saúde, é possível perceber que entre as cidades com maior centralidade de leitos, Cornélio Procópio já vivencia uma realidade alarmante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de saúde se tornou, por consequência da pandemia de Covid-19, no principal tema de 2020. Sendo assim, em foco na mídia, na academia e nas políticas públicas, é preciso debate e embasamento científico para uma promoção adequada, justa e equilibrada das ações. A saúde é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo o SUS o sistema mais adequado para essa garantia. Evidentemente, o esse sistema passou por mudanças profundas até atingir o caráter democrático e universal da contemporaneidade. Isso não quer dizer que o sistema opera com a qualidade esperada. Ainda assim, além de ser um sistema reconhecido mundialmente pela sua relevância, é o que a esmagadora maioria das pessoas consomem quanto ao serviço de saúde.

Nos embasamentos teóricos, a Geografia da Saúde passa por compreensões sobre o espaço geográfico e sobre a saúde e deve se desenvolver entre duas “preocupações”, a episteme e o método, e se ancorar no conhecimento sobre o local e a realidade socioeconômica da população. Além disso, este artigo defende um olhar para o sistema público de saúde pela saúde coletiva.

No caso empírico, a pesquisa focalizou a realidade do Norte Pioneiro do Estado do Paraná. Sobre os leitos hospitalares, foi possível constatar que quase vinte mil pessoas não têm à disposição nenhum leito hospitalar. Os 1.757 leitos hospitalares geram uma média regional de 32 leitos hospitalares por dez mil habitantes. O melhor cenário é o de Tomazina com 75 leitos hospitalares por dez mil habitantes. O SUS possui na região 1.462 (83% do total) leitos hospitalares, mostrando uma altíssima dependência ao serviço público. Outra informação relevante é que 22 municípios possuem todos os seus leitos hospitalares pelo SUS, o que corresponde a exatos 500 leitos hospitalares. Quanto aos leitos de UTI, quase 400 mil pessoas não possuem esse serviço em seus municípios, obrigando deslocamentos. A realidade dos municípios na porção Sul da região é ainda mais grave quanto à alta complexidade.

Quanto ao avanço da Covid-19, quase todos os municípios já apresentam casos da doença no período de 100 dias de pandemia, isso sem considerar casos de subnotificação e de demora nos resultados, mostrando grande preocupação quanto ao avanço da doença. Após o afrouxamento do isolamento social, sobretudo por pressão das elites econômicas locais nas cidades, a doença escalou na região. Associando as taxas de leitos hospitalares com as taxas de avanço da Covid-19 no Norte Pioneiro do Paraná é possível constatar situações preocupantes em diversos municípios. Os dados de óbitos mostram cenários semelhantes.

Portanto, acredita-se que debater a Geografia da Saúde na atual pandemia de Covid-19 é, além de científico e indispensável, uma questão de humanidade; é, igualmente, pensar em uma Geografia da Vida.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fabiano. Teich deixa o Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo e após divergir de Bolsonaro. 15/05/2020. **Portal Globo.com**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/teich-deixa-o-ministerio-da-saude-antes-de-completar-um-mes-no-cargo.ghtml>> acesso em 21 jun. 2020.
- AYUSO, Sílvia. França registra a primeira morte fora da Ásia pelo coronavírus. 15/02/2020. **El País**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-15/franca-registra-a-primeira-morte-fora-da-asia-pelo-coronavirus.html>> acesso em: 22 jun. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 18ª edição. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Brasil confirma primeiro caso de novo coronavírus**. 26/02/2020. 2020a. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>> acesso em: 22 jun. 2020.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus**. 2020c. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/o-ministro/746-saude-de-a-a-z/46490-novo-coronavirus-o-que-e-causas-sintomas-tratamento-e-prevencao-3>> acesso em: 22 jun. 2020.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Nelson Teich toma posse como Ministro da Saúde**. 17/04/2020. 2020b. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46747-nelson-teich-toma-posse-como-ministro-da-saude>> acesso em 21 jun. 2020.
- CNES, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Consulta Estabelecimentos**. 2020. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>> acesso em 19 mai.

2020.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** 505 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva.** 525 p. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

FERREIRA, Maria Eugênia Moreira Costa. **Ocorrência de malária na área de influência do reservatório de Itaipu –margem esquerda –Paraná, Brasil: um estudo de geografia médica.** Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 1996.

GUIMARÃES, Raul Borges. Geografia e saúde coletiva no Brasil. **Saúde Soc. Pão Paulo**, v. 25, n. 4, p. 869-879, 2016.

GUIMARÃES; Raul Borges; PICKENHAYN, Jorge Amancio; LIMA, Samuel do Carmo. **Geografia e saúde sem fronteiras.** Uberlândia (MG): Assis Editora, 2014.

GIULLINO, Daniel et al. Com 76% de aprovação, Mandetta anuncia que foi demitido por Bolsonaro. 16/04/2020. **O Globo.** 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/com-76-de-aprovacao-mandetta-anuncia-que-foi-demitido-por-bolsonaro-24372530>> acesso em: 22 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Banco de Dados: leitos hospitalares.** 2020.

MA, Josephine. Coronavirus: China's first confirmed Covid-19 case traced back to November 17. 13/03/2020. **South China Morning Post**, 2020. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/society/article/3074991/coronavirus-chinas-first-confirmed-covid-19-case-traced-back>> acesso em: 22 jun. 2020.

MONKEN, Maurício; BARCELLOS, Christovam. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, 2005.

OLIVEIRA, Joana. Brasil tem contágio comunitário de coronavírus em todo o país. 20/03/2020. **El País.** 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-20/brasil-tem-contagio-comunitario-de-coronavirus-em-todo-o-pais-mas-ainda-nao-declara-quarentena.html>> acesso em: 22 abr. 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Coronavírus.** 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/es/emergencias/diseases/novel-coronavirus-2019>> acesso em 21 jun. 2020.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Saúde. **Boletim Epidemiológico.** 18/06/2020. 2020. Disponível em: <www.saude.pr.gov.br> acesso em: 22 jun. 2020.

SANTIRSO, Jaime. Retratos de Wuhan. 30/01/2020. **El País.** 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-30/retratos-de-wuhan-uma-cidade-em-quarentena-vista-por-dentro.html>> acesso em: 22 jun. 2020.

SANTOS, Flávia de Oliveira. Geografia médica ou Geografia da Saúde? Uma reflexão. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 32, p. 41-51, 2010.

SEVILLANO, Helena. OMS declara que coronavírus é uma pandemia global. 11/03/2020. **El País.** 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-11/oms-declara-que-coronavirus-e-uma-pandemia-global.html>> acesso em: 22 jun. 2020.

SILVA, Luiz Jacintho da. O conceito de espaço na epidemiologia das doenças infecciosas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 585-593, 1997.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes. Saúde pública ou saúde coletiva? **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 15, n. 4, p. 1-21, 2014.

UNGLERT, Carmen Vieira de Sousa; ROSENBERG, Cornélio Pedroso; JUNQUEIRA, Claudette Barriguela. Acesso aos serviços de saúde: uma abordagem de geografia em saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 5, p. 439-446, 1987.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila Viana; MACHADO, Cristiani Vieira. Descentralização e coordenação federativa: a experiência brasileira na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14, p. 807-817, 2009.

O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO E A POLARIZAÇÃO DOS ÚLTIMOS TEMPOS.

EL ESCENARIO POLÍTICO BRASILEÑO Y LA POLARIZACIÓN DE LOS ÚLTIMOS TIEMPOS.

THE BRAZILIAN POLITICAL SCENARIO AND THE POLARIZATION OF RECENT TIMES.

Antônio ROCHA¹

RESUMO:

A reflexão apresentada neste artigo é fruto de um estudo bibliográfico e tem como objetivo proporcionar ao leitor reflexões em torno da polarização política no Brasil, mas ao mesmo tempo sinalizar que o contexto é mais amplo, de caráter global. Os referenciais ajudam a contrastar fatos e realidades tomando como base a sociologia, complementados por outros referenciais. Trata-se de uma análise que, mesmo na superficialidade do contexto histórico, tem importância ímpar a ajudar o leitor que está em busca de um raciocínio crítico sobre a realidade vivida no país, nos últimos tempos. O estudo perpassa por momentos na história, de controle, mas também, de reações sociais. Apesar de não entrar na especificidade do tema, o estudo se vale de referenciais com abordagens em diferentes momentos na história. Além da Origem social e Antropológica do brasileira, ele fala no sistema estrutural e evolutivo da nação, na polarização dos últimos tempos capaz de envolver, de um lado, uma elite que fala em democracia, mas busca a privatização do Estado, o extermínio de ações sociais e a concentração da riqueza para uma minoria, do outro, seguimentos sociais e partidos de esquerda em defesa da democracia e ações sociais, além da preservação e proteção do Estado. Mesmo não entrando no mérito da questão polêmica, o estudo quis servir como provocação à reflexão. Outra evidência no artigo que merece a atenção, é a proposta de reflexões, valorização e o cuidado com a chegada da tecnologia e seus desafios para ambos os polos. As conquistas tecnológicas podem representar benefício, recurso e/ou comprometimento, um sustentáculo à polarização ideológica mencionada, mas pode prover indagações e manipulações em torno da realidade de toda a história do país. Enfim, sugere-se que o leitor busque entender a dimensão histórica e social do país para aprimorar sua compreensão em torno do comportamento social e psicológico do cidadão brasileiro. O momento de incerteza com a pandemia (Covid 19) neste ano de 2020 pode fomentar uma reflexão e um novo paradigma social, aproximar as pessoas e direcioná-las a uma mudança de comportamento mais relevante, em defesa do social, do humano.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia; Polarização; Psicologia; Tecnologia.

RESUMEN:

La reflexión presentada en este artículo es el resultado de un estudio bibliográfico y tiene como objetivo brindar al lector reflexiones sobre la polarización política en Brasil, pero al mismo tiempo señala que el contexto es más amplio, de carácter global. Las referencias ayudan a contrastar hechos y realidades basados en la sociología, complementados con otros. Es un análisis que, aun en la superficialidad del contexto histórico, tiene una importancia sin igual para ayudar al lector que busca en el país recientemente. El estudio pasa por momentos de la historia del control, pero también de las reacciones sociales. Aunque no entra en la especificidad del tema, el estudio utiliza referencias con enfoques en diferentes momentos de la historia. Además del origen social y antropológico de los brasileños, se habla del sistema estructural y evolutivo de la nación, de la polarización de los últimos tiempos capaz de involucrar, por un lado, a una élite que habla de democracia, pero busca la privatización del Estado, el exterminio de acciones sociales y concentración de la riqueza en minoría, por el otro, segmentos sociales y partidos de izquierda en defensa de la democracia acciones sociales, además de la preservación y protección del Estado. El estudio no pretendía ahondar demasiado en los méritos del controvertido tema, pero sí sirvió para provocar una reflexión. Otra evidencia en el artículo es la propuesta de reflexión, valoración y cuidado con la llegada de la tecnología y sus desafíos para ambos polos. Los logros tecnológicos pueden representar beneficio, recurso y/o compromiso, un apoyo a la polarización ideológica antes mencionada capaz de plantear interrogantes y manipulaciones en torno a la realidad y toda la historia del país. Finalmente, se sugiere que el lector busque comprender la dimensión histórica y social del país para mejorar su comprensión del comportamiento social y psicológico del ciudadano brasileño. El momento de incertidumbre con la pandemia (Covid 19), en este año de 2020 puede propiciar la reflexión sobre un nuevo paradigma, acercando a las personas y dirigiéndolas hacia un cambio de comportamiento más relevante en defensa de lo social y humano.

PALABRAS CLAVE: Ideología; Polarización; Psicología; Tecnología.

ABSTRACT:

The reflection presented in this article is the result of a bibliographic study and aims to provide the reader with reflections on political polarization in Brasil, but at the same time it signals that the context is broader, of a global character. The references help to contrast facts and realities based on sociology, complemented by others. It is an analysis that, even in the superficiality of the historical context, has unparalleled importance in helping the reader who is looking for a critical reasoning about the reality experienced in the country recently. The study goes through moments in the history of control, but also of social reactions. Although it does not go into the

¹ Mestre em Ciências da Educação - UNADES - Paraguai. Especialização em Ciências da Educação - FAP - ES. Especialização em Filosofia da Educação - FAP - ES. Especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior - UNIURO - RO. Licenciatura Plena em Pedagogia - UNIR - RO e Técnico em Agropecuária.

specificity of the theme, the study uses references with approaches at different times in history. In addition to the Brazilian social and anthropological origins, there is talk of the structural and evolutionar system of the nation, of the polarization of recent times capable of involving, on the one hand, na elite that speaks of democracy, but seeks the privatization of the State, the extermination of social actions and the concentration of wealth in a minority, on the other, social segments and leftwing parties in defense of democracy social actions, in addition to the preservation and protection of the State. The study did not aim to delve too much into the merits of the controversial issue, but it did serve to provoke reflection. Another evidence in the article is proposal for reflections, valuation and care with the arrival of technology and its challenges for both poles. Technological achievements can represent benefit, resource and/or commitment, a support to the aforementioned ideological polarization capable of providing questions and manipulations around the reality and the entire history of the country. Finally, it is suggested that the reader seeks to understand the historical and social dimension of the coutry to improve its understanding of the social and psychological behavior of the Brazilian citizen. The momento f uncertainty with the pandemic (Covid 19), in this year of 2020 can foster reflexion on a new paradigma, bringing people together and directiong them to a more relevant behavior change in defense of the social and human.

KEYWORDS: Ideology; Polarization; Psychology; Technology.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade descrever o Brasil em sua formação Antropológica perpassando pelos caminhos trilhados na estruturação social, política e ideológica. Trata-se de um estudo bibliográfico de caráter crítico que procura desconstruir muito do que foi ensinado nos Livros Didáticos trabalhados nas escolas. Ele vem mostrar aquilo que não se vê sem um olhar crítico, sem a busca consistente. Serve para contrapor o heroísmo que sempre foi muito forte e manipulador da real situação da maioria dos brasileiros. Os confrontos ideológicos sempre existiram nesse país, bem como, as distorções da realidade, mas pouco a pouco os cidadãos foram ganhando a consciência de que são seres humanos e compõem esta realidade.

De origem semifeudal e escravocrata, esteve presente em seu seio, o autoritarismo de um lado e a submissão do outro, o confronto, mas também a punição dos que desobedeciam a ordem. Uma classe instruída, outra analfabeta ou, semianalfabeta. Porém a necessidade evolutiva da industrialização e urbanização, obrigou o país a investir no conhecimento. Aquilo que antes foi privilégio dos bacharéis, a educação dos filhos dos senhores das casas grandes, passaria agora à sociedade, uma educação propícia à obediência, evidentemente. Nasceu a primeira oportunidade de instruir o filho dessa nação, mesmo que, essa educação caracterizasse dois polos, uma escola para a elite instruindo o domínio e a outra ao cidadão instruindo à obediência.

Nem todo ser é carrasco do outro e, naturalmente, surgiu na sociedade seres pensantes com caráter humano capazes de defender os indefesos do país. Há aquele que, pela criatividade, ou pela sorte mesmo, chega ao status de poder e não perde seus princípios e assume a defesa dos seus. É aí que o embate ideológico se instaura, há no país os que visam o domínio, mas também, os que querem libertação dos seres humanos como dignos de ser gente. Assim acontece o início do embate social, as organizações sociais no país, a luta pela democracia e direitos iguais. Por mais que o sistema persegue e pune, em nome da ordem, a criatividade humana supera as amarras instauradas para forçar a obediência civil e desmascara a moralidade impetrada pelo sistema, que na maioria das vezes, é antiética.

Com o advento e popularização dos instrumentos tecnológicos, o sistema passou a mapear os interesses da população, mas também possibilitou a comunicação, facilitando à instrução para a libertação. Atualmente, existe uma elite local que quer a todo custo monopolizar as pessoas, ela é financiada política, econômica e ideologicamente por uma elite global que popularizou a comunicação

para o mapeamento do comportamento humano, mas estes instrumentos para o mapeamento humano, são os mesmo que possibilitam a disseminação e instrução dos entes manipulados. É preciso saber usá-los! São estas opiniões que vão conduzir você no artigo. Ele busca desconstruir o sistema de distorções, canalizando as informações em direção ao real. Depois de mais de cinco séculos, onde uma maioria passou adormecida é preciso despertar a consciência de que o país é rico e merece uma população alegre e feliz.

ORIGEM SOCIAL E ANTROPOLÓGICA DO BRASILEIRO

De origem e estruturação social semifeudal constituída por três bases principais: a indígena, a africana e a europeia, somos uma nação heterogênea do ponto de vista antropológico. No caráter econômico e político, predominou uma minoria com grandes privilégios, controlando uma maioria sujeita a muitas atrocidades. Do ponto de vista ideológico, a nação demorou a despertar e os poucos que desafiou o poder sempre foram intimidados, punidos ou, de forma mais dramática, até exterminados da sociedade. Politicamente falando, o país passou por muitas conquistas e evoluções rumo ao campo democrático, muitas vezes avançado, outras vezes retrocedendo na história.

O primeiro grande esforço apresentado aqui está em sintetizar o contexto histórico brasileiro dos mais de cinco séculos, em poucos parágrafos. Não se trata de detalhar cada comportamento social, ou desmistificar fatos históricos acontecidos em determinada região do país, mas trata-se de situar o leitor no contexto que parece mais condizente com a realidade muitas vezes demonstrada no regime tradicional com heroísmo e distorção da realidade. Estamos falando da exploração indígena e seus descendentes, mas também da africana e seus descendentes. A dramática realidade vivida por esses povos, por mais se camufle essa realidade nos livros didáticos, é impossível escondê-la da história, basta ter uma experiência de vida.

Quando se busca aprofundar nas reflexões em obras disponíveis, tanto do passado, como no presente, as evidências deixam escapar a cruel veracidade. Como já foi sinalizado, os três segmentos importantes para a formação do povo brasileiro, se deu, com a chegada dos europeus e dos africanos que, confrontado e, afrontando à cultura nativa, deu origem a essa nação que é plural e cativante. Plural em sua dimensão étnica e cativante na sua forma cultural de ser. Ideologicamente falando, esta mesma população se diverge em determinados momentos e converge em outros regulando o sistema político que na maioria das vezes é ideologicamente usado por uma elite controladora.

Para que você se situe melhor ao que estamos propondo refletir aqui, buscamos perpassar por alguns momentos históricos importantes a ajudar no entendimento da realidade brasileira. Inicialmente, é preciso perceber que o sistema de colonização semifeudal e escravocrata foi o método que o colonizador achou mais adequado para a nova Colônia, mais tarde ele foi direcionado à urbanização e, conseqüentemente, à industrialização. Nasce os polos brasileiros, um privilegiado e o outro, sujeito à subordinação. São essas duas vertentes que continuam presentes e em busca de garantir seu espaço social. Enquanto um detém o controle político-social e os meios de produção, o

outro compõe-se da força de trabalho, mas reivindica direitos à expansão social gerador do contraste ao qual estamos falando, a polarização.

SISTEMA SEMIFEUDAL E ESCRAVOCRATA.

Utilizando-se da contribuição de autores que são importantes para desmistificar o Brasil que muitos não veem, o artigo esforça-se para ser criativo, claro e objetivo. Portanto, busca-se nos primeiros referenciais que serão apresentados, dialogar no texto, proporcionando ao leitor reflexões pertinentes ao tema envolvendo no debate novos referenciais que, também são importantes para entender a temática. Em Darcy Ribeiro (1995), viu-se a formação, como diria o sociólogo, a gestação de um povo nação. Em “O Povo Brasileiro,” ele mostrou que a Ilha chamada Brasil gestou um povo que difere dos povos originário, mas também difere do colonizador, e, ao mesmo tempo possui traços de ambos, até porque essa nação é uma mescla de um tripé inicial com o europeu, o africano e os povos originários, além de influências do Continente asiático.

Por sua vez, o segundo referencial explorado no artigo, é importante na fundamentação e no entendimento da transição rural/urbano, na mudança de comportamento social do sistema escravocrata rural para o industrial, conseqüentemente, burocrático e urbano. Estamos falando em Gilberto Freyre e a obra “Sobrados e Mucambos (2013)”. Se o primeiro referencial fala na gestação da nação, o segundo complementa-o com a estruturação social refletindo a transição do modelo de sociedade inicial rural para a superação colonial de regime semifeudal. Enquanto o primeiro autor utiliza-se muito fortemente da visão antropológica para chegar ao campo social e apresentar a sua visão sociológica, o segundo, observa a estrutura social e a evolução dos mecanismos burocráticos estruturados, endossados pelos Bacharéis em sua dimensão sociológica.

Outro autor importante para a reflexão, capaz de atualizar o contexto que estamos discutindo aqui, também se vale da sociologia. Ele sintetiza a história brasileira da escravidão à lava-jato no livro: “A Elite do Atraso: da escravidão à lava-jato (2017)”. Também contribui fortemente para o entendimento do Brasil que não queremos, o Brasil da “Ralé – expressão do autor”, em “Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro (2018)”. Evidentemente, não se trata aqui de discutir as referidas obras, ou criar um debate crítico em torno dos autores, mas sim, se valer das suas análises para o entendimento do que queremos dialogar no artigo.

O que se pretende, nada mais é que, refletir o “Cenário Político brasileiro em sua versão mais polarizada da história”. Para alguns cidadãos, o momento é assustador e desgovernado, porém observando em viés crítico, percebe-se que positivamente, o país em sua base social, está amadurecendo. A representatividade ideológica sobre o social está equiparada em seu nível estrutural com representação do campo econômico, industrial/urbano e rural, mas também, está representada nas camadas da sociedade onde se tem a força de trabalho, onde havia o controle e a submissão, esses setores têm reagido, daí a polarização na representatividade. Não há uma anormalidade, o país cresceu em consciência e esse choque identitário é a causa dos transtornos nos momentos de polarização.

No Brasil, de índios e negros, a obra colonial de Portugal também foi radical. Seu produto verdadeiro não foram os ouros afanosamente buscados e achados, nem as mercadorias

produzidas e exportadas. Nem mesmo o que tantas riquezas permitiram erguer o velho mundo. Seu produto real foi o povo-nação, aqui plasmado principalmente pela mestiçagem, que se multiplica prodigiosamente como uma morena humanidade em flor, à véspera do seu destino. (RIBEIRO, 1995, p. 68).

Veja como Darcy Ribeiro descreve o Brasil e o seu potencial humano. Enquanto, costumeiramente, as pessoas se voltam para o econômico, para a riqueza material, na citação representada acima, viu-se que Ribeiro focou na riqueza antropológica, identitária. Obviamente, sabia ele dá importância dos outros mecanismos que proporcionam as riquezas de uma nação, tanto quanto, sabemos disso, mas nos valem da reflexão, pois o foco no artigo volta-se para a formação social e queremos chegar ao cenário político brasileiro com a sua polarização. A bela nação descrita pelo autor, bela no sentido de beleza estética mesmo, mas também no sentido crítico, criativo, para sobreviver, precisou de muitos embates ideológicos que proporcionasse a consciência social mais igualitária, uma situação ainda em jogo.

O autor da obra “O Povo Brasileiro (1995), deixa claro que nem tudo foi embate e que, o início no processo colonial houve a cordialidade dos nativos, bem como, dos futuros carrascos desses “inocentes”, no entanto, com o passar dos tempos os conflitos começaram e se deram em vários níveis, como no biótico, no ecológico e na disputa por terras e riquezas, além do econômico e social. No plano étnico-cultural gestou uma nova etnia com a unificação da linguagem e dos costumes aqui perpetrados, porém predominou o regime autoritário escravocrata por quase quatro séculos e esses contrastes desfecham no cenário atual polarizado no país.

E, por essa razão, é importante estudar as obras de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala” e “Sobrados e Mucambos”, pois elas vêm para clarificar o processo de estruturação desses povos e a transição do modelo rural para o urbano/industrial e, conseqüentemente, o burocrático. Na segunda obra de Freyre, Jessé Souza mostra que: “O que Gilberto Freyre reconstrói em Sobrados e Mucambos é o início do Brasil moderno, ou seja, o Brasil a partir de 1808, que passa a ser o centro do império português e que se abre comercialmente à Europa. ... (SOUZA, 2017, p. 57). Se trata de um Brasil em processo de mudanças substanciais, um Brasil com mais de três séculos de existência onde uma minoria não tinha privilégios algum, como mostra a citação abaixo.

No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. Mas nossa autointerpretação dominante nos vê como continuidade perfeita de uma sociedade que jamais conheceu a escravidão a não ser de modo muito datado e localizado. (SOUZA, 2017, p. 40).

Observando a citação em Souza é perceptível que a escravidão foi preponderante desde o início colonial, algo que não existia na Metrópole, como nos mostra o próprio autor e por isso, ele diz, que: “Nosso desenvolvimento histórico foi diferente do europeu ...” Souza (2017, p. 47). Com a ação culminando na exploração escrava, os escravos sentem-se na obrigação de criar mecanismos para a sua defesa e aí vão nascendo os focos de resistências, até se chegar à formação dos Quilombos e tantos outros mecanismos que deram rumo à abolição em 1888 e conseqüentemente o advento da República em 1889. Para entender melhor o que estamos discutindo aqui, vamos adentrar no processo de industrialização e urbanização do país para você entender os mecanismos que impulsionam, mas também, que intimidam a sociedade da polarização apontada no título do trabalho.

TRANSIÇÃO RURAL/URBANO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Se no Brasil colonial havia uma Aristocracia que monopolizava o contexto daquela sociedade, no plano industrial e urbano, desde de sua origem predominou uma elite e, Jessé Souza é crítico a esta estrutura da sociedade brasileira atual. Se antes o poder era centrado no patriarca em sintonia ao Monarca, com a abolição e o advento da República o trâmite passou ao Estado burocrático. A sociedade, por sua vez, continuou se articulando e com muito sacrifício, foi encontrando alternativas. No entanto, o momento direciona a elite local à busca pelo controle social em detrimento do poder econômico global. Se sentindo ameaçada com as conquistas sociais das últimas décadas, a elite reage, pois a sociedade civil procura, cada vez mais, se mobilizar e exigir muitos direitos sociais que, até então, não eram reivindicados.

Desse modo, a urbanização representou uma piora nas condições de vida dos negros livres e de muitos mestiços pobres das cidades. O nível de vida baixou, a comida ficou pior e a casa também. Seu abandono os fez, então, perigosos, criminosos, maconheiros, capoeiras, etc. (SOUZA, 2017, p. 61).

Esta é a origem dos problemas sociais que não são bem esclarecidos quando se discute a razão social das coisas. Ao falar sobre campo e cidade proferido por Freyre, Souza descreve a piora nas condições de vida. Vê-se que o Brasil escravocrata que causou tantos transtornos de ordem física e psicológica, é o mesmo Brasil dos transtornos psicológicos da atualidade. O que difere um Brasil do outro, é a forma de exploração, os estímulos. Se antes não havia roupa, calçado, ou moda, hoje há um bombardeio psicológico com inovações a todo dia. Se antes a educação não era objeto de preocupação social, hoje se discute a educação e o professor é cobrado a dar resposta, mesmo sendo ludibriado com uma história que não condiz com a realidade do seu país.

O que se vê nos argumentos atuais é a condenação do Estado e segundo Souza (2017), isso serve para encobrir a elite real, a elite real, na verdade, está fora dele. Ela captura seus interesses e o condena em suas ações para encobri-la. Para o crítico, é a forma de imbecilizar e distorcer a realidade. Enquanto as pessoas focam no Estado como responsável pelo desmando social, o poder real se safa em sua ação e, esse jogo, é bastante emblemático para um leigo. Quanto aos que percebem o jogo e reage, ou começam a despertar para a realidade, são vistos como os oponentes, como o polo oposto à polarização de quem monopoliza a maioria.

A primeira coisa a se fazer quando se reflete sobre um objeto confuso e multifacetado como o mundo social é perceber as hierarquias de questões mais importantes a serem esclarecidas. Sem isso, nos perdemos na confusão. A questão do poder é a questão central de toda a sociedade. A razão é simples. É ela que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído. O dinheiro, é uma mera convenção, só pode exercer seus efeitos porque está ancorado em acordos políticos e jurídicos que refletem o poder relativo de certos estratos sociais. (SOUZA, 2017, p. 11).

Veja que o autor mostra, o que ele chama de “objeto confuso e multifacetado”, como acontece na sociedade atual, é a razão mais óbvia, as hierarquias. Se existe quem manda, é evidente que existe um sujeito que obedece, ou deve obedecer. Todo o desobediente foge à regra moral que é imposta pelo sistema, mas condenada por *Dussel* em “Ética Comunitária” desde sua publicação em 1986. Para esse filósofo: “... O ético não é regido pelas normas morais, pelo que o sistema indica como

bom...” (DUSSEL, 1986, p. 63). É na ação moral, que na verdade é relativa, segundo o cidadão da Argentina, que surge a margem ao poder para punir, como antiético, aquele que desobedece a ordem moral vigente.

POLARIZAÇÃO

Quanto à polarização expressamente dita, não se pretende discutir conceitos, ou razões, mas há uma situação que merece ser analisada. Trata-se dos excessos e, neste caso, os excessos podem se dar nos dois polos. Se afirmamos que o cenário político brasileiro carrega consigo uma polarização, é evidente que esses excessos podem contribuir para situações adversas, podendo ser útil, ou indesejável a qualquer um, independentemente de ele estar em um polo, ou no outro. Usando a razão se percebe que qualquer excesso não ajuda, é perigoso e gera maior resistência aos oponentes. O exagero pode estar na cicuta tomada pelo filósofo Sócrates, ou em uma pressão psicológica, ideologicamente pensada, para prejudicar qualquer ser humano, não importa a época, ou a circunstância.

Do ponto de vista político/ideológico o país vive o dilema entre duas forças conflitantes. De um lado, partidos de esquerda defendem a socialização, democratização e a valorização do Estado como mecanismo alternativo à sociedade. E, do outro, partidos de direita defendem a concentração do poder, uma democratização dentro dos padrões elitistas e a desestruturação do Estado em razão do interesse privado. Quanto à população, os que se sentem mais instruídos, politicamente falando, se dão ao direito do embate ideológico e, a maioria desinformada sobre o real contexto social, não sabem a que caminho seguir e, portanto, essa maioria pode beneficiar a uma tendência, ou condená-la de acordo com o poder de convencimento do seu oponente.

A paixão pode ser irracional, mas a manifestação dela, não. Loucos por futebol! O perigo está no louco, pois há o perigo de a paixão se tornar fanatismo, de o conflito se transformar em confronto. A divergência é admissível, e até desejável, mas ela nunca pode conduzir à anulação do outro, daquele que pensa diferente de você. (CORTELLA, 2017, p. 55).

Utilizamos a citação em Cortella (2017), para exemplificar um tipo de excesso que pode ser irracional, segundo o filósofo brasileiro. Não estamos pensando a paixão em um contexto amoroso, mas também pode o ser. Nosso objetivo com este raciocínio é mostrar o perigo da paixão que pode chegar ao confronto, como nos mostra a citação. Divergir é possível e desejável, porém o risco está na tentativa de anulação do oponente. Quando traduzido essa reflexão para o cenário político brasileiro, as evidências são grandes. É a radical imposição que gera a resistência e compromete a todos, mesmo que de um lado do polo ceda à chantagem, o comprometimento pode acontecer, como no caso do filósofo grego Sócrates.

ELITE, DOMINAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO

Para compreender as primeiras mudanças no comportamento do Brasil Colonial e a sua transição do rural para o urbano, a obra mais relevante a se estudar é “Sobrados e Mucambos” de Gilberto Freyre. A partir dela que Jessé Souza traduziu muito do que aconteceu naquele período da

história, atualizando-a. Ele utilizou-se das informações em Freyre, mas trouxe novas evidências que clarificam a relevância daquela obra. Acrescentou dizendo que o processo de modernização do Brasil, na verdade, iniciou a partir de 1808, porém a sua consolidação foi a partir de 1930. O setor urbano e comercial tomou a direção do país naquela ocasião e agora está transferindo-o, ao conglomerado industrial, como se pode ver na citação.

O Estado autoritário e modernizador, que se consolida a partir de 1930, não inicia o processo de modernização brasileiro, que começa já em 1808, como vimos, mas o põe efetivamente num outro patamar. A partir dele, o processo de modernização brasileiro passa a ser comandado mais pelo surto urbanizador e comercial, como no século XIX, mas, agora, pela industrialização. (SOUZA, 2018, p. 219).

Quando se fala na elite brasileira e a sua intencionalidade, é preocupante, e, se o autor de a Elite do Atraso tiver razão, o caso é de resistência mesmo. Para ele “... O que a Lava-jato e seus cúmplices na mídia e no aparelho de Estado fazem é o jogo de um capitalismo financeiro internacional e nacional ávido por “privatizar” a riqueza social em seu bolso. (SOUZA, 2017, p. 12). Seria essa a dramática situação que o país está vivendo? A elite estaria polarizando o contexto social e, por essa razão, do outro lado do polo estaria na resistência social? Mas, por que há tantos oprimidos da sociedade contra determinadas circunstâncias desse embate? Seria a falta da informação da realidade que estamos mostrando aqui?

As interrogações requerem muitas reflexões e para polemizar o diálogo neste texto convido-o a observar a reflexão feita em “*Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro, 2018*”, também de Jessé Souza. Na obra, ao apresentar *Pierre Bourdieu* e a reconstrução da teoria crítica, ele mostra o conceito de “*habitus*”. Segundo Souza é preciso desconstruir, desmascarar a base dominante que causam a aceitação e legitimação dos fatos. Seria o “*habitus*” proferido em *Bourdieu* refletido por Souza, que causa a “*magia social*” e dá o tom a essa valsa social? Talvez esteja aí o primeiro passo para dar resposta às interrogações que antecedem a este parágrafo. “... É o *habitus* que produz a “*mágica social*” que faz com que pessoas se tornem instituições feitas de carne. Neste sentido, o filho mais velho e herdeiro, o homem por oposição à mulher, são diferenças instituídas que tendem a se transformar em distinções naturais”. (SOUZA, 2018, p 81).

Pertinente também é a possibilidade demonstrada por Souza com o culturalismo que “*tornou uma espécie de senso “comum internacional”*”, como diz o autor. Além do poder de persuasão de corporações, ou de intelectuais do país que impulsionam interesses restritos a um grupo privilegiado da sociedade, aparece, na reflexão feita por ele, uma força externa. Um modelo a ser seguido e a exemplar comparação a outros países, obviamente em desvantagem, tendo-o, como exemplo de perfeição em oposição à imperfeição dos comparados. Esse fator ideológico pode ter contribuído em escala relevante para a submissão e a magia social sinalizada por *Bourdieu*.

O culturalismo tornou-se uma espécie de “*senso comum internacional*” para a explicação das diferenças sociais e desenvolvimento relativo ao mundo inteiro. O instante de ouro do culturalismo foi a entronização da teoria da modernização produzida especialmente nos EUA do segundo pós-guerra e disseminada a partir daí no mundo inteiro. Ela explicava precisamente o porquê de algumas sociedades serem ricas e adiantadas e outras pobres e atrasadas. Os EUA foram assim transformados em modelo exemplar para o mundo, e comparações empíricas com outros países foram realizadas em escala massiva para demonstrar

que os EUA eram o paraíso na terra e todos os outros países, realizações imperfeitas desse modelo. (SOUZA, 2017, p 16).

Viu-se que se trata de um culturalismo falso, cientificamente, mas seu poder é relevante, tanto quanto, “*o poder do racismo da cor da pele*”, como diz o sociólogo brasileiro. Aparece, neste caso, a distinção de superioridade de uns, em detrimento da inferioridade de outros, tudo isso para legitimar a dominação. É por essa razão que o autor persiste em falar na mesquinhez da elite brasileira e no ataque “legítimo”, na ótica da elite, a qualquer iniciativa popular, mesmo que seja, indiretamente. O país tem um mercado monopolizado por atravessadores financeiros que acusa o Estado e se torna invisível aos olhos dos cidadãos pouco politizados.

As consequências política e social dessas tiranias privadas, quando se transmite da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, tornam-se evidentes na dialética de mandonismo e autoritarismo de um lado, mais precisamente do lado das elites, e no abandono e no desprezo das massas por outro. (SOUZA, 2017, p. 54).

Neste caso, aparecem as consequências políticas e sociais que estamos mostrando em nossa lógica de raciocínio desde o início deste trabalho. É o cenário político mais contundente que poderia acontecer, onde uma força, ou, um polo se esforça para massacrar e legitimar sua ação e o outro, se vendo na necessidade de resistir a tamanha brutalidade que atinge a uma maioria indefesa. Há uma demanda em jogo que é preciso ser esclarecida a quem não detém o conhecimento científico e essa demanda deve ser assumida por quem se vê como a voz e a resistência destes infelizes que são influenciados culturalmente para a distorção. Esse é o grande desafio para os que opõem ao sistema, resistir a uma estrutura organizada e poderosa sem poder contar muito com as massas que em geral é manobrada.

É nesta perspectiva que o leitor conseguirá entender o rumo a que queremos chegar. Não se trata de algo simples, mas trata-se de possibilidades legítimas que devem ser externadas à sociedade. Somente a desconstrução da ideia impositiva impetrada pelo sistema de domínio social é capaz de reverter essa situação. As pessoas sentem o peso dos problemas sociais, sofrem com a demanda na sociedade, mas não percebem o jogo que a história deixou de revelar como conhecimento, a educação e alguns educadores que buscaram revelar essa trágica situação, foram intimidados e até torturados em muitos dos casos. Evidentemente, houve lutas e lutas distintas, muitas conquistas promissoras, razão pela qual ainda há resistências, bem como, a força para tais reflexões.

POPULAÇÃO CIVIL, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA

Não dispomos de elementos para desmistificar a luta de classe no país, o objetivo exposto aqui, é no sentido de afirmar que elas existiram e continuam vivas na sociedade, bem como, as distorções ideológicas que intimidam a muitos. A sociedade brasileira, como tantas outras, é constituída de classes, onde, em geral, há uma elite que possui todos os privilégios, controlam o capital e com ele outros componentes sociais, como os meios de produção, a comunicação, a cultura, fortificando-se cada vez mais na era neoliberal, eles avançam no político e articulam, na perspectiva da globalização, um projeto mais ambicioso. Não é difícil ver sinais de que já existem influências em

decisões no campo jurídico, motivo para enorme preocupação.

Também há uma classe média que as vezes sonha se tornar mais poderosa e passar para o campo majoritário, ou, se contenta com os privilégios que possuem mantendo o equilíbrio e a ordem social. Essa classe garante a parte burocrática que não estava consolidada na época da Casa Grande e Senzala estudada por Freyre e, também, mencionada em Sobrados e Mucambos. Essa estrutura ganhou a sua consolidação, a partir do advento dos Bacharéis. Mas o que importa aqui, é perceber que, independente da pouca oportunidade, das distorções e manipulações, sempre houve um ser criativo que buscou olhar para o lado de uma maioria explorada desse país. O Estado se estruturou, se fortificou, mas a população civil buscou questionar o poder, mesmo na tentativa de esconder, ou distorcer a verdadeira história do país, muitos cidadãos não deixaram se manipular.

Das lutas de classe, nasceram algumas conquistas democráticas no país, o cidadão brasileiro ganhou diversos direitos que antes não existiam, um deles é a “oportunidade de expressão” censurada em determinados momentos na história, mas muito eficaz para possibilitar a quem possui informação, traduzir ao leigo o jogo jogado pelo sistema dominador. Considerando que há uma elite no país, entende-se que há uma classe trabalhadora, que trabalha na geração da riqueza e pensamentos opostos, obviamente. A criatividade faz com que muitos críticos questionassem o cenário caótico da sociedade de acordo com a época e situação. Um desses personagens que faz sentido destacar por ter sido um defensor da educação e crítico à elite, é o brasileiro Paulo Freire que, mesmo após a sua morte, ainda continua sendo alvo de críticas por incomodar o sistema elitista brasileiro.

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Com distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (FREIRE, 2005, p. 32.33).

Freire foi capaz de mostrar que a violência causada pelo opressor não é boa nem para ele mesmo, pois ao desumanizar o outro, ele se faz menos. É a opressão que faz com que o oprimido se defenda e, neste caso, convido-o a lembrar o assunto proposto para discutir neste artigo voltado à polarização. Há muitas críticas quanto ao embate dos polos ideológicos no país. Seria necessário este embate, ou alguém está exagerando na sua resistência? Se há exagero de alguma parte, por que motivo a sociedade não entende a resistência? Qual dos polos teriam maior razão para lutar? Qual dos polos realmente preocupam com a sociedade, como o meio ambiente, com o humano? Estas são interrogações que merecem reflexão do leitor.

Considerando o pensamento em Souza (2018), que também é crítico à elite e, o hábitus estudado por ele, em *Bourdieu*, o “... sistema de estruturas cognitivas...” introjetada nas pessoas desde muito cedo é, sem dúvidas, um dos motivo da passividade com que muitos aceitam a situação, por mais que eles sofrem os danos e lamentam a má sorte, aceitam-na, passivamente. O sonho da “igualdade de oportunidade” faz com que muitos se acomodassem e vivessem toda a sua história na expectativa de que um dia alcançaria seus objetivos. Se Jessé faz as suas críticas ao contexto político/ideológico do país, a partir da ótica da Sociologia, na ótica da educação, Freire mostrou a

desconexão da educação brasileira no ponto de vista ideológico, despolitizado. Trata-se de tempos diferentes e realidade sem coerência social capaz de garantir ao cidadão a sua libertação.

A TECNOLOGIA

O mundo vive uma nova era e o país também. Além do “avanço” industrial nos diversos sentidos e as conquistas tecnológicas, há um setor que merece reflexão e vamos mencioná-lo aqui. Trata-se das TICs²! Essa nova modalidade trabalha intensamente, atende aos interesses do público, mas discretamente influencia na opinião, induz as pessoas quando há interesses em jogo e justifica-se mostrando a sua eficácia do ponto de vista da “evolução”. De forma objetiva vamos perpassar por esse tema que, obviamente, requer maior compreensão técnica, mas a superficialidade dos argumentos é suficiente para clarificar o raciocínio. Tomemos como exemplo Ribeiro (1995), ao descrever o encanto dos índios que viram os europeus chegando na Ilha que mais tarde chamaria Brasil utilizou-se da sua visão mítica, entendendo aqueles humanos que ali chegaram, como enviados do supremo. Os nativos viram neles o “deus sol” e essa influência mítica ajudaria na sua sedução e entrega ao explorador.

Não diferente, após mais de cinco séculos estamos vendo o entusiasmo dos humanos aos avanços tecnológicos que podem traí-lo por influências dos que querem o controle e o domínio ideológico. Esse “endeusamento” preocupa e impulsiona a reflexão proposta aqui, pois a situação desproporcional entre um conhecimento e o outro, além da intencionalidade, está mais favorável ao sistema financeiro capitalista e não ao social, ao trabalhador. Buscamos em Kemp (2013), um estudiosos da teologia, alguns conselhos úteis às famílias onde o autor fala na contribuição da mídia, na sua eficácia, mas mostra as contribuições negativas que ela pode proporcionar, exatamente o endeusamento, a falta de esclarecimento sobre a intencionalidade discutida aqui, que põe as pessoas do momento atual em risco.

OS BENEFÍCIOS

É preciso o bom senso para compreender a eficácia e a intencionalidade da evolução dos últimos tempos. A lógica evolutiva tecnológica tem importância ímpar, o preocupante é a intencionalidade de corporações que fogem a regra, transformam o que deveria ser um bem, em um mecanismo malicioso, desumano. É a desumanização no uso dos recursos tecnológicos que deve ser refletida. A razão proporcionou a evolução, mas a evolução produz ações que a descaracteriza, desconstruindo sua eficácia e esse raciocínio deve estar no debate do momento. Não é preciso ser filósofo para perceber com quanta irracionalidade ocorre determinadas ações na era das “evoluções”. De um lado, é possível ver a tecnologia na comunicação, a evolução na medicina, a corrida espacial, etc, e, do outro, a pressão psicológica na população leiga, a destruição do meio ambiente e o descaso social. Quanto drama!

A passagem da lógica da produção capitalista das mercadorias materiais para as mercadorias simbólicas é o momento decisivo da decadência da reflexão racional como um recurso societário. O capitalismo organizado expande-se da esfera de produção de bens materiais para a produção industrial de bens simbólicos, constituindo aquilo que T. W. Adorno havia chamado de “indústria cultural”. (SOUZA, 2017, p. 123).

² TICs – Tecnologias de informação e comunicação

Considerando a opinião do sociólogo Souza é necessário estar atendo nas mudanças de lógica no sistema capitalista que passa da concepção de mercadorias, portanto, material à mercadoria simbólica, ou seja, a indústria cultural apontada por Adorno in. Souza (2017). *Dowbor*, por sua vez, em “A era do capital improdutivo (2017), usa o campo da economia e mostra como o sistema provoca a instabilidade econômica e impede a sua regulação com manobras políticas. Segundo o autor, é em função da instabilidade econômica que o Estado vira refém dos gigantes financeiros. Esta é a forma de pressão que obriga aos que percebem e querem o bem local, o bem social, resistir e se manter no polo de oposição à elite que quer fazer o jogo financeiro no país a sua moda.

Por outro lado, um estado ciente do jogo em questão e atento à necessidade real do país, pode adotar medidas na mesma celeridade dos avanços, ou aproximado, emitindo informações às massas, à sociedade. É possível fazer melhoria na educação e o embate contra o sistema ávido a “engolir” todos os que trabalham. São os recursos tecnológicos criados para a manobra que podem reverter-se em novas criações, se forem bem utilizados pelas massas. O economista *Dowbor* defende a tese dessa mudança. No livro, “O Capitalismo se Desloca (2020)” ele acredita na virada do jogo e, se a sua ideia tiver sucesso, poderá sim, haver uma mudança substancial. Neste caso, apareceria o benefício real da evolução tecnológica, especialmente, a partir da comunicação e mais uma vez, a arte em jogo seria útil para revolucionar o social.

O COMPROMETIMENTO

Observando tudo o que foi apresentado até aqui, bem como, a ideia em Souza de desconstruir o culturalismo racista conservador do país, vê-se que o artigo possui um tema pertinente. Além da análise interna feita pelo autor, a grande novidade ideológica seria a popularização das informações para que todo o cidadão tenha como entender a realidade em que ele vive. O embate ideológico polarizado no país é fruto de uma dimensão maior, pois atualmente, o local está atrelado ao global. O bom seria se as massas populares dos países explorados percebessem como o poder controla as ideias, é bastante possível que elas desmontariam toda a estrutura global como em um passe de mágica, pois a estrutura global é forte no controle do local, desmontando esta, acredita-se que o global se esfacelará, automaticamente.

Veja o que diz Souza: ... O domínio da elite sobre a classe média é simbólico e pressupõe convencimento. O domínio sobre as classes populares baseia-se, ao contrário, mais na repressão e na violência material. Souza (2017, p. 115). Se houver a percepção das classes populares, a partir dos veículos que foram criados para a sua manobra e, se essas classes o usarem a seu favor, o potencial do sistema mudará, mesmo tendo como trunfo, o uso da força. Quanto a classe média, ela só se mostra forte sendo sustentada e manobrada pela elite, sem a sustentação e manobra que muitas vezes é a única alternativa para se manter com privilégios, ela se esfacelaria e muitos membros migraria na direção do social. São as amarras que impede muitos se posicionar a favor dos desprovidos no meio social.

A educação é um caminho promissor e por essa razão cabe ao educador desenvolver um novo paradigma, desvendando articulações impetradas pelo sistema. Se o capitalismo se deslocar como prevê *Dowbor* (2020), o impulso dessa mudança chegará à educação e contribuirá muito.

Quanto a opinião do educador brasileiro, viu-se que: “Freire, na sua práxis político-pedagógica se opõe a um paradigma de educação que busca domesticar a consciência, para adaptá-la ao mundo. Critica a concepção de educação como ação cultural para a domesticação...”. Schwendler (in. Souza, 2001, p. 105).

O grande comprometimento que o país se sujeitou em toda a sua história foi o fato de condenar quem foi crítico ao sistema dominante e privilegiar corporações que dedicaram ao sistema de dominação elitista. O desrespeito à crítica, do ponto de vista ideológico ao sistema, gerou muitos desconfortos sociais, confrontos, mágoas e sacrifício dos que a ele se apresentaram como opositor. A dura realidade histórica dá evidências dos desmandos ocorridos, o choque entre forças contrárias, mostram que o país viveu e ainda vive situações que merecem ajustes. Por um lado, se vê bilionários esbanjando privilégios e do outro, uma maioria sujeita a mendigar auxílio para sobreviver e garantir a sobrevivência dos filhos.

O ILUMINADO

Existiria um iluminado social, o salvador da Pátria. Esse iluminado seria a elite com seu projeto de inovação tecnológica capitalista globalizado, um projeto favorável as grandes corporações, ou seria quem defende e pertence a sociedade organizada nos seus processos de contraponto à elite? Por onde caminhar para encontrar uma saída, sabendo que há um embate polarizado? Quando o cidadão desperta para o drama social, ou, ele se informa melhor e entende as amarras do sistema, ou o bastante óbvio é que ele enfrente um caos psicológico. Naturalmente, quem começa a perceber o esquema ideológico articulado, fica confuso mesmo. Para escolher o lado a se posicionar, é importante pensar em si mesmo, na sua família e estudar os dois lados da “moeda social” em disputa. Pensando em você, na sua família, como parte do social, quem você ama e quer defender, analise a versão e o polo. Ele está favorável a você, ou aos projetos distantes da sua realidade?

É preciso ver que a elite tem um pensamento consolidado com base na sociologia, tanto quanto, a sociologia em Jessé Souza que condena as atitudes desta mesma elite. Não é difícil encontrar artigos mostrando os principais percussores da Teoria das Elites - Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. Ao leitor interessado sugerimos a leitura em “Ciências Políticas e Trajetórias sociais: uma sociologia história da teoria das elites. (1999)”, de Mário Grynszpan. A exploração sempre existiu, mas a ideia concreta de dominação embasada por uma teoria favorável à elite se consolidou a partir dos referidos estudiosos da Sociologia apontados por Mário Grynszpan.

É importante entender que sempre houve debate em torno do poder, mas antecedemos a Pareto e Mosca para mostrar outro autor importante e crítico ao sistema capitalista, Kall Marx. Este pesquisador e crítico foi estudioso da forma estrutural do sistema, questionando-o, portanto, odiado pela elite até os dias atuais mesmo passando séculos da sua história. Gosto do debate em torno da alienação e feiticismo. Em (BERMUDO, 2015, p. 117), é possível ver que: Marx “... baseia-se na luta contra a alienação e o feitiço, os dois rostos amáveis da dominação...” e ambos, obviamente, ajudam nas articulações da elite brasileira, tanto a alienação quanto o feitiço, andam de mãos dadas nesse país. Através de Bermudo, destacamos dois feitiços para apresentá-los aqui: o feitiço da mercadoria

e o feitiche do direito. No primeiro aparece “...a entrega de corpo e alma à “vontade” da mercadoria, ao seu movimento...”, (p.119), e, no segundo caso, a “... máscara da verdadeira função do estado...” (p.126).

... O feitichismo funciona sempre da mesma maneira, encobrindo uma realidade, no duplo sentido de legitimá-la como natural ou como voluntariamente posta pelos homens, e de ocultar a outra realidade que suplanta, domina e impede de aflorar. Os direitos são, sem dúvidas, uma defesa dos indivíduos, inclusive dos mais frágeis, como a liberdade do mercado é uma proteção face aos terríveis vínculos de servidão; mas também, e ao mesmo tempo, os direitos são uma forma de dominação, pois respondem a uma necessidade do modelo econômico hegemônico que inelutavelmente tendem a reproduzir. Os feitiches são feitiches, e ainda que sejam tão belos como os direitos, escondem sempre alienação e submissão. (BERMUDO, 2015, p. p 129.130).

No campo social, especificamente o brasileiro, mas não só o brasileiro, encontram-se as complementações: “... Juntas, a demonização da política e do Estado e a estigmatização das classes populares constituem o alfa e o ômega do conservadorismo da sociedade brasileira cevado midiaticamente...”. (SOUZA, 2017, p 136). De um lado, está claro que houve um jogo estratégico articulado a séculos e, do outro, atualizações e apoio midiático que continuam em evolução a cada dia, agora, com algoritmos mapeando as estratégias mais viáveis à manipulação ideológica. Ao trabalhador que busca se informar, resta a dupla jornada, conciliar trabalho e estudo para chegar ao conhecimento, somos prova disso.

Ainda, em Souza (2018) aparece uma novidade descoberta importante feita por Santo Agostinho, “... a noção de interioridade...”. Ele percebeu que: “... O conhecimento não é uma luz exterior lá fora, uma revelação, portanto, como era para Platão, mas é algo interior em nós mesmos, sendo antes uma criação que uma revelação”. (SOUZA, 2018, p. 58). O problema parece estar no fato de tirarem a possibilidade desse interior fluir, reflexão que clarifica a muito do que foi refletido até aqui. O sucateamento ideológico do ser humano, que o manipula deixando de ser sujeito, faz com que diminua a sua força para externar o sentimento presente no seu interior, motivo de muitas explosões emocionais inconscientes.

Além disso há um fator de interesse pessoal, em muitos casos. Se considerarmos a opinião do grande pensador brasileiro que fala na “irresistível atração” do oprimido em relação ao opressor, por mais que o oprimido discorde da opressão, segundo Freire (2005), no fundo alguns a cultiva, isso ocorre mais fortemente com a classe média. O sonho da mudança de classe faz com que, na primeira oportunidade, o oprimido busca imitar o opressor e segui-lo na sua forma de ser e agir. Na verdade, há um drama social que impulsiona cidadãos ao sonho de ser o outro, para não ser a si mesmo e, neste caos social, muitos se perdem em suas ações. A reflexão apresentada aqui convida-o ao cuidado com as ações que podem reproduzir aquilo que se condena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo visou provocar ao leitor um despertar sobre o momento histórico que o país vive em seu “Cenário Político Brasileiro e a Polarização”. Trata-se do contexto ideológico recente onde o país vive um dilema indefinido. O estudo em caráter bibliográfico analisou situações do passado contrastando-as com a realidade direcionando o leitor pensar no presente. Mostrou etapas de evolução antropológica e social no mesmo que de forma superficial. Se, de um lado, há um poder que

quer a todo custo privatizar as riquezas sociais, do outro, há uma força que defende o Estado e a democratização das riquezas do país. No meio de todo esse processo, encontra-se os avanços tecnológicos que trazem benefícios aos polos distintos, mas ele está sendo disputado entre as tendências pela eficácia dos seus benefícios que pode atender a um, ou outro seguimento.

Portanto, o trabalho aqui apresentado sugere reflexão ao leitor entender a dimensão histórica e psicológica da sociedade para se ter uma ação racional, em caráter humano. Sabe-se que o momento de incerteza criado com o advento da pandemia na Covid 19, apesar do drama que o país está vivendo, serve de instrumento para a sociedade repensar a sua história. A perspectiva ainda é incerta, os dramas ideológico sociais também, mas os avanços tecnológicos, principalmente na comunicação está possibilitando muitas reflexões. Talvez tenhamos uma nova era de transição no contexto das sociedades. As turbulências ideológicas são claras e elas não estão somente no local, o seu caráter é global e estão cada vez mais evidentes.

Para entender o momento, o estudo perpassou pela origem social e antropológica dos brasileiros, mesmo na superficialidade, falou no sistema semifeudal e escravocrata, na transição do rural ao urbano e deste à industrialização. Não perdeu de vista a polarização entre a elite e a resistência social destacando o domínio e a democratização como pressuposto no embate, o uso da tecnologia pelos dois polos ideológicos onde há o consenso de ambos os lados sobre os benefícios, mas a preocupação com a tendência e risco do uso desses recursos, para enfim, sugerir ao leitor encontrar o melhor caminho a trilhar. Enfim, dado as resistências nos dois extremos e as possibilidades, espera-se que o artigo sirva como fomento a novos debates estimule novas produções na perspectiva proposta aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BERMUDO, J. M. Marx – da ágora ao mercado. Salvat. São Paulo, 2015.
- CORTELLA, M. S. Viver em paz para morrer em paz: se você não existisse, que falta faria (interrogação). São Paulo: Planeta, 2017.
- CARDOSO, F. H. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48^a ed. Ver.- São Paulo: Global, 2003. Disponível em < <https://docs.google.com/file/d/0B46vjiRI8hGuQzF2Y3hrSGVfrkk/edit> > Acesso em 29/09/2020.
- DOWBOR, L. A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? Autonomia Literária. São Paulo, 2017.
- _____, L. O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. Edições Sesc: São Paulo, 2020.
- DUSSEL, H. Ética Comunitária: Liberta o pobre. Tradução de Jaime Clasen. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1986.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____, P. Pedagogia da Autonomia. Paz e Terra, 2004.
- FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. São Paulo: Global, 2004.
- GRYNSZPAN, M. Ciências políticas e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites. FGV: Rio de Janeiro, 1999.
- KEMP, J. Pai inteligente influencia o filho adolescente – Se você não fizer, alguém o fará. Rio de Janeiro: Graça, 2017.
- RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro. A Formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- SOUZA, A. I. Paulo Freire. Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- SOUZA, J. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- _____, Jessé. Subcidadania brasileira. Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2018.

PERFIL DOS USUÁRIOS DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM HIV/AIDS

PROFILE OF USERS OF A SPECIALIZED HIV/AIDS CARE SERVICE

PERFIL DE LOS USUARIOS DE UN SERVICIO DE ATENCIÓN ESPECIALIZADA EN VIH / SIDA

Jane Martins SILVEIRA¹

Cristiane LEMOS²

Maria de Fátima NUNES³

Resumo:

O Serviço de Atenção Especializada (SAE) é uma importante estratégia do Ministério da Saúde para o tratamento das pessoas que vivem com o Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - Aids visa a redução da morbidade e mortalidade relacionadas à Aids no Brasil. O objetivo deste estudo foi conhecer e descrever o perfil dos usuários com o diagnóstico para HIV/Aids, que deram entrada no SAE/Goiânia, no ano de 2016. Método: No total de sujeitos do estudo, 168 (92,3%) eram do sexo masculino 126(69,3%) tinham entre 20 a 34 anos de idade; 55 (30,2%) possuíam ensino médio completo. Um pouco mais da metade dos usuários 92 (50,5%) declararam a relação sexual como via de contágio do HIV. A taxa de usuários em tratamento com terapia antirretroviral (TARV) foi de 161 (88,5%) . Concluiu-se que a maioria dos usuários do SAE/ Goiânia com HIV/Aids, em 2016, eram homens, com ensino médio completo, adultos jovens e que tiveram a via sexual como principal via de contágio do HIV. A taxa de usuários em tratamento com terapia antirretroviral foi de 95,6% (174) houve abandono de 4,7% (8 usuários) A diferença mais significativa apresentada foi na variável sexo onde a supressão viral atingiu 92,3%, entre as mulheres em tratamento com a TARV e apenas 57,4% dos homens tiveram sua carga viral indetectável. O perfil dos usuários do SAE/Goiânia, apresentou dados similares aos do município, estado e país. As informações obtidas contribuem para identificar a necessidade de implantar um sistema de monitoramento permanente l para o atendimento dos usuários do SAE com vistas a aperfeiçoar a assistência as PVHA. Este estudo visa contribuir com o planejamento das ações assistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde para o monitoramento e embasar as futuras intervenções.

Palavras Chave: serodiagnóstico da aids, cooperação e adesão ao tratamento, terapia antirretroviral de alta atividade, síndrome da imunodeficiência adquirida*

Abstract:

The Specialized Care Service (SAE) is an important strategy of the Ministry of Health for the treatment of people living with the Human Immunodeficiency Virus - HIV / Acquired Immunodeficiency Syndrome - AIDS - aimed at reducing related morbidity and mortality AIDS in Brazil. The aim of this study was to know and describe the profile of users diagnosed with HIV / AIDS, who were admitted to SAE / Goiânia, in 2016. Method: In the total of study subjects, 168 (92.3%) were 126 males (69.3%) were between 20 and 34 years old; 55 (30.2%) had completed high school. A little more than half of the users 92 (50.5%) declared sexual intercourse as a way of contagion of HIV. The rate of users being treated with antiretroviral therapy (TARV) was 161 (88.5%). It was concluded that the majority of SAE / Goiânia users with HIV / Aids, in 2016, were men, with complete high school, young adults and who had the sexual route as the main route of HIV contagion. The rate of users undergoing treatment with antiretroviral therapy was 95.6% (174) there was abandonment of 4.7% (8 users) The most significant difference presented was in the gender variable, where viral suppression reached 92.3%, women undergoing TARV and only 57.4% of men had their viral load undetectable. This study contributed to the planning of assistance actions developed by the Municipal Health Department, for monitoring and supported future proposals for interventions such as: increasing the accessibility of the population in general, especially initiating actions that include the female and heterosexual population.

Key word: AIDS Serodiagnosis, Treatment Adherence and Compliance, Antiretroviral Therapy, Highly Active, Acquired Immunodeficiency Syndrome

1 Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás(1994). Atualmente é Assistente social da secretaria municipal de saude de goiania. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado

2 Possui graduação em Faculdade de Odontologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1995), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2003) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2010). Atualmente é professora associada da no Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás

3 Nutricionista (1977), Mestre (1985), Doutora (1992) e Livre-docente (2013) em Saúde Pública, na área de concentração Nutrição, pela Faculdade de Saúde Pública (FSP), Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Nutrição, FSP/USP, desde 1º de agosto de 1978. Especialista (1986) em Nutrição Social, pelo Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª. Região (CRN-3). Especialista (1986) em Técnica Dietética, pelo Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª. Região (CRN-3). Especialista (1987) em Gerontologia Social, pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - Secção São Paulo (SBGG-SP). Docente (a partir de 2016) do Curso de Nutrição Clínica em Cardiopneumologia - Residência em Área Profissional da Saúde - Modalidade Uniprofissional (nutricionistas), presencial da Faculdade de Medicina (FM) da USP. Membro do Grupo de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Saúde Pública e Envelhecimento (FSP/USP). Pesquisadora do Estudo Saúde, Bem-estar e Envelhecimento - SABE - FSP/USP

Resumem:

El Servicio de Atención Especializada (SAE) es una importante estrategia del Ministerio de Salud para el tratamiento de las personas que viven con el Virus de Inmunodeficiencia Humana - VIH / Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida - (SIDA) - orientado a reducir la morbilidad y mortalidad relacionada SIDA en Brasil. El objetivo de este estudio fue conocer y describir el perfil de los usuarios diagnosticados de VIH / SIDA, que ingresaron en SAE / Goiânia, en 2016. Método: Del total de sujetos de estudio, 168 (92,3%) fueron 126 hombres (69,3%) tenían entre 20 y 34 años; 55 (30,2%) habían completado la escuela secundaria. Un poco más de la mitad de los usuarios 92 (50,5%) declaró que las relaciones sexuales son una forma de contagio del VIH. La tasa de usuarios en tratamiento con terapia antirretroviral (TAR) fue de 161 (88,5%). Se concluyó que la mayoría de usuarios de SAE / Goiânia con VIH / SIDA, en 2016, eran hombres, con bachillerato completo, adultos jóvenes y que tenían la vía sexual como principal vía de contagio del VIH. La tasa de usuarios en tratamiento con terapia antirretroviral fue del 95,6% (174) hubo abandono del 4,7% (8 usuarios) La diferencia más significativa que se presentó fue en la variable sexo, donde la supresión viral alcanzó el 92,3%, mujeres sometidas a TAR y solo el 57,4% de los hombres tenían una carga viral indetectable. Este estudio contribuyó a la planificación de acciones asistenciales desarrolladas por la Secretaría Municipal de Salud, para el seguimiento y apoyo a futuras propuestas de intervenciones como: incrementar la accesibilidad de la población en general, especialmente iniciar acciones que incluyan a la población femenina y heterosexual.

Palabras clave: Serodiagnóstico del SIDA, Cumplimiento y Adherencia al Tratamiento, Terapia Antirretroviral Altamente Activa, Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida

1. INTRODUÇÃO

A história da evolução da Aids foi alterada consideravelmente pela aplicação das terapias antirretrovirais (TARV) ou “coquetel”, na década de 1980. A evolução dos antirretrovirais reduziram a mortalidade, transformando a Aids em condição crônica controlável. E apesar de ainda não haver cura, estes medicamentos promoveram e ainda promovem o aumento da sobrevivência dos usuários (BRASIL, 2010; BRASIL, 2019)

A TARV passou a ser oferecida no Brasil em meados de 1992 e sua distribuição gratuita e universal pelo Sistema Único de Saúde (SUS) foi garantida pela Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996 (BRASIL, 2010b). As Pessoas Vivendo com HIV e Aids (PVHA) passaram a ter acesso às drogas que impedem a multiplicação do vírus. Dessa forma, o Brasil tornou-se o primeiro país em desenvolvimento a universalizar o acesso a TARV, sendo que a infecção pelo HIV passou a ser considerada de caráter crônico evolutivo e potencialmente controlável a partir do tratamento com os medicamentos e da disponibilização de exames para seu monitoramento.

O Brasil tem uma política sólida no tratamento de pessoas infectadas pelo HIV, que é coordenada pelo Departamento de Vigilância Prevenção, Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Desde 1996, distribui gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) todos os medicamentos antirretrovirais e, desde 2013, o SUS garante tratamento para todas as pessoas vivendo com HIV/Aids, independentemente da carga viral (BRASIL, 2019).

Os resultados obtidos com a redução progressiva da carga viral (CV) ocorre porque a terapia impede a multiplicação do vírus e, conseqüentemente, há a manutenção e/ou restauração do sistema imunológico. Estes benefícios têm sido marcantes na saúde das pessoas soropositivas (BASTOS, 2006); (BRASIL, 2013). No âmbito das políticas públicas na luta e controle à epidemia da aids, o Ministério da Saúde (MS) criou em 1986, o Programa Nacional de DST e Aids (PN-DST/Aids) que, em 2003, foi considerado referência mundial por diversas agências internacionais. O sucesso do Programa, reconhecido mundialmente, deu-se não só pela oferta universal e gratuita da TARV, mas também, por ser um programa com diálogo permanente com os movimentos sociais e com a comunidade científica (SZWARCOWALD, CASTILHO, 2011).

A TARV suprime a carga viral a níveis indetectáveis. O início cada vez mais precoce de

utilização da terapia, não só melhora a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA), mas também reduz o risco da transmissão. O uso contínuo da TARV tem sido reconhecido como essencial, a Aids se desenvolve quando as pessoas não aderem a um plano de tratamento prescrito, muitas vezes por não ter acesso aos serviços específicos de saúde (UNIAIDS, 2017). Assim a adesão ao tratamento é uma questão crucial para o controle da doença.

Com a publicação do Manual de adesão ao tratamento das PVHA, o Ministério da Saúde adota uma definição mais ampla e abrangente sobre a adesão, definindo-a como um processo de negociação entre o usuário e os profissionais de saúde, no qual são reconhecidas as responsabilidades específicas de cada um, que visa a fortalecer a autonomia para o autocuidado. Transcende à simples ingestão de medicamentos, inclui o fortalecimento da PVHA, o estabelecimento de vínculo com a equipe de saúde, o acesso à informação, o acompanhamento clínico-laboratorial, a adequação aos hábitos e necessidades individuais e o compartilhamento das decisões relacionadas à própria saúde (BRASIL, 2008). Essa recomendação é adotada no Brasil, em diversos outros países e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (OMS, 2003),(BRASIL, 2015a).

O monitoramento clínico das PVHA, também se faz necessário sendo uma das mais importantes ferramentas para o acompanhamento dos avanços e esforços necessários para a melhoria da atenção a estes usuários (BRASIL, 2014). Desde o início da epidemia houve vários avanços relativos ao tratamento, prevenção e implantação de políticas de saúde. Contudo, ainda se enfrenta nos dias atuais muitos desafios e entraves em relação ao controle da doença, tais como: conhecer o verdadeiro status sorológico da população contaminada com o HIV, a adesão ao tratamento, a resistência a TARV em alguns organismos e o acesso e/ou a criação de sistemas de informações eficientes que permita acompanhar o usuário e monitorar todas as etapas do tratamento (UNAIDS, 2017).

Os Serviços Ambulatoriais Especializados (SAE), criado em 1990 pelo MS, são serviços que oferecem “grande resolubilidade diagnóstico-terapêutica em nível ambulatorial e organização da atenção à saúde das PVHA. A qualidade do atendimento foi assegurada pela assistência integral, prestada por equipes de saúde multidisciplinares, aos usuários e seus familiares” (BRASIL, 2003). Dentre as ações que devem ser desenvolvidas pelo SAE, está a de acompanhar a não adesão ao tratamento entre usuários HIV positivo (BRASIL, 2007).

O SAE do município de Goiânia foi inaugurado em 29 de novembro de 2012, foi implantado dentro da unidade municipal - Centro de Referência Diagnóstico e Terapêutica (CRDT) e constitui em um importante recurso para saúde das pessoas que vivem com HIV/Aids - PVHA uma vez que oferece o tratamento especializado para a população desta região. Atualmente, o SAE- Goiânia absorve a demanda de acordo com a sua capacidade instalada. São várias as possibilidades de procedência do usuário que chega ao SAE. Todos os encaminhamentos são geridos por uma Central de Regulação Municipal, onde o usuário é agendado e telefonistas entram em contato informando dia e horário da consulta.

Do período da inauguração do SAE até o ano de 2015 não foi realizado nenhum estudo para conhecer o perfil destes usuários. A ausência de informações consistentes e atualizadas sobre o usuário do serviço dificultava o planejamento da equipe do SAE do município de Goiânia. As informações obtidas com este levantamento contribuirão para o aprimoramento do sistema de

vigilância em saúde, podendo servir como subsídio para os profissionais da equipe e para os gestores na estruturação e/ou readequação de ações voltadas ao tratamento e ao cuidado contínuo dos usuários. O resultado do estudo também será de grande valia para orientar os profissionais na busca ativa dos pacientes em abandono e/ou com falha no tratamento, com carga viral detectável, monitorar a frequência dos usuários no serviço e propiciar o acesso e o manejo dos sistemas de informação pelo profissional da equipe multidisciplinar.

Descrever o perfil dos usuários do SAE- Goiânia com vistas a disponibilizar informações que possam auxiliar o serviço a utilizar estratégias no que tange à adesão ao tratamento da população com HIV/Aids.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida no SAE que presta assistência ambulatorial aos portadores do HIV/Aids no Município de Goiânia-Goiás, sendo esta, uma unidade de tratamento e acompanhamento.

Trata-se de um estudo descritivo com delineamento transversal, utilizando dados secundários.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Morar no município de Goiânia; ano de diagnóstico e ano de notificação (2015); serem originários dos seguintes sistemas: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Controle Logístico de Medicamentos Antirretrovirais (SICLON-), Sistema de atendimentos Ambulatoriais/Prontuário Eletrônico (SICAA) e arquivos da Farmácia da Referência Diagnóstico e Terapêutica - CRDT .

Critérios de exclusão

Indivíduos notificados, mas residentes em outros municípios e, também os notificados e diagnosticados anteriormente e posteriormente ao ano de 2015; abandonos: os usuários que não retiram medicamentos TARV, no período superior a 100 dias do não uso da medicação (SICAA e SICLON); os usuários que vieram a óbito durante o estudo; transferidos: pacientes que mudaram de residência para outros municípios e/ou estado e que tiveram relatórios de transferência emitidos pelo médico assistente do SAE e/ou retiram medicação em outras regiões do Brasil confirmados nos sistemas SICAA e SICLON;

SELEÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DOS DADOS

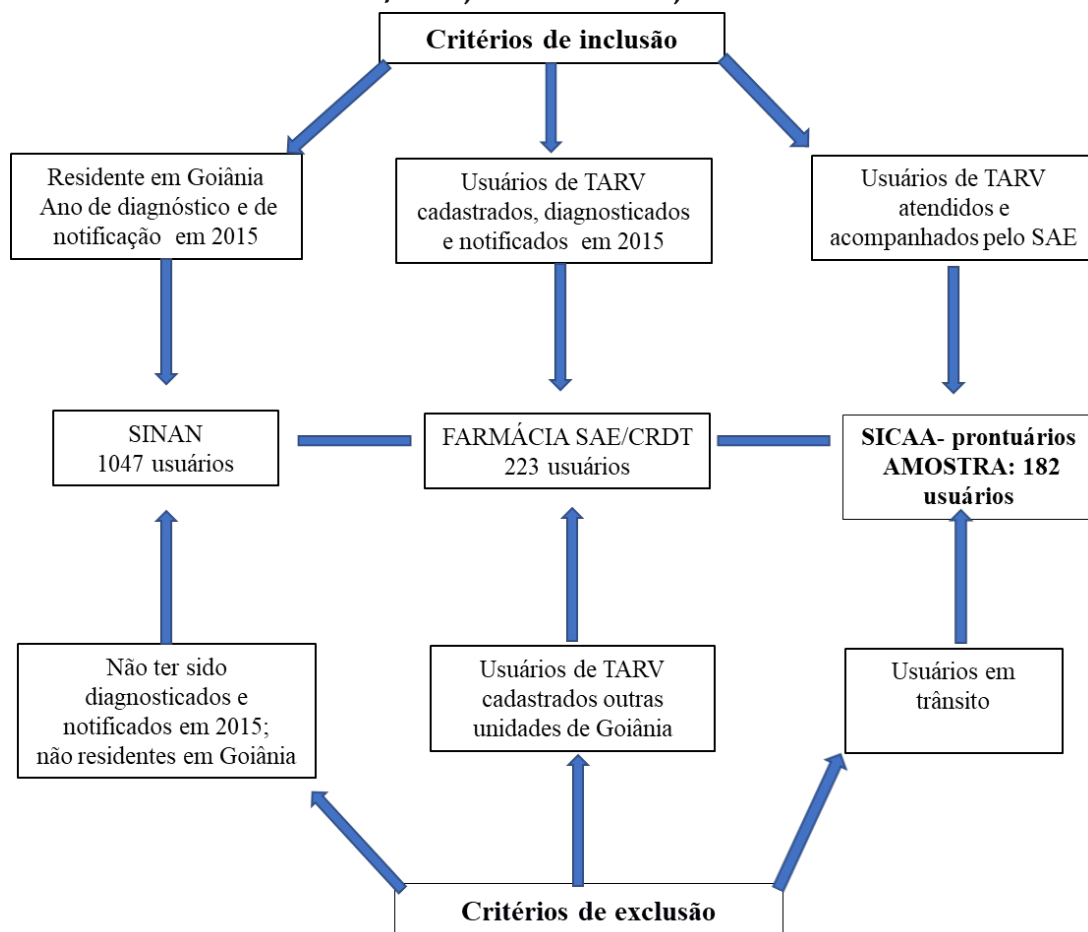
A coleta dos dados e a obtenção da amostra de pesquisa estão descritas no Fluxograma 1. Inicialmente foi selecionado no banco de dados do Sistema Nacional de Atendimento Médico (SINAN) os critérios de inclusão. Foram encontrados 1047 usuários diagnosticados e notificados no ano de 2015, residentes em Goiânia.

Para chegar ao quantitativo de indivíduos que foram atendidos pelo SAE, o segundo passo foi detectar quantos destes 1047 indivíduos acessam e/ou acessaram a medicação de TARV, na Farmácia - CRDT, e para tal, utilizou-se os documentos de registros arquivados na farmácia.

A farmácia do CRDT, desde a inauguração do SAE, em 2012, até setembro de 2016⁴ constava 1557 usuários cadastrados em uso de TARV. A demanda da farmácia do CRDT para o uso de TARV não é somente oriunda do SAE. Ela dispensa medicamentos para indivíduos atendidos pela rede particular, utilizando o critério de proximidade de residência. Após este levantamento e por meio do cruzamento dos dados das fontes SINAN (1047 indivíduos) e arquivos da Farmácia do SAE (1557 indivíduos), chegou-se ao quantitativo de 223 usuários de TARV cadastrados na farmácia, isto é, dos 1557 indivíduos cadastrados na farmácia do CRDT, 223 que faziam parte do universo de 1047 pacientes notificados no SINAN (residentes de Goiânia, notificados e diagnosticados em 2015).

Enfim, a partir destes 223 indivíduos o terceiro e último passo para se chegar aos usuários do SAE-Goiânia acompanhados neste estudo foi levantar o número de usuários que tiveram registro de atendimento/acompanhamento no SAE. Utilizou-se o SICAA/ Prontuário Eletrônico sendo excluídos os usuários que foram atendidos apenas em trânsito, isto é, pacientes que são de outros estados e/ou municípios, que estão de passagem por Goiânia (tratamento confirmado pelos sistemas SICLOM). Assim chegou-se ao resultado de 182 usuários que foram acompanhados pelo SAE-Goiânia, em 2016. Isto é, dos 1047 casos de HIV diagnosticados e notificados, residentes em Goiânia, 182 usuários foram assistidos pelo SAE-Goiânia e acompanhados neste estudo, no ano de 2016 o que corresponde a 17,38% dos indivíduos notificados no SINAN.

Fluxograma 1. Locais de coleta dos dados, critérios de seleção, quantidade de usuários com HIV/Aids, amostra final, 2015.



⁴ Todos os dados referentes ao ano 2016 é devido ao acompanhamento do paciente até esta data.

VARIÁVEIS DE ESTUDO

- Abandonos: os usuários que não retiram medicamentos TARV, no período superior a 100 dias do não uso da medicação (SICAA e SICLOM);
- Óbitos, os usuários que vieram a óbito durante o estudo;
- Transferidos, pacientes que mudaram de residência para outros municípios e/ou estado e que tiveram relatórios de transferência emitidos pelo médico assistente do SAE e/ou retiram medicação em outras regiões do Brasil confirmados nos sistemas SICAA e SICLOM;
- Acompanhamento do tratamento com TARV com carga viral: detectável e/ou indetectável (SICAA);
- Sexo
- Idade (faixa etária),
- Escolaridade,
- Tipo de exposição (SINAN).

ANÁLISE DOS DADOS

Para as variáveis sexo, faixa etária, grau de escolaridade, modo de transmissão, carga viral: detectável e/ou indetectável, transferidos e óbitos foram realizadas as frequências absolutas e relativas e para variável idade foi calculada mediana, média e desvio-padrão.

Para comparação de proporções (carga viral detectável e indetectável), foi utilizado o Teste de Qui-Quadrado ou Teste de Qui-Quadrado de Tendência. Para substituir o Teste Qui-Quadrado em comparações de sub-amostras com frequência esperada menor < 5 por categoria, foi utilizado o Teste Exato de Fisher.

O nível de significância de 5% ($p < 0,05$) foi considerado para todos os testes estatísticos.

Os dados foram processados e analisados no programa IBM SPSS Statistics, versão 25.

ASPECTOS ÉTICO-LEGAIS

Este estudo teve a aprovação da Escola Municipal de Saúde Pública (EMSP) do Município de Goiânia, sob Protocolo EMSP/SMS nº 33.2016 e da Plataforma Brasil parecer nº1.702.607, sendo respeitados os aspectos éticos contidos na Resolução 466/12 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

3. RESULTADOS

As características de sexo dos usuários do (SAE), na população analisada prevaleceu o sexo masculino com 168 pacientes (92,3%).

A razão dos sexos, neste estudo, foi de 1:12, isto é, 1(uma) mulher para cada 12 homens. Em relação à faixa etária, os usuários do SAE, de ambos os sexos, em sua maioria apresentaram a média de 31 anos ($\pm 9,7$) e a mediana de 28,5%. A idade mínima apresentada foi de 16 anos e a máxima de 63 anos. Quando dicotomizadas as idades em faixas etárias, pode-se notar a predominância (69,3%) da

idade entre 20 e 34 anos, ou seja, adultos jovens.

A escolaridade dos usuários de ambos os sexos foi o ensino médio completo (30,2%) seguido pelo ensino superior incompleto (17,0%) e ensino superior completo (12,1%). Não foi registrado nenhum usuário analfabeto.

Tabela 1. Características de faixa etária, sexo, escolaridade dos pacientes com HIV atendidos no Serviço de Atendimento Especializado. Goiânia, 2016.

Variáveis	Total (n=182)
Idade (anos)	
Média (\pm desvio-padrão)	31,0 (\pm 9,7)
Mediana	28,5
Quartis 25%-75%	24-35
Mínima-máxima	16 – 63
Faixa etária (anos)	n (%)
< 19	5 (2,7)
20 a 34	126 (69,3)
35 a 49	39 (21,4)
\geq 50	12 (6,6)
Sexo	
Masculino	168 (92,3)
Feminino	14 (7,7)
Escolaridade	
Ensino fundamental incompleto	16 (8,8)
Ensino fundamental completo	6 (3,3)
Ensino médio incompleto	20 (11,0)
Ensino médio completo	55 (30,2)
Ensino superior incompleto	31 (17,0)
Ensino superior completo	22 (12,1)
Ignorado	32 (17,6)
Total	182 (100)

Fonte: SINAN/SAE Goiânia, 2016.

A variável ‘tipo de transmissão’ predominante foi a relação sexual no total de 182 pacientes acompanhados em 2016, 50,5% dos casos. Destacou-se ainda, nos documentos, um número elevado de respostas ignoradas (46,7%).

Quanto a evolução do tratamento com antirretrovirais, até setembro de 2016, 53,3% já se encontravam com carga viral indetectável, 35,2% ainda estavam detectáveis, 6,6% foram

transferidos e houve 4,9% de abandono. Houve 7 óbitos registrados neste período.

Tabela 2. Características clínicas dos pacientes com HIV atendidos no Serviço de Atendimento

Variáveis	N (%)
Tipo de exposição	
Relação sexual	92 (50,5)
Uso de drogas	4 (2,2)
Transmissão vertical	1 (0,5)
Ignorado	85 (46,7)
Tratamento antirretroviral	
Indetectável	97 (53,3)
Detectável	64 (35,2)
Transferido	12 (6,6)
Abandono	9 (4,9)
Óbito	
Não	151 (83,0)
Sim	7 (3,8)
Ignorado	24 (13,2)

Especializado. Goiânia, 2016.

Fonte: SINAN/SAE, SICAA, SICLOM (2016)

Os resultados apresentados, na Tabela 3, em relação a supressão da Carga viral de acordo com as características sociodemográficas e desfecho nas variáveis: faixa etária, sexo, escolaridade e óbito. A diferença mais significativa apresentada foi na variável sexo onde a supressão viral atingiu 92,3%, entre as mulheres em tratamento com a TARV e apenas 57,4% dos homens tiveram sua carga viral indetectável.

Tabela 3. Carga viral de acordo com as características sociodemográficas e o desfecho em pacientes com HIV atendidos no Serviço de Atendimento Especializado. Goiânia, 2016.

Variáveis	Indetectável (n=97; 53,3%)	Detectável (n=64; 35,2%)	p- valor
Faixa etária (anos)	n (%)	n (%)	
< 19	-	4 (100,0)	0,82 9 ^a
20 a 34	69 (63,3)	40 (36,7)	
35 a 49	22 (59,5)	15 (40,5)	
≥ 50	6 (6,2)	5 (7,8)	
Sexo			
Masculino	85 (57,4)	63 (42,6)	0,01 4 ^b
Feminino	12 (92,3)	1 (7,7)	
Escolaridade			
Ensino fundamental incompleto	11 (68,8)	5 (31,2)	0,44 7 ^a
Ensino fundamental completo	4 (80,0)	1 (20,0)	
Ensino médio incompleto	8 (47,1)	9 (52,9)	
Ensino médio completo	29 (63,0)	17 (37,0)	
Ensino superior incompleto	17 (63,0)	10 (37,0)	
Ensino superior completo	11 (52,4)	10 (47,6)	

Óbito			
Não	80 (60,6)	52 (39,4)	
Sim	6 (85,7)	1 (14,3)	0,251 ^c
^a Teste Qui-quadrado de Tendência. ^b Teste Qui-quadrado. ^c Teste Exato de Fisher (p<0,05).			
Valores em negrito indicam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.			

Fonte: SINAN/SAE; SICAA, SICLOM 2016

4.DISSCUSSÃO

Quanto ao percentual de usuários diagnosticados, residentes no município de Goiânia, encaminhados para o SAE, o estudo apresentou um percentual de 17,38% do total da demanda do município.

No Boletim epidemiológico de HIV/Aids (BRASIL, 2019) é informada a notificação compulsória de 43.941 casos de infecção pelo HIV no ano de 2018. Destes, 3.625 (8,2%) foram na região Centro-Oeste e a maior prevalência continuava sendo na região sudeste onde concentravam à época 37,7% (16.586) dos casos. Este mesmo boletim informa que há uma tendência de queda dos casos de Aids no Brasil, embora a região Centro-Oeste seja a região que menos apresentou variabilidade.

A caracterização dos usuários do SAE/Goiânia quanto ao gênero, no período pesquisado é corroborado pelo perfil de soropositivos brasileiros e regionais. No presente estudo a razão de sexos foi de 1:12, ou seja, 1 mulher para cada 12 homens em tratamento no SAE (tabela 1) Este dado acompanha a realidade apresentada no município de Goiânia e no Estado de Goiás que constata a preponderância e vulnerabilidade deste sexo em relação ao HIV/Aids (GOIÂNIA, 2016).

No país também houve uma maior proporção de homens infectados em relação às mulheres, sendo que se observou uma redução de casos em mulheres e um aumento nos casos em homens, a partir de 2010. Em 2017, havia dez casos em mulheres para cada 23 casos de Aids em homens. Outro aspecto positivo em relação à Aids em mulheres, é o fato de que houve uma redução de casos de 38,2%, no período de dez anos (2008 – 2018) no país (BRASIL, 2019). Contudo, a razão de sexos varia conforme a região e a faixa etária, o que torna especialmente importante a vigilância epidemiológica regional e local.

Em relação a faixa etária (tabela 1), os usuários do SAE em sua maioria, em ambos os sexos, têm uma média padrão de 31 anos o que convergiu com a realidade apontada nos boletins epidemiológicos do município de Goiânia, do estado e do país. No ano em que ocorreu a presente pesquisa (2015), o boletim epidemiológico nacional descreve que as taxas de detecção em homens eram de 30 a 34 anos e de 35 a 39 anos. No período de 2008 a 2018, o mesmo boletim descreve observou-se que a maioria dos casos de infecção pelo HIV encontra-se nas faixas de 25 a 39 anos, com percentual de 52,4% dos casos. Entre os homens, de 2008 a 2018, houve aumento na detecção entre aqueles que estavam entre os 15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 e 29 anos e 60 anos e mais (BRASIL, 2019).

Com relação à escolaridade dos usuários do SAE-Goiânia em ambos os sexos foi ensino médio completo (30,2%) seguido pelo ensino superior incompleto (17,0%) e superior completo (12,1%) (tabela 1). Não foi registrado nenhum usuário analfabeto. O estudo também possui dados semelhantes

com a realidade do município de Goiânia, apontada no boletim epidemiológico de 2016, onde a escolaridade declarada mais presente nas notificações foi ensino médio completo, com cerca de 28% da população feminina e 21,4% da população masculina (GOIÂNIA, 2016). No Boletim epidemiológico de 2019, houve dificuldade de analisar a prevalência porque 25% deste dado não foi informado (BRASIL, 2019)

Estes estudos, a seguir, divergiram da realidade apontada acima, na variável escolaridade: Schuelter-Trevisol et al (2010), descreve o perfil dos pacientes com HIV atendidos no Centro de Atendimento Especializado em Saúde (CAES) do município de Tubarão/SC, com predomínio de homens, baixo nível de escolaridade; Soares e Moraes (2014), em seu estudo no município de Vitória da Conquista/BA apontou um predomínio de mulheres com baixa escolaridade (SOARES e MORAIS, 2014).

O acesso aos serviços de saúde depende de um conjunto de fatores determinantes da oferta e da demanda, afirma Viacava et al. (2004), em seu estudo, partindo dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1998. O autor observou que indivíduos com maior escolaridade possuem mais acesso aos serviços de saúde, indicando uma desigualdade social no consumo desses serviços, favorecendo os grupos sociais mais privilegiados.

Carvalho et al. (2013), em seu estudo sobre Perfil epidemiológico de casos de HIV atendidos em um serviço de atenção secundária em Belém-PA no ano de 2012 afirmaram que a baixa escolaridade constitui um fator de susceptibilidade à infecção pelo HIV. Também aponta que, apenas aumentar o nível de informação sobre as vias de transmissão do HIV não garante mudanças de práticas sexuais (CARVALHO et al, 2013).

Neste estudo na variável "tipo de transmissão" a via predominante foi a sexual, ou seja, 50,5% dos casos é corroborado por Dourado (2006) que destacou a via sexual predominante de infecção pelo HIV. Dos 182 usuários encaminhados ao SAE, 89,01% (162) foram acompanhados e atendidos no serviço e fizeram o uso da TARV, 6,59% (12) foram transferidos, porém vinculados em outros serviços e 4,40% (8) abandonaram o tratamento. Destacamos o resultado bem satisfatório, pois dentre os 182 usuários atendidos pela instituição houve uma taxa de adesão de 95,6% (174)(tabela 2). Sendo que OMS (2003) preconiza nos objetivos do Milênio que a taxa de abandono aceitável seria de 10% e de usuários em tratamento com TARV seria 90%. Assim constatou que o SAE/Goiânia alcançou a segunda meta do milênio neste período.No período estudado houve uma proporção significativamente maior de mulheres com supressão viral (92,3%) em relação ao sexo masculino onde a supressão viral foi apenas em 57,4% dos homens, caracterizando que estas mulheres usaram a medicação de forma continuada, ininterrupta e diária, tomando no mínimo 95% das doses diárias recomendadas (tabela 2).

Menezes et al. (2018), em seu artigo "Factores asociados a la no adhesión a los retrovirales de portadores de VIH/SIDA" identificou em um Hospital de Referência em Manaus uma realidade divergente do resultado do estudo realizado no SAE/Goiânia, constatando uma média de adesão ao tratamento maior em homens 46% e menor em mulheres de 39%.

Importante destacar que a supressão da carga viral a níveis indetectáveis reduz muito o risco de transmissão do vírus para outras pessoas. Quando um número expressivo de pessoas vivendo

com HIV estão em tratamento, dentro de uma comunidade, tem-se um efeito preventivo mais abrangente (UNAIDS, 2016).

Segundo o Manual de Adesão a TARV, do Ministério da Saúde do Brasil, a Terapia Retroviral expressa nos níveis de supressão viral, exige que o uso do esquema terapêutico deva ser igual ou superior a 95% das doses prescritas. A adesão insatisfatória pode estar associada ao desenvolvimento de resistência viral (BRASIL, 2008a). A OMS nos Objetivos do Milênio preconiza que 90% de pessoas portadoras do HIV em uso contínuo de TARV tem que estar com resultado de carga viral indetectável (OMS, 2003). O SAE Goiânia não alcançou o resultado preconizado pois apenas 60,49% dos usuários de TARV alcançou o resultado de carga viral indetectável, isto é, este dado confirma que apenas 60,49% usaram a medicação de forma continuada, ininterrupta e diária, tomando no mínimo 95% das doses diárias recomendadas. Porém este resultado superou as estimativas nacionais, feita no final de 2014 que alcançou o resultado de 46% de usuários de TARV com carga viral indetectável (BRASIL, 2015b).

A taxa de mortalidade padronizada sofreu decréscimo de 22,8% entre 2014 e 2018 – também, possivelmente, em consequência da recomendação do “tratamento para todos”⁵ e da ampliação do diagnóstico precoce da infecção pelo HIV. Almeida e Almeida (2015), analisando o perfil dos pacientes com infecção por HIV admitidos em Unidade de Terapia Intensiva Adulto do Hospital Universitário de Juiz de Fora - MG, constataram que havia um elevado índice de infecções oportunistas e elevado índice de óbitos durante a hospitalização, evidenciados pela não utilização da terapia antirretroviral. Os autores sugeriram que o acompanhamento ambulatorial adequado é determinante na sobrevivência dos pacientes infectados pelo HIV. (ALMEIDA e ALMEIDA, 2015).

Como limitações deste estudo está a ausência de dados sobre raça/cor e sobre a adesão do usuário ao serviço. Em estudos futuros para acompanhamento dos usuários do SAE, sugere-se o acréscimo dessas variáveis. O MS aponta a adesão como um dos maiores desafios da atenção às PVHA, já que esta é fundamental para mudanças comportamentais e dietéticas. A falta de adesão contribui para o aparecimento de resistências aos fármacos, uma vez que se inicia a medicação, precisa ser continuada, ininterrupta e diária, conforme as indicações.

5. CONCLUSÕES

O perfil dos usuários do SAE/Goiânia, apresentou dados similares aos do município, estado e país. .

As informações obtidas contribuem para identificar a necessidade de implantar um sistema de monitoramento permanente para o atendimento dos usuários do SAE com vistas a aperfeiçoar a assistência às PVHA. Este estudo visa contribuir com o planejamento das ações assistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde para o monitoramento e embasar as futuras intervenções.

5 São as novas recomendações (protocolos) para tratamento de pessoas vivendo com HIV e Aids (PVHA) no Brasil e estão disponíveis no Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/tratamento-para-todos>.

6. REFERÊNCIAS

- BASTOS, F. I. Aids na terceira década. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios .Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Alternativas assistenciais à AIDS no Brasil: as estratégias e resultados para a implantação da rede de Serviços de Assistência Especializada, 2000. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/assistencia/aids1/relativ_anexo_2.html> Acesso em: 03 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O perfil da Aids no Brasil e metas de governo para o controle da epidemia. 2003. Disponível em: <www.aids.gov.br/final/biblioteca/metas/metas.pdf>. Acesso em: 06 mai..2016
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis: manual de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids.. – Brasília : Ministério da Saúde, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Manual de adesão ao tratamento para pessoas vivendo com HIV e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2008 130 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Manuais; n. 84) ISBN 978-85-334-0547-9 1. Aids. 2. Programa Nacional de DST e Aids. 3. Manual Técnico. I. Título. II. Série
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Adesão ao tratamento antirretroviral no Brasil: coletânea de estudos do Projeto Atar.: Projeto Atar, 2010
- BRASIL. Ministério da Saúde. Recomendações para a atenção integral a adolescentes e jovens vivendo com HIV/Aids. Brasília, 2013a
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.271, de 6.06.2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Histórias da luta contra a AIDS. A união de todos os atores para o enfrentamento da AIDS. 2015(a); (1). Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/> Acesso em: 03 jun. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico AIDS e DST, a. IV, n. 01, até semana epidemiológica 26ª. Brasília, 2015(b).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Boletim Epidemiológico- HIV/Aids-2019. Número Especial, Dez. 2019. Brasília/DF. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hiv-aids-2019>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- CARVALHO, P.M.; ANCHIÊTA, L.S., QUEIROZ, M.M., ARAGÃO A.O., NICHIAIATA L.Y. Sexualidade de pessoas vivendo com HIV/Aids. Rev Interdisciplinar. 2013; v.6, n.3, p.81-8.
- DOURADO, I.; VERAS, Maria Amélia de S M; BARREIRA, D. and BRITO, A.M. de. Tendências da epidemia de Aids no Brasil após a terapia anti-retroviral. Rev. Saúde Pública [online]. 2006, vol.40, pp.9-17.
- GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia. Diretoria de Vigilância em Saúde. Diretoria de Vigilância Epidemiológica. Gerência de Doenças e Agravos Transmissíveis. Boletim Epidemiológico do HIV/Aids: Situação Epidemiológica da Aids em crianças, aids e HIV em adultos e gestantes infectadas pelo HIV no município de Goiânia. Goiânia, 2016.
- MENEZES, E.G, MELO, SANTOS, S.R.F.dos, MELO, G.Z.dos S., TORRENTE, G.; PINTO, A.dos S.; GOIABEIRA, Y.N.L de A. Fatores associados à não adesão dos antirretrovirais em portadores de HIV/AIDS. Acta paul. enferm., São Paulo , v. 31, n. 3, p. 299-304, jun. 2018 .
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Adherencetolong-termtherapies: evidence for action. Geneva, 2003. Disponível em: <<http://apps.who.int/medicinedocs/pdf>>. Acesso em: 29mar. 2017
- SCHUELTER-TREVISOL, F.; PUCCI, P.; JUSTINO, A.Z.; PUCCI, N.; SILVA, A.C. B.da.Perfil epidemiológico dos pacientes com HIV atendidos no sul do Estado de Santa Catarina, Brasil, em 2010. Epidemiol. Serv. Saúde [online], v. 22, n. 1, p. 87-94, 2003.
- SOARES, F. N. S.; MORAIS, M. T. M. Perfil epidemiológico e sócio demográfico dos pacientes vivendo com HIV/Aids cadastrados no município de Vitória da Conquista/BA. Rev. Saúde. Com., v. 10, n. 1, p. 54-63, 2014.

SZWARCWALD, C. L.; CASTILHO; E. A. A epidemia de HIV/AIDS no Brasil: três décadas. Cad. Saúde Pública, v. 27, suppl. 1, p. 4-5, 2011.

UNAIDS. Fact Sheet: World Aids Day, 2020. Disponível em: <<http://www.unaids.org>>. Acesso em: 20 mar. 2016

UNAIDS. Fact Sheet: UNODC encerra GTUNAIDS Grupo Temático ampliado do Programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids 2015-2016. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2017.

VIACAVAL, F.; ALMEIDA, C.; CAETANO, R. FAUSTO, M.; MACINKO, J.; MARTINS, M.; NORONHA, J.C.de; NOVAES, H. M. D.; OLIVEIRA, E.dos S. ; PORTO, S.M.; SILVA, L.M.V.da; SZWARCOWALD, C.L. Uma metodologia de avaliação do desempenho do sistema de saúde brasileiro. Ciênc. saúde coletiva [online].Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 2004.

GEOGRAFIA DA SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO NA BAIXADA FLUMINENSE: O CONTEXTO DE SÃO JOÃO DE MERITI

GEOGRAFÍA DE LA SALUD Y SANEAMIENTO BÁSICO EN LA BAIXADA FLUMINENSE: EL CONTEXTO DE SÃO JOAO DE MERITI

GEOGRAPHY OF HEALTH AND BASIC SANITATION IN BAIXADA FLUMINENSE: SÃO JOAO DE MERITI'S CONTEXT

Odilon Cavalcante de BARROS JUNIOR¹

Resumo:

O presente texto se apoia, com alterações, na monografia intitulada "Geografia da Saúde e Saneamento Básico na Baixada Fluminense: análise em São João de Meriti" (2019). Através da Geografia da Saúde, área voltada para a compreensão acerca dos problemas de saúde da população, entendendo que as doenças se proliferam de formas diferentes em diversos contextos e que todo espaço geográfico tem uma história de ocupação ecológica, biológica e, de forma sintetizada, social, busca-se um contexto de alguns problemas de saúde em São João de Meriti, Rio de Janeiro, que envolvem doenças de veiculação hídrica. A cidade, conhecida como o "Formigueiro das Américas" por sua densidade demográfica de 13.000 habitantes por Km², não possui saneamento básico universal e sua rede de esgoto não atende 50% de sua área. Assim, surge a necessidade de estudos sobre o saneamento na cidade e no território em que ela está inserida, a Baixada Fluminense. O levantamento bibliográfico se torna importante tanto para o desenvolvimento de um histórico das obras de saneamento da Baixada Fluminense quanto para a conceituação de seu próprio sentido, uma vez que esse território possui várias definições dependendo do objeto e escala de tempo em que está sendo retratado. Este trabalho tem como objetivo principal correlacionar o saneamento básico com o histórico de ocupação do município, investigando obras de saneamento que já aconteceram, buscando dados sobre doenças relacionadas a falta de saneamento e correlacionando-os a fim de se criar um panorama para futuros leitores interessados na promoção da saúde neste município e no território em que está inserido. Partindo dessas pesquisas, o trabalho restringiu-se a dados relacionados ao município de São João de Meriti - RJ, dentre eles a rede de esgoto atual do município, população, taxa de crescimento, densidade demográfica como também indicadores de saúde relacionados à falta de saneamento e áreas na cidade sujeitas à inundações.

Palavras-chave: Geografia da Saúde; Saneamento Básico; São João de Meriti.

Resumen:

El presente texto se apoya, con alteraciones, en la monografía titulada "Geografía de la Salud y saneamiento ambiental en Baixada Fluminense: análisis en São João de Meriti" (2019). A través de la Geografía de la Salud, área orientada a la comprensión acerca de los problemas de salud poblacional, quedando entendido que las enfermedades se propagan de distintas formas en diversos contextos y que toda zona geográfica tiene una historia de ocupación ecológica, biológica y, de forma sintetizada, social, se busca el contexto de algunos problemas de salud en São João de Meriti, Rio de Janeiro, que involucran enfermedades transmitidas por el agua. La ciudad, conocida como el "Hormiguero de las Américas" por su densidad demográfica de 13.000 habitantes por Km² no posee saneamiento ambiental básico universal y su red cloacal no atiende el 50% de su área. Así, se presenta la necesidad de que haya estudios sobre el saneamiento en la ciudad y en el territorio en el que está insertada, Baixada Fluminense. La búsqueda bibliográfica se vuelve importante tanto para el desarrollo de un histórico de obras de saneamiento de Baixada Fluminense como para la concepción de su propio sentido, una vez que ese territorio tiene varias definiciones de acuerdo con el objeto y la escala de tiempo en el que se ve retratado. Este trabajo tiene como objetivo principal correlacionar el saneamiento ambiental básico con el histórico de ocupación de la ciudad, al investigar obras de saneamiento que ya ocurrieron, buscando datos sobre enfermedades que tienen relación con la falta de saneamiento y los correlacionando con fines de la creación de un panorama para futuros lectores interesados en la promoción de la salud en esta ciudad y en el territorio en el que está insertada. Partiendo de esas investigaciones, el trabajo se restringió a datos relacionados con la ciudad de São João de Meriti - RJ, entre ellos su red cloacal actual, su población, su tasa de crecimiento y su densidad demográfica incluidos como indicadores de salud relacionados con la falta de saneamiento y con áreas de la ciudad sujetas a inundaciones.

Palabras clave: Geografía de la Salud; Saneamiento Básico; São João de Meriti.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Foi Monitor Voluntário de Geologia, Geomorfologia e Processos Geomorfológicos entre 2017 e 2018; Realizou pesquisa de Iniciação Científica como voluntário entre 2017 e 2018 e como bolsista FAPERJ entre 2018 e 2019. Atualmente é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a linha Ordem e Gestão do Território. Interessa-se pelos estudos em Saneamento Básico, Meio Ambiente, Baixada Fluminense, Geografia da Saúde, Geografia Urbana, Geografia e Religião.

Abstract:

This text is supported, with modifications, in the monograph entitled "Geography of Health and basic Sanitation in Baixada Fluminense: Analysis in São João de Meriti" (2019). Through Geography of Health, area focused on understanding the population's health problems, understanding that diseases proliferate in different ways in different contexts and that every geographic space has a history of ecological, biological and, in short, social, we seek a context of some health problems in São João de Meriti, Rio de Janeiro, which involve waterborne diseases. The city, known as the "America's Anthill" for its demographic density of 13,000 inhabitants per km², doesn't have universal basic sanitation and its sewage network does not serve 50% of its area. Thus, there is a need for studies about sanitation in the city and in the territory in which it is inserted, the Baixada Fluminense. The bibliographic survey becomes important not only for the development of a history of sanitation works in the Baixada Fluminense but also for the conceptualization of its own meaning, since this territory has several definitions depending on the object and time scale in which it is being represented. This work has as main objective to correlate basic sanitation with the history of occupation of the municipality, investigating sanitation works that have already done, searching for data on diseases related to lack of sanitation and correlating them in order to create a panorama for future interested readers about health promotion in this municipality and the territory in which it is inserted. Based on these surveys, this research was restricted to data related to the municipality of São João de Meriti - RJ, among them the current sewage network in the municipality, population, growth rate, demographic density as well as health indicators related to the lack of sanitation. and areas in the city liable to flooding.

Keywords: Geography of Health; Basic Sanitation; São João de Meriti.

INTRODUÇÃO

Em constante desenvolvimento no Brasil, a Geografia da Saúde se mostra como uma importante área interdisciplinar que dentre diversos segmentos tem a capacidade de interceder conceitos geográficos com dados biológicos e do campo médico. Em seu sentido mais amplo a Geografia, com ênfase na América Latina, se atentara, salvo casos isolados, na distribuição de fenômenos e processos e não ao biopsicossocial do homem como tema central. (ROJAS, 1998).

Segundo a Agência Nacional de Águas², 47,1% do território do município de São João de Meriti, Rio de Janeiro, não possui nem coleta e nem tratamento de esgoto, fazendo com que muitos cidadãos do município estejam vulneráveis à doenças de veiculação hídrica como a hepatite A, febres entéricas, esquistossomose, leptospirose, teníases, helmintíases, micoses, conjuntivites e tracoma, que são as principais enfermidades associadas à falta de saneamento³.

Discutir sobre este território, o histórico de ocupação e as obras de saneamento que aconteceram se fazem essenciais para elucidar o contexto em que o município se insere, assim como a perspectiva da Geografia da Saúde é importante para analisar possíveis epidemias nele, tendo como foco as doenças de veiculação hídrica.

Logo, busca-se estabelecer semelhanças e contrastes entre os dados encontrados, investigando a história e as obras de saneamento que já aconteceram na área de estudo, bem como coletar informações gerais do município para o desenvolvimento de um panorama atual sobre essa questão e espera-se que este artigo contribua para o entendimento do contexto em que o município se situa a fim de auxiliar agentes de saúde, movimentos sociais empenhados na promoção da saúde deste território.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GEOGRAFIA DA SAÚDE

Os estudos envolvendo Geografia da Saúde são feitos por profissionais de diversas áreas que os constroem cotidianamente quase que de forma anônima e, dentre eles, professores de

² <http://www.snirh.gov.br/porta/snirh/snirh-1/atlas-esgotos>

³ Instituto Trata Brasil, 2013.

geografia que insistem em falar sobre problemas de saúde nas universidades, os profissionais da saúde que procuram na geografia metodologias para atuarem sobre problemas de saúde e epidemiologistas de centros de pesquisa que notaram a insuficiência dos modelos baseados no comportamento dos indivíduos, todos representando um número pequeno em suas classes mas atuando de forma heroica e resistente (BARCELLOS, 2008). Segundo o autor, “não é apenas uma geografia aplicada à saúde, e sim uma Geografia comprometida com a Saúde, abrangente, inclusiva, participativa, voltada, antes de tudo, para a resolução dos problemas de saúde da população (*Ibidem*, p.13).”

Essa Geografia passou por momentos tortuosos e de conflitos, mudando seu nome de Geografia Médica para Geografia da Saúde, uma vez que não é um ramo da medicina, muito menos voltado às doenças, mas sim um campo de conhecimento em que diversos profissionais interessados em estudar os processos de saúde, doença e cuidado no espaço geográfico devem participar para poder intervir (*Ibidem*). Para estudar o início da saúde na Geografia ou até da Geografia da Saúde é importante voltar à Grécia Antiga, onde muitas doenças como a sífilis, a lepra e a tuberculose já eram conhecidas (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014).

A compreensão das doenças tendia para uma visão da natureza una, dinâmica e em equilíbrio, sendo a doença não só o desequilíbrio entre água, fogo, terra e ar, os componentes fundamentais da natureza, como também um movimento desta para um novo equilíbrio (*ibidem*). A cura se sujeitava em grande parte à alimentação e às condições ambientais favoráveis ao rearranjo do todo por intermédio das forças contrárias do organismo (*Ibidem*).

Não se pensava, na tradição grega clássica, que as doenças poderiam ser transmitidas de uma pessoa para outra, a enfermidade se apresentaria quando os fluidos internos do organismo humano (humores) estivessem em desequilíbrio e a cura seria fruto da eliminação desses fluidos em excesso ou em estado de putrefação, concentrando-se os médicos na descrição e desenvolvimento dos sintomas de forma a mostrar alternativas terapêuticas para cada uma (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014). Assim, ocorria a tensão entre médicos preocupados com a saúde individual e a saúde coletiva, sendo retratado na mitologia pela divergência entre as deusas Panaceia, guardiã dos medicamentos e dos poderes de cura e Hygeia, que carregava consigo a sabedoria da restauração do equilíbrio das ações humanas no ambiente coletivo, ambas filhas de Asclépio, deus da arte e da cura (*Ibidem*).

A compreensão higeica foi sistematizada em termos racionais e metódicos por Hipócrates, este, considerava a saúde como a relação das pessoas com o local onde viviam, sendo considerados não só aspectos físicos, biológicos e climáticos como também as relações humanas, do trabalho, cultura e cotidiano, buscando-se a causa da saúde e da doença em fatores geográficos, não pela magia ou espíritos (*Ibidem*). Tais ideias ainda se faziam predominantes na Europa até o século XVIII, surgindo dessa influência a Teoria dos Miasmas que se tornou a base do higienismo do século XVIII até a metade do século XIX, originando diversas medidas de proteção sanitária nas cidades da Europa (*Ibidem*).

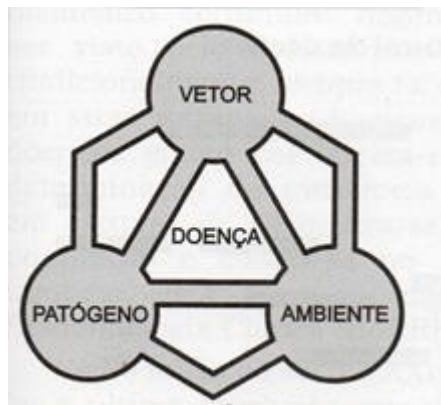
Dessa forma, mesmo com as transformações da Revolução Industrial e do deterioramento das cidades causando altos índices de insalubridade relacionados à ocupação predatória do espaço urbano, a explicação para as doenças no século XIX segundo os higienistas neo-hipocráticos ainda se relacionava a Teoria dos Miasmas, defendendo que a doença era passada de pessoa para pessoa, sendo a origem dela buscada no ambiente e não no indivíduo, de forma que os lugares insalubres deveriam ser transformados ou evitados (*Ibidem*).

Da necessidade de melhorar a qualidade de vida nas casas e fábricas, medidas como o saneamento ambiental com coleta de lixo e esgotamento sanitário e alargamento de vias para melhor arejamento foram prescritas, surgindo assim a Medicina Social (*ibidem*). Segundo os autores, “em sua origem, a Medicina Social relacionava a saúde e a doença aos aspectos ambientais, referindo-se às condições objetivas de existência, o modo de vida das populações com fatores importantes para a saúde e para a doença” (*ibidem*, p.58). Se antes a medicina era individual, nesse momento o Estado passou a ser cada vez mais cobrado para que houvesse o controle da saúde da população, bem como realizasse políticas públicas de saúde para assistência (*Ibidem*).

Durante o século XIX as experiências dos higienistas neo-hipocráticos conviveram com uma série de investigações relacionadas a microbiologia que, mesmo enfraquecendo a Teoria dos Miasmas, havia divergências em como se tratar as doenças, porém, a medida que foi se descobrindo os micro-organismos e seus modos de ação, se abria um novo caminho para a prevenção de doenças infecciosas, dando mais importância para a medicina hospitalar (*Ibidem*). Tanto a Medicina Social quanto a Biomédica preconizavam normas de hábito e comportamento, dessa forma, com o objetivo de controlar lugares e pessoas aconteceram revoltas populares, pois os mais pobres eram vistos como causa das epidemias (GUIMARÃES; PICKENHAYN; LIMA, 2014).

Ao final do século XIX, a Teoria dos Germes já prevalecia (*Ibidem*). A metáfora da natureza e do corpo humano como máquina foi incorporada pela Medicina, sendo os avanços na microbiologia determinantes para a consolidação dessa visão, o que acarretou numa mudança profunda no pensamento e ideias sobre saúde (*Ibidem*). Segundo os autores, se deslocou a ação da população para o indivíduo, do território para o corpo. O esperado era que a saúde estaria ao alcance de todos, porém o modelo biomédico reduziu o campo de visão dos profissionais de saúde, se antes eles olhavam para o ambiente a fim de entender sobre os lugares e as doenças, a escala de observação foi reduzida, ainda restando entender por que algumas pessoas adoeciam e outras não (*Ibidem*).

Anos mais tarde da revelação dos agentes etiológicos descobriram os vetores, sendo necessário mais uma vez olhar para o meio ambiente para controlar as epidemias, surgindo a Teoria da Tríade Causal, que tentava explicar as doenças infecciosas e parasitárias a partir da relação entre patógeno, vetor e ambiente, passando-se a considerar uma multicausalidade (*ibidem*). Ainda, o modelo biomédico foi impulsionado no século XXI pela Biologia Molecular, com a utilização de instrumentos mais poderosos que podem ver coisas menores que micro-organismos, apesar disso, observa-se um esforço de epidemiologistas para retomar pesquisas de base populacional, expondo o interesse na Geografia (*Ibidem*).

Figura 1: Modelo da Tríade Causal

Fonte: Guimarães, R. B.; Pickenhayn, J. A.; Lima, S. do C. (2014)

De acordo com Barcellos, "Se a doença é uma manifestação do indivíduo, os problemas de saúde são uma expressão do lugar" (2008, p.10), sendo este entendido como resultado de acúmulos de situações históricas, ambientais e sociais que promovem especificidades para a produção de doenças. O modo de transmissão delas é igual no processo microbiológico e global em todo o mundo, diferindo como cada lugar previne, produz exposição, trata os doentes e promove a saúde, sendo esse conjunto de fatores locais chamado de contexto (*Ibidem*). Assim, a Geografia da Saúde, ao perceber a complexidade das relações entre ambiente, sociedade e território, pode ajudar a entender e intervir sobre os problemas de saúde através dos contextos, de modo a planejar ações de controle, promoção de saúde bem como realocação de recursos (*Ibidem*).

Diante disso, percebemos que para falar de Saúde, precisamos entender muito mais do que somente o patógeno, o vetor ou o ambiente, pois a doença se dá pelo modelo relacional entre esses três fatores. De acordo com Rojas (2008), uma das formas promissoras de explicar e orientar as respostas necessárias à reversão dos problemas à saúde é o conhecimento da gênese social e do conhecimento de determinantes de saúde, de modo que sejam considerados e usados da forma menos segmentada possível para abordar a complexidade dos contextos em que se promove a saúde e seus problemas. Ainda, segundo a autora, "todo espacio geográfico poblacional, portará una historia ecológica, biológica, económica, conductual, cultural, ensíntesis social, que inobjetablemente ha de orientar el conocimiento del procesosalud- enfermedad" (*Ibidem*, p.704). Assim, o resultado final desse estudo pode apresentar um contexto aos profissionais preocupados com a saúde da população do município de São João de Meriti e da Baixada Fluminense, lhes dando uma base para que possam intervir de diversas formas para promover a saúde no município e no território.

A BAIXADA FLUMINENSE

O termo Baixada Fluminense, além de polissêmico, possui diversas definições, sendo seu recorte alterado a partir do interesse de pesquisadores, da escala de observação, da atuação de instituições de pesquisa ou dos objetivos dos órgãos públicos (BRAZ; ALMEIDA, 2010). De acordo com Enne (2015) embora se fale em uma "Baixada Fluminense", se tratam de diversas "Baixadas Fluminenses" que possuem sentidos partilhados, especialmente quando relacionados a uma referência espacial ou contexto geográfico. Dessa forma, discutiremos seus diversos sentidos e seguiremos para o seu saneamento, que muito tem a ver com sua ocupação.

Com o objetivo de trazer discussões à problemática em definir a Baixada Fluminense, Magalhães *et al.* (2013) parte da toponímia das palavras que a compõem, remetendo Baixada à sua definição geomorfológica de “áreas do espaço que possuem uma altitude menor comparadas ao seu entorno, área baixa ou área de deposição” (*Ibidem*, p.11) e Fluminense como derivada do latim *flumen*, que significa rio, acrescido do sufixo “ense”, sendo este adjetivo relacionado ao que pertence ao Estado do Rio de Janeiro.

Goes expõe que ela “(...) estende-se por todo o litoral oriental e parte do meridional do estado do Rio de Janeiro, entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico. Abrange aproximadamente 17.000 Km², estando cerca da metade afogada nos brejos e lagoas, onde impera a malária” (1934, p.13). Segundo Fernandes (1998), Hildebrando de Araújo Goes consagrou a definição feita por Marcelino Ramos e sua comissão estadual de saneamento de 1894, que estabeleceu a primeira divisão por bacias hidrográficas da Baixada Fluminense.

Com esta definição, Goes não descreve a Baixada Fluminense apenas pelos fatores físicos, colocando em evidência que doenças como a malária fazem parte das características que definem essa região.

O autor também categoriza a Baixada em 4 partes: A dos Goitacazes, de Sepetiba, de Araruama e a da Guanabara, que é onde nosso objeto de estudo se localiza e, para o autor, possui destaque pela proximidade com a capital da República (GOES, 1934), e seu povoamento até então se resumiria a um combate permanente com o pântano, existindo esforços desde o Império para recuperar a prosperidade pretérita da região (GOES, 1939).

Posteriormente, em um conjunto de artigos sobre a recuperação econômica da Baixada Fluminense, Geiger explica que “no Estado do Rio de Janeiro, as terras situadas entre o litoral e o “front” montanhoso da serra do mar constituem a chamada Baixada Fluminense” (1952, p.95) e apresenta o loteamento das áreas da Baixada da Guanabara (Anexo B), definida como “a região da Baixada Fluminense situada em tórno da baía de mesmo nome onde ficam a Capital da República e a do Estado do Rio de Janeiro”⁴ (*Ibidem*, p.95) se estendendo também entre as planícies do Rio Iguaçu e da bacia do Rio Macacu.

O autor atenta para o fenômeno de divisão de grandes propriedades em pequenos lotes residenciais na Baixada Fluminense, considerando como uma febre na região e sendo até então a atividade econômica que mais crescia na Baixada da Guanabara, correlacionada com o desenvolvimento desproporcional da cidade do Rio de Janeiro.

Em suas conclusões, o autor expõe que estes loteamentos, por serem fruto da especulação imobiliária e possuírem caráter desordenado e sem planificações de urbanização, deveriam ser proibidos, sendo de outro caráter os realizados nas praias com fins de veraneio (*Ibidem*).

.Diante desse contexto, um artigo posterior (GEIGER; SANTOS, 1954) traz o questionamento: analisando o deslocamento das fruticulturas para o leste da Baixada Fluminense e o loteamento urbano próximo às grandes cidades, “Como pois falar simplesmente de uma decadência

4 Entre 1903 e 1975 a capital do Estado do Rio de Janeiro era o Município de Niterói, sendo o atual Município do Rio de Janeiro a Capital da República, representado como Distrito Federal (1891-1960). Fontes: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/historico> E <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/historico>

da região? (Ibidem, p.11).”

De fato, estes autores trazem o loteamento urbano como uma das atividades econômicas mais lucrativas da época em contraposição às concepções que autores como Goes adotam como decadentes. Assim, enquanto Goes traz uma visão pautada nos aspectos físicos e nas doenças, Geiger desenvolve uma visão diferenciada para as atividades econômicas na região tanto em seu artigo solo quanto em seu artigo com Santos.

De acordo com Enne (2004), a imprensa carioca⁵ veio construindo a imagem da Baixada Fluminense associada à “violência” e ao “desmando público” de 1960 até 1990. Essa associação não veio por acaso, Abreu (2013) mostra que o período entre 1930 e 1950 foi marcado pelo adensamento populacional para além das fronteiras do Distrito Federal, sendo esse território um dos principais abrigos para os recém-chegados ao Rio de Janeiro neste período de intenso fluxo migratório.

Assim, essa associação de Baixada com violência veio em conjunto com o adensamento populacional desse território, que, como vimos, aconteceu tendo como pano de fundo a especulação imobiliária e a falta de planejamento urbano.

O crescimento das áreas periféricas da cidade do Rio neste período está ligado a quatro fatores que resultariam nessa “febre imobiliária”: as obras de saneamento da década de 30, a eletrificação da Central do Brasil, a tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio e a abertura da Avenida Brasil (ABREU, 2013).

Segundo Abreu (ibidem), se o período entre 1940 e 1950 foi caracterizado por intensos fluxos migratórios em direção à Capital da República, a década de 1950 apresentou um movimento migratório ainda maior, resultando num aumento notável da população da Área Metropolitana, destacando que praticamente metade dos migrantes se localizavam no que o autor chama de Periferia Intermediária, especialmente nos municípios da Baixada Fluminense e nos bairros cariocas que lhes eram fronteiriços.

Nesse período, poucas matérias citavam a Baixada nos principais jornais cariocas (ENNE, 2004) e dentre os fatores mais significativos de crescimento na Baixada estavam a abertura da Rodovia Presidente Dutra, o baixo preço dos loteamentos e a possibilidade de construir com o mínimo de exigências burocráticas em contraposição ao controle exercido pelo Estado do Distrito Federal (op.cit.). O autor também aponta três efeitos importantes sobre a estruturação do espaço que a expansão física da metrópole teve na década de 1950, o qual destacaremos que ela não foi acompanhada da provisão de infraestrutura básica formando uma periferia metropolitana carente de bens urbanísticos (Ibidem).

Dentre inúmeros fatores citados ou não, “o processo histórico iniciado na década de 50 vai ganhar contornos na década seguinte” (ENNE, 2004, p.8). De fato, a autora traz que em 1960 a Baixada começa a aparecer de forma mais efetiva nos jornais que consultara, trazendo referências positivas como a Festa da Laranja e matérias apontando para a violência na região, sendo a consolidação dela como área “problemática” em termos de segurança e violência em 1968, quando Duque de Caxias foi declarada Área de Segurança Nacional pelo governo militar.

⁵ A autora analisa o “Jornal do Brasil”, “O Globo”, “O Dia” e “Última Hora”.

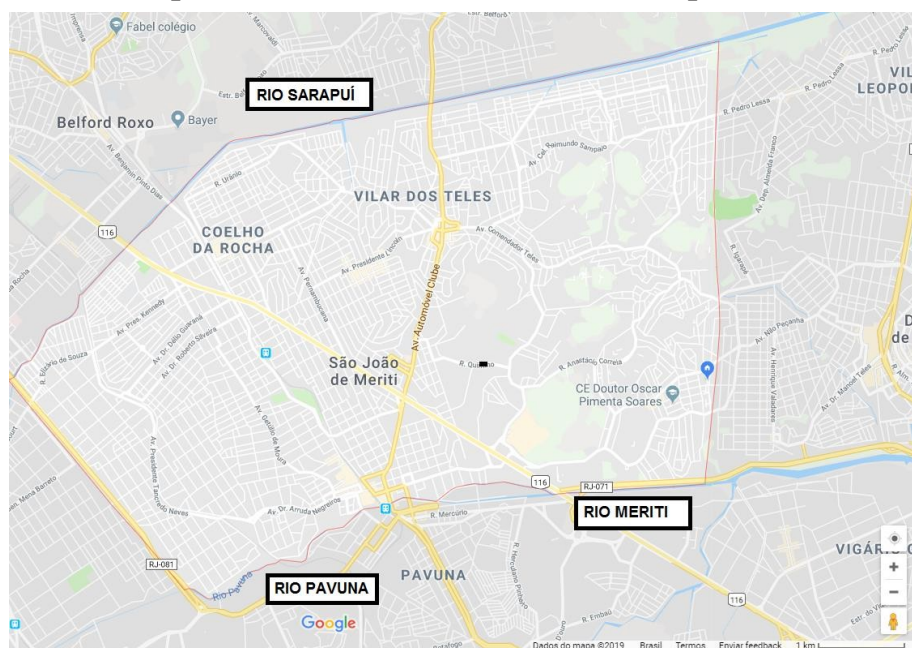
Questões como a violência foram levadas em consideração até os anos 1980 frente a nova realidade urbana, mas que estão sendo reconstruídas desde os anos 1990 pela atuação de movimentos sociais que lutam pela melhoria desse território e por toda seu recente processo de ascensão cultural. Mesmo com diversas definições, o Município de São João de Meriti faz parte da Baixada Fluminense em todos os sentidos discutidos neste capítulo. A Figura 2 apresenta a sua localização no Estado do Rio de Janeiro e ilustra mais uma definição entre tantas discutidas.

A partir desse panorama, levantaremos as obras de saneamento que aconteceram na Baixada Fluminense com ênfase no município de São João de Meriti, pois foram peça-chave para a ocupação desse território.

AS OBRAS DE SANEAMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE

No que diz respeito às obras de saneamento, Fernandes (1998) traz um estudo que vai de 1890 a 1950, porém, a preocupação com a salubridade dessa região surgiria desde a época do Império (GOES, 1934). Seguindo esses autores e, procurando recortar a área da Baixada Fluminense onde nosso estudo está sendo realizado, direcionaremos esta parte da pesquisa para as obras de saneamento básico que contemplaram que hoje compõe o território do município de São João de Meriti, dando ênfase aos rios Pavuna, Meriti e Sarapuí, que passam pelo município.

Figura 3 - Município de São João de Meriti com destaque aos rios.



Fonte: Google Maps 2019, modificado pelo autor.

As obras de Saneamento na Baixada Fluminense surgem da necessidade de tornar salubre a região, que, segundo Goes (1934), sofreu com uma epidemia de cólera em 1854, de tifo em 1878 e pelo impaludismo (malária) provocados pelas inundações e pelo abandono da manutenção de cursos d'água oriundo da liberação de escravos.

Terrenos marginais aos rios Meriti e Sarapuí, por exemplo, continuam a presença de brejos, áreas pantanosas ou alagadiças, e era a mão-de-obra escrava que cuidava de sua limpeza, desobstrução bem como abertura de canais (FIGUEIRÊDO, 2004). Um exemplo é exposto por Medeiros

ao trazer que a obra do Canal da Pavuna teve início em meados do século XIX com a finalidade de sanear a região (1958). Segundo Amador (2013), o canal foi aberto 1832.

Como podemos ver em Figueirêdo (*Ibidem*), foi através do emprego da mão-de-obra escrava que se criou a condição favorável para a navegação dos corpos d'água que deságuam na Baía de Guanabara. De acordo com Amador (*op.cit.*), sem essa mão-de-obra, os rios que outrora foram navegáveis, assorearam-se rapidamente, permitindo o restabelecimento de várzeas e brejos e, gradualmente, o ecossistema dominado por áreas úmidas.

Ainda assim, não podemos deixar de destacar as considerações de Fernandes (1998), ao declarar que a dita “decadência” da Baixada Fluminense pode ser relativizada, pois sempre foi recordada pela elite política relacionada à economia cafeeicultora fluminense, que obteve sua opulência através do nefasto sistema agroescravista. Somado a isso, durante os dois séculos anteriores (XVII e XVIII) houve a intensa exploração das matas e do solo da região seguindo o modelo da plantation açucareira, reafirmando que “se a ocorrência de epidemias de malária na região, sobretudo na bacia contribuinte da baía de Guanabara, tornou as terras insalubres foi em função da exploração sem limites” (*Ibidem*, p.145).

Diante de tais posições, precisamos destacar duas questões: uma, é que os autores que retratam a “decadência” da Baixada Fluminense não evidenciam que o dito período de opulência econômica foi pautado numa economia agroescravista. O outro, é que muitos autores trazem o fim da mão- de-obra escrava como causa da falta de manutenção dos rios e, posteriormente, das suas condições de insalubridade, sendo que tanto a mão- de-obra, quanto os modelos de plantation estabelecidos na região foram pautados na exploração violenta tanto do ecossistema quanto de pessoas. Já no início da República, as obras de saneamento ficaram a cargo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que as levavam adiante através de concessões às companhias privadas, ação recorrente desde o Império (*Ibidem*).

Fernandes expõe inúmeras Comissões de Saneamento entre 1890 e 1930. Deste período, destacaremos a Comissão Federal de Saneamento e Desobstrução dos Rios Que Deságuam na Baía de Guanabara, constituída entre 1910 e 1916. O autor também esclarece que essas obras buscavam recriar o capital fundiário por meio do dessecamento de mangues e brejos e da eliminação dos meandros dos rios (*Ibidem*).

Com as obras diversas comissões, “os rios da Baixada Fluminense foram inteiramente mutilados, visando recuperar e valorizar terras para os grandes proprietários” (AMADOR, 2013, p.164). Além disso, o assoreamento desses canais se acentuou mostrando sua ineficiência, e se elevou muito mais tanto pela ocupação da Baixada Fluminense quanto pela continuidade das obras, a partir da década de 1930, pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (*Ibidem*).

Segundo Goes (1939) o Governo Federal aprovou em 1933 um programa geral de ação para o saneamento da Baixada Fluminense visando enormes vantagens econômicas. Ainda, segundo o autor, nas áreas onde não era aconselhável a criação de aterros recorreu-se a construção de polders, como em parte do Rio Meriti (*Ibidem*). As obras que tiveram início em 1936 "sanearam" 17 km² de terras do Rio Meriti e 200 km² do Rio Iguazu. Mesmo assim, segundo Amador "Os loteamentos que passaram a proliferar com o "saneamento" da Baixada, não demorariam a conviver com inundações

crônicas, que não cessariam mesmo com a continuação das obras pelo DNOS" (2013, p.165).

Além disso, Abreu (2013) chama a atenção para o fato de que as obras feitas pelo DNOS na Baixada Fluminense visavam a criação de um cinturão agrícola, enquanto no Distrito Federal objetivava atividades urbanas e industriais. Por outro lado, houve a "febre loteadora" e a expansão física da metrópole (*Ibidem*).

Dessa forma, podemos perceber que as obras de saneamento na Baixada Fluminense foram paradoxais. Tendo em vista que elas aconteciam com o objetivo de sanear a fim de que pessoas ocupassem as terras antes inundadas, na medida em que houve a habitação dessas terras, seus residentes além de sofrerem com constantes inundações, não possuíam rede de esgoto sanitário.

Tal fato se confirma no Relatório Síntese do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de São João de Meriti (2014), que diz que a rede de esgoto do município veio sendo implantada desde a década de 1980, o que é assustador, se levarmos em consideração que o município se emancipou em 1947⁶. Dessa forma, mesmo com o constante crescimento demográfico, as obras só começariam a acontecer 37 anos depois, como veremos no próximo capítulo.

De acordo com Simões "O principal motivo para essa extrema deficiência nos sistema de coleta e tratamento dos efluentes domésticos foi o modelo de ocupação da Região Metropolitana nos últimos 70 anos" (2011, p.49). O autor destaca que esse modelo de ocupação permitiu que se produzissem loteamentos e bairros sem a instalação de equipamentos necessários ao descarte adequado de esgoto, num quadro de omissão do poder público por não obrigar os loteadores a instalarem esses equipamentos e nem por construir a rede de coleta e estações de tratamento (*Ibidem*).

Dessa forma, podemos destacar que uma das características que marcam a produção do espaço na Baixada Fluminense é a autoconstrução, fruto da insuficiência de renda do trabalhador para comprar um imóvel no mercado formal, bem como da necessidade de se ter uma moradia somada à falta de financiamento e moradia por parte das iniciativas pública e privada (SIMÕES, 2007).

Segundo o autor, para além da autoconstrução da casa, equipamentos de uso coletivo também fizeram parte dessa lógica pela população por meio de mutirões a fim de melhorar a qualidade de vida diante da ausência do poder público, podendo-se entender esse processo como o precursor demovimentos sociais, como associações de moradores (*ibidem*). Assim, o autor destaca três soluções improvisadas para "resolver" o problema.

A primeira e mais simples foi a construção de sumidouro, um buraco no chão por onde o esgoto infiltraria para o solo, contaminando freáticos e possivelmente poços (SIMÕES, 2011). A segunda é a criação de fossas sépticas, caixas sólidas de concreto que retém os sólidos e liberam os líquidos pela parte superior, não contaminando o lençol freático, porém, podem gerar problemas por erro de construção e requerem manutenção, devendo ser limpas com o seus conteúdos sólidos sendo descartados em aterros sanitários e os líquidos na rede coletora de esgoto para tratamento, o que não existe em grande parte da Região Metropolitana (*Ibidem*) e muito menos no município de São João de Meriti. A terceira solução é o descarte para fora da residência por meio de encanamentos que levam os

⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/historico>

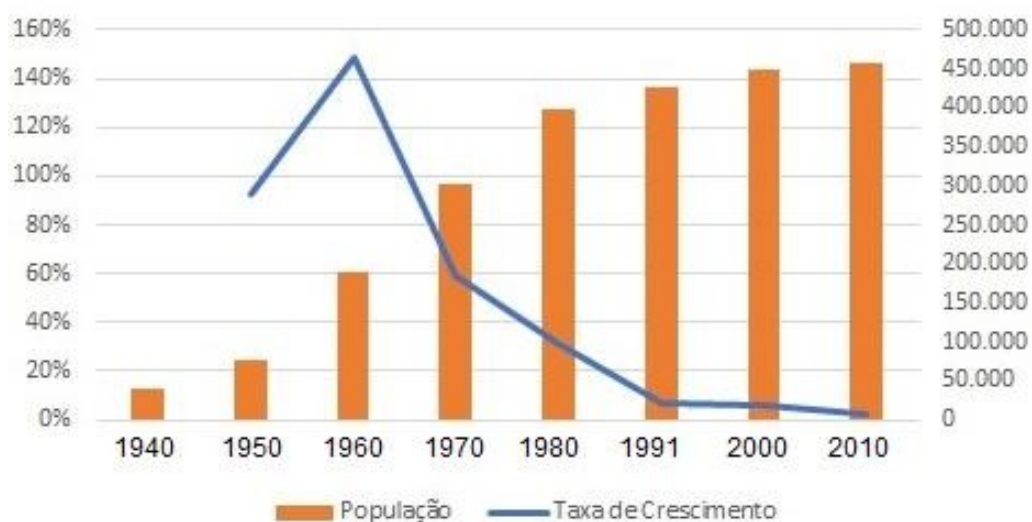
dejetos para uma vala de infiltração construída pelos próprios moradores, e foi a mais utilizada (*Ibidem*).

Podemos perceber que mesmo sem obras de saneamento adequadas para a coleta e o tratamento do esgotamento sanitário, a população da Baixada Fluminense, por conta próprio ou por meio articulado entre os moradores, teve seus meios para lidar com a questão mesmo sem a atuação do poder público. Mesmo assim, como o problema não foi resolvido em sua totalidade, há indicadores que mostram os problemas envolvendo tanto a falta de saneamento como a incidência de doenças relacionadas à falta dele no município de São João de Meriti.

O PANORAMA DE SÃO JOÃO DE MERITI

O município de São João de Meriti fica localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo foi fundado em 1947⁷. Segundo Geiger "foi a urbanização que causou a elevação de Nilópolis e São João de Meriti da categoria de vila para a de cidade. (1952, p.98)". O município experimentou décadas de grande crescimento demográfico, fruto de especulação imobiliária e do "saneamento", chegando a taxas de 149% entre 1950 e 1960.

GRÁFICO 1: População de São João de Meriti (1940-2010)



Fonte: Elaborado por Barros Junior (2019), com base em ABREU (2013) e no PMSB (2014)

O município também é conhecido como "Formigueiro das Américas" pela sua elevada densidade demográfica. Com um território de 35,216 km², a cidade conta com 13.024,56 hab/km², conforme pode ser observado na tabela 1, a seguir.

TABELA 1: Densidade Demográfica de São João de Meriti

Ano	População	Densidade Demográfica
1940	39.569	1.123,60
1950	76.462	2.171,22
1960	190.516	5.409,92
1970	302.394	8.586,83
1980	398.819	11.324,93
1991	425.772	12.090,29
2000	449.476	12.763,40
2010	458.673	13.024,56

Fonte: Elaborado por Barros Junior (2019), com base em ABREU (2013) e no PMSB (2014)

⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/historico>

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (2014), a rede de esgotamento sanitário do município começou a ser implantada na década de 1980 por diversos programas, são eles:

- Projeto Especial de Saneamento da Baixada Fluminense – PEBS (1984/1988);
- Projeto Reconstrução Rio (1988/1990);
- Programa Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG (1993/1998);
- Programa Nova Baixada ou Baixada Viva (1996/2007).

A data desses programas não é um acaso, como vimos em Enne (2013), o final da década de 1980 foi marcado pela abertura política, pelo crescimento de movimentos sociais e pela criação de associações de moradores, fato também exposto por Simões (2011) ao discorrer sobre a articulação de moradores da Baixada Fluminense para resolver problemas oriundos da falta de ações por parte do poder público. Dessa forma, não podemos deixar de destacar a obra de Florêncio, Porto e Santos Junior (1995). Os autores organizaram informações sobre o Projeto Reconstrução Rio, como o histórico, balanço e desafios acerca dele, destacando perspectivas com as obras do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e deixando clara a presença de associações de moradores participando da luta pelo saneamento no município.

Um movimento social que merece destaque pela sua atuação é o Movimento Pró Saneamento e Meio Ambiente da Região do Parque Araruama (MPS). Ativo desde 2011⁸, o Movimento tem como missão refletir e propor alternativas que garantam os direitos sociais.

O Movimento Pró Saneamento também articula com outros movimentos sociais, como também não atua somente no município de São João de Meriti, considerando-se que seus rios fazem parte de uma bacia hidrográfica que abrange outros territórios.

TABELA 2: Pior índice de esgoto tratado referido à água consumida

Colocação	Município	UF	IN046 (%)
91	Duque de Caxias	RJ	3,89
92	Bauru	SP	3,44
93	Belém	PA	2,67
94	Guarulhos	SP	2,12
95	Porto Velho	RO	1,54
96	Santarém	PA	1,39
97	Ananindeua	PA	0,91
98	Governador Valadares	MG	0
98	Nova Iguaçu	RJ	0
98	São João de Meriti	RJ	0

OBS: IN046 é o Volume de esgoto tratado em relação ao volume de água consumido controlado pelos índices de coleta.

Fonte: Instituto Trata Brasil (2018), modificado pelo autor

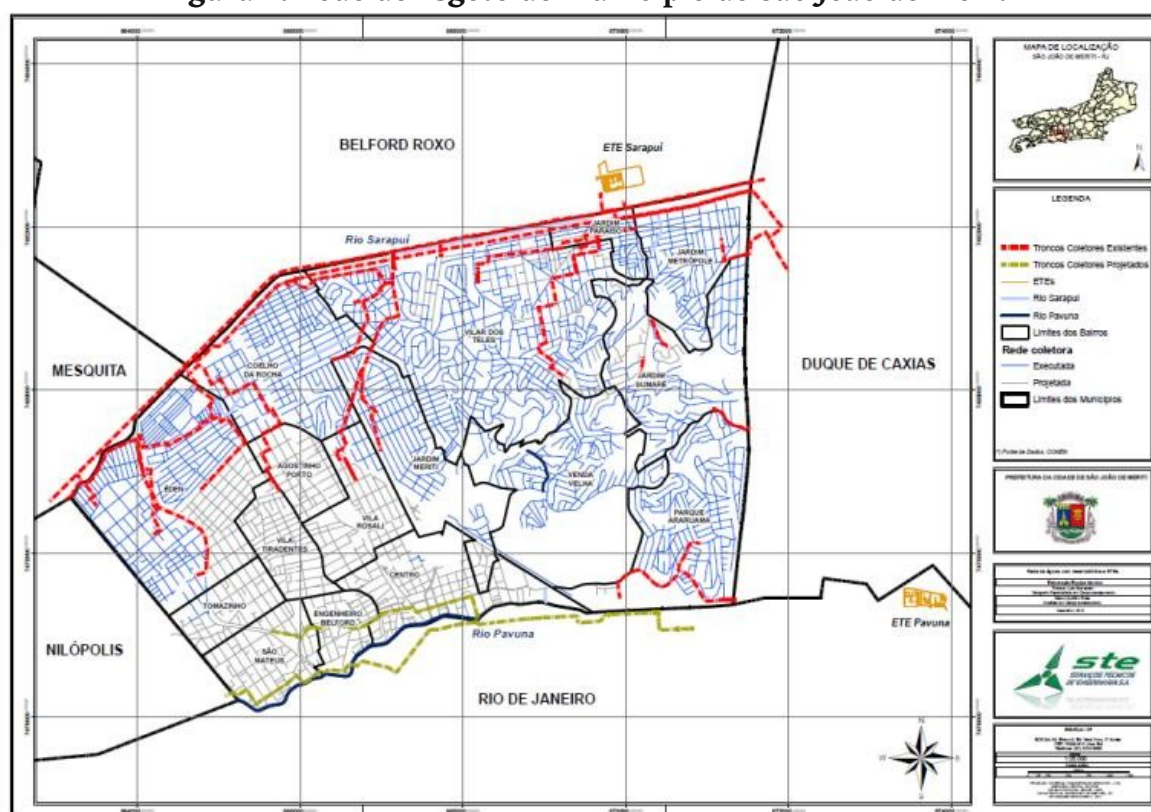
Mesmo com tantos projetos, a situação esgotamento sanitário no município ainda é crítica. Segundo o Ranking do Instituto Trata Brasil (2018) referente ao ano de 2017, Governador Valadares

⁸ Informações retiradas de <https://rioonwatch.org.br/?p=32458>

(MG), Nova Iguaçu (RJ) e São João de Meriti estão empatados em último lugar no índice de esgoto tratado referido à água consumida (Tabela 2). No ranking geral de saneamento, o município ocupa o 88º lugar (*Ibidem*).

Ao analisarmos a rede de esgoto, um fator que chama atenção é que o Centro do município não é contemplado pela rede atual (Figura 4). Somado a isso, também temos dados que mostram que uma parcela ínfima da população tem acesso à coleta e tratamento de esgoto, enquanto quase a metade não tem acesso nem à coleta (Gráfico 2).

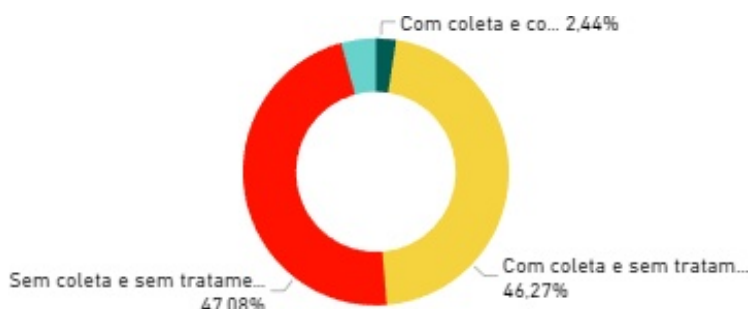
Figura 4: Rede de Esgoto do Município de São João de Meriti



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico (2013)

Outro fator curioso é que, segundo o IBGE⁹, 94,2% do município possui esgotamento sanitário adequado. Isso acontece porque os dados levam em consideração tanto a população total residente nos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário do tipo rede geral quanto os que usam fossa séptica. Se levarmos em consideração apenas os dados da população que possui a rede geral, esse resultado é bem diferente.

Gráfico 2: Índice de Atendimento (2013)



Fonte: Atlas Esgotos, Agência Nacional de Águas, 2013.

⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/panorama>

Como podemos constatar, os dados referentes à São João de Meriti indicam que quase a metade da população não tem acesso à rede de esgotamento, enquanto a outra parcela, apesar de possuir a coleta, não tem acesso ao tratamento, o que torna propícia a presença de doenças específicas para esse tipo de quadro, conforme explicitado na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 : Doenças relacionadas à falta de saneamento

1	Diarreias
2	Hepatite A
3	Febres Entéricas
4	Esquistossomose
5	Leptospirose
6	Teníases
7	Helmintíases
8	Micoses
9	Conjuntivites
10	Tracoma

Fonte: Instituto Trata Brasil, 2013, modificado pelo autor.

Tantas deficiências no serviço fazem de São João de Meriti, segundo o Instituto Trata Brasil (2013) , um dos municípios com as maiores taxas de internação por doenças diarreicas entre os municípios com as piores coberturas de esgoto (Tabela 4). Além disso, segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (2014) há também a prevalência de casos de leptospirose durante os períodos chuvosos, correlacionando a falta de saneamento com os meses que mais ocorrem inundações.

Existem também algumas áreas do município suscetíveis à inundações, principalmente nas proximidades dos rios que limitam o município. Um exemplo, ao canto inferior do mapa, possui um ponto de esgoto a céu aberto (Figura 5).

Figura 5: Esgoto a céu aberto no Parque Araruama



Fonte: Tirada pelo autor em 23/05/2018

Observando a figura acima, vemos canos que despejam dejetos diretamente em um canal que está parcialmente obstruído. Além da falta da rede de esgotamento sanitário, essas águas, em períodos de chuva, podem alcançar transbordar e alcançar a população, disseminando diversas doenças como as citadas acima.

Podemos constatar que tanto as doenças diarreicas quanto a incidência de leptospirose em São João de Meriti estão diretamente ligadas à falta de saneamento no município. Outro fato importante é a dificuldade em encontrar dados referentes à saúde de São João de Meriti no próprio município. Ao tentar levantar dados sobre a incidência de doenças de veiculação hídrica pela Secretaria de Saúde do Município, fomos encaminhados para a Superintendência de Programas da Saúde, para a Estratégia de Saúde da Família e até para a no Departamento de DST e hepatites virais. Por fim, indicaram que talvez esses dados fossem encontrados na Vigilância Sanitária, por meio de um perfil epidemiológico.

A falta desses indicadores de saúde relacionados às doenças de veiculação hídrica por parte do poder municipal não impossibilitou a realização desse capítulo, uma vez que alguns dados em São João de Meriti são tão alarmantes que possuem destaque em relatórios nacionais, o que deveria ser uma preocupação tanto para o município quanto para o Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 4: Média das taxas de internação por diarreias para os 10 municípios com as piores e melhores coberturas de esgoto (2003-2008)

10 Piores		10 Melhores	
1º Belém (PA)	418,3	1º Bauru (SP)	18,8
2º Belford Roxo (RJ)	396,3	2º Franca (SP)	23,3
3º Nova Iguaçu (RJ)	277	3º Santos (SP)	26,7
4º São João de Meriti (RJ)	216	4º Santo André (SP)	29,3
5º Porto Velho (RO)	181,2	5º Juiz de Fora (MG)	49,2
6º Macapá (AP)	158,5	6º Sorocaba (SP)	50,6
7º Duque de Caxias (RJ)	115,2	7º Uberlândia (MG)	63
8º São Gonçalo (RJ)	113,4	8º Piracicaba (SP)	67,5
9º Cariacica (ES)	91,6	9º Belo Horizonte (MG)	74,3
10º Vila Velha (ES)	63,5	10º Ribeirão Preto (SP)	88
Média Anual	203,1	Média Anual	49,1
Obs: A taxa média de internações por diarreias representa o total de hospitalizações por 100 mil habitantes.			

Fonte: Ministério da Saúde, elaborado por Instituto Trata Brasil, 2013, modificado pelo autor.

Nesta tabela, percebemos não só São João de Meriti em destaque entre os 10 municípios com a pior cobertura de esgoto e com a maior taxa de internação por diarreias, como também vemos outros três municípios da Baixada Fluminense em situação semelhante: Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu. Também presente na lista está São Gonçalo, que faz parte da Região Metropolitana do Rio junto com os outros municípios citados. Diante desses dados, nota-se que mesmo com tantos projetos São João de Meriti ainda precisa de muitas melhoras na sua rede de esgotamento sanitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para esse estudo, não foi possível discorrer sobre a saúde e os problemas de saúde do Município de São João de Meriti sem antes fazer uma contextualização histórica. Como pudemos perceber, a ocupação da Baixada Fluminense está intrinsecamente ligada às medidas de saneamento que aconteceram principalmente na primeira metade do século XX, como também todo esse contexto está ligado com uma relação entre território, sociedade e ambiente.

Naquele momento, almejava-se o crescimento econômico dessas terras frente a um dito período de decadência, sem considerar que a opulência que o antecedeu foi pautado na exploração de pessoas e de ecossistemas, causando problemas ambientais e sociais na época, dentre eles, epidemias de tifo e de cólera durante o século XIX, como também a presença de malária durante o início do século seguinte.

Da mesma forma, as obras de saneamento que aconteceram para esse resgate econômico causaram mais impactos negativos ao meio ambiente durante o século XX. As obras até 1940 visavam vantagens econômicas nessas terras e, mesmo após elas, as inundações continuarem acontecendo. Apesar da erradicação da malária, a população começara a ser exposta para outros tipos de doenças de veiculação hídrica.

Paradoxalmente, pessoas que começaram a ocupar o município de São João de Meriti não tiveram acesso à nenhuma rede de esgotamento sanitário até a década de 1980, marcada pela presença de movimentos sociais. Até então, moradores de diversas localidades na Baixada Fluminense se utilizaram do processo de autoconstrução para resolver problemas básicos, tais como a falta de esgotamento sanitário, e, com a falta do poder público, tais resoluções foram paliativas, pois continuavam a trazer danos ao meio ambiente tornando o município propenso a epidemias de doenças de veiculação hídrica. Ainda hoje, quase metade do território do município não tem acesso à esgotamento sanitário adequado, enquanto os que têm não possuem acesso ao tratamento.

Assim, pensar no Saneamento Básico na Baixada Fluminense e em São João de Meriti, mais especificamente, requer toda uma análise que também perpassa pelos estigmas que esses territórios carregam, uma vez que por muito tempo, a Baixada Fluminense esteve relacionada ao descaso público e pela falta de serviços frente ao núcleo metropolitano urbanizado.

Mesmo com tantos projetos de saneamento a situação no município está longe de ser ideal. Além disso, não há como pensar em saneamento nem nas doenças que são relacionadas a falta de esgotamento sanitário sem pensar em ações que envolvam a sociedade civil e as bacias hidrográficas as quais elas estão inseridas.

Assim, esse estudo se propôs a estudar as formas de ocupação na Baixada Fluminense, principalmente durante o século XX, para entendermos o contexto dos problemas de saúde em São João de Meriti, que continuam se perpetuando.

Mesmo com tantos indicadores de saúde alarmantes em nível nacional, a propagação dessas doenças de veiculação hídrica é algo que deve ser analisado como fim, tendo em vista a importância do contexto como meio em que a população vai se expor às doenças pelo ambiente, mas ao mesmo ponto de partida para a promoção da saúde.

Como também pudemos perceber, os movimentos sociais não surgem por acaso, e sim quando surge uma demanda para melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, a existência de movimentos sociais contemporâneos que lutam por saneamento mostram uma realidade que ainda precisa ser combatida e ao mesmo tempo a vontade de lutar pela promoção da saúde frente à décadas do poder público.

Somado a isso, mesmo que de forma sintética, esse estudo abre as portas para o desenvolvimento de diversos trabalhos relacionados aos temas apresentados, podendo englobar mais questões como racismo ambiental, meio ambiente, geografia urbana, geografia histórica, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. 156 p.
- AMADOR, Elmo. **Baía de Guanabara: Ocupação Histórica e Avaliação Ambiental**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. 516 p.
- BARCELLOS, Christovam. Apresentação. In: BARCELLOS, Christovam (Org.). **A geografia e o contexto dos problemas de saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008. p. 9-16. (Saúde Movimento). No 6.
- BARROS JUNIOR, Odilon Cavalcante de. Geografia da Saúde e Saneamento Básico na Baixada Fluminense: Análise em São João de Meriti. 2019. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019.
- BRAZ, Antônio Augusto; ALMEIDA, Tania Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010. 128 p.
- ENNE, Ana Lucia. A "redescoberta da baixada fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico". **PragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, Niterói, v. 1, n. 4, p. 6-26, mar. 2013.
- _____. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. **C-legenda: -Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 1, n. 14, p.1-26, Nov. 2004.
- FERNANDES, Leonardo Jéferson. **O Saneamento da Baixada Fluminense: As Obras de Saneamento na Baixada Fluminense 1890/1950**. 1998. 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1998.
- FIGUEIRÊDO, Maria Aparecida de. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. In: **Revista geo-paisagem (online)**, Ano 3, ,no 5, Janeiro/Junho de 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/baixada.htm>. Acesso em 08 de abril de 2018.
- FLORÊNCIO, Jorge; PORTO, Hélio Ricardo; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Saneamento Ambiental na Baixada: Cidadania e Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: Fase, 1995. 128 p.
- GOES, Hildebrando De Araújo. **Relatório apresentado pelo chefe da comissão de saneamento da baixada fluminense**. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1934.
- _____. **O Saneamento da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Estudos para a Recuperação Econômica da Baixada Fluminense: Loteamento na Baixada da Guanabara. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 5, p.95-104, 1952. Anual.
- GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas Sôbre a Evolução da Ocupação Humana na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.3-25, jul. 1954. Trimestral.
- GUIMARÃES, Raul Borges; PICKENHAYN, Jorge Amancio; LIMA, Samuel do Carmo. **Geografia e Saúde: Sem fronteiras**. Uberlândia: Assis, 2014. 160 p.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. **Esgotamento Sanitário inadequado e Impactos na Saúde da População**. São Paulo, 2013
- INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento**. São Paulo, 2018.
- MAGALHÃES, Alex Lamonica et al. **Alma(naque)... da Baixada**. Rio de Janeiro: APPH-clio, 2013. 104 p.
- MEDEIROS, Arlindo de. **Memória histórica de São João de Meriti**. Rio de Janeiro: S. N., 1958. 120 p.

ROJAS, Luiza Iñiguez. Geografia y salud: temas y perspectivas en América latina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v.14, n.4, p.701-711, 1998.

_____. La Diferenciación Territorial de la Salud en La Recuperación de los Contextos. In: CHRISTOVAM; BARCELLOS (Org.). **A Geografia e o Contexto dos Problemas de Saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008. Cap. 4. p. 87-106.

S.A., Serviços Técnicos de Engenharia. **Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de São João de Meriti - RJ**: Relatório Síntese. São João de Meriti: S. N., 2014.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada**: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007. 298 p.

_____. **Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2011. 357p.

TRANSDISCIPLINARIDADE: EPISTEMOLOGIA E ÓTICA DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE NATUROLOGIA DA UNISUL

TRANSDISCIPLINARIDAD: EPISTEMOLOGÍA Y ÓPTICA DEL CUERPO DOCENTE DEL CURSO DE NATUROLOGIA UNISUR

TRANSDISCIPLINARITY: EPISTEMOLOGY AND OPTICS OF THE TEACHING BODY OF THE UNISUR NATUROLOGY COURSE

Ana Otero de Oliveira MENDONÇA¹

Claudia de Jesus Tietsche REIS²

Resumo:

O presente estudo se iniciou a partir de uma reflexão sobre o fazer científico dentro do curso de Naturologia da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Como recorte perspectivo, buscou-se compreender a Transdisciplinaridade, conceito fundamental tanto para a pós-modernidade quanto na construção curricular da graduação em Naturologia da UNISUL. Como metodologia, observou-se de modo hermenêutico-fenomenológico a oralidade docente, levantada por meio de um encontro-pesquisa, em que foram averiguados a formação e o entendimento transdisciplinar dos docentes. A partir das entrevistas, foram construídas as Interpretações Essenciais Sintéticas (IES), que significaram a compreensão dos temas. Dessa maneira, os resultados foram organizados em: Educação, Naturologia e Transdisciplinaridade e suas subcategorias adjacentes. Sucessivamente, essas categorias seguiram uma dialética hermenêutica em espiral. Trazer à luz o entendimento da Transdisciplinaridade, implica no pensar sobre a não-hierarquização dos saberes, possibilitando um valor ético, humano e ecossistêmico, que garante a vida em sua diversidade essencial.

Palavras-chave: Transdisciplinaridade; Naturologia; Educação.

Resumen:

El estudio se ha iniciado a partir de una reflexión sobre la práctica científica en el curso de Naturología de la Universidad del Sur de Santa Catarina (UNISUL). Como corte de perspectiva, buscamos entender la Transdisciplinariedad, un concepto fundamental tanto para la posmodernidad como en la construcción curricular de la licenciatura en Naturología en la UNISUL. Así, se observó de forma hermenéutica-fenomenológica la oralidad docente, planteada a través de una reunión de investigación en la que se investigó la capacitación y la comprensión transdisciplinaria de los docentes. A partir de las entrevistas, se construyeron las Interpretaciones Esenciales Sintéticas (IES), lo que significó la comprensión de los temas. De esta manera, los resultados se organizaron en: Educación, Naturología y Transdisciplinariedad y sus subcategorías adyacentes. Posteriormente, estas categorías siguieron una dialéctica hermenéutica espiral: traer luz a la comprensión de la transdisciplinariedad implica pensar en la no jerarquización del conocimiento, permitiendo un valor ético, humano y ecosistémico que garantiza la vida en su diversidad esencial

Palabras clave: Transdisciplinariedad; Naturología; Educación.

Abstract

The study had its beginning from a reflection on the scientific practice within the Naturology course of Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). As a perspective cut, we sought to understand the comprehension on the notion of Transdisciplinarity, a fundamental concept both in postmodernity, as in the curricular construction of the undergraduate degree in Naturology in UNISUL. It was observed in hermeneutic-phenomenological way the teaching orality, raised from a research meeting, when inquiring about the personal formation and the transdisciplinary understanding of the teachers. Based on interviews, the Essential Synthetic Interpretations (ESI) were constructed, which meant the understanding of the themes. The results were organized into: Education, Naturology and Transdisciplinarity and their adjacent subcategories. These categories followed a hermeneutic dialectic in a spiral. Bringing to light the understanding of Transdisciplinarity implies thinking about the non-hierarchization of knowledge, enabling an ethical, human and ecosystemic value that guarantees life in its essential diversity.

Key-words: Transdisciplinarity; Naturology; Education.

1 Mestranda em Ciência da Linguagem pelo PPGL-UNISUL- ana.otero.mendonca@gmail.com

2 Mestra em educação pelo PPGE-UNESP, Doutoranda pelo PPGE-UFSC claudia.tietsche@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Naturologia atua na qualidade de formação ampliada e engloba as Ciências Biológicas, Humanas e Sociais. No trabalho de Teixeira (2013), o curso de Naturologia apresenta-se como uma categoria formativa cuja função é revogar as dicotomias do pensamento moderno por meio de um entendimento abrangente e transcultural. No artigo intitulado Origem e desenvolvimento da Naturologia no Brasil: aspectos conceituais, históricos e políticos Naturologia autoria de Sabbag et al (2017), consta que o primeiro bacharelado reconhecido pelo MEC na área foi o curso de Naturologia Aplicada da UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), existente desde 1998 (Atualmente apenas Naturologia). Neste artigo, os pesquisadores apontam como origem fundamental do curso a crise paradigmática em decorrência do reconhecimento da complexidade do fenômeno saúde-doença (SABBAG et al., 2017). Dessa forma, ao propor a ideia de pensamento Naturoológico ao longo do artigo, estaremos abordando um ponto de vista que valorize a diversidade de saberes, as subjetividades e construção a autonomia.

Nessas condições, a identidade do Naturólogo encontra-se estabelecida por uma abordagem ampliada em saúde, “em respeito a complexidade do processo saúde-doença” (MORAIS; ANTONIO; RODRIGUES, 2018, p. 26), surgindo a partir de uma visão multidimensional e complexa. Um sujeito multidimensional não condiz com o enquadramento disciplinar.

Para tal, explicita-se a necessidade de superar a fronteiras disciplinares. De acordo com Moraes (2015), um dos princípios que permite a atuação de um sujeito multidimensional é a Transdisciplinaridade. A perspectiva transdisciplinar³ não se constitui enquanto uma ciência única, mas sim de uma forma de conhecer, uma metodologia aberta, continuamente dialógica, incerta, subjetiva e intersubjetiva.

A Transdisciplinaridade trata frequentemente, de esquemas cognitivos que podem atravessar as disciplinas. Na concepção de D’ambrosio (1997), nesta forma de conhecimento “não há espaço nem tempo culturais privilegiados que permitam julgar e hierarquizar” (p.79), o que corresponde a uma atitude aberta para as múltiplas formas de entendimento.

A significância de se estudar o conceito de Transdisciplinaridade e sua relação com o pensamento docente está em se considerar as discussões existentes – ainda vagas – acerca desta noção da Transdisciplinaridade (PIRES,1998). Nesse sentido, existe o risco desse entendimento se tornar uma generalização superficial. Simultaneamente, o termo começa a ser tratado como possibilidade na saúde pública (LUZ, 2009), bem como uma nova forma de formação docente, seguindo a ótica da formação continuada (CUNHA; SUANNO, 2017). Portanto, uma Educação libertadora e não reducionista do sujeito assim como a proposta por Freire⁹.

Para a Naturologia, Ceratti (2018) sugere que, estando-se defronte a uma mescla de cosmologias distintas, necessita-se de uma formação acadêmica em que a premissa seja a religação dos saberes de modo transdisciplinar, de forma a “ir para além das fronteiras da ciência, transformando, de forma ética e ontológica, o fazer científico” (p. 28). Nessas condições, o que significa essa mudança? Para realizar uma religação de modo transdisciplinar é preciso compreender o que significa esse conceito.

O objetivo principal da Pesquisa era desvelar possíveis significações da ideia de Transdisciplinaridade, através da relação entre o pensamento docente e o epistemológico. Conseqüentemente, promover uma reflexão transdisciplinar no meio, aproximando o campo teórico (epistemológico) e o contexto dos fenômenos (o corpo docente). Para tanto, foram investigados o contexto biográfico (pessoal, social e profissional) dos docentes e as suas compreensões acerca da Transdisciplinaridade e seus temas adjacentes.

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

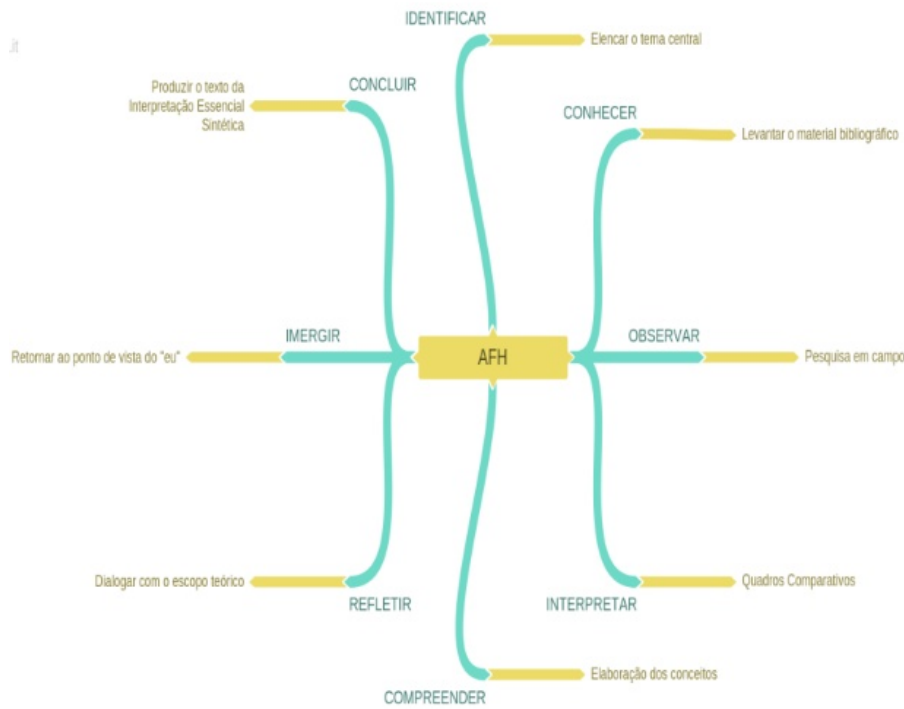
A presente Pesquisa buscou explorar e investigar de forma qualitativa os sujeitos docentes do curso de Naturologia da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e sua relação com a episteme da Transdisciplinaridade. A oralidade dos docentes foi provocada por meio de uma entrevista semiestruturada. Esta apresentava questionamentos sobre o contexto biográfico, profissional e teórico dos docentes, afim de contextualizar o material e relaciona-lo com o conceito de transdisciplinaridade e seus temas adjacentes.

O estudo apresentado, por envolver seres humanos, foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UNISUL e aprovado pela Plataforma Brasil CAAE 09011719.8.0000.5369, respeitando a Resolução nº 510/16 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Essa exploração se deu a partir de uma amostra de nove dentre os vinte e nove membros do corpo docente. Dentre os participantes havia três doutores, cinco mestres e um especialista, em sua maioria, lecionam academicamente de 5 a 10 anos. A média de idade dos participantes é 43 anos.

A fim de preservar a identidade dos sujeitos, os entrevistados foram caracterizados com nomes fictícios: 1. Chá Verde; 2. Hibisco; 3. Funcho; 4. Capim Limão; 5. Camomila; 6. Melissa; 7. Menta; 8. Maçã; 9. Guaco. As entrevistas tiveram duração média de 42 minutos, ficando a critério do entrevistado se aprofundar nas respostas; ao total, coletou-se 6 horas e 26 minutos do material informativo contextualizado.

Para a investigação das entrevistas realizadas, fundamentamo-nos na Análise Fenomenológica Hermenêutica (AFH) (MEDEIROS, 2016; SILVA, 2010). Procurávamos nessa metodologia meios que auxiliassem a estar consciente da complexidade dos fenômenos, como propõe Morin (2009). A pesquisa ocorreu de forma clínica e contínua e foram realizadas as seguintes etapas metodológicas:

Figura 1: Etapas metodológicas



Elaborada pelas autoras, 2019

Esse percurso ocorreu à luz da Fenomenologia, a ciência que estuda os fenômenos que se manifestam. Nesta perspectiva teórica, encontra-se uma visão eidética, que intenciona o encontro com a essência dos fenômenos (GADAMER,1999). A proposta filosófica da Fenomenologia de Husserl (1990) parte do pressuposto do “a priori da correlação” entre o observador e o observado, a partir dessa relação se encontra a essência fundamental do fenômeno investigado. Gadamer em seus estudos sobre os métodos de investigação, apresenta a fenomenologia de Heidegger. Esta, ao reconsiderar o papel do ser no ato interpretativo, questiona a possibilidade de uma essência universal. Dessa forma, o contexto do observador interage e se relaciona constantemente com o universo observado. Nesse sentido, a interpretação se dá a partir desse relacionamento

Por meio da redução fenomenológica e da epoché, o pesquisador busca suspender seus pré-conceitos, possibilitando alcançar um sentido além de sua definição produzida pelo senso comum (GADAMER,1999). A análise hermenêutica nasce na fenomenologia a partir da necessidade de compreender a realidade e perceber as essências de forma “concatenada com o contexto dos acontecimentos” (MADEIROS, 2016, p.145). Dessa maneira, a investigação dos dados fundamentou-se nessas intenções metodológicas e no reconhecimento das intersubjetividades na produção dos resultados.

O caminho metodológico apresentado foi de importância fundamental para o resultado desta Pesquisa. Realizar uma investigação acadêmica, partindo do curso de Naturologia, requer uma trajetória metodológica que corrobore com a compreensão novo-paradigmática. Não obstante, a

proposta da Naturologia requer colocar em relação conhecimentos muito diversos. Dessa forma, uma necessita de uma constante prática interpretativa e relacional. Este ato relacional proposto por esta Pesquisa e pela própria Naturologia nos conduziu a um pensar filosófico e ontológico. Dessa forma, como olhar foi a principal exploração realizada por esta Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A observação das entrevistas abriu espaço ao campo interpretativo. Após coletado o material, a partir dos quadros comparativos e do diálogo com o material teórico, interpretamos e compreendemos os dados. Posteriormente, foram realizadas as interpretações essenciais (IES) que significassem a compreensão dos temas.

Os resultados foram organizados em três grandes categorias: Educação, Naturologia e Transdisciplinaridade. Respectivamente, tais categorias dialogaram segundo a circularidade hermenêutica (GADAMER,1999) e a espiral dialética, apresentando-se nas inter-relações: Educação – Naturologia, Naturologia – Transdisciplinaridade e Transdisciplinaridade – Educação .

EDUCAÇÃO

No contexto educacional, a emergência da Transdisciplinaridade surge em um dos discursos de Piaget (NICOLESCU, 1993). Nesse sentido, a categoria Educação aparece como consequência da fala docente sobre o tema. A partir desta, foram elaboradas três subcategorias que auxiliaram na significação das perspectivas docentes em relação ao conceito de educação: **processual; relacional; ser cognoscente.**

	PROCESSUAL	RELACIONAL	SER COGNOSCENTE
CHÁ VERDE	1.14 Educação para mim é um caminho , é um caminho de crescimento 1.15 não é algo que está pronto , não é algo que é fixo .	1.4 Os alunos trazem outros olhares pra nós, outras questões, outras dúvidas.	1.3 Porque nós temos que estudar sempre.
FUNCHO HIBISCO	3.30 Vai se construindo professor/a.	2.5 Eu acredito que seja um meio através do qual a gente pode trocar saberes . 3.7 É o produto que tu tiras da relação com o outro 3.11 trocando com as <i>profissionais</i> , é um processo de educação informal tu entende?	3.13 Também tem ae a educação permanente , uma formação quando já sou profissional, que é o continuum de sempre estar aprendendo .
MENTA	7.4 Eu compreendo que é um processo bem mais complexo do que o ensino-aprendizagem.	7.5 ela passa por valores por questões pessoais aí tanto considerando a parte do aluno quando considerando a parte do professor.	7.15 me sinto muito, muito vazia então sempre volto para estudar .

Fonte: Quadro 1 Elaborado pelas autoras, 2019.

O entendimento de educação apresentado como um **processo**, ou um caminho, lida diretamente com a incompletude do conhecimento e o movimento dinâmico dos conceitos. Dessa forma, essas significações docentes vão ao encontro do pensamento complexo de Morin (2007), ao enfrentar as inter-retroações, a incerteza e a contradição do conhecimento. Para o autor, o conhecimento é necessariamente incompleto, está em constante processo de vir a ser, é incerto e

imprevisível, visto que sempre existem fatores desconhecidos na trama complexa que compõe o conhecimento, e por sua multiplicidade necessariamente heterogênea abarca contradições.

A subcategoria **processual** dialoga diretamente com o entendimento de **ser cognoscente**, ou seja, reconhece o continuum (MORAES, 2007) do conhecimento, do aprender e inclusive do próprio ser humano. Nesse sentido, o pensamento de Moraes considera tal postura necessária ao processo educacional transdisciplinar.

A valorização da posição do educador como sujeito cognoscente é igualmente sustentado pelo pensamento de Freire (1982). Ao considerar sua própria experiência como docente, partindo de sua franquia perante a si e aos outros, o pesquisador em questão se experimenta ser cultural, inacabado e consciente do inacabamento (Freire, 1996). Estar consciente de seu inacabamento é o que suporta a existência ética diante ao mundo. A consciência do inacabamento requer constantes problematizações e, por não se conformar nas hegemonias do pensar, permite-nos ir mais além. O pensador, assim, percebe a inconclusão como parte do fenômeno vital.

Tal compreensão abre espaço para que o pensar pudesse ultrapassar as disciplinas, ou seja, um pensar transdisciplinar. Seriam somente professores os interessados, de alguma forma, em discutir a Transdisciplinaridade, pensam a educação como um processo ou esse entendimento condiz com um entendimento amplo de educação? A educação abordada na Naturologia é Freiriana, o que corrobora para o seu entendimento processual, mas até que ponto a teoria é transformada ativamente em práxis? É preciso que a prática terapêutica seja percebida como processual e inacabada, para esta seja coerente com suas propostas teóricas.

	PROCESSUAL	RELACIONAL	SER COGNOSCENTE
CAPIM LIMÃO	4.22 eu me recordo do verbo "edechure" é como você extrair algo, não é aquilo que você ensina coloca sobre o outro, mas aquilo que você pode fazer com que brote das pessoas	4.33 o conceito mais profundo do educador, ele se torna um referencial onde as pessoas podem buscar construção de sentidos para viver , 4.40 com muita humildade e essa é minha relação de sustentabilidade da minha vida que para mim é o maior ensino a maior revolução que possa existir no universo é a humildade.	4.27 se colocar diante do outro ser humano inclusive diante da natureza, como aluno, como aprendiz , isso a meu ver é fundamental para a nós termos, uma saúde educacional , 4.34 a minha formação é permanente ; eu sou obrigado pelas escolhas que fiz de ciências, são todas ciências. São que exigem atualização permanente . Ou eu leio me atualizo ou eu viro papagaio.
AGRIÃO/ GUACO	8.11 não respeitar as singularidades deles, Sempre para ensinar devem ser várias formas utilizadas para pegar diversas singularidades diferentes.	9.4 o educador, ele está junto ele dialoga com , ele aproxima ele é escutado faz a escuta; então acredito que a educação é muito essa interação.	9.18 Nós precisamos sempre estar ampliando , cursos livres, estou sempre envolvida.

Fonte: Quadro 2 Elaborado pelas autoras, 2019.

Outro ponto da observação aponta para a essência relacional do ato pedagógico e se manifesta ao ocorrer em um ambiente de trocas permanentes de acordo com os sujeitos entrevistados. Nesta perspectiva, o fenômeno educacional surge a partir da correlação dos universos de educadores e educandos, em que as relações subjetivas possibilitam o processo educacional.

A Educação, ao atuar no campo das subjetividades dos sujeitos, atua também no processo

do “vir a ser”. Nesse sentido surge a analogia à atividade filosófica de Sócrates de acordo com a entrevista 4, e o processo da “extração” do Ser dos outros, como a raiz da educação. Igualmente, a diversidade dos sujeitos conduz, necessariamente, ao caráter dinâmico e mutável, solicitando uma educação diversa. Não obstante, a relação entre o educador e educando é complexa e permeada por princípios individuais irrepetíveis. Nesse sentido, a saúde educacional mostra-se na entrevista 4, como o resultado do posicionamento diante da vida, como **ser cognoscente**.

IES (Interpretação Essencial Sintética): A educação é um processo relacional entre seres cognoscentes.

NATUROLOGIA

A Naturologia se produz no diálogo entre saberes, entre as ciências humanas, sociais e biológicas (SILVA, 2012). Na revisão sobre a Naturologia proposta na obra Referências em Naturologia, um sistema terapêutico de cuidado em saúde (MORAIS; ANTONIO; RODRIGUES, 2018), a Naturologia é considerada uma visão ampliada e multidimensional. O que seria essa visão? Ampliada em relação a quê? O que permite que ela seja um diálogo e não um conflito de saberes?

Tais questionamentos nos conduzem a investigar o termo. A categoria emergiu a partir da fala do corpo docente, o entendimento de Naturologia não foi questionado diretamente aos entrevistados, mas mesmo assim surgiram significações, assim como algumas relações da Naturologia com os temas investigados. As subcategorias emergentes foram: **diálogo; interagência; diversidade fontal**.

A multiplicidade acompanha frequentemente a Naturologia. Sua natureza diversa requer, por consequência, o diálogo. Por conseguinte, o diálogo aparece no discurso dos entrevistados, em sua presença e sua ausência, visto que, ao apontar a necessidade de melhorá-lo, conduz ao entendimento de que ele não está sendo claro. Nessas condições, mostrar esta falta permite compreender que a Naturologia necessita de diálogo e diversidade de olhar. Existe, no entanto, o risco de ver o diálogo como uma aproximação que solucione todas as divergências. Mas, como ocorre o diálogo se consideramos a incomensurabilidade (FLECK, 2010) dos estilos de pensamento?

	DIÁLOGO	INTERAGÊNCIA	DIVERSIDADE FONTAL
CHÁ VERDE/ HBISCO	1.73 falta esse diálogo, de olhar o olhar do outro , de olhar como ele tá enxergando a saúde e mostrar também como a gente enxerga. 2.42 quando a gente dialoga a gente troca conhecimento .	1.7 Toda vez que a gente tem essa interagência né também entre a gente.	2.53 São muitos conhecimentos de muitas áreas e que congregam e que convergem para que você enquanto profissional, beba de muitas fontes e que isso possa ser transformada, transformadas na tua prática, eu vejo que a Naturologia tem isso como, na sua essência já .
FUNCHO MELISSA	3.41 diálogo ele também permeia as relações 3.42 acho que todos nós temos que aprender a lidar melhor com ele, nessa questão de ter uma comunicação efetiva, clara, sem julgamentos.		3.57 Acredito que o Naturólogo ele faz bem isso ele pega ali as disciplinas da saúde sociais da ecologia né e com esse olhar mais ampliado para dar esse profissional 6.30 Eu acho que o que a gente faz na Naturologia o que a gente fez ainda é beber em vários lugares e se utilizar dessas várias fontes para criar uma nova forma.

Fonte: Quadro 3 Elaborado pelas autoras, 2019.

A subcategoria interagência é um termo relevante para a compreensão de Naturologia; a origem do termo não é precisamente clara; no entanto, a relação de interagência faz parte da identidade da Naturologia brasileira, sendo inegável sua importância para a prática profissional (TEXEIRA, 2013; SILVA, 2012). Por meio de uma pesquisa mais detalhada sobre a interagência, Antonio (2017), levanta os princípios que norteiam a relação de interagência, sendo eles: presença, empatia, integralidade, autonomia e corresponsabilidade.

A palavra interagência está diretamente associada ao conceito de Diálogo e de Comunicação, meios pelos quais acontecem o compartilhar entre o Naturólogo e o interagente. (MORAIS; ANTONIO; RODRIGUES, 2018). Nessas condições, o entendimento de diálogo na interagência apresenta um sentido de correlação e de escuta profunda, conforme explicitado na entrevista 4.

A hipótese que surge na entrevista 4 propõe o diálogo como fontal da ciência naturoológica. Dessa maneira, a interagência é apresentada como uma postura ética que atua com a interação no lugar da intervenção. O diferencial seria estar disposto a ouvir. A escuta profunda do ser humano, a partir de correlação entre Sein e Da15, ou seja, entre a existência e o existir, necessita da pré-sença que provoca a palavra. (GADAMER, 1999, p. 445). Portanto, o diálogo é visto como essencial não somente na Naturologia, como também na Existência Humana.

	DIÁLOGO	INTERAGÊNCIA	DIVERSIDADE FONTAL
CAPIM LIMÃO	4.59 o conceito do dialogico , do diálogo então eu tenho a impressão que é onde está o fontal da ciência Naturologica . 4.67 quando ela (a Naturologia) quer ouvir.	4.24 e a ideia de interagente nasceu da nossa insistência da parte que a gente dava de ética , 4.25 que trabalha a interação , interação no lugar de intervenção , a palavra interagente ela diz bastante daquilo que, eu sinto, vivi e acredito que seja a educação . 4.26 é possibilidade de você fazer a troca de sabedorias , de experiências, de vivências, onde todos somos aprendizes	
	4.58 a minha palavra quando ela é palavra que gera vida e regenera vida, ela é o diálogo profundo com humano e com o ser que se mostra no humano , o <i>sein</i> no <i>da</i> .	4.11 a configuração de uma saúde verdadeira , ela vem de dentro ela configura que o seu ser estar de bem com a vida e aí você também está bem mais apto a promover essa saúde coletiva através da relação adequada contigo com o outro e com o mundo	

Fonte: Quadro 4 Elaborado pelas autoras, 2019.

Ao apresentar o diálogo existencial e relembrar as filosofias existenciais, o entrevistado retoma a consciência do existir como fundamental. A partir desta, onde se encontra a relação do humano com seu existir na Naturologia? Como ela se mostra mediante às problemáticas existenciais?

O quadro que se segue reconhece o processo de amadurecimento crítico, ao apresentar os pontos contraditórios. Muitas vezes as diversidades ontológicas entre os conhecimentos impedem o diálogo, como apresentamos anteriormente na ideia de incomensurabilidade dos estilos de pensamento (FLECK, 2016). Por conseguinte, o que reside entre a utopia ingênua do diálogo sem ruídos e a rigidez do pensamento fechado que não se abre ao diálogo externo? Seria a resposta o constante dialogar, mesmo diante as diversidades categoricamente estabelecidas?

Se partimos dos pressupostos até então levantados, pensando de forma processual e inacabada, é incoerente permanecer em um pensamento que não se abre ao diálogo. Dessa forma, o diálogo deve ser continuamente aberto, a existência dos ruídos surge como produto das diversidades em relação. Pensar como ser cognoscente, ciente do inacabamento do ser (FREIRE; 1996), requer se colocar como aprendiz frente às diversidades e aprender a relacioná-las. As formas de pensamento fechadas tendem a sua anulação mútua.

	DIÁLOGO	INTERAGÊNCIA	DIVERSIDADE FONTEL
MAÇÃ/ GUACO	<p>8.45 outra teoria da Naturologia, é um diálogo entre saberes saber oriental moderno contemporâneo, diálogo de saberes [...] nós achamos que não é só diálogo tem hora que é excludente, uma racionalidade Manda fazer uma coisa e outra fala que não.</p> <p>8.46 Não tem como a Naturologia ser o</p> <p>8.55. Não sei se eles são tão competentes para ser o responsável pelo diálogo e pelo a interligação dos profissionais.</p> <p>9.20 Para que possamos dialogar, para ser um profissional melhor.</p>	<p>8.15 Quer dizer valorizar o conhecimento popular, para trabalhar com a comunidade.</p> <p>8.22 a interagência, tem autoconhecimento, tem reflexão cuidado humanizado.</p> <p>9.19 Uma percepção ampliada (...), com respeito, educação, com empatia e com tranquilidade.</p>	<p>8.30 ela tem influência de várias várias escolas vários estilos pensamentos.[...] mas nós não somos medicina chinesa; não somos psicologia; não somos ecologia profunda; não somos xamanismo; não somos Bach(florais); não somos indiano, nós somos Naturologia, todos esses tem influência sobre o pensamento naturolológico.</p>

Fonte: Quadro 5 Elaborado pelas autoras, 2019.

A diversidade fontal existente na Naturologia foi recorrente no discurso dos entrevistados. Seria essa diversidade de fontes que permite o olhar ampliado? Como a Naturologia articula a diversidade de saberes a qual se propõe? A Naturologia nasce de várias disciplinas, surge a partir de várias formas de pensar. Como são articuladas as diferenças dentro dessa multiplicidade?

A Naturologia, mesmo lidando com uma diversidade de conhecimentos, como propõe os docentes, está inserida em um contexto universitário, um contexto cultural e um contexto temporal, estruturalmente imersa em uma forma de pensar. Tal fato não pode ser desconsiderado pelo Naturólogos. Sendo assim, é preciso estar consciente de que essas diversidades são articuladas a partir de um eixo, no entanto mutável, tendo em vista a incompletude do conhecimento proposta por Morim (2007). Quando o eixo - ou forma de pensar - é fixo/fechado, torna-se hierarquicamente superior às outras formas de pensar e articular os saberes, conseqüentemente fecha-se à possibilidade do pensamento transdisciplinar.

A Naturologia lida com a diversidade, no entanto, ainda não existem indícios fortes suficientes para declarar se a forma com que esta articula os saberes é disciplinar ou transdisciplinar, o discurso docente transita entre ambas possibilidades. No entanto, a presença da diversidade é essencial à Naturologia.

IES (Interpretação Essencial Sintética): A Naturologia dialoga a sua diversidade a partir do processo de interagência.

TRANSDISCIPLINARIDADE

A palavra-chave da Pesquisa desencadeou a construção do escopo teórico e atuou como palavra-imã aos docentes interessados no tema. A partir do entendimento docente sucederam-se três subcategorias: **multidisciplinar; interdisciplinar e transdisciplinar**.

A **multidisciplinaridade** esteve presente em grande parte dos discursos, seja a partir da diversidade do conhecimento disciplinar, ou da ideia de equipes multiprofissionais. Em Moraes (2007), a multidisciplinaridade diz respeito a uma somatória de métodos, no entanto, nela não ocorre a construção de uma síntese metodológica. Em outras palavras, na multidisciplinaridade não ocorrem alterações nas disciplinas.

O entendimento de equipe multiprofissional tem sido observado como uma construção prática da Transdisciplinaridade no âmbito da saúde coletiva⁷. Nas entrevistas 3 e 9, foram consideradas as práticas multiprofissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como na entrevista 8, as dificuldades de se realizar uma equipe multiprofissional no meio privado.

	MULTIPROFISSIONAL /MULTIDISCIPLINAR	INTERDISCIPLINARIDADE	TRANSDISCIPLINARIDADE
CHÁ VERDE/ HIBISCO	2.31 algo que seja que tenha, múltiplas facetas, múltiplos níveis, múltiplos olhares. 2.45 então o nosso curso é um curso que tem isso na sua base. É poder circular por muitas disciplinas sem que perca a sua natureza .	2.46 disciplinas que se intercruzam , [...] que se cruzam e que vão criando novos a partir daquelas daqueles conhecimentos iniciais.	1.59 é como se a gente estivesse dentro de um barquinho, e tivesse passado por vários horizontes , várias ondas, camadas de um todo
FUNCHO	3.68 a partir dos diversos olhares, das diferentes pessoas, dos diferentes olhares das diferentes profissões e tu vai construir a partir dessas perspectivas algo novo , 3.70 principalmente no SUS; que é uma construção de que todos os profissionais são importantes, o saber de cada um, o olhar, a perspectiva, independente se é agente comunitário, profissional, estudante.	3.55 a gente popularmente fala disciplina, mas estruturalmente e dentro da universidade, é unidade de aprendizagem . Ela dialoga com as demais disciplinas , nessa questão de ela ser transdisciplinar, a gente não está fechadinho em um quadrado, em uma única disciplina.	3.62 a transdisciplinaridade tem essa questão de associações e interações, contexto histórico social, as crenças 3.65 as próprias práticas integrativas, um maior exemplo de algo transdisciplinar 3. 14 algumas temáticas transdisciplinares, como a ética, a biossegurança .

Fonte: Quadro 6 Elaborado pelas autoras, 2019.

Na interdisciplinaridade, por meio do intercruzamento disciplinar, criam-se novas disciplinas. Pode ocorrer também, a transposição metodológica de uma disciplina para outra. (SOMMERMAN, 2012). Inicia-se, assim, o processo de flexibilização das fronteiras disciplinares e abertura a outros pontos de vista. Nesse sentido, a interdisciplinaridade se dá a partir da relação e criação entre as disciplinas. Interessante observar que neste contexto de interdisciplinaridade surge a ideia de desconstrução da hierarquia de valores entre as diversas disciplinas, visto que a hierarquia de valor entre as disciplinas impossibilita a prática interdisciplinar. Ao se estender essa forma de pensar para além dos conhecimentos disciplinares e acadêmicos, emerge a proposta transdisciplinar.

A Transdisciplinaridade, conforme é observada por Sommerman (2013), distingue-se ao ocorrer a abertura a conhecimentos não científicos, como os conhecimentos culturais, espirituais e ancestrais. Na interdisciplinaridade, existe a abertura a outras disciplinas, no entanto, a síntese promovida pela interdisciplinaridade não inclui essas outras formas de saber. Em outro sentido, a

Transdisciplinaridade permite uma relação ampla onde as fronteiras não são definidas, diferente da interdisciplinaridade que realiza uma sinergia coerente das disciplinas. Dessa forma, ao se relacionar com essas outras formas de conhecimento, a Transdisciplinaridade abre espaço inclusive para o metafísico o intuitivo e as incoerências.

	MULTIPROFISSIONAL/ MULTIDISCIPLINAR	INTERDISCIPLINAR	TRANSDISCIPLINARIDADE
MELISSA	6.18 isso é multiprofissional você tem dois profissionais você tem duas opções ou duas áreas que elas nem sempre se conversam . 6.33 daí já não é possível eu acho que isso sempre fica multi, nunca fica inter entende?	6.19 interdisciplinaridade, mas eu a acho muito parecida com o conceito de transdisciplinaridade . 6.32 e aí sempre tem um saber que quer ser maior que o outro isso não é nada interdisciplinar .	6.23 transdisciplinaridade tem relação com algo que está para além disso, mas eu não consigo visualizar o que é 6.43 enquanto eu achar que a política, a economia, é maior ou pior que a educação, nunca vai ter espaço para interdisciplinaridade, e nem tão pouco para transdisciplinaridade.
MENTA		7.23 várias partes vizinhas de diversos lugares diferentes para tentar juntar e trazer uma ideia única . Uma única não entenda a única como uma coisa sem possibilidade, mas como uma nova possibilidade .	7.22 A transdisciplinaridade ela perpassa por diversos conceitos, conteúdos.

Fonte: Quadro 7 Elaborado pelas autoras, 2019.

	MULTIPROFISSIONAL/ MULTIDISCIPLINAR	INTERDISCIPLINARIDADE	TRANSDISCIPLINARIDADE
MAÇÃ	8.63 Multidisciplinaridade um monte de coisa diferente que não se conversa 8.68 a transdisciplinaridade era assim, um interagente ser atendido por diversos profissionais ao mesmo tempo [...] é um modelo factível ? o interagente pagava sei lá 3, 5 mil, uma fortuna. 8.73 então essa disciplina que está nascendo, a naturologia que a gente pode chamar ela de disciplina, ela tem influência de várias escolas vários estilos pensamentos	8.64 inter é um e dois que parece que transpassa	8.70 trans parece que é alguma coisa que entra . Mas eu acho que todos esses conceitos são importantes .
GUACO	9.37 o que mais acontece ela é multidisciplinar porque assim, eu atendo vários atendem, mas não se conversam .	9.11 então agende fazia reuniões interdisciplinares em que a gente atendia a mesma pessoa toda equipe atendia essa mesma pessoa .	9.38 E trans é justamente esse diálogo .

Fonte: Quadro 8 Elaborado pelas autoras, 2019.

O desafio de se significar a Transdisciplinaridade surge considerando sua origem nas ciências que se colocam a compreender fenômenos mutáveis. Sendo assim, não se delimita em definições fixas, permitindo os pressupostos da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade compreendidos por Morin (2007). A partir do discurso docente, a Transdisciplinaridade valoriza as diversidades como valor ético.

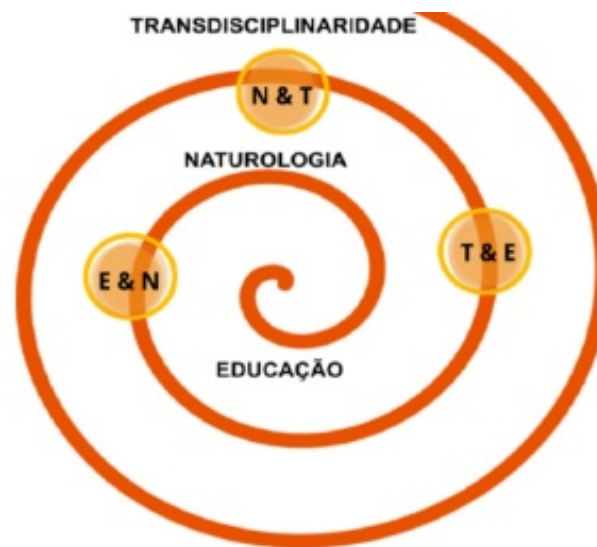
IES (Interpretação Essencial Sintética): A Transdisciplinaridade ocorre ao considerar as diversidades dos contextos e promove um pensamento relacional a partir da não hierarquização de saberes.

CIRCULARIDADE HERMENÊUTICA E ESPIRAL DIALÉTICA

A circularidade hermenêutica se relaciona com a capacidade do constante dialogar e inter-relacionar dos diversos conteúdos. Em Gadamer (1999), é exposta a ideia da interpretação promovida por Heidegger, ao tratar da circularidade da compreensão, que se consolida meio à temporalidade da pré-sença, (da sein), se estabelece a relação entre ser e tempo, e a interpretação hermenêutica ocorre de forma circular, visto que é continuamente presente (GADAMER, 1999, p. 445) Nessas condições, a circularidade interpretativa não deve ser degradada à ideia de círculo vicioso, mesmo seja tolerado, visto que o círculo, em Heidegger, apresenta um sentido de reflexão ontológica.

Por conseguinte, a observação interpretativa, realizada no intuito de significar o entendimento docente, propõe a inter-relação entre os três eixos de estudo da Pesquisa. Como forma de abertura dessa circularidade interpretativa, o círculo se abre em espiral, Não obstante, o “círculo” desta circularidade interpretativa se abre em espiral, a partir de um diálogo ontológico constante entre os temas. O processo de aprendizagem em espiral é observado na metodologia proposta por Lima (2016) representa os movimentos recursivos, contínuos, e inacabados dos conceitos e da própria aprendizagem.

Figura 2: processo de aprendizagem em espiral



Elaborada pelas autoras, 2019.

EDUCAÇÃO E NATUROLOGIA

Ao se observar o discurso docente emergiu a relação entre o entendimento de interagência e o processo educacional. No pensamento de Teixeira², a Naturologia se apresenta como um modelo de entendimento que valoriza as subjetividades e a autonomia. Para tanto, esse profissional atua como educador em saúde, ao valorizar as subjetividades e a autonomia, condizentes com o entendimento de educação libertadora proposta por Freire (1982; 1996).

CHÁ VERDE	1.7 Toda vez que nós temos essa interação também entre nós. (alunos e professores)
CAMPIM LIMÃO	4. 10 Que trabalha a interação, interação no lugar de intervenção. (educação e interação) 4.27 Se colocar diante do outro ser humano inclusive diante da natureza, como aluno, como aprendiz. Isso a meu ver é fundamental para uma saúde educacional.
GUACO	9.5 O educador, ele está junto ele dialoga, ele aproxima, ele é escutado, faz a escuta, então acredito que a educação é muito essa interação né.

Fonte: Quadro 9 Elaborado pelas autoras, 2019.

NATUROLOGIA E TRANSDISCIPLINARIDADE

A Naturologia e a Transdisciplinaridade tratam-se de termos amplos, de delimitações e origens complexas, ambas são dinâmicas. A relação entre Transdisciplinaridade e Naturologia é tratada em Portella (2013), ao declarar que ambas apresentam como base essencial o entendimento da complexidade. O autor considera, considera inclusive o naturólogo como um “promotor de transdisciplinaridade”, pois essa relação fomenta a abertura do espaço dialógico e propõe relativizar os conhecimentos de maneira complexa, atuando no resgate do ser humano em sua integralidade. A ausência do diálogo da diversidade produz as polaridades tóxicas, cada qual com sua hegemonia de pensamento dominante.

CHÁ VERDE FUNCHO	1.70 Eu acho que a naturologia, dentre todas as profissões deveria ser a que dá o exemplo de transdisciplinaridade. 3.70 A Naturologia é o produto de uma transdisciplinaridade. 3.7 O Naturólogo tem um background para fazer essa articulação dos diferentes saberes, por que isso já é posto ao longo da formação. 3.71 exatamente por ela beber em diversas fontes das ciências da saúde e ciências sociais. a questão até da própria ecologia, faz da naturologia por si só ser transdisciplina.
CAMPIM LIMÃO	4.83 O diálogo profundo com o humano e com o ser que se mostra no humano, o sein no da . 4.84 O conceito de dialógico, do diálogo, então, eu tenho a impressão que é onde está o fontal da ciência naturologica. 4.50 O dinamismo a permanência
MELISSA	7.27 Eu acho que a gente quer que exista mas eu não sei se existe (relação Inter e naturologia)7.28 eu acho que o nosso fazer não é muito interdisciplinar, e tudo bem assim é o caminho difícil 7.30 Eu acho que o que a gente faz na naturologia o que a gente fez ainda é beber em vários lugares e se utilizar dessas várias fontes para criar uma nova forma, talvez organizar uma outra forma de saber. Então nesse aspecto, eu acho que a gente poderia dizer que ela é transdisciplinar, [...] mas me falta definição de transdisciplinaridade.

Fonte: Quadro 10 Elaborado pelas autoras, 2019.

Porque seria a Naturologia o exemplo de Transdisciplinaridade? Afinal, Naturologia e Transdisciplinaridade são de fato termos próximos ou essa ideia seria um equívoco? A Naturologia é ou não interdisciplinar? O que delimita essa condição? Quem se interessa pela existência da relação entre Naturologia e Transdisciplinaridade e quais são as implicações de se aproximar ou se afastar essa relação?

Como observamos, a diversidade é ponto fundamental e fundante da Naturologia, a forma transdisciplinar de pensar parece estar ontologicamente conectada a existência da Naturologia. No entanto, é um engano considerar essa relação imediata, é preciso considerar os fatores estruturais e culturais que existem na Naturologia e nos Naturólogos, dessa forma, também existe na Naturologia o pensamento hierárquico e disciplinar.

FUNCHO

3.69 o maior desafio da transdisciplinaridade é a formação para isso.

MELISSA

6.8 eu acho que a estrutura não é adequada

6.31 acho que elas são mais culturais

6.34 Como a **nós aprendemos as coisas**, a forma como a **educação é formulada**, ela tem relação com essas **nossas dificuldades**, no nosso limite de fazer as coisas de forma interdisciplinar e de forma transdisciplinar.

6.42 enquanto eu achar que a política, a economia **é maior o pior** que a educação, **nunca vai ter espaço** para interdisciplinaridade a e nem tão pouco para a transdisciplinaridade.

MENTA

7.28 a formação de cada professor por exemplo, e as questões pessoais de cada um, as questões relativas ao curso.

Fonte: Quadro 11 Elaborado pelas autoras, 2019.

A partir da consciência das condições culturais, abre-se o processo de reflexão sobre qual caminho seguir, qual forma olhar e articular os saberes e, principalmente, sobre como transitar entre essas formas. A metodologia em aberto, em contra ponto as estruturas rígidas, parece ser a principal forma de articular diversidades minimizando a violência hierárquica.

TRANSDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO

A consciência transdisciplinar, sistêmica e complexa, requer uma formação que possibilite a sua construção. Moraes (2007) se debruça em compreender a formação do educador dentro deste contexto epistemológico, o que demanda um pensar coletivo, implicado com a sociedade e crítico/reflexivo por parte do educador, promovendo profundas mudanças ontológicas no fazer pedagógico. Por meio das entrevistas, percebe-se a educação como uma das principais dificuldades para a prática transdisciplinar.

A educação transdisciplinar como proposta de formação sugere um processo de formação continuada como caminho para que se consolide a tripolar desenvolvida por Pineau e Patrick (2005): (1) autoformação (subjetividade/ formação do SER); (2) heteroformação (compartilhamento social/familiar); (3) ecoformação (ambiental e sistêmica).

Estes três pólos se desenvolvem mutuamente, valorizando igualmente o entendimento ecossistêmico. Moraes (2007) enfatiza que o modelo de pensamento hegemônico, tende por anular principalmente a autoformação. Nesse sentido, a educação transdisciplinar em Sommerman (2012) é considerada necessária como uma construção da autoformação na perspectiva transcultural e na atitude dialógica capaz de articular conteúdos e a multidimensionalidade do ser humano.

Quando Moraes (2007) coloca anulação da autoformação, pensa-se na anulação da consciência da existência, a formação de si requer a consciência de si. Como colocam alguns filósofos

existenciais²⁷, um processo de esquecimento do Ser e da relação entre ente e ser conduzem a humanidade à devastação humana e descuido crônico com o ambiente. A centralidade dessa forma de pensamento que resgata o Ser, compreende a existência como o mergulho no da sein, na procura pelo desvelamento do Ser.

É no ser humano que o núcleo do Ser se mostra a partir do , gibt es, é enquanto se da. Portanto, a Educação que parte de um pensamento para além das disciplinas mecanicistas, pretende resgatar a consciência de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pesquisa apresentada levantou questionamentos sobre a Transdisciplinaridade a partir de uma questão fundamental: “O que significa Transdisciplinaridade na relação entre epistemologia transdisciplinar e a ótica docente do curso de Naturologia da Unisul?”. Ao lidar com a ambiguidade do ato significativo, não condiz com a metodologia escolhida pelas autoras construir uma significação fechada.

Nesse sentido, a pergunta mais adequada surge ao entender como os docentes significam a Transdisciplinaridade. Dessa forma, a Pesquisa promoveu a reflexão ao permitir o diálogo entre diversos pontos de vista: dos docentes, do contexto teórico e das pesquisadoras, sendo levantados constantemente novos questionamentos. A partir destes, foi possível observar que a relação entre Transdisciplinaridade e Naturologia não é óbvia e requer aprofundamento teórico e prático.

Conforme o observado nas entrevistas, muitas vezes a prática natrológica é vista como distante da Transdisciplinaridade. Assim sendo, sendo assim, tratar da relação entre Naturologia e Transdisciplinaridade pode parecer uma utopia. Condizente ao pensamento fenomenológico, os conceitos devem ser compreendidos para além de seu senso comum. Como estamos entendendo a ideia de utopia? Alguns docentes colocam a Transdisciplinaridade como uma utopia inalcançável. A utopia como um vazio irreal e impossível nos conduz a um adoecimento ontológico de impossibilidades do existir, perde-se a direção do caminhar e conduz à estagnação.

A utopia entendida por Bloch (2009), não se trata de uma utopia ingênua, mas sim do reconhecimento da incompletude humana. Por meio de uma lucidez crítica, é possível promover o constante reconhecer e ultrapassar os limites impostos. Esse tipo de utopia se explicita em uma tensão dialética entre o que já se passou e aquilo que está por vir, tem a função transcendente que se torna possível a partir da disponibilidade humana para o novo.

A relação entre Transdisciplinaridade e Naturologia, ao ser vista como distante, demonstra a existência de diversos limites a serem ultrapassados. Quais são esses limites? Será que valeriam a pena os esforços para essa aproximação? Dentre esses limites, os principais pontos encontrados são os fatores estruturais presente na forma de pensar vigente. Os esforços para descolonizar as formas de pensar, principalmente em nosso país Latino Americano, nos conduz à libertação emancipatória proposta por Freire (1996). A Naturologia, ao se considerar freiriana em seu agir, tem o dever ético de estar consciente de seus limites e conseqüentemente disposta a transcendê-los. A prática transdisciplinar requer, essencialmente, o interesse pela mesma.

Dentre os 29 membros atuantes no corpo docente, foram 9 os que aceitaram participar da

entrevista de indagação sobre a Transdisciplinaridade. O convite à participação da Pesquisa foi realizado via e-mail e cartazes fixados na sala dos professores, os que foram convidados pessoalmente apresentaram maior interesse em participar da pesquisa.

Com 1/3 do corpo docente como sujeito da Pesquisa, considera-se, ao mesmo tempo, uma limitação às significações e uma possibilidade de se aprofundar nos discursos levantados. Esse número pode ser consequência do desinteresse pelo tema, de seu desconhecimento, ou mesmo devido à sobrecarga horária dos profissionais.

Outra limitação diz respeito à proximidade das pesquisadoras com o contexto observado (Transdisciplinaridade e Naturologia), mesmo que essa seja valorizada pela visão metodológica abordada, produz inevitavelmente um discurso êmico, de significações limitadas. Dos resultados finais foram omitidos diversos conteúdos relevantes à significação da Transdisciplinaridade, devido a necessidade ética do sigilo, restringindo igualmente as possibilidades de resultados da investigação.

A Pesquisa foi realizada a partir do recorte do curso de Naturologia da UNISUL. Como proposta a novos estudos, sugere-se uma análise que englobe os docentes dos outros cursos de Naturologia existentes, bem como dê voz ao entendimento dos discentes, no intuito de compreender o processo educacional em torno da significação transdisciplinar na Naturologia. Propõe-se igualmente estudos que auxiliem a compreender as relações entre Naturologia e Transdisciplinaridade, para além do discurso e do campo teórico, introduzindo a observação da práxis Naturologia.

Como forma de aproximar os docentes ao entendimento transdisciplinar, sabendo que a Transdisciplinaridade se dá por meio de sua práxis coletiva, seria interessante a existência dentro da universidade de núcleos de abertura transdisciplinar, onde se promova o diálogo interdisciplinar e a capacitação teórica na abordagem do tema, como cursos de formação continuada.

Apresentou-se como resultado a interpretação do entendimento docente ao se abrir para o campo do discurso sobre Educação, Naturologia e Transdisciplinaridade e seus temas adjacentes, dando voz, para além do escopo teórico, aos docentes e às pesquisadoras. Não obstante, possibilitou-se trilhar um percurso metodológico dinâmico, permitindo um contato com uma construção metodológica singular. A reflexão sobre os dados coletados, a partir da análise fenomenológica hermenêutica, indicou que a influência transdisciplinar no campo da saúde emerge de um movimento ecossistêmico, trata-se de uma dinâmica sistêmica da vida ao enfrentar a complexidade da interação dos múltiplos fatores da realidade.

A Naturologia propõe a existência de um sujeito diverso, da mesma maneira, a Pesquisa transdisciplinar permite um ser técnico e empírico, que possa ser nutrido por seu entendimento simbólico e pelas possibilidades reflexivas oriundas de sua história.

Trazer à luz o entendimento da Transdisciplinaridade implica no nascimento de um pensar sobre a não hierarquização dos saberes, possibilitando maior abertura a um valor ético, humano e ecossistêmico, que possibilite a vida em sua diversidade essencial.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, Raquel Luna. Princípios centrais da relação de interagência: uma contribuição para a clínica natrológica. Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares, v. 6, n. 11, p. 81-91,

2017.

BLOCH, Ernst. O princípio esperança. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: UERJ & Contraponto, 2009, v.1.

CERATTI, Carina. Naturopatia/naturologia no pórtico das racionalidades médicas: uma perspectiva de legitimação a partir da educação superior no Brasil e no mundo 131p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

DA CUNHA, Regina Célia Alves; SUANNO, João Henrique. A Transdisciplinaridade Na Formação Continuada: caminhos desafiadores na atuação docente. In: Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG. Anais. Pirenópolis, 2016. Disponível em: <
<https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/7860> >

D'AMBROSIO, Ubiratan. Transdisciplinaridade. São Paulo: Palas Athena, 1997.

FLECK, Ludwik. Gênese e desenvolvimento de um fato científico: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento. Belo Horizonte, Fabrefactum Editora, 2010.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método I: esboço de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio Meurer. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

GONÇALVES, Jaci Rocha Gonçalves; LUNSKOVSKI, Roberto. Filosofia da religião e Filosofia cristã. Livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2015.

HUSSERL, Edmund. A ideia da Fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 1990.

LUZ, Madel Terezinha. Complexidade do Campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. Saúde Soc. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 304-311, 2009.

LIMA, Valéria Vernaschi. Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, p. 421-434, 2016.

MEDEIROS, Geisa da Silva. Olhar para o sol: concepção da análise fenomenológica hermenêutica. 59p. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

MORAES, Maria Cândida. A Formação do Educador a partir da Complexidade e da Transdisciplinaridade. Revista Diálogo Educacional, v. 7, n. 22, p. 13-38, set./dez., 2007.

_____. Da ontologia e epistemologia complexa à metodologia transdisciplinar. Revista Terceiro Incluído, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2015.

MORAIS, Neila Lopes; ANTÔNIO, Raquel Luna; RODRIGUES, Daniel Maurício de Oliveira. Referências em Naturologia: um sistema terapêutico de cuidado em saúde. Palhoça: Ed. Unisul, 2018.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. LISBOA, Nome. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NICOLESCU, Basarab. Towards transdisciplinary education. In: International Conference “Education of the future”. Anais. São Paulo, 1993.

- PAUL, Patrick; PINEAU, Gaston. *Transdisciplinarité et formation*. Paris: Editions L'Harmattan, 2005.
- PIRES, Marili Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*. São Paulo, v.2, p. 173-182, 1998.
- PORTELLA, Caio Fábio Schlechta. Naturologia, transdisciplinaridade e transracionalidade. *Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares*, v. 2, n. 3, p. 57-65, 2013.
- ROQUETE, Fátima Ferreira; AMORIM, Maria Marta Amânico; BARBOSA, Simone de Pinho; SOUZA, Danielle Crista Moreira; CARVALHO, Daclé Vilma. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: em busca de diálogo entre saberes no campo da saúde pública. *Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro*, v.2, n.3, p. 463-474, 2013.
- SABBAG, Silvia Helena Fabbri et al. Origem e desenvolvimento da Naturologia no Brasil: aspectos conceituais, históricos e políticos. *Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares*, v. 6, n. 11, p. 59-68, 2017.
- SILVA, Adriana Elias Magno. *Naturologia: Um diálogo entre saberes*. 214 p. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- SILVA, Osmar de. *Abordagem fenomenológico-hermenêuticas*. *Ágora-Revista Eletrônica*, v. 5, n. 10, p. 54-58, 2010.
- SOMMERMAN, Américo. *Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e do conhecimento em geral: contribuição para os campos da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente*. 1305 p. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento). Universidade Federal da Bahia, 2012.
- TEIXEIRA, Diogo Virgílio. *Integralidade, interagência e educação em saúde: uma etnografia da Naturologia*. 120 p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

AS MARGENS DAS MARGENS DAS MARGENS: SAÚDE DO TRABALHADOR EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

THE MARGINS OF THE MARGINS OF THE MARGINS: WORKER HEALTH IN COVID-19 PANDEMIC TIMES

LOS MÁRGENES DE LOS MÁRGENES DE LOS MÁRGENES: LA SALUD DE LOS TRABAJADORES EN TIEMPOS DE LA PANDEMIA DEL COVID-19

Ricardo Junior De Assis Fernandes GONÇALVES¹
Eguimar CHAVEIRO²

Resumo:

A presente pesquisa objetivou compreender a relação entre território e saúde-doença do trabalhador no contexto da pandemia da covid-19. A metodologia contou com revisão bibliográfica, levantamento e sistematização de dados, pesquisa de campo na cidade de Goiânia (GO), observação direta, entrevistas e registros fotográficos. A exposição dos resultados foi dividida em dois momentos centrais das discussões. A primeira parte sublinha o debate teórico no foco entre trabalho, território e saúde-doença, tomando como referência o campo da saúde do trabalhador. A segunda parte retoma o debate da relação trabalho, território e saúde-doença em contextos da pandemia da covid-19 no Brasil. Averiguou-se que no mesmo instante em que as taxas de contaminação e morte por covid-19 se expandem no Brasil, aprofundam-se a precarização, o empobrecimento, o desemprego e a informalidade do trabalho no país. Diante disso, a saúde do trabalhador, campo essencial às ações de vigilância e segurança no trabalho, vem sendo olvidada e silenciada pelas políticas de enfrentamento da pandemia e proteção dos trabalhadores.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Território; Trabalho; Covid-19.

Abstract:

The aim of this research was to understand the relationship between territory and workers' health-disease in the context of the Covid-19 pandemic. The methodology included bibliographic review, data collection and systematization, field research in the city of Goiânia (GO), direct observation, interviews and photographic records. The presentation of the results was divided into two central moments of the discussions. The first part highlights the theoretical debate on the focus between work, territory and health-disease, taking as a reference the field of worker health. The second part resumes the debate on the relationship between work, territory and health-disease in contexts of the Covid-19 pandemic in Brazil. It was found that at the same time that the rates of contamination and death by Covid-19 expand in Brazil, precariousness, impoverishment, unemployment and informal work in the country deepen. In view of this, workers' health, an essential field for surveillance and safety at work, has been forgotten and silenced by policies to combat the pandemic and protect workers.

Keywords: Covid-19; Worker's health; Territory; Work; Covid-19.

Resumen:

La presente investigación tuvo como objetivo comprender la relación entre territorio y salud-enfermedad de los trabajadores en el contexto de la pandemia del covid-19. La metodología incluyó revisión bibliográfica, recolección y sistematización de datos, investigación de campo en la ciudad de Goiânia (GO), observación directa, entrevistas y registros fotográficos. La presentación de los resultados se dividió en dos momentos centrales de las discusiones. La primera parte destaca el debate teórico sobre el enfoque entre trabajo, territorio y salud-enfermedad, tomando como referencia el campo de la salud del trabajador. La segunda parte retoma el debate sobre la relación entre trabajo, territorio y salud-enfermedad en contextos de la pandemia del covid-19 en Brasil. Se encontró que al mismo tiempo que se expanden las tasas de contaminación y muerte por covid-19 en Brasil, se profundiza la precariedad, el empobrecimiento, el desempleo y el trabajo informal en el país. Ante esto, la salud de los trabajadores, un campo fundamental para la vigilancia y la seguridad en el trabajo, ha sido desatendida y silenciada por las políticas de lucha contra la pandemia y protección de los trabajadores.

Palabras clave: Salud del trabajador. Territorio. Trabajo. COVID-19.

1 Professor dos Cursos de Graduação (Unidade Iporá) e Pós-Graduação (Campus Cora Coralina) em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pesquisador dos Grupos de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência, e Política Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Membro Titular do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE).

2 Professor Titular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência. Membro Titular do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE).

INTRODUÇÃO

Com mais de 5,1 milhões de casos de covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus Sars-cov-2) confirmados e 150,8 mil mortes registradas em decorrência da doença (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 13/10/2020), o Brasil entrou na rota dos principais países impactados pela pandemia no mundo.

No mês de julho de 2020, a América Latina e o Caribe tornaram-se o epicentro mundial da pandemia, “com vários países da região registrando agora as maiores taxas de infecção per capita e o maior número absoluto de casos no mundo” (ONU, 2020, p.1). Diante disso, a situação no Brasil é das mais graves entre os países latino-americanos, com disseminação cotidiana de casos e mortes em todas as unidades federativas.

Essa conjuntura viral apresenta um problema ao país: o modo pelo qual a saúde do trabalhador está olvidada e silenciada no grande debate das ações públicas e das reflexões científicas que estão sendo feitas no contexto da pandemia da covid-19. Negar o debate das responsabilidades com a doença em nome de um economicismo triunfalista é a peça de ordem do Estado brasileiro.

Por conseguinte, o primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à trama política. Ora, à medida que o problema se irradiou no mundo e passou a ameaçar a geopolítica e a economia mundial, houve um alerta aos governos, aos estados, às empresas, às instituições universitárias, médicas e políticas. Logo se viu repercussões nos vários campos da vida social, da economia e da geopolítica; na relação entre as pessoas, na saúde, na moradia e na escolarização; em todos os setores das atividades econômicas, industriais, turísticas, serviços e comércios.

Diante disso, uma babel de narrativas, informações e ameaças também foi irradiada na sociedade brasileira. Constatou-se que a pandemia da covid-19 é um fenômeno grave, senão não mudava a rota e os fluxos do mundo. Mas, houve e está havendo muitas apropriações pelos governos municipais, estaduais e federal, por empresas e laboratórios de pesquisas. Inclusive, parece que de repente arvoraram especialistas de economia, geopolítica, medicina, epidemiologia e biologia do vírus. Todos se julgaram sábios incontestes para lidar com a doença.

Contudo, perspectiva completamente rara é a da visada da saúde do trabalhador. A bandeira da defesa da saúde do trabalhador ainda não foi hasteada nos jornais, nos discursos e nas políticas do governo ou na maioria das pesquisas científicas no campo das ciências humanas e sociais. Certamente, isso demonstra o incômodo que a saúde do trabalhador provoca nos estados, nos governos e no grande capital.

Com efeito, pergunta-se: por que a saúde do trabalhador permanece olvidada? Como os diferentes trabalhadores estão situados neste tempo viral? Para dialogar com essas questões a presente pesquisa objetivou compreender a relação entre território e saúde-doença do trabalhador no contexto da pandemia da covid-19. A metodologia contou com revisão bibliográfica, levantamento e sistematização de dados, pesquisa de campo na cidade de Goiânia (GO), observação direta, entrevistas e registros fotográficos.

O artigo está dividido em duas partes. A primeira parte sublinha o debate teórico da relação entre trabalho, território e saúde-doença, com centralidade no campo da saúde do

trabalhador. A segunda retoma o debate da relação trabalho, território e saúde-doença em contextos da pandemia da covid-19 no Brasil. Ficará demonstrando que no momento em que as taxas de contaminação e morte por covid-19 se expandem no Brasil, aprofundam-se a precarização, o empobrecimento, o desemprego e a informalidade do trabalho. Diante disso, enquanto os distintos poderes disputam narrativas e se apropriam política e ideologicamente da pandemia, o campo da saúde do trabalhador continua silenciado nas políticas públicas e nas pesquisas científicas. Com efeito, questiona-se esse silenciamento e enfatiza-se a relevância da saúde do trabalhador para o enfrentamento da situação de adoecimento no trabalho.

TERRITÓRIO E SAÚDE DO TRABALHADOR

A Saúde do Trabalhador é um campo de saber e uma questão social. Por isso, envolve diretamente um modo de ver a realidade social, a organização e a estrutura do trabalho e seus vínculos com a saúde-doença; é também um modo de conceber a vida e o mundo; e de dirimir as relações de poder que abarcam o elo entre trabalho e saúde. Nesse ponto procede-se o vínculo entre território e saúde.

Poder-se-ia dizer que a estrutura territorial do mundo contemporâneo, manifestada, por exemplo, no modo como os impérios agroalimentares definem a produção, estipulam preços, criam hábitos alimentares, monopolizam terras, controlam o mercado de comidas, estabelecem relações com os Estado, é reveladora da geopolítica mundial. Ou seja, é uma estrutura territorial que faz da alimentação mundial um quesito de negócio, não de saúde. Nesse ponto, a dominação geopolítica do mundo incide sobre o quesito essencial da saúde humana: o alimento.

Ademais, a relação entre saúde e território pode ser vista mediante outras escalas. O processo de *commoditização* aliado à chamada financeirização da vida, tem feito o investimento das indústrias derivar da produção ao mercado de rendas. Nisso, contribui para o desemprego estrutural. O trabalho, centralidade da vida, exposto ao regime acumulativo financeirizado, é, assim, precarizado, subalternizado, desvalorizado como um bem humano.

Quando os estados, submissos ao regime financeirizado, desregulam o sistema previdenciário e abrem portas para o capital, o desespero e o terror do desemprego, a luta diária no campo do mercado de trabalho informal e a instabilidade do trabalhador, tendem a criar uma sociabilidade patologizada. Daí que, ao refletir a saúde como um direito humano inalienável, na atual situação histórica, requisita-se compreender os principais dilemas do trabalho em relação direta com os problemas sociais desse momento.

Por conseguinte, o vínculo entre saúde, território e trabalho, por sua vez, estende os braços a outros campos como à dimensão ambiental, às práticas políticas, culturais, identitárias; às relações intersubjetivas, relacionais, afetivas e simbólicas. E se agrupa em outras dimensões do território, como na moradia e na mobilidade do trabalhador.

De tal modo que se compreende que território, saúde e trabalho são mediações da vida humana e, por isso, todos os sujeitos sociais participam de situações de trabalho e de dimensões territoriais que, por sua vez, redundam na saúde-doença. Pode-se afirmar que tudo que é humano

passa pelo trabalho e pelo território com vínculos diretos na promoção da saúde ou na consecução da doença.

A implicação prática e direta desses componentes pode ser vista na taxa de empregabilidade; na oferta de empregos de um determinado espaço; na localização e na estruturação dos parques industriais; na relação entre as lavouras agrotóxicais com o desmatamento, uso de águas e modo de relacionar com a terra.

Esses vínculos dizem respeito ao que Souza (2015) chama de determinações sociais do território, uma vez que os problemas estruturais do modelo social são tóxicos e patológicos. Por exemplo, a agricultura de negócio fundada na química de mercado, ao se vincular à “ciranda financeira”, na qual diariamente faz eclodir a rotação de trilhões de capitais, gera um ambiente patológico.

O geógrafo carioca Paulo Alentejano (2011), estudioso da questão agrária brasileira e crítico do modelo patológico, revela que três corporações financeiras transnacionais são responsáveis pelo controle e domínio de 53% do mercado mundial de sementes, são elas a empresa Monsanto (do grupo Bayer); a Du Pont e a Syngenta. Revela igualmente que seis empresas de agrotóxicos controlam 76% das vendas de agrotóxicos no mundo, são elas a empresa Monsanto; a Syngenta; a Bayer; a Du Pont; a Basf e a Dow. Salienta também que dez corporações, em nível de mundo, estabelecem o controle de 41% das vendas de fertilizantes.

O autor demonstra que na estratégia de controle territorial dessas megaempresas há, correntemente, processos de fusão/aquisição e reorganização das estratégias. Qualquer crise econômica faz os Estados socorrerem essas empresas sacrificando o trabalho. A força econômica dessas empresas se traduz numa força política, não apenas pelo vínculo com as classes dominantes, com o patrocínio de Estados-nações corruptos, mas na efetivação das próprias políticas.

Muitas dessas empresas abarcam também a produção de colheitadeiras, tratores, como é o caso das empresas Casey, New Holland, John Deere; assumem também o monopólio da comercialização e do processamento industrial as empresas Dreyfus, Cargill, ADM e Bunge. O seu amplo espectro de controle econômico do território reduz a natureza, os bens da terra e o trabalho às suas concepções economicistas.

Dessa feita, convém compreender que os nexos determinantes entre território, saúde e trabalho se situam no interior da economia de monopólio financeirizado. Nela também se posiciona o “paradigma hospitalocêntrico” (VASCONCELLOS, 2007) no qual a doença é um grande negócio da rede hospitalar. Qualquer outra alternativa de saúde coletiva e de colaboração na promoção de saúde são devidamente refutadas pela medicina liberal. O próprio curso de medicina embebe e se fundamenta, quase sempre, na ação de criar sujeitos de sucesso econômico: o médico. A partir desse saber, mais importante que curar, é gerar enriquecimento.

A ponte entre o modelo hospitalocêntrico, indústrias de fármacos, laboratórios de pesquisa científica e economia devastadora e predatória transforma o campo da saúde em um grande negócio. Por isso, o adoecimento é bem-vindo. E louvável. Não à-toa que o geógrafo paulista Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2014), demonstra que “a monopolização do território cria o território da monolipolização”.

No campo do trabalho, as condições precárias do trabalhador; o desemprego estrutural; a organização do trabalho; os níveis de competição; os efeitos emocionais criados pela insegurança no trabalho e o aumento do mercado informal de trabalho se ajustam a números estarrecedores. Mais de 60 mil trabalhadores morrem anualmente por acidente de trabalho; tem aumentado a violência contra a mulher, atingindo mais de 67 mil, demonstrando o ambiente emocional hostil da exploração do trabalhador; há cerca de 800 mil acidentes de trabalho por ano³. Crescem o chamado cárcere privado, assim como a violência sexual e o tráfico de pessoas. Do mesmo modo que crescem os assassinatos de lideranças camponesas (CPT, 2020) e o suicídio de sujeitos indígenas (MARQUES, 2018). Violência e liberalismo médico se dão as mãos.

O pensamento crítico contemporâneo tem repercutido que o adoecimento se protagoniza também por elementos da sociabilidade contemporânea, como o sentimento de insucesso do trabalhador; o assédio moral; as disputas com os pares; a “corrosão do caráter” (SENNETT, 1999) entre os trabalhadores; o individualismo exacerbado na produção; o narcisismo misturado à solidão sob o comando das redes; o medo do desemprego; as barganhas para se manterem no emprego. Tudo isso tem gerado transtornos variados, como o fóbico; o de ansiedade e o de pânico, assim como depressão, oscilação emocional e autismo social, reveladores do que o filósofo Byung-Chul Han (2015) denomina “sociedade do cansaço”.

Frente a esse quadro de ideologias baseadas no coach; na ginástica laboral; na espiritualização do trabalho; na auto-ajuda e outras que compõem a “subjetivação neoliberal” (LAVAL; DARDOT, 2017), são empregadas pelo patronado para forjar o discurso de debelar o adoecimento sem mexer na estrutura de exploração do trabalhador, na desigualdade territorial e no pacto do Estado com os grandes conglomerados.

Um dos autores brasileiros concentrados à situação do trabalho no Brasil no atual momento, Marcio Pochmann (2016), explica a situação do trabalhador depois da Reforma da Previdência, imputada pelo bolsonarismo, o que comumente decorre. Diz Ele que,

Não há garantia alguma. Se houver trabalho, você terá uma parte daquilo que você veio a realizar. É uma total instabilidade [...]. Agora ele [trabalhador] não tem condições de garantir o pagamento da previdência se não sabe nem se vai receber salário. Está exposto a um contrato de zero hora que pode ter uma hora, duas horas, dez horas, sem garantia alguma (POCHMANN, 2016, p. 16).

As palavras do autor ajudam a compreender que a insegurança, o desemprego estrutural e a competição elevam, ao máximo, as condições de adoecimento. Posto assim, empenhamos em considerar que os vínculos entre trabalho, território e saúde esclarecem alguns pontos importantes: primeiramente, há de se compreender que a riqueza do trabalho, e especialmente a sua distribuição, está diretamente ligada à estrutura do território; de outra parte, a emancipação do trabalhador é configurada também territorialmente.

Dessa feita, a luta de classes, de gênero e todas as lutas identitárias e também a luta pela soberania alimentar, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), têm no campo e na questão da Saúde do

³ Os dados sobre as notificações de acidentes de trabalho podem ser acessados no Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, disponível em: <<https://smartlabbr.org/sst>>. Acesso em: 20/08/2020.

Trabalhador uma forma para estabelecer uma crítica social ao modelo territorial desigual e ao modelo hospitalocêntrico. Além da crítica exige participação, ação, coletivização entre a ciência crítica, setores sindicais, movimentos sociais e identitários e os serviços de defesa da saúde.

Logo, no momento em que milhares de trabalhadores estão adoecendo e morrendo devido à pandemia da Covid-19, considera-se fundamental fortalecer o debate, a luta e a intervenção em defesa da saúde do trabalhador.

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TEMPOS DA COVID-19

Diante do avanço da covid-19 no Brasil, os trabalhadores tornaram-se os mais implicados aos riscos e efeitos da doença. A expansão dos casos da covid-19 no território brasileiro agravou os riscos da exposição aos ambientes de trabalho em frigoríficos, supermercados, mineradoras, hospitais e ruas (especialmente no caso dos informais). Conseqüentemente, isso revelou a relação indubitável entre os impactos da pandemia, classe social e desigualdade no Brasil. “E a saúde do trabalhador (ou a ausência dela) é também um fator central e determinante de desigualdade social”⁴.

Assim, primeiramente destacam-se os trabalhadores da área da saúde. Os trabalhadores da saúde são vários. Há médicos e enfermeiros que adoecem ou morrem. Conforme dados apresentados em agosto de 2020 pelo Ministério da Saúde (MS), “258,2 mil profissionais de saúde foram infectados pela covid-19 desde fevereiro. Segundo a pasta, 226 morreram” (UOL, 2020, p.1). Ademais, isso quer dizer que “a cada minuto, 1 profissional de saúde é infectado por covid-19 no Brasil” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020, p.1)⁵.

Logo, esses dados revelam que a doença afeta profundamente as pessoas que lidam diariamente com a saúde-doença. E isso ocorre não só porque há problemas de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de cuidado; mas, devido à fragilidade pública do Estado em cuidar desses trabalhadores empenhados em salvar vidas. Eles salvam vidas, mas não estão salvos pelo Estado. Muitos estão arremessados no *front* da morte. Assim, a pandemia expõe também a precarização da saúde pública e coletiva, da infraestrutura hospitalar; a precarização deliberada que foi feita com o Sistema Único de Saúde (SUS); e, ao mesmo tempo, sublinha a importância do SUS para enfrentar a pandemia (SOUZA, 2020; ROJAS, 2020).

Um segundo ponto, e que talvez tenha ganhado uma pequena notoriedade midiática, refere-se o escopo do perfil e a estrutura dos trabalhadores brasileiros. Os trabalhadores informais, que são uma estatística muito grande (superior a 50% em 11 Estados do país [IBGE, 2020]), ou, por exemplo, trabalhadores da UBER (*Uber Technologies Inc.*), *iFood Delivery*, *Rappi*, feirantes e comerciantes de rua estão entre a “*cruz e a espada*”: ou se mantêm resguardados em casa, enfrentando todas as dificuldades para comprar alimentos, pagar aluguel, energia, água; ou vão para a rua e enfrentam o risco de contrair o vírus e ser o seu transmissor à família.

4 Pressuposto apresentado em evento virtual por Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (junho, 2020), pesquisador e professor na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro.

5 “Os profissionais mais atingidos são técnicos de enfermagem, com 88.898 casos, seguidos enfermeiros (37.689 confirmações) e médicos (27.767)”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020, p.1).

No caso de entregadores por aplicativos, com a pandemia o aumento de trabalho passou a significar menos renda, longas jornadas e maior risco à saúde (BBC, 2020), o que contribuiu para a mobilização desses trabalhadores em manifestações e paralisações no dia 01 de julho de 2020. (Imagem 1).

Imagem 1. Protesto de entregadores em São Paulo durante a paralisação de 1 de julho de 2020.



Fonte: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53258465>>. Acesso em: 20/08/2020.

Frente à intensa precarização dos trabalhadores, o governo atual (2020) não tem nenhuma comiseração, quer informalizar o máximo, inclusive pelas vias das reformas trabalhista e previdenciária. É um governo em defesa do capital. E que despreza os trabalhadores que dependem da rua, que dependem dos pequenos negócios como a venda de comida, água e frutas ou a realização de serviços gerais. O mesmo governo que implementou o auxílio emergencial de R\$ 600,00, não ousou problematizar os grandes monopólios; não cogitou em nenhum momento repartir as grandes fortunas, os lucros dos bancos e dos bilionários do país.

Como exemplo, segundo publicação da Revista Forbes Brasil, com mais 33 na lista de bilionários em comparação ao ano anterior, o país alcançou 238 bilionários em 2020, cuja fortuna alcança R\$ 1,6 trilhão (UOL, 2020). Ademais, entre março e julho de 2020, em contexto de pandemia, “o patrimônio dos super-ricos brasileiros cresceu US\$ 34 bilhões” (G1, 2020, p.1).

Isso tudo serve para demonstrar o modo pelo qual a covid-19 afeta, está afetando e afetará os trabalhadores. Ou seja, o modo pelo qual a pandemia, a crise econômica, a crise sanitária e tantas outras crises no país impactam e vão impactar os trabalhadores. Sublinha-se, então, que a luta de classes povoa as consequências da covid-19 na vida dos trabalhadores e nas determinações de saúde-doença.

Já está ocorrendo em cidades como Goiânia (GO) e em todos os lugares a flexibilização da abertura dos comércios e fábricas, com a presença dos trabalhadores se jogando nas ruas, nas praças,

nos terminais coletivos e sinaleiros (Imagem 2). Entre a fome e a possibilidade de contrair o vírus, utiliza-se, lógico, a segunda via. E ao se utilizar-se dela, por necessidade de sobrevivência, colocam-se em risco os resguardos chamados de isolamento social e distanciamento social.

Imagem 2. Trabalhadores informais, vendedores de água, frutas e panos em sinaleiros da cidade de Goiânia (GO). Trabalho de campo, Goiânia/GO, Agosto, 2020.



Autor: CHAVEIRO, Eguimar (2020).

Um trabalhador informal, vendedor de frutas em sinaleiros de Goiânia (GO), afirmou em entrevista o seguinte:

[...] nos primeiros meses da pandemia, paralisamos o trabalho, saímos da rua; mas, em poucos dias a situação financeira ficou difícil. A família depende de mim, e o dinheiro para comprar alimentos, pagar aluguel, água, luz e gás zerou. Então ou voltávamos para o sinaleiro ou passaríamos fome. Medo do vírus há, mas não temos alternativas, não temos renda fixa. Dependemos da rua para vivermos. É ir para a rua ou se não ir é passar fome (Entrevista, Pesquisa de campo, Goiânia/GO, Agosto de 2020).

O relato do trabalhador contribui com a interpretação do modo diferenciado e desigual que a covid-19 impacta a saúde do trabalhador. A pandemia, o medo e a luta dos trabalhadores pela sobrevivência agem sobre o corpo do trabalhador, sobre seu desejo, sobre sua saúde física e emocional, sobre o seu tempo e seus territórios; territórios que não têm sido da vida, mas, infelizmente do adoecimento e da morte. Logo, a pandemia também revela a “dinâmica necroeconômica do capital” (GONÇALVES, 2019).

Se desejarmos um mundo melhor, resta-nos ler politicamente o efeito do vírus. Do vírus temos que nos proteger, mas continuar lutando por educação, arte, vigilância em saúde do trabalhador e sustentabilidade ambiental. Muitos trabalhadores não têm condições de se confinar sem ter garantidos os bens primários para reprodução social da vida digna, como moradia, educação, transporte público de qualidade, segurança, saneamento básico e alimentação. Ademais, esses trabalhadores não possuem o privilégio de muitos resumido no “fique em casa”. “Ficar em casa” para

esses trabalhadores, a não ser nos momentos de repouso, significa a perda de renda, o risco de enfrentar a fome.

Finalmente, destaca-se que há uma dimensão política da saúde do trabalhador alimentada pela dimensão ideológica. Não é o trabalhador quem deve “pagar a conta” pelo que está acontecendo. O Estado brasileiro tem o dever de proteger a população. É importante que os trabalhadores conquistem essa consciência. Contudo, isso não é feito pela “vontade bondosa ou natural” do Estado ou dos grandes monopólios. Para que isso aconteça, há necessidade da *práxis*, da ação. E isso toca sempre o campo da consciência e da interpretação das ideologias. Todavia, o que se vê é que grande parte dos trabalhadores, conduzidos pelas grandes *máquinas produtoras de ideologias*, como as igrejas e a mídia, continuam aprovando os algozes, os fascistas. Há então o desafio de ações concretas como a formação política no campo da saúde do trabalhador.

CONTRA O SILENCIAMENTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Há cerca de cinco anos participamos da partilha coletiva do Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito⁶ sediado no Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DISH), da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz/RJ), um espaço amplo de formação sindical, debates no campo da saúde do trabalhador e intervenções em parcerias com sindicatos. A partir do diálogo com o Fórum Intersindical estabelecemos também uma aproximação com Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST's) e com a Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA), da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES), construímos parcerias de pesquisas, fizemos vigilância, seminários e efetivamos um Grupo de Trabalho envolvendo saúde do trabalhador na mineração (instituído pela Portaria 159/2019).

Por conseguinte, isso significa que das participações no Fórum Intersindical se multiplicaram e se disseminam muitas experiências em torno da saúde do trabalhador. Experiências que envolvem engajamento, militância, ação de vigilâncias em saúde do trabalhador e ambiental, luta contra o Estado opressor; envolve também a compreensão da saúde do trabalhador, suas linhas teóricas, desafios práticos e relação que se tem com o Estado e as políticas públicas.

Em suma, destaca-se a relevância do Fórum Intersindical como ação para não se olvidar a saúde do trabalhador. Essa experiência aglutinadora de lutas conta com trabalhadores, representantes sindicais, ativistas, pesquisadores, professores e profissionais da vigilância em saúde do trabalhador. Várias centrais sindicais, várias formações intelectuais de médicos, psicólogos, geógrafos, historiadores, engenheiros, sociólogos... vários rostos, mas um só objetivo: ferver o caldo da saúde do trabalhador no Brasil; denunciar o adoecimento e a morte no trabalho. Promover a saúde do trabalhador.

Dessa maneira, desde o início da pandemia, o Fórum Intersindical continua promovendo debates, reflexões e intervenções junto a secretarias de saúde, sindicatos, CEREST's e grupos de trabalho contribuindo para demonstrar que o campo da saúde do trabalhador não pode ser esquecido

6 Mais informações sobre o Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito disponíveis em: <<https://www.multiplicadoresdevisat.com/forum-intersindical-saude-trabalho>>. Acesso: 10/07/20.

neste momento. Há que se continuar perguntando: como se situa a saúde do trabalhador diante da pandemia de Covid-19? Como que esse evento impacta o trabalho e a saúde-doença do trabalhador?

Para dialogar com essas questões, destacam-se quatro pontos.

O primeiro sublinha que os poderes instituídos, os grandes poderes sob o comando do neoliberalismo, que têm à frente os Estados Unidos, e no Brasil estão pactuados com o governo bolsonarista, estão se organizando para fazer um utilitarismo da pandemia e do medo coletivo. No caso do governo brasileiro o projeto de desregulação do trabalho, devastação de florestas, aprofundamento da informalização do trabalho é silenciado neste período ou passa a colocar toda a tragédia do trabalho e do desemprego na “conta do vírus”.

Há ainda, os Projetos de Leis - PLs que impactam terras indígenas (exemplo do PL 191/2020) e territórios quilombolas, enquanto privilegia interesses das grandes empresas; ou seja, este é um momento oportunista para o poder conservador no Brasil proteger o monopólio, manter (e aprofundar) a desigualdade social, dar força para os bancos, os agronegócios e as mineradoras. Também se cogita diminuir salários, aumentar impostos, mas não se cogitou em nenhum momento taxar as grandes fortunas, mexer na estrutura dos monopólios, na concentração de terras, na concentração de capitais, na barganha descarada entre as bancadas políticas no Congresso; pelo contrário, há uma aliança entre esses poderes (MITIDIERO JUNIOR et.al., 2020).

O segundo ponto a se considerar refere-se à consciência do trabalhador diante da proliferação da pandemia e seus impactos no território brasileiro. O trabalhador lida com o medo do desemprego, o medo de usar o transporte público, a ameaça de diminuição do salário, a ameaça da fome⁷ e a ameaça do adoecimento no ambiente de trabalho. Diante de tantos medos, uma parte “roga pelo pai” e agradece os R\$ 600,00, que são necessários, mas não bastam em termos de políticas públicas e proteção dos trabalhadores brasileiros. Então como se dá a disputa pela consciência do trabalhador? Frente a isso, os movimentos sociais e sindicais e experiências de formação como a do Fórum Intersindical Saúde-Trabalho, são fundamentais para não se aceitar que a consciência dos trabalhadores seja comandada pelo explorador, ou pelo estado autoritário que é guardião das corporações e dos monopólios.

O terceiro ponto sublinha a constatação de que há uma situação nova, a desaceleração do modelo de “crescimento infinito”⁸ da economia. O geógrafo David Harvey (2013), por exemplo, diz que um dos maiores problemas deste modelo é a obrigatoriedade da expansão econômica sem limites, mesmo que água, ar, solo e saúde estejam profundamente impactados e sofram uma pilhagem. Essa economia baseada no “crescimento infinito” tem agora uma recessão.

Com destaque para a América Latina e o Caribe, conforme informações da ONU (2020, p.1),

A COVID-19 resultará na pior recessão registrada na região em um século, provocando uma contração de 9,1% no PIB regional em 2020. Isso pode aumentar o número de pobres em 45

7 Conforme dados publicados em julho pela Oxfam (2020, p.1), “até 12 mil pessoas podem morrer de fome por dia no mundo até o final do ano devido à pandemia. O Brasil está entre os prováveis epicentros globais da fome, juntamente com Índia e África do Sul”.

8 “Além do aspecto humano, relacionado à perda de vidas e às consequências pessoais do isolamento social, o desempenho das economias dos países avançados no segundo trimestre é eloquente quanto ao impacto da Covid-19. O produto interno bruto (PIB) americano do segundo trimestre caiu 9,1% (-31,9% anualizados) em relação ao trimestre anterior. Na Área do Euro (AE), a queda foi bem maior, de 12,1%, e no Japão, de 7,8%” (LEVY, 2020, p.1).

milhões (para um total de 230 milhões) e o número de pessoas extremamente pobres em 28 milhões (para um total de 96 milhões), colocando-os em risco de desnutrição.

Consequentemente, de acordo com o mesmo relatório da ONU (2020), essa situação agravará as já precárias, mesmo antes da pandemia, políticas de proteção social, educacionais e sistemas de saúde. Aprofundará as desigualdades, com empobrecimento, desemprego, desnutrição e fragilidade de conquistas em termos de direitos humanos. “O aumento das desigualdades, da exclusão e da discriminação no contexto da COVID-19 afeta adversamente o desfrute dos direitos humanos e dos avanços democráticos, podendo mesmo provocar distúrbios sociais se não for abordado” (ONU, 2020, p.1).

Por fim, o quarto ponto toca a reflexão sobre o modo como a saúde do trabalhador está situada. O setor de saúde, ou o campo da saúde se realça como central. Mas, verifica-se um problema: a saúde do trabalhador está olvidada, está silenciada, está escanteada mesmo diante da gravidade da pandemia da covid-19 e seus efeitos dramáticos em termos de adoecimento no trabalho. Tem-se a estatística diária, “o jogo da estatística”, mas não se fala sobre a saúde do trabalhador; dos trabalhadores contaminados no ambiente de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho exposto demonstrou um fato evidente: o campo da saúde do trabalhador não tem sido considerado no contexto da pandemia causada pela covid-19. Se antes esse campo já era marginalizado, agora está na margem das margens. O silenciamento sobre impactos, efeitos e consequências da pandemia causada pela covid-19 relativo ao campo da saúde do trabalhador, não é ingênuo, nem oriundo de uma incompetência técnica. Há um esforço do Estado brasileiro, das agências geopolíticas que comandam o mundo, dos conglomerados em retirar o debate de classe dos efeitos provocados pelo vírus.

Uma forma de escantear o campo da saúde do trabalhador é posicionar o debate econômico a frente da reflexão e das práticas de saúde. Mesmo em situação de mortes coletivas, não se discute a estrutura territorial que concentra capitais, riquezas, terras e bens. Manter a estrutura de monopólio do território, a desigualdade social e deixar intacto o empobrecimento e a precarização do trabalho tem sido a prática que fecha os olhos à relação entre território e saúde-doença.

Convém compreender também que o modelo hospitalocêntrico, beneficiário do adoecimento, não consegue atender as demandas urgentes da população. Nesse campo o Sistema Único de Saúde (SUS), pisoteado pelo governo atual e anteriores, recoloca a dimensão coletiva da saúde, a sua universalidade e a sua integralidade. Ou seja, o enfrentamento do adoecimento dos trabalhadores, tanto pela covid-19 como pela precarização do trabalho, exige uma saúde pública coletiva.

Vale compreender que a pandemia suscitada pela covid-19 gerou uma cartografia específica: enquanto que o “confinamento social” se constituiu como a principal medida de resguardo contra a doença, a grande massa de trabalhadores informais teve que enfrentar os riscos. Dependentes do fluxo, da mobilidade, do encontro com as pessoas, os trabalhadores informais foram premidos entre a fome e a doença. O lenitivo econômico da contribuição do governo, ainda que

necessário, não será suficiente para debelar essa pressão, pois a tendência – como já está se vendo – é o refluxo do giro de capitais, de serviços e de negócios. Essa consideração faz resultar numa síntese: desemprego e desigualdade social não combinam com saúde.

REFERÊNCIAS

- ALANTEJANO, Paulo. Questão agrária do Brasil no século XXI: uma abordagem a partir da geografia. Terra Livre, São Paulo-SP, Ano 27, volume 1, n. 36, p-69-95, 2011.
- BBC. Com pandemia, entregadores de app têm mais trabalho, menos renda e maior risco à saúde. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53258465>>. Acesso em: 26/09/2020.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. Caderno de Conflitos no Campo, 2019. Goiânia/GO, CPT, 2020.
- FOLHA DE SÃO PAULO. A cada minuto, 1 profissional de saúde é infectado pelo novo coronavírus. 2020. Disponível em: <[https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml](https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/a-cada-minuto-1-profissional-de-saude-e-infectado-por-covid-19-no-brasil.shtml#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20cada%20minuto,%20e%20m%C3%A9dicos%20(27.767).> . Acesso em: 26/09/2020.</p>
<p>G1. Patrimônio dos super-ricos brasileiros cresce US$ 34 bilhões durante a pandemia. 2020. Disponível em: <. Acesso em: 29 de setembro de 2020.
- GOIÁS, Governo de. Portaria 159/2019 – SES. Diário Oficial, Goiás, 25 de setembro, 2019.
- GONÇALVES, R. J. A. F. Quantas lágrimas disfarçamos sem berro? Mineração e a dinâmica necroeconômica do capital. Territorial – Caderno Eletrônico de Textos, v.9, n.11, 2019.
- HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. 2020. Disponível em: Acesso em: 28/09/2020.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. La pesadilla que no acaba nunca. Gedisa Editorial, Barcelona/Espanha, 2017.
- LEVY, Paulo M. Economia mundial. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/economia-mundial/>>. Acesso em: 09 de set./2020.
- MARQUES, Marília. Suicídio entre índios cresce 20% em um ano; confinamento é apontado como causa. G1/DF, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/09/27/aumentam-casos-de-suicidio-entre-indios-no-brasil-confinamento-e-apontado-como-causa.ghtml>. Acesso em: 18/09/2020.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coronavírus no Brasil. 06/10/20. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 13/10/2020.
- MITIDIERO JUNIOR, M. et.al. O Parlamento e o Executivo na luta contra a reforma agrária e a preservação da natureza. In: CPT. Caderno de Conflitos no Campo, 2019. Goiânia/GO, CPT, 2020. p.196-205.
- ONU. América Latina e Caribe tornam-se epicentro da pandemia; ONU sugere ações. 09/07/2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/america-latina-e-caribe-tornam-se-epicentro-da-pandemia-onu-sugere-acoes/>>. Acesso em: 09 de jul./2020.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A mundialização da agricultura brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro et. al (orgs.). Território em conflito, terra e poder. Goiânia: Kelps, 2014. p. 17-104.
- ONU – Organização das Nações Unidas. América Latina e Caribe tornam-se epicentro da pandemia. 2020. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/america-latina-e-caribe-tornam-se-epicentro-da-pandemia-onu-sugere-acoes/#:~:text=Am%C3%A9rica%20Latina%20e%20o%20Caribe,absoluto%20de%20casos%20no%20mundo>>. Acesso em: 26/08/2020.
- _____. Nota informativa do secretário-geral sobre o impacto da doença causada pelo coronavírus (covid-19) na América Latina e no Caribe. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/lac_-_executive_summary_portugues.pdf>. Acesso em: 26/08/2020.
- OXFAM. Mais pessoas morrerão de fome no mundo do que de covid-19 em 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-pessoas-morrerao-de-fome-no-mundo-do-que-de-covid-19->

em-2020/>. Acesso em: 20/08/2020.

POCHMANN, Marcio. A Uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores. Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. Ano IX - Nº 48 - nov./dez. 2016.

ROJAS, F. L. L. O SUS (que dá certo) e seus Brasis. Coluna Opinião/Multiplicadores de Visat, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999

SOUZA, Diego de Oliveira. Sobre a “contrarreforma” do SUS: um novo cenário para velhos atores. Coluna Opinião/Multiplicadores de Visat, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

SOUZA, J. G. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul. Curitiba: Íthala, 2015.

UOL. Mais de 258 mil profissionais de saúde foram infectados pela covid-19. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/08/24/mais-de-258-mil-profissionais-de-saude-foram-infectados-pela-covid-19.htm>>. Acesso em: 26/09/2020.

_____. O Brasil chega a 238 bilionários em 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/21/novos-bilionarios-da-revista-forbes.htm>>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado. Rio de Janeiro/RJ, Fiocruz, 2007.